



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



Apoio financeiro: MCT/CNPq e MEC/CAPES

v. 12 n. 1 jan./jun. 2011



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:
Prof. Dr. Hemerson Pistori

Editora UCDB

Av. Tamandaré, 6.000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS

Fone/Fax: (67) 3312-3373

e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Maria Augusta de Castilho
Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Secretário da revista

Antonio Ramos

Traduções

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: agricultura_familiar[1]

Disponível em: <<http://www.tvinet.com.br/engine.php?Classe=noticias&titulo=Prefeitura%20vai%20comprar%20produ%27%E3%20da%20agricultura%20familiar%20para%20merenda%20escolar>>.

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Alberto Palombo (Florida Atlantic University - USA)

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)

André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Canadá)

Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)

Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)

Cezar Augusto Benevides (Universidade Federal de MS)

Christian Krajewski (Institut für Geographie - Un. Munique -

Munique - Alemanha)

Denis Maillat (IRER- Université de Neuchâtel - Suisse)

Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)

Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS)

João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais - Lisboa - Portugal)

Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Portugal)

José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)

José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)

Leila Christina Dias (Universidade Federal de SC)

Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - França)

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília)

Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)

Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)

Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília)

Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos)

Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Univ. Católica de Goiás)

Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)

Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)

Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)

Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)

Rosa Esther Rossini (USP)

Sérgio Boisier (Santiago de Chile - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,

v. 12, n. 1 (jan./jun. 2011). Campo Grande: UCDB, 2000.

129 p.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna

Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de América Latina, El Caribe, España y Portugal (www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá (www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya

(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades (www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano (<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London (www.ibss.ac.uk)

Editorial

A **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, no ano de 2011, sente-se honrada em comunicar aos seus leitores que os exemplares serão distribuídos gratuitamente, em virtude de terem sido aprovados, pelo CNPq¹, recursos financeiros para as edições: v. 12, n. 1 e v. 12, n. 2.

A revista tem como premissa o Desenvolvimento Local, entendido como protagonismo de coletividades e organizações que, a partir da visão de seus territórios e mediante processos interativos, promovem o desenvolvimento contínuo de competências para propor e gerenciar soluções criativas e sustentáveis voltadas para o atendimento de aspirações comuns: culturais, sociais, econômicas, políticas, ecológicas e também voltadas para a saúde.

Os artigos publicados neste número abordam temas econômicos (rurais e urbanos), sociais e experiência prática vivenciada no Projeto Rondon.

Fernando J. Piñero, Gabriela Herrera e Fernanda Di Meglio, autores do artigo *Los consorcios de exportación como estrategia de inserción internacional*, abordam a necessidade de se adquirir novas ferramentas para o desenvolvimento e internacionalização de pequenas e médias empresas. A pesquisa concentrou sua análise sobre consórcios de exportação como uma estratégia de inserção internacional e como um lugar para compartilhar experiências, informações e conhecimentos, não só sobre as exportações, mas também em outras áreas de importância para o desenvol-

vimento de empresas; Gustavo Meyer, Dalva Maria da Mota e Roselany de Oliveira Corrêa, na pesquisa intitulada *Construção de saberes com agricultores familiares no Nordeste Paraense*, propõem analisar o processo de construção de saberes decorrentes de uma interação entre agricultores familiares, técnicos e pesquisadores, visando à criação de peixes no nordeste paraense; Milton Augusto Pasquotto Mariani, Andre Sorio e Dyego de Oliveira Arruda, em artigo denominado *Carne ovina, turismo e desenvolvimento local: potencialidades para o Mato Grosso do Sul*, procuram demonstrar a receptividade à criação de festivais gastronômicos com base na carne ovina nas principais cidades turísticas de Mato Grosso do Sul, de modo a analisar a possibilidade de criação de produtos turísticos complementares aos já existentes, fomentando o desenvolvimento local.

Walter Marschner, em seu artigo *Lutando e resignificando o rural em campo*, propõe, por um lado, entender como se reconstruiu sociologicamente o espaço rural em campo, tirando algumas consequências teóricas desse percurso e, por outro lado, elencar alguns aspectos que evidenciam essa reordenação epistêmica; Geraldo Alemandro Leite Filho e Luiz Marcelo Antonialli apresentam o artigo *Proposta de classificação de Arranjos Produtivos Locais por indicadores de identificação: um estudo multivariado*, retratando os arranjos produtivos locais com base em três níveis: iniciantes, em desenvolvimento e os consolidados; María Amalia Lorda e María Belén Kraser, contextualizam a *Propuesta de refuncionalización del sector industrial abandonado de la localidad de General Daniel Cerri (partido de Bahía Blanca, provincia de Buenos Aires) para dinamizar su*

¹ Processo n. 402677/2010-2 LINHA DE FOMENTO/CHAMADA - Programa Editorial / Edital MCT/CNPq-MEC/CAPES n. 68/2010 - Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros.

inserción en el contexto regional, caracterizando a crise vivenciada pela cidade e cessação definitiva da atividade com o fechamento de fábricas na localidade estudada, causada pela deterioração do setor, mas apresentam uma proposta para impulsionar o desenvolvimento.

João Germano Rosinke, Cláudia Regina Heck, Wylmor Constantino Tives Dalfovo e Aloisio Ruschei, no artigo *Efeitos sociais e econômicos para o desenvolvimento local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT no período de 2004 a 2009*, identificam o perfil social e econômico dos beneficiados pelo programa bolsa família no município de Sinop-MT, no que diz respeito à quantidade de residentes por domicílio, à renda familiar e aos gastos mensais, demonstrando o impacto que a renda do programa tem sobre a organização familiar e seu nível de bem-estar.; Elizabete Maria da Silva e Marney Pascoli Cereda discutem a *Contribuição da religião para com o desenvolvimento local: estudo de caso da organização "Dando as Mãos"*, no meio rural brasileiro, mostrando que a posse da terra por si não tem conseguido

desenvolvimento; Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira, em seu artigo *Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis*, infere que núcleos urbanos do litoral de Santa Catarina e, em particular, da denominada microrregião de Itajaí, onde se destacam as cidades de Itajaí e Balneário Camboriú, vem apresentando, nas últimas décadas, dinamismos econômico e demográfico que, somados ao expressivo fluxo de turistas, deram a estas duas áreas litorâneas uma posição de destaque no cenário estadual e regional.

Na seção teoria e prática, merece destaque o *Projeto Rondon: extensão universitária e Agenda 21 na Amazônia*, de Jader Tadeu Fantin, com reflexões sobre a participação de uma equipe acadêmica no Projeto Rondon, em Mocajuba-PA em 2008.

Agradeço a todos os pareceristas da revista e em especial aos *ad hoc* que colaboraram com este exemplar da Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

Los consorcios de exportación como estrategia de inserción internacional. Caso de estudio: Grupo Asociativo de Productores de Maquinaria Agrícola (GAPMA), Provincia de Buenos Aires, Argentina	9
Consórcios de exportação como uma estratégia de inserção internacional estudo de caso: Grupo Associativo de Produtores de Máquinas Agrícolas (GAPMA), Provincia de Buenos Aires, Argentina.....	9
<i>Export consortia as a strategy for international insertion. Case study: Associative Group Agricultural Machinery Producers (GAPMA), Provincia de Buenos Aires, Argentina</i>	<i>9</i>
<i>Consortiums d'exportation en tant que stratégie d'insertion internationale. Étude de cas: Associative groupe de producteurs agricoles, de machines (GAPMA), Provincia de Buenos Aires, Argentine</i>	<i>9</i>
Fernando J. Piñero Gabriela Herrera Fernanda Di Meglio	
Construção de saberes com agricultores familiares no Nordeste Paraense.....	19
Knowledge construction with household farmers in Northeast Pará, Brazil	19
<i>Construction de savoirs avec des agriculteurs familiers au Nord-est de Para, Brésil.....</i>	<i>19</i>
Construcción de saberes con agricultores familiares en el Noreste de Pará, Brasil	19
Gustavo Meyer Dalva Maria da Mota Roselany de Oliveira Corrêa	
Carne ovina, turismo e desenvolvimento local: potencialidades para o Mato Grosso do Sul.....	31
Sheep meat, tourism and local development: potentialities for the Mato Grosso do Sul/Brazil	31
<i>Viandes de mouton, du tourisme et développement local: potentiel pour le Mato Grosso do Sul/Brésil.....</i>	<i>31</i>
<i>Carne de ovino, turismo y desarrollo local: potencial para el Mato Grosso do Sul/Brasil</i>	<i>31</i>
Milton Augusto Pasquotto Mariani Andre Sorio Dyego de Oliveira Arruda	
Lutando e ressignificando o rural em campo - notas epistemológicas.....	41
<i>The struggle for a new concept of rural space - epistemological considerations.....</i>	<i>41</i>
<i>La lutte pour un nouveau concept de l'espace rural - considérations épistémologiques</i>	<i>41</i>
<i>La lucha por un nuevo concepto de espacio rural - consideraciones epistemológicas</i>	<i>41</i>
Walter Marschner	
Proposta de classificação de Arranjos Produtivos Locais por indicadores de identificação: um estudo multivariado.....	53
Proposed classification of industrial Clusters by indicators of identification: a multivariate study.....	53
<i>Classification proposée des Clusters par des indicateurs d'identification: une étude multivariée</i>	<i>53</i>
<i>Clasificación propuesta de Clusters por los indicadores de identificación: un estudio multivariante.....</i>	<i>53</i>
Geraldo Alemandro Leite Filho Luiz Marcelo Antonialli	

Propuesta de refuncionalización del sector industrial abandonado de la localidad de General Daniel Cerri (partido de Bahía Blanca, provincia de Buenos Aires) para dinamizar su inserción en el contexto regional	65
Proposta refuncionalização abandonado setor industrial da cidade de General Daniel Cerri (em Bahía Blanca, Buenos Aires) para impulsionar a sua integração no contexto regional	65
<i>Offer of refuncionalization of the left industrial sector of the locality of General Daniel Cerri (region of Bahía Blanca, province of Buenos Aires) to stir into action its insertion in the regional context.....</i>	65
<i>Une proposition de refuncionalización du secteur industriel abandonné de la localité de Général Daniel Cerri (un divisé de Baie Blanche, une province du Buenos Aires) pour dynamiser son insertion dans le contexte regional</i>	65

María Amalia Lorda

María Belén Kraser

Efeitos Sociais e Econômicos para o Desenvolvimento Local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT no período de 2004 a 2009.....	77
Social and Economic effects for local development through the contributions of the family allowance program in te city of Sinop-MT in te period 2004 to 2009.....	77
<i>Effets économiques et sociaux pour le développement local grâce à la contribution du Programme d'allocations familiales dans la ville de Sinop-MT dans la période 2004 à 2009.....</i>	77
<i>Efectos sociales y económicos para el Desarrollo local através de las contribuciones Del programa de Asignación Familiar em la cidade de Sinop-MT em el período 2004 a 2009</i>	77

João Germano Rosinke

Cláudia Regina Heck

Wylmor Constantino Tives Dalfovo

Aloisio Ruscheinsky

Contribuição da religião para com o desenvolvimento local: estudo de caso da organização “Dando as Mãos”	89
Contribution of the religion for local development: a case study of the organization “Dando as Mãos”	89
<i>Contribución de la religión al desarrollo local: el caso de la organización “Dando as Mãos”</i>	89
<i>Contribution de la religion au developpement local: une etude de cas de l'organisation “Dando as Mãos”</i>	89

Elizabeth Maria da Silva

Marney Pascoli Cereda

Expansão Urbana e Turismo no Litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis	101
Urban Expansion and Tourism in the coast of Santa Catarina: the case of the micro-regions of Itajaí and Florianópolis.....	101
<i>L'expansion urbaine et le tourisme dans la côte de Santa Catarina: le cas des micro-régions d'Itajaí et Florianópolis</i>	101
<i>La Expansión Urbana y el Turismo en el litoral de Santa Catarina: el caso de las micorrregiones de Itajaí y de Florianópolis.....</i>	101

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Teoria e Prática

Projeto Rondon: extensão universitária e Agenda 21 na Amazônia	115
Rondon Project: university extension and Agenda 21 in the Amazonia	115
<i>Proyecto Rondon: extensión univversitaria y agenda 21 en Amazonia.....</i>	115
<i>Projet Rondon: extension de l'université et Agenda 21 Local.....</i>	115

Jader Tadeu Fantin

Artigos

**Los consorcios de exportación como estrategia de inserción internacional.
Caso de Estudio: Grupo Asociativo de Productores de Maquinaria
Agrícola (GAPMA), Provincia de Buenos Aires, Argentina**

Consórcios de exportação como uma estratégia de inserção internacional
Estudo de caso: Grupo Associativo de Produtores de Máquinas Agrícolas
(GAPMA), Provincia de Buenos Aires, Argentina

*Export consortia as a strategy for international insertion. Case Study:
Associative Group Agricultural Machinery Producers (GAPMA), Provincia
de Buenos Aires, Argentina*

*Consortiums d'exportation en tant que stratégie d'insertion internationale. Étude de
cas: Associative groupe de producteurs agricoles, de machines (GAPMA), Provincia
de Buenos Aires, Argentine*

Fernando J. Piñero*

Gabriela Herrera*

Fernanda Di Meglio*

Recebido em 22/6/2010; revisado e aprovado em 28/9/2010; aceito em 18/12/2010

Resumen: En el contexto de las transformaciones económicas, tecnológicas y políticas de las últimas décadas, las pequeñas y medianas empresas (PyMEs) necesitan adquirir nuevas herramientas para su desarrollo e internacionalización. En tal sentido, el presente trabajo centra su análisis en los consorcios de exportación como una estrategia de inserción internacional y como un espacio para compartir experiencias, información y conocimientos, no sólo en materia de exportaciones, sino también en otras áreas de importancia para el desarrollo de las empresas.

Palabras clave: Asociativismo empresarial. Consorcios. Internacionalización.

Resumo: No contexto das transformações econômicas, tecnológicas e político-institucionais das últimas décadas, pequenas e médias empresas (PME) a necessidade de adquirir novas ferramentas para o seu desenvolvimento e internacionalização. Nesse sentido, este trabalho se concentra a sua análise sobre consórcios de exportação como uma estratégia de inserção internacional e como um lugar para compartilhar experiências, informações e conhecimentos, não só sobre as exportações, mas também em outras áreas de importância para o desenvolvimento empresas.

Palavras-chave: Associativas empresariais. Consórcios. Internacionalização.

Abstract: In the context of the economic, technological and political-institutional changes of the last decades, small and medium enterprises need to acquire new tools for its development and internationalization. In that sense, this paper focuses its analysis on export consortia as a strategy of international insertion and as a place to share experiences, information and knowledge, not only on exports but also in other areas of importance for the development companies.

Key-words: Associative business. Consortia. Internationalization.

Résumé: Dans le contexte des changements économiques, technologiques et politiques des dernières décennies, les petites et moyennes entreprises (PME) ont besoin d'acquérir de nouveaux outils pour son développement et l'internationalisation. En ce sens, le présent document se concentre son analyse sur les consortiums d'exportation en tant que stratégie d'insertion internationale et en tant que lieu de partager des expériences, informations et connaissances, non seulement sur les exportations, mais aussi dans d'autres domaines d'importance pour le développement entreprises.

Mots-clés: Affaires associatives. Consortiums. Internationalisation.

Introducción

Las rápidas transformaciones que se han producido en el marco de la globalización, la revolución tecnológica y la apertura de los mercados, han provocado cambios en la economía y en la sociedad actual, induciendo a los ciudadanos, a las instituciones y a las em-

presas a buscar nuevas formas de actuación que les permita aprovechar las nuevas oportunidades. Particularmente, la innovación constituye una herramienta central para aprovechar las oportunidades que surgen en el medio competitivo. A su vez, es de gran relevancia el rol que tiene el medio local, que de acuerdo a sus propias características favorece

* Professores da Universidade de Buenos Aires - Argentina.

el surgimiento de iniciativas innovadoras (MÉNDEZ, 2001).

En sustancia, las características de la globalización permiten que cualquier persona, sin importar en qué lugar físico se encuentre, pueda adquirir conocimientos codificados. No obstante el conocimiento tácito es de difícil reproducción y se convierte en una fuente de capacidad localizada. En este sentido, los mercados globalizados no pueden eliminar esas diferencias que derivan del conocimiento existente en localidades, regiones y países.

Es en este contexto en que las diferentes formas asociativas logran convertirse en *nexo* entre los actores locales proporcionando la posibilidad de un intercambio dinámico y constante de conocimientos e información. Asimismo, la innovación se convierte en un factor esencial para fortalecer los sectores productivos locales y se presenta en dos formas: innovación de producto e innovación de proceso. Las primeras están relacionadas a la aparición de nuevos productos o mejoras en productos existentes, mientras que las últimas se refieren al proceso, es decir, aquellas mejoras tecnológicas y las relacionadas a los factores organizacionales de la empresa (LÓPEZ, 1998).

En este trabajo los consorcios de exportación son considerados como una innovación de tipo organizacional. Este tipo de asociatividad es un nuevo camino, una nueva forma de insertarse en los mercados internacionales que encuentran los pequeños y medianos empresarios como alternativa a la forma tradicional, que en determinadas ocasiones resulta muy difícil.

1 Asociativismo y consorcios de exportación

En el mundo actual se pueden observar profundos cambios en las relaciones interempresariales así como la proliferación de alianzas estratégicas que tienen como principal objetivo el de superar los obstáculos que surgen en el nuevo escenario nacional e internacional (AGULLÓ, 2000). El asociativismo empresarial es “un mecanismo de cooperación flexible entre empresas, donde cada una, sin perder su autonomía, decide voluntariamente participar de un esfuerzo conjunto para la obtención de objetivos comunes”

(SURRECO, 2007, p. 2). A través de estas alianzas las empresas con objetivos comunes tienen la posibilidad de cooperar, reducir costos y compartir beneficios.

Entre las diferentes formas asociativas encontramos a los consorcios de exportación. Estos se presentan como una alternativa válida para los empresarios en aquellos casos en donde la exportación tradicional resulta muy difícil. A través de los mismos, las empresas pueden acceder a mercados externos por medio de la cooperación con otros productores que se encuentran en situación similar. En el portal PRO ARGENTINA de la SePyME se los define de la siguiente manera: “Un consorcio o GRUPO EXPORTADOR es un conjunto de empresas asociadas con el objetivo de aumentar su poder de negociación, presencia y competitividad, disminuyendo a la vez riesgos y costos vinculados al comercio internacional”.

Por otra parte se debe establecer que las actividades que realiza un consorcio influyen a su vez en el resto de las actividades de las empresas. La participación en esta forma de asociativismo produce mejoras en la calidad, permite un mayor acceso a la información, influye en los empresarios y empleados que participan en el proyecto, y además genera mayor confianza y conocimiento ya sea en la tarea de exportar o en el trabajo cooperativo. Todos los elementos señalados anteriormente le proporcionan al empresario conocimientos aplicables en otros ámbitos y mejor posicionamiento no sólo en el mercado exterior sino también en el mercado interno.

No obstante, este tipo de iniciativas encuentra sus principales dificultades en el plano de las relaciones humanas. Los empresarios suelen mostrarse reticentes a participar en proyectos de cooperación con quienes son sus competidores directos y en muchos casos prima el individualismo. En este sentido, depende mucho de las características de las empresas, si son competidoras directas o en realidad producen bienes complementarios, en este último caso las relaciones suelen ser menos conflictivas. En este aspecto es importante poner en relieve el valor de la experiencia de participar en un consorcio de exportación, más allá de los resultados que se obtengan en términos materiales concretos, trae consigo un valor adicional, el

del aprendizaje. Esta forma de trabajo cooperativo pasará a formar parte del proceso de aprendizaje de cada empresa integrante. Y el aprendizaje no sólo está relacionado a la actividad exportadora sino también a la realización de un proyecto que involucra a diferentes empresarios que deben aprender a trabajar cooperativamente. De esta forma, la experiencia cooperativa puede resultar un incentivo para que en el futuro los empresarios opten nuevamente por esta forma de trabajo conjunto en diferentes tipos de áreas de relevancia para el sector.

2 Caso de Estudio: Grupo Asociativo de Productores de Maquinaria Agrícola (GAPMA) y Martínez Staneck

a) Desempeño del sector de la Maquinaria Agrícola en Argentina y la Provincia de Buenos Aires

Dentro del sector Maquinaria agrícola y sus implementos en Argentina se puede observar claramente una concentración en tres provincias (89%): Santa Fe, Córdoba y Buenos Aires. El 11% restante se encuentran esparcidos en otras 13 provincias (Entre Ríos, Mendoza, Misiones, Tucumán, Río Negro, La Pampa, Salta, San Juan, San Luis, Santiago del Estero, Chaco, Corrientes y Jujuy). De un total de 720 empresas se estima que emplean alrededor de 40.000 personas, de las cuales el 80% corresponde a mano de obra calificada, cuestión que evidencia el valor agregado incorporado a la producción del sector. Este tipo de producción a su vez tiene un efecto positivo sobre otras actividades relacionadas, generando aún un mayor número de puestos de trabajo en el territorio en el cual están radicadas las empresas (CAFMA, 2008).

Particularmente, en la Provincia de Buenos Aires se encuentran aproximadamente 100 empresas productoras de maquinarias agrícolas y sus implementos, de las cuales 12 pertenecen a GAPMA. Un 50% de ellas adhieren al Programa Distritos Productivos creado por la Subsecretaría de Industria del Ministerio de la Producción de la Provincia de Buenos Aires que tiene como objetivo impulsar el asociativismo entre empresas cercanas geográficamente y similares en su producción o complementarias. En este sentido, la Lic.

Débora Giorgi (Ministro de Producción de la Provincia de Buenos Aires en los períodos: Diciembre 2005 - Diciembre 2007 y Octubre 2008 - Noviembre 2008, y Ministro de la Producción de la Republica Argentina desde noviembre de 2008, actualmente continúa en el cargo) ha destacado en diferentes artículos de diario el impacto que tiene la industria de maquinaria agrícola y sus implementos sobre el territorio y el efecto multiplicador que produce sobre otras actividades productivas tales como talleres mecánicos y metalúrgicos.

Según CAFMA (2009), desde el año 2003 hasta el segundo trimestre de 2008 se produjo un ciclo de crecimiento que se interrumpió en el 2008 debido, por un lado, a la sequía sufrida por el sector agropecuario sumado al conflicto desatado en marzo de 2008 entre el Gobierno Nacional y dicho sector posteriormente a la Resolución N. 125 sobre derechos de exportación, así como también la crisis internacional que llevo a la merma tanto del consumo interno como de la demanda externa. La superación de la sequía, salvo en algunas zonas, sumado a la mejora de los precios internacionales de los *commodities* hasta el mes de agosto, impulsado principalmente por la soja, produjo un claro mejoramiento del sector maquinaria agrícola a partir del segundo trimestre del 2009 en correlación con lo que venía sucediendo con el sector agropecuario desde la primera parte del año.

El mercado interno absorbe una importante cantidad de maquinaria agrícola, en el año 2008 fue por un valor aproximado de 3.777,6 millones de pesos de los cuales 2.383,7 millones fueron absorbidos por la oferta extranjera (principalmente provenientes de Brasil), mientras que sólo 1.393,9 millones por las empresas nacionales, en su mayoría PyMEs. Las cifras demuestran una pérdida de competitividad (principalmente relacionada al precio del producto) en el mercado interno para el sector, situación similar en los sectores audio y video, indumentaria, autopartes y bienes de capital (WASILEVSKY y SINGER, 2008). Si se toma como variable para el análisis la cantidad de unidades vendidas en el mercado nacional se puede observar que el 64,1% de la maquinaria agrícola (incluyendo cosechadoras, tractores, implemento y sembradoras) vendida en el año 2007 corresponde a la industria nacional y el restante 35,9%

corresponde a la importación, un año después se evidencia un avance de la maquinaria de origen extranjero, pasando esta a ocupar el 42,6% del total vendido en el mercado interno. Durante el primer trimestre del año 2009 se mantiene prácticamente estos porcentajes variando apenas un 1% en detrimento de la industria nacional.

En materia de exportaciones se evidencia un crecimiento sostenido del sector desde el año 2003 en adelante. Para el año 2007 las exportaciones representaban el 19% de la producción total del sector a nivel nacional. El gran salto se puede observar del año 2005 al año 2006, en el cual se registró un crecimiento del 81%. Al año siguiente las exportaciones siguieron el mismo rumbo llegando a representar un 53,4% mayor respecto al año anterior, particularmente, en el 2007 se exportaron U\$S 151.274.000. Entre los principales destinos de maquinaria agrícola argentina, en valor dólar, en el período 2003-2007 se encuentran Venezuela, Uruguay, Brasil, Chile, Estados Unidos, Bolivia, Paraguay, Australia, España y México, en ese orden (CAFMA, 2008).

En el período 2003-2007 algunos de los destinos se han comportado de manera llamativa. Por ejemplo, Venezuela, principal comprador de maquinaria agrícola argentina en 2007, mostró un crecimiento constante y a su vez registró en el año 2006 un enorme incremento, pasó de representar U\$S 2.763.136 en el 2005 a U\$S 28.870.273 en 2006. También se destaca el caso de Rusia que registró un crecimiento extraordinario en el año 2006 respecto del año precedente, las exportaciones a este destino pasaron de U\$S 3.569 a U\$S 2.343.634. De esta forma, este mercado de destino es considerado un mercado potencial a futuro aunque presenta algunos inconvenientes para los exportadores de maquinaria agrícola principalmente por las barreras no arancelarias presentes en ese mercado. En el año 2007 creció en un 81% respecto del anterior confirmando la situación que visualizan los empresarios.

Entre los principales destinos internacionales de las exportaciones del sector se encuentran mayormente países vecinos (Venezuela, Uruguay, Brasil, Chile, etc.). Sin embargo, no es menor la participación de destinos más lejanos y exigentes como Estados Unidos, Australia, Francia, Rusia, entre otros.

Por último, se observa que durante el cuarto trimestre de 2008, primero y segundo de 2009 tres cuartas partes de las respuestas de ventas de maquinaria agrícola al exterior se vieron suspendidas o postergadas. Particularmente, descendió la cancelación de pedidos, lo cual evidenció una menor retracción de la demanda por el mercado. Es decir, el sector no estuvo ajeno a la crisis internacional, sin embargo en los últimos períodos se visualiza una situación que tiende a ser más positiva en exportaciones la cual se refleja también en las expectativas optimistas del sector (CAFMA, 2009).

b) Características de GAPMA

El grupo se conformó a mediados del año 2003. Desde sus inicios reunió a pequeñas y medianas empresas que ya en el mercado doméstico habían adquirido reconocimiento por la calidad de sus productos y poseían un gran potencial exportador. La iniciativa surgió de un grupo de empresarios que observaron en el asociativismo una oportunidad de crecimiento para sus firmas. La convocatoria oficial fue realizada por el Ministerio de Asuntos Agrarios y de Producción de la Provincia de Buenos Aires, previa realización de una pre-clasificación y selección de las empresas que finalmente fueron convocadas. Las empresas convocadas fueron: Cestari, de Colón; Yomel, de 9 de Julio; Chalero, de Chivilcoy; Martínez y Stanek, de Tandil; Nievas, de Olavarría; Pulqui, de Carlos Casares; Mega, de Lincoln; Juri, de Carmen de Areco; CyC, de 9 de Julio y Leval, de San Nicolás (las dos últimas ya no forman parte del consorcio).

Todas ellas tienen una historia y una trayectoria que les ha otorgado un gran reconocimiento a nivel nacional, esencialmente, por su calidad y cumplimiento dentro del mercado interno. La mayoría de estas empresas cuentan con muchos años de experiencia, más de 25, a excepción de Mega que tiene 11 años de experiencia en el sector. Las empresas de mayor antigüedad son Cestari que inició sus actividades en el año 1927 y Sansoni en 1933.

Las doce empresas que componen actualmente el consorcio pertenecen a la Provincia de Buenos Aires, que a pesar de estar concentradas en una sola provincia, las

distancias reales entre ellas generan algunas dificultades. Por ejemplo, una de las principales actividades que se realizan son las reuniones mensuales entre los directivos de las empresas para trabajar conjuntamente, formular estrategias y determinar actividades a realizar, evaluar resultados, etc., y si bien preferirían reunirse con mayor frecuencia, las distancias se lo imposibilitan.

En los inicios del consorcio las primeras actividades conjuntas que realizaron estuvieron relacionadas a la creación de una imagen e identidad del grupo, la definición de un nombre y logotipo, el diseño de una estrategia, además de los primeros contactos entre los empresarios como parte del grupo asociativo. Es importante destacar que en la mayoría de los casos los empresarios se conocían entre sí desde antes de la formación del grupo, debido a la coincidencia en ciertas actividades relacionadas al sector productivo al que pertenecen. Uno de los primeros logros estuvo ligado a la creación de una página *Web* y folletería del grupo que presentaban a las empresas en conjunto (fines del año 2003) cuestiones que fueron claves para la difusión del grupo, las empresas y sus productos. Particularmente, la página *Web* se encuentra disponible en tres idiomas: español, inglés y portugués, y a través de ella se puede ingresar directamente al sitio *Web* de cada una de las empresas que componen el grupo asociativo.

En adelante el consorcio comenzó a participar en las primeras actividades relacionadas directamente con la promoción de los productos. De esta forma, comenzó a participar de manera conjunta y activa en misiones comerciales, misiones comerciales de carácter inverso, rondas de negocios, ferias sectoriales, etc. Entre las actividades destacadas se pueden nombrar las siguientes, las cuales han tenido repercusión en los medios de comunicación nacional y a su vez en muchos casos han sido acompañadas por diferentes organismos gubernamentales. Entre las de mayor importancia se pueden nombrar misiones comerciales en el exterior (México, Rusia), rondas de negocios (Centroamérica), feria tecnológica Agrishow (Brasil), ferias internacionales como Golden Autumn (Rusia); EIMA 2006 (Italia), GEAPS (Estados Unidos), Agritechnica (Alemania), etc. Todos los eventos mencionados son de alto prestigio

y reconocimiento en el sector a nivel internacional.

Anteriormente se hizo referencia a los eventos internacionales en los cuales participó y participa GAPMA, sin embargo, a pesar de ser básicamente un consorcio direccionado al mercado exterior se puede observar que también participaron en ferias nacionales como es el caso de Feriagro, en la cual se han presentado en algunas ocasiones conjuntamente. Como así también, en varias ocasiones lo han hecho junto a DIMA del Oeste (Distrito Industrial de la Provincia de Buenos Aires) en un único *stand* imponiéndose en la muestra debido a la superficie cubierta por este grupo de empresas. A partir de lo planteado podemos observar la visión y el aprovechamiento de la sinergia que los empresarios ven en el asociativismo. En reiteradas ocasiones los empresarios hacen referencia a lo significativo de estas actividades, que si bien en muchos casos no se concretan negocios, son instancias claves para conocer personalmente a los posibles compradores, para establecer nuevas relaciones y para generar una imagen positiva del consorcio a nivel internacional. El hecho de que GAPMA sea un consorcio monosectorial especializado, el cual agrupa a empresas productoras de bienes complementarios de un mismo sector, hace que estas puedan aprovechar el llamado efecto locomotora que se genera. En muchos casos pueden colocarse algunos productos que no eran precisamente los buscados por el cliente y sin embargo al encontrar una oferta muy amplia en el consorcio se posibilita que el mismo cliente adquiera otros productos. Otra situación que suele generarse es el pedido de recomendación por parte de clientes ya conocidos por alguna de las empresas, de esta manera un empresario que ya haya adquirido la confianza del cliente puede recomendar a alguna de las empresas con las cuales se encuentra asociado y de esa manera expandir las posibilidades de ventas del consorcio. De esta forma, el activo desempeño y la fuerte participación en los eventos de promoción comercial internacional han dado resultados positivos para las empresas miembro del consorcio.

Paralelamente a las actividades referidas a la promoción, el consorcio ha realizado otras actividades que conllevan a su consolidación como grupo asociativo. Entre ellas se puede

mencionar la adopción de la figura de un gerente empresario que es asumida por los representantes de cada empresa de manera rotativa, de modo tal que sea igualitaria, como así también la contratación de un coordinador y la realización de reuniones mensuales con la presencia de los representantes de las empresas y el coordinador del consorcio.

Las ventas en el exterior

Desde sus inicios GAPMA ha mostrado un importante crecimiento en sus exportaciones año a año. En los años 2007 y 2008 se puede observar un gran salto en las exportaciones del consorcio respecto al primer período. En 2003 GAPMA había vendido sus productos en el mercado internacional por un valor de U\$S 1,7 millones y en el año 2008 llegó a vender U\$S 18,7 millones, cifras realmente significativas para el conjunto de las empresas que conforman el consorcio.

Asimismo, se observa un aumento considerable de las exportaciones en relación a las ventas totales de las empresas, a partir de su participación en el consorcio. Mientras que en el año 2003 el grupo asociativo exportaba sólo el 7% del total de las ventas que realizaba, en el año 2008 las mismas eran superiores al 31% del total facturado.

En cuanto a su participación en las exportaciones del sector en general se puede destacar que si bien las empresas que conforman GAPMA representan solo un 2% del total de las empresas productoras de maquinaria agrícola a nivel nacional, el porcentaje de exportaciones es de mayor relevancia (8%) tal como se puede observar en el siguiente gráfico.

Similar es la situación respecto a las empresas productoras de maquinaria agrícola de la Provincia de Buenos Aires, representando el conjunto de las empresas de GAPMA el 9,23% del total y siendo muy superior su representatividad en montos exportados (27,7%). En otras palabras, el consorcio se presenta como un grupo asociativo dinámico con enorme participación en las exportaciones a nivel provincial y nacional. Estas cifras sostienen y avalan las declaraciones constantes de la Lic. Débora Giorgi al considerarlo un ejemplo de asociativismo empresarial a imitar.

La importante cantidad de destinos de GAPMA reafirman su dinamismo: 35 países

de diferentes continentes reciben productos del consorcio (Inglaterra, Alemania, Francia, España, Portugal, Suecia, Finlandia, Dinamarca, Polonia, Nueva Zelanda, Australia, Canadá, Estados Unidos, Lituania, Letonia, Estonia, Rusia, Hungría, Ucrania, Rumania, Kazakistán, Sudáfrica, México, Costa Rica, Colombia, Brasil, Bolivia, Chile, Perú, Venezuela, Uruguay, Paraguay, Serbia, Ecuador e Italia).

c) **La empresa Martínez y Staneck**

Luego de analizar en los párrafos precedentes las características generales del consorcio de exportación, a continuación se describirá la participación y experiencia de una empresa local en el marco del consorcio.

Martínez y Staneck es una mediana empresa que se encuentra situada en el Parque industrial de la ciudad de Tandil, Provincia de Buenos Aires. Inicia sus actividades en el año 1982 con la venta de maquinarias, implementos y repuestos agrícolas. Actualmente desarrolla la fabricación y construcción de implementos agrícolas y sus accesorios, es líder a nivel nacional en el sector. Particularmente, la empresa se destaca en el desarrollo de sistemas de grano quebrado húmedo embolsado (grano destinado a nutrición animal) y el sistema de almacenamiento de grano seco, productos que se incorporan al mercado en el año 1993 y 1997 respectivamente. Actualmente cuenta con 36 empleados y genera mayores posibilidades de empleo de manera indirecta.

La empresa se caracteriza por su preocupación constante de superarse e intentar adaptarse a las necesidades de los mercados, por lo cual la innovación juega un rol fundamental para la empresa. Entre sus principales productos se encuentra el Silograin Energía Cero, el cual fue patentado por Carlos Martínez, dueño y presidente de la firma.

Entre los principales inconvenientes que encuentra la empresa para el desarrollo de sus actividades es la imposibilidad de acceder al financiamiento debido a sus costos. Además debe sumarse la particular situación de conflicto entre el sector agropecuario y el gobierno de Cristina Fernández de Kirchner surgido a inicios del año 2008 como un gran obstáculo para la empresa, al verse frenada la

venta de maquinaria agrícola en el mercado doméstico y la posterior crisis internacional que afectó a todos los sectores productivos.

Por otra parte, se puede destacar que la creación en diciembre de 2007 de una Zona Primaria Aduanera significó un aporte de gran relevancia para los exportadores de la ciudad de Tandil y sus alrededores. Su logro se debe al trabajo conjunto de organizaciones locales civiles, el Municipio de Tandil y el Estado Nacional concediendo a la ciudad una herramienta fundamental en materia de comercio exterior. A partir de su concreción las empresas lograron reducir tanto costos como tiempos de transacción.

En los años precedentes a la conformación del consorcio la empresa ya había incurrido en el mercado internacional realizando sus primeras exportaciones exploratorias y adquiriendo así una experiencia importante en esa materia. A partir de 1996 a pesar de la falta de competitividad cambiaria la empresa comenzó a incursionar en mercados externos tratando de superar los obstáculos existentes. Esto demuestra su inquietud por expandirse y buscar nuevas oportunidades. En 1996 los primeros mercados de destino fueron los países limítrofes, principalmente Uruguay, Paraguay, y en menor medida Brasil y Chile. En el año 2003, Francia (mercado muy exigente, debido a que impone muchos requisitos de certificaciones en cuanto a la seguridad del futuro usuario), Portugal y España comenzaron a adquirir maquinaria proveniente de Martínez y Staneck. Posteriormente, en el año 2007, empezaron las negociaciones y los trámites para poder ingresar al mercado de Bielorrusia, además de Rusia y Hungría. En sustancia, el mercado ruso es uno de los que ha presentado mayores dificultades debido a la existencia de barreras no arancelarias, principalmente el requerimiento de certificaciones técnicas, que protegen fundamentalmente a la industria de origen nacional. Actualmente se han sumado otros destinos, tales como: Ecuador, Venezuela, Costa Rica, Panamá, Colombia, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Alemania, Sudáfrica, Australia y Nueva Zelanda. En sus inicios se puede observar que la empresa comenzó su tarea exportadora en mercados limítrofes y una vez adquirido cierto grado de experiencia comenzó a insertarse en mercados más lejanos geográficamente como culturalmente.

En esta área la empresa ha encontrado obstáculos importantes. Entre ellos barreras no arancelarias, diferencias culturales e idiomáticas (a pesar de que el uso del inglés es masivo, algunos empresarios se muestran reticentes a negociar en lenguas que no son la propia), normativas técnicas y estándares requeridos, requerimiento de un porcentaje de componente de origen del país de destino en el producto final o bien la terminación o ensamblado en el destino, normas de seguridad para el usuario, etc.

Cabe destacar que en el primer período del año 2009 la empresa estaba comercializando el 80% de sus productos en el mercado internacional, mientras que el mercado doméstico absorbía sólo el 20%. Si bien la empresa esperaba tener mayor participación en el mercado interno de maquinaria agrícola, la situación crítica entre el sector agropecuario y el gobierno nacional que se inició en marzo del año 2008, genera cierto grado de incertidumbre produciendo una merma en la demanda interna de los productos.

La experiencia de la empresa en GAPMA

La participación de Martínez y Staneck en GAPMA es de gran relevancia desde sus inicios. El director de la empresa, Carlos Martínez, es precisamente uno de los empresarios que promovió la formación del grupo asociativo entre empresas líderes del sector. Entre las principales motivaciones a participar en GAPMA, por parte de la empresa fueron las características del consorcio que ofrecía la posibilidad de aprovechar la sinergia que genera el grupo, esencialmente, a partir de su oferta tecnológica.

La empresa muestra una actitud abierta al trabajo en conjunto con sus pares. Si bien, la firma cuenta con información estratégica que no es compartida con el resto, hay datos sumamente relevantes que sí son socializados. Principalmente, datos sobre potenciales compradores, contactos, información sobre mercados particulares conocidos por la empresa, conocimientos de las normativas y estándares requeridos, etc.

Desde la empresa se hace particular hincapié en el espíritu solidario y positivo de los empresarios del consorcio. Esto puede constatare al observar que se comparten algunos

recursos, se realizan exposiciones conjuntas en *stand*, viajes de negocios, misiones comerciales, y en el caso de ausencia de algún representante de las empresas del consorcio, aquel que se encuentra presente expone la folletería e intenta establecer contacto entre los potenciales compradores y las empresas que no se encuentran presentes en ese momento, constituyendo una posibilidad para colocar sus productos en ese mercado. Esta situación por ejemplo sucedió en el marco de la Primera Semana de la Provincia de Buenos Aires en Centroamérica (Programa BAEXPORTA) donde se lograron concretar negocios con empresas de Guatemala y Perú, en este caso un grupo reducido de empresas que pertenecen al consorcio pudieron estar presentes, sin embargo, a través de aquellos que sí estuvieron se vieron representadas todas las empresas de GAPMA y los potenciales compradores tuvieron acceso a información y folletería.

Anteriormente se hizo mención a algunos inconvenientes que encontró la empresa Martínez y Staneck en su experiencia exportadora, en algunos casos se señala que estos obstáculos han sido superados a partir del arduo trabajo realizado con el conjunto de las empresas pertenecientes a GAPMA, otros continúan permaneciendo y se continúa trabajando para que puedan superarse.

En cuanto a los progresos logrados se puede destacar la mejora en los volúmenes de ventas. Si bien, no hay una variación demasiado importante en cuanto a cantidad de mercados de destino, en el caso del volumen de ventas al exterior de la empresa desde los inicios del consorcio (2003) a la actualidad, se registra un aumento del 120%, valor sumamente significativo.

Por otra parte, Carlos Martínez, como representante de una de las empresas del consorcio, ha percibido que el grado de confianza dentro del grupo ha pasado de ser medio en sus inicios a alto en la actualidad. Es decir, el consorcio se ve consolidado y con vínculos fortalecidos.

Además, es posible nombrar algunos aspectos en los cuales la empresa ha visualizado mejoras propias posteriores a la creación del consorcio. Se observa que surgen posibilidades de detectar nuevos compradores a partir del contacto con otras empresas, en algunos casos a través de la distribuidora de

una de las empresas se facilita la venta de productos complementarios. La posibilidad de intercambiar experiencia ha llevado a una mejora en términos de tecnología, por ejemplo se comparte información de las nuevas tecnologías que los diferentes empresarios conocen y han tenido experiencias en su utilización, lo cual implicaría una mejora en su competitividad, al lograr perfeccionar los productos que se ofrecen en el mercado. Al mismo tiempo, se comparte información sobre promoción y programas del gobierno vigentes e información de todo tipo que puede resultar útil para las empresas asociadas. El hecho de compartir información que ha sido eventualmente procesada por algunos de los empresarios asociados posibilita una mejora respecto a los conocimientos que cada empresa poseía individualmente del mercado internacional y en las normativas a seguir al momento de exportar, es por esto que el compartir experiencias es una de las acciones de mayor relevancia dentro del consorcio.

Asimismo, están surgiendo en la actualidad nuevas ideas para trabajar en otras áreas no relacionadas directamente a la promoción en el mercado exterior, por ejemplo el envío de mercadería al exterior en un *container* compartido. A su vez, en los últimos años comenzó a surgir la iniciativa de realizar compras conjuntas de insumos de uso común entre la empresa miembro. En sustancia, constituye un nuevo desafío que aun no se ha llevado a la práctica pero que probablemente en el futuro pueda alcanzarse.

d) Fortalezas y debilidades de GAPMA

En este apartado se presentan algunas fortalezas y debilidades del consorcio desde el punto de vista de la empresa Martínez y Staneck.

Entre las principales fortalezas se pone particular énfasis en la posibilidad que ofrece el consorcio de compartir información, conocimiento y experiencias, siendo considerado el punto fuerte del consorcio. A ello se le suma el reconocimiento por parte de los gobiernos e instituciones, lo cual les permite acceder a algunos beneficios para el desarrollo de las actividades del consorcio adquiriendo mayor fuerza de negociación en los diferentes ámbitos en los que actúan (claro ejemplo es su entrada

en el pabellón de Argentina en el exterior), por otra parte, se destaca la posibilidad de que todas las empresas del grupo se encuentren representadas en los eventos en los que participen sin necesariamente estar presentes, así como el hecho de que el consorcio les ofrezca un canal de promoción y comercialización más, además de los canales tradicionales.

Por otra parte se observaron algunas debilidades, las cuales están relacionadas a la interacción y a las prácticas sociales de los agentes. En este sentido se puede señalar básicamente la reticencia a compartir, la falta de espíritu cooperativo y de visión internacional, los roces surgidos entre los representantes de las empresas que suelen aparecer cuando se trabaja en equipo. Además, se le suman la falta de maduración del grupo y las distancias reales que los separan que no permiten que se reúnan con la asiduidad que ellos desean.

Más allá de la presencia de determinadas debilidades, GAPMA ha demostrado que las fortalezas son superadoras de las mismas y que este grupo de empresarios de la Provincia de Buenos Aires posee una visión común y de largo plazo. Es decir, la puesta en consideración del consorcio de incorporar nuevos objetivos, además de los iniciales que estaban orientados a la promoción en el exterior de sus productos, ponen en evidencia la visión del grupo y su idea de seguir creciendo a través del trabajo mancomunado.

Consideraciones finales

En el mundo actual la innovación, el conocimiento y la información son elementos de gran valor, cuestiones claves para el desarrollo de los actores económicos. Por lo tanto, las PyMEs deben encontrar nuevos caminos que les permita acceder a ellos y, además, saber aprovecharlos para lograr una inserción exitosa en el mercado internacional.

En sustancia, el asociativismo empresarial se presenta como una alternativa viable para las PyMEs que consideran oportuno desarrollar nuevas estrategias en pos de obtener mejoras competitivas, reducir costos o entrar en nuevos mercados. Es así, que a partir de la cooperación algunas empresas que confluyen en sus objetivos realizan alianzas estratégicas y comparten riesgos buscando obtener beneficios comunes.

En relación al sector productivo al que pertenece el consorcio analizado, se constata una importante participación en el mercado interno, aunque la competencia externa, principalmente de origen brasilero, absorbe una buena parte del mercado. En relación a las exportaciones se observó que en el periodo 2003 hasta el segundo trimestre de 2008, las exportaciones crecieron en forma constante y además se visualizó una significativa diversificación de los mercados de destino. No obstante, se observaron algunas dificultades internas y externas que provocaron que el ciclo de crecimiento se frenara, particularmente, hacia finales de 2009 la retracción de la demanda comenzó a disminuir. Sin embargo, desde el sector se tienen expectativas positivas respecto al año 2010.

En suma, el consorcio GAPMA ha obtenido grandes resultados desde sus inicios, los cuales se ven plasmados en el incremento constante de sus ventas en el mercado internacional y en la importante y diversificada cantidad de destinos de sus productos. Asimismo, su éxito se refleja en su fuerte presencia en las exportaciones del sector a nivel provincial y nacional, el cual representa una cuota relativamente alta comparada con la cantidad de empresas que componen el consorcio respecto al total de empresas del sector.

Las empresas que lo componen han mostrado estar abiertas a la cooperación y al intercambio de información, conocimiento y experiencias. En la actualidad, el consorcio continúa trabajando en la promoción de sus productos en el exterior e intentando superar los inconvenientes que aparecen. El trabajo conjunto y el mayor conocimiento entre los empresarios, produjo el fortalecimiento de los lazos entre los miembros y la consolidación del consorcio como grupo asociativo con resultados exitosos. Además, el grupo se destaca por su visión a largo plazo, la idea de ampliar sus objetivos a partir de las oportunidades que se les presentan lo demuestra.

En cuanto a la empresa Martínez y Staneck, se observó el carácter emprendedor de la firma, su compromiso con la calidad, su interés en la innovación y el intento por adaptarse a los diferentes mercados en los cuales coloca sus productos. En materia de comercio exterior, debe destacarse que desde su primera experiencia ha ido aumentando

sus volúmenes exportados y diversificando los destinos. En relación a sus logros en GAPMA, es importante señalar que desde los inicios del consorcio a la actualidad se registró un aumento del 120 % de las ventas destinadas al mercado externo. Sin embargo, desde la empresa se pone particular énfasis en la oportunidad que ha ofrecido la experiencia

del consorcio en cooperar, no sólo en el área de comercio exterior sino también, en todas aquellas áreas que resulten oportunas. Principalmente, se subraya la importancia de poder compartir diferentes experiencias así como la información y los conocimientos adquiridos por parte de cada empresa a lo largo de su sendero evolutivo.

Construção de saberes com agricultores familiares no Nordeste Paraense
Knowledge construction with household farmers in Northeast Pará, Brazil
Construction de savoirs avec des agriculteurs familiais au Nord-est de Para, Brésil
Construcción de saberes con agricultores familiares en el Noreste de Pará, Brasil

Gustavo Meyer*
Dalva Maria da Mota**
Roselany de Oliveira Corrêa***

Recebido em 20/6/2010; revisado e aprovado em 7/10/2010; aceito em 30/11/2010

Resumo: O objetivo do artigo é analisar o processo de construção de saberes decorrente de uma interação entre agricultores familiares, técnicos e pesquisadores visando à criação de peixes no Nordeste Paraense. Para isso, são discutidas as lógicas orientadoras das ações desses agricultores, bem como são analisados os elementos que favoreceram a construção de saberes e a socialização de novos conteúdos. O entendimento prévio sobre a noção de construção de conhecimento e de saberes orienta a análise.

Palavras-chave: Saberes. Construção. Agricultura familiar.

Abstract: The aim of this article is to analyse the knowledge construction process originated from the interaction among household farmers, technicians and researchers in Northeast Pará, Brazil. For this, the reasons that orient these household farmers fish culture actions are discussed, as well is analysed the factors that supported the knowledge construction and the socialization of new technical subject. A previous understanding concerning the knowledge construction conception orient the analysis.

Key-words: Knowledge. Construction. Household agriculture.

Résumé: L'objectif de l'article est d'analyser le processus de construction des savoirs issus de l'interaction entre les pratiquant une agriculture familiale, les techniciens et les chercheurs en vue de la mise en place d'une pisciculture dans le Nord-Est du Pará. Pour cela, les logiques qui influencent les actions de ces agriculteurs sont analysées ainsi que les éléments qui favorisent à l'origine de la construction des savoirs et leur divulgation. La compréhension de la notion de construction des connaissances et des savoirs est une base prérequis pour cette analyse.

Mots-clés: Savoirs. Construction. Agricultura familiar.

Resumen: El objetivo del artículo es analizar el proceso de construcción de saberes decurrente de una interacción entre agricultores familiares, técnicos y investigadores visando la crianza de pescados en el Noreste del departamento de Pará, Brasil. Para esto, son discutidas las lógicas orientadoras de las acciones de los agricultores, bien como, son analizados los elementos que favorecieron la construcción de saberes y la socialización de nuevos contenidos. El entendimiento previo sobre la noción de construcción de conocimiento y de saberes orienta el análisis.

Palabras clave: Saberes. Construcción. Agricultura familiar.

Introdução

O objetivo deste artigo é, segundo um entendimento prévio sobre a noção de construção de conhecimento e de saberes, analisar o processo de construção coletiva de saberes que se deu no âmbito de uma interação entre agricultores, técnicos e pesquisadores, no Nordeste Paraense. Buscou-se, para isso, a compreensão dos sentidos das ações destes atores no processo de criação de peixes, atividade recente e em expansão na região. Tal processo foi decorrente de uma demanda apresentada por representações de diferentes grupos dos agricultores, que desencadeou a

elaboração e execução de um projeto de apoio à piscicultura familiar local, formalizado pela Embrapa em parceria com prestadoras locais de assistência técnica e extensão rural (ATER). Daí, originou-se o Projeto Ver-o-Peixe, no interior do qual se deram as interações aqui analisadas.

A pesquisa se deu predominantemente a partir de abordagens qualitativas que permitiram analisar pontos de vista não tão explícitos e compreender como padrões gerais são reproduzidos em situações específicas da vida cotidiana. Observações diretas, levantamento de dados primários e secundários, entrevistas abertas e grupos focais foram realizados entre

* Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental. Mestre em Aquicultura. E-mail: meyer@cpatu.embrapa.br.

** Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. Doutora em Sociologia. E-mail: dalva@cpatu.embrapa.br.

*** Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. Mestre em Biologia Aquática. E-mail: rcorrea@cpatu.embrapa.br.

maio de 2007 e junho de 2009, com diferentes atores envolvidos com o projeto Ver-o-Peixe (agricultores familiares e suas representações, técnicos de extensão rural pública e privada, pesquisadores, secretários municipais de agricultura, entre outros), nos municípios de Mãe-do-Rio, Irituia, Capitão Poço e São Domingos do Capim (Figura 1). Não obstante a diversidade de atores envolvidos, as intera-

ções predominaram entre os agricultores criadores de peixe (na forma individual ou coletiva), técnicos de ATER e pesquisadores da Embrapa, em diferentes tipos de encontros (mensais, com duração média de 4h, em cada um dos seis estabelecimentos rurais onde a piscicultura era praticada; e semestral, entre os agricultores pertinentes à rede).

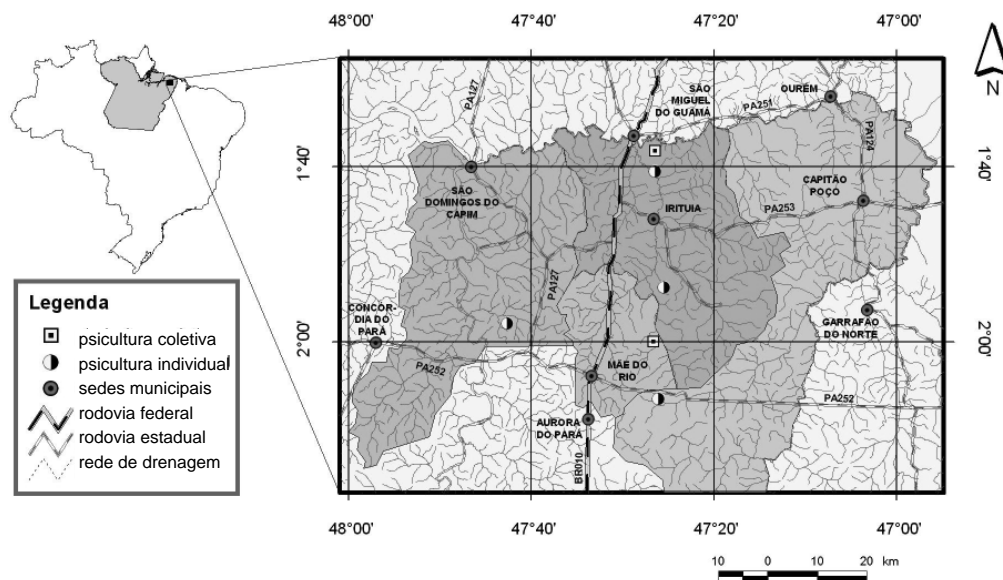


Figura 1 – Recorte territorial no Nordeste Paraense: municípios de Mãe-do-Rio, Irituia, Capitão Poço e São Domingos do Capim, com destaque para os seis lotes participantes do Ver-o-Peixe fonte: Laboratório de Sensoriamento Remoto – Embrapa Amazônia Oriental.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em quatro partes. A primeira objetiva compartilhar um entendimento sobre as noções de construção de conhecimento e de saberes, bem como tratar das particularidades inerentes aos agricultores, técnicos e pesquisadores no que se refere a este tema. A segunda trata do entendimento das lógicas produtivas da piscicultura local, entendimento este que correspondeu às principais apreensões dos técnicos e pesquisadores no processo de construção de saberes. Na terceira, reflete-se sobre os elementos considerados relevantes para o diálogo entre os atores participantes do processo. Por fim, na quarta, discutem-se as apreensões dos agricultores a respeito da piscicultura. Para fins analíticos, ao longo do texto, convencionamos a referência aos técnicos e pesquisadores como sendo os atores técnico-científicos. A referência aos agricultores, individualmente,

foi feita utilizando-se as designações A1, A2, A3, A4, A5 e A6.

1 A construção de conhecimento e de saberes

Não existe consenso sobre a noção de construção do conhecimento, e múltiplos são os pontos de vista e definições a respeito. Segundo Werneck, “a noção de construção do conhecimento é uma dessas idéias análogas que têm mais que um significado” (WERNECK, 2006, p. 175). Pode-se entendê-la sob o ponto de vista da educação, da filosofia, da psicologia, entre outros, havendo divergências dentro de cada campo.

Para Werneck (2006), a construção, qualquer que seja, enquanto ato ou ação, é decorrente de um processo racional de vontade. Assim sendo, é essencial em um processo de construção do conhecimento haver uma

predisposição do sujeito favorável ao objeto. De outro modo, a mesma autora coloca que “o homem não ‘descobre’ o conhecimento pronto na natureza, mas relaciona os dados dela recebidos, constituindo os saberes” (WERNECK, 2006, p. 175). Por isso, define a construção do conhecimento como um processo de constituição dos saberes.

Saber pode ser considerado como um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos que obedece a certa sistemática de organização e são passíveis de serem transmitidos (JAPIASSU, 1977 *apud* WERNECK, 2006). Já sabedoria é entendida como resultado da adequada hierarquização de valores para múltiplos fins, entre eles o domínio do conhecimento científico e tecnológico de uma determinada época, a promoção da justiça ou o alcance da dignidade humana. Neste sentido, Werneck (2006) entende que a construção do conhecimento tem algumas características, das quais se destaca a interferência do imaginário neste processo “pela via da cosmovisão e da ideologia”. O conhecimento ocorre quando seu objeto traduz-se na atividade do sujeito. Este processo, então, segundo a autora, pode ser traduzido como aprendizagem, e exige um estado de atividade da parte do sujeito.

Na tentativa de aprofundar a questão e considerando ainda o termo “construção do conhecimento”, duas analogias são pertinentes. A primeira é em relação ao processo, ora em voga, chamado de inovação, que se define como qualquer novidade introduzida em um processo social ou produtivo (SAGARPA, 2004). A inovação não deve ser necessariamente nova para o mundo, mas sim para o agente que a “adota”. Para Rölling, a “inovação é a renovação da realidade socialmente construída, que por definição não é idêntica à tecnologia” (RÖLLING, 1994, p. 276). No entanto, uma nova tecnologia pode ser consequência desta renovação. A segunda é o conceito da aprendizagem associado ao construtivismo. Segundo Werneck, o construtivismo propõe

[...] uma modalidade de aquisição do conhecimento em que o sujeito de modo ativo, compreenda cada fase do processo, perceba os nexos causais existentes entre eles e, principalmente, incorpore como seu aquele conteúdo. (WERNECK, 2006, p. 180)

Assim, tanto a noção de inovação como a de construtivismo se aproximam daquelas de construção de conhecimento e de saberes, entretanto ainda não as contemplando por inteiro.

Considerando este debate, é importante analisar a distinção entre os termos construção de conhecimento e construção de saberes. Embora existam poucas referências sobre este tema no âmbito dos estudos voltados à agricultura familiar, as referências em campos como a educação e a psicologia são vastas. Mota (2005) faz diferenciação entre os termos saber e conhecimento, a partir de uma fusão de várias definições e pontos de vista advindos principalmente do campo da filosofia. Cunha e Prado (2007) bem resumem o esforço da autora, da seguinte forma:

Para Mota, o conhecimento é uma apropriação cognitiva de um determinado objeto externo: o sujeito obtém uma imagem cognitiva interna de uma realidade externa. O saber implica uma relação entre o sujeito, o conhecimento e seu contexto, ou seja, uma interação sujeito-mundo. Construir conhecimentos seria objetivar informações, dados, conceitos. Construir saberes seria movimentar esses conhecimentos no contexto de ação, reinventando-os, recriando-os e traduzindo-os, de acordo com as circunstâncias da situação. Saber e conhecimento são vistos como formas de se relacionar, pensar e expressar a realidade. (CUNHA & PRADO, 2007, p. 277)

Rapimán, analisando a relação entre os saberes indígenas e a formação de professores de educação intercultural, apropria-se do que foi observado por Mota ao dizer que

Estos saberes están constituidos por un corpus de conocimientos sobre la naturaleza com respecto a las concepciones que cada sociedad tiene del mundo. (RAPIMÁN, 2007, p. 227)

No entanto, aceitar o pressuposto de que o conhecimento esteja contido no saber, ou vice-versa, depende de qual forma ele tenha sido construído. Por outro lado, a distinção feita por Mota, associando os saberes às ações, às práticas, confere maior sentido à ideia do saber ser constituído de conhecimento, particularmente se a análise recair sobre agricultores familiares, que têm as práticas como principal meio cognitivo.

Concordando com a proposição de Mota, é pertinente associar três outros elementos como sendo intrínsecos aos processos

de construção de saber. O primeiro consiste em um meio pedagógico particular, denominado recontextualização, discutido, entre outros autores, por Marandino (2004). Segundo a autora, a recontextualização parte do pressuposto de que o espaço dos saberes das práticas sociais são referências tão legítimas quanto as advindas da ciência hegemônica. É um mecanismo cujas bases do discurso pedagógico são regras recontextualizadoras, ou seja, capazes de

[...] embutir e relacionar dois discursos e, neste processo de relação, o discurso da competência, instrucional, é embutido no discurso regulativo, de ordem social. (MARANDINO, 2004, p. 102).

Assim, a recontextualização enquanto elemento destes processos

[...] age de forma seletiva, apropriando, refocalizando e relacionando outros discursos a partir de sua própria ordem, tornando-os um outro discurso. (p. 103)

De outro modo, a recontextualização seria uma perspectiva de

[...] transferência de textos entre diferentes contextos de produção e reprodução, mediada pelas relações de poder e pela regulação do discurso de ordem social. (p. 104)

O segundo elemento é a cultura, traduzida em realidade social. Vale dizer que parte do saber a que nos referimos é o de agricultores familiares, temporalmente localizados, cuja cultura está intimamente ligada ao manejo dos recursos naturais, que constituem a base de seu sustento, mas não apenas isso, suas relações sociais foram construídas a partir da interação com este meio. Neste sentido, Werneck coloca que “o homem transforma a natureza tanto por sua ação individual quanto social num mundo de cultura que vai para ele aparecer revestido de valor” (WERNECK, 2006, p. 177). Em outras palavras, é por intermédio da cultura que um sujeito ou comunidade atuam fundamentalmente em seus respectivos processos de constituição de saberes, pois nela estão representados os pressupostos do modo de pensar e agir locais.

Por fim, o terceiro elemento é a intersubjetividade. Os processos de construção de saberes de que tratamos acontecem necessariamente de maneira compartilhada entre sujeitos e exige, portanto, uma comunicabi-

lidade. A intersubjetividade não seria então condição para processos de apropriação de um conhecimento já pronto, mas sim para os de construção. A partir destes elementos e pelo exposto, dialogamos com a noção de saber proposta por Jovchelovitch (2004). Para a autora, o saber é um sistema de representações simbólicas enredado produtivamente com um modo de vida e com sua cultura; ele é sempre obra de uma comunidade humana e, portanto, deve ser entendido no plural, sendo que não há uma forma de saber apenas, mas muitas. Essa variação corresponde à variação nas formas de relação social que constituem tanto o saber como a comunidade. Em relação à sua construção, essa variação acontece a partir de uma relação entre sujeito-sujeito-objeto, no tempo e no espaço, e seus meios são as relações sociais estabelecidas entre pessoas e seu ambiente social e natural.

Em síntese, o conceito de construção de saber que utilizamos, por uma parte, é o de um processo de aprendizagem decorrente da vontade, no qual figura a recontextualização para a apreensão de conteúdos. Isto porque pressupomos a socialização de conceitos técnicos provenientes da ciência hegemônica. Por outra, configuram-se como ideias, práticas, métodos ou conceitos traduzidos nas atividades de sujeitos e influenciados por seu imaginário, cultura e ideologias, produzindo um novo modo de fazer, ou outro “saber-fazer”. Este novo saber não tem como base apenas o conhecimento científico, tampouco atores distinguidos como “aquele que ensina” ou “o sujeito que aprende”, evidentemente sem que se possa negar a existência de um componente pedagógico. Trata-se de um processo com suas próprias características, por sua vez representadas pela experimentação em meio real, pelo trabalho e pela família, construído a partir de diferentes modos de ser e distintas capacidades.

1.1 Saber de agricultores versus saber técnico-científico: uma barreira difícil de transpor?

O saber associado à ciência hegemônica e o saber-fazer associado aos agricultores familiares compartilham critérios técnicos comuns. Entretanto, é possível dizer que as lógicas que orientam a elaboração ou

constituição destes dois “tipos” de saber são diferenciáveis. Os saberes dos agricultores são dinâmicos e heterogêneos (VEIGA, 2002) e esta heterogeneidade é uma das principais características que se deve levar em consideração ao contrastá-las. Sendo o saber a movimentação do conhecimento no contexto da ação e sendo o conhecimento dos agricultores de ordem mais prática, isto implica maior heterogeneidade deste em relação a aquele movimentado por atores técnico-científicos. Isto porque o conhecimento que está por trás dos saberes destes últimos (atores técnico-científicos) está em muito associado a uma epistemologia socialmente aceita, em contraposição, mais homogênea. Então, neste ponto reside parte expressiva da dificuldade de diálogo dos atores portadores destes saberes, por sua vez requisito aos processos de construção compartilhada.

Para Rapimán (2007), o saber técnico científico é baseado no acúmulo da ciência hegemônica, ou, de outra forma, na elaboração de hipóteses e teorias no marco de uma prática discursiva, ao passo que o saber local tende a ser mais indutivo que dedutivo, muito embora não prescindir de eventuais préstimos técnicos da ciência hegemônica. Assim, assumir a indutividade como característica – e não regra – do saber local, nos leva a pensar que os saberes locais e os técnico-científicos podem ser elaborados por caminhos inversos, já que “indutivo” é o raciocínio que parte da prática, dos fatos ou dos efeitos, para as leis ou causas, ao contrário da dedução. Neste ponto, entendemos, reside outro aspecto frágil e importante. À proporção de que é árduo para o ator técnico-científico reconhecer a heterogeneidade de saberes decorrente das práticas dos agricultores, é também árduo para o agricultor vislumbrar efeitos decorrentes de práticas que ainda não aconteceram, portanto sem referenciais práticos.

Em um sentido mais amplo, entender as razões e lógicas que regem as ações dos agricultores é um ponto de partida essencial para dialogar com eles. O saber dos agricultores é fundamentado na natureza e em suas relações sociais, ou seja, segundo uma relação intuitiva homem-sociedade e homem-natureza; suas normas técnicas colocadas no discurso são muitas vezes diferentes da prática, e os assuntos do cotidiano – da vida

– nem sempre se separam dos assuntos da produção (TAVARES; VEIGA, 2006, SARTRE *et al.*, 2005). Neste sentido, Veiga coloca que

[...] o diálogo implica em conhecer os saberes em jogo, bem como em se ter consciência e superar relações de dominação e de violência simbólica entre indivíduos que ocupam posições sociais diferentes (tais como técnicos e agricultores), mas também entre os próprios agricultores. (VEIGA, 2002, p. 16)

Por um lado, o saber técnico-científico pode ser apresentado aos agricultores familiares como uma “novidade”, no sentido estrito da palavra, desvinculada da prática. Por outro, o saber local aparece ao técnico muitas vezes mascarado pelo discurso do agricultor, que é imbuído de características da vida, da natureza e da cultura, não facilmente dissociáveis na interpretação. Para Cunha (1999), os pressupostos do saber científico são diferentes daqueles do saber local, em muito devido à tradição oral predominante nestes últimos, que confere outras lógicas de operação e de transmissão do saber. Por fim, há de se adicionar as relações de poder que se constituem na interação entre agricultores e atores técnico-científicos, nas quais a proporcionalidade entre os menos e mais privilegiados segue esta mesma ordem e atua em sentido desfavorável ao diálogo e à construção.

2 As lógicas por trás das práticas – os novos saberes de quem é de “fora”

Buscou-se compreender algumas das lógicas orientadoras das ações dos agricultores no que tangia à criação de peixes. Sua melhor compreensão, no entanto, somente ocorreu ao longo da rotina de interação e dos eventuais “embates” que surgiram; foi a frequência contínua de encontros que permitiu o diálogo entre atores e o melhor entendimento do saber-fazer dos agricultores por parte dos atores técnico-científicos.

É consenso que, tratando-se de agricultores familiares, a produção para o autoconsumo da família não pode ser ignorada. Assim, os agricultores tendem a vislumbrar o planejamento e a própria produção dos peixes a partir desta lógica. Segundo Gazolla e Shneider (2007), o provisionamento, ou o autoconsumo, relaciona-se com diversos

aspectos da vida dos agricultores, dentre eles, à sociabilidade e reciprocidade entre as famílias (ex. troca de alimentos e de sementes) com a autonomia, com a proteção diante do mercado de alimentos e às estratégias para garantir segurança alimentar e nutricional. Em outra perspectiva, garante a identidade e a reprodução social (CHAIANOV, 1974 *apud* GAZOLLA; SHNEIDER, 2007).

Enquanto pressuposto, esta centralidade do autoconsumo compôs o discurso dos atores técnico-científicos, entretanto, não fora de fato considerada nos momentos de planejamento dos ciclos produtivos de criação de peixes. Isto porque prevaleceu a tendência de vislumbrar estes ciclos com começo, meio e fim, no qual os peixes seriam despescados todos de uma única vez, ao final, impedindo o consumo temporalmente distribuído, ou seja, ao longo do ciclo. O emprego inicial desta lógica cartesiana, em parte “ofertada”, ocasionou uma série de replanejamentos e rearranjos (principalmente em relação a A1 e A2), apontando para uma “confusão preliminar”, que por sua vez foi superada à medida que a distribuição temporal do autoconsumo fora incorporada aos planejamentos. Assim, os agricultores buscaram valorizar o autoconsumo ao longo dos ciclos, a partir das experiências já existentes no lote, ao passo que os atores técnico-científicos tenderam a sugerir um recomeço, gerando um embate subliminar.

Embora houvesse a predisposição ao diálogo, algumas ideias, práticas e conceitos não puderam ser inicialmente transpostos para fora da sistemática da ciência hegemônica por parte dos atores técnico-científicos. Este debate pôde ser iniciado pelo fato de que ocorreu a tendência, por parte destes atores, de estimular o início da piscicultura partindo de alevinos (peixes pequenos, pesando menos de 1g) sob a justificativa de menor custo. Entretanto, foi observado que a utilização de peixes maiores para início da piscicultura constitui uma das estratégias locais. Isto porque, localmente, peixes maiores são bens preciosos, devido à existência de poucas referências que dêem suficiente amparo à engorda dos peixes a partir de alevinos. Assim, a aquisição de peixes juvenis (pesando mais de 10g) significa maior oportunidade, e às vezes única, de êxito do ciclo produtivo; poucos são os agricultores que os têm, e seu valor é funcional, ou seja, não obedece diretamente às regras financeiras.

Assim como o tamanho inicial dos peixes, dispor de grande diversidade de espécies nos tanques representa um valor aos agricultores, o que contraria a tendência técnico-científica que usualmente roga pela criação de uma única espécie para facilitar o monitoramento da produção. Tal gosto pela diversidade relaciona-se ao hábito alimentar também diverso destes agricultores, ao menos no que se refere ao consumo de peixes que foram consumidos, durante gerações, de forma diversa, diretamente dos igarapés. Além disso, nomes de peixes, seus comportamentos, tamanhos, cores e formatos constituem assuntos do cotidiano, já que os igarapés são espaços de lazer e de socialização. Desta maneira, os tanques de piscicultura representam tentativas de reprodução da diversidade destes igarapés e, havendo diversidade, evitam-se riscos.

Devido à dificuldade de obtenção de alevinos ou juvenis na região, bem como a de garantir sua sobrevivência nas condições locais, existe a predileção pela abundância de peixes, no que se refere ao número estocado nos tanques. Neste sentido, a tilápia, espécie exótica cuja criação é proibida na região, é desejada e criada sempre que possível, pois sua reprodução ocorre naturalmente, em velocidade acelerada. A criação deste peixe, então, resulta em tanques com muitos peixes, mas sempre pequenos, condição que não é desejada sob a lógica técnico-científica. Entretanto, na prática local, este procedimento garante a disponibilidade de peixes, de modo que é preferível tê-los sempre pequenos a não tê-los. A valorização desta abundância, entendemos, relaciona-se também à presença de condições ambientais adversas (enxurradas, secas, ocorrência de parasitas, predadores, etc.) e à falta de referências locais para enfrentá-las. Neste sentido, dispor de muitos peixes, ainda que não seja possível alimentá-los, evita os riscos impostos pelas adversidades.

A construção sucessiva de tanques de piscicultura constitui prática comum na região. Mesmo quando são acumuladas experiências de insucesso com a criação, os tanques continuam sendo construídos pelos agricultores porque representam reservas de valor às famílias. Não obstante a própria piscicultura seja desejada, a construção de tanques, açudes e barragens funciona como investimento para o futuro, pois valorizam

o lote, inclusive sob o aspecto paisagístico – e esta sucessão de esforços não está condicionada ao êxito com a piscicultura em si. Assim, constatamos que tais investimentos, de trabalho e financeiro, sejam um mecanismo dentro das estratégias de reprodução social destas famílias (A1 e A3).

Constatamos ainda que o principal critério de decisão para a adoção de qualquer tipo ou sistema de piscicultura é o custo financeiro a ele associado, que por sua vez se relaciona com as limitações e projetos de cada família. Tal fato é diferente de como ocorre, por exemplo, com a roça sem queima, cujo critério principal para o emprego de um determinado itinerário técnico é o volume de trabalho (OLIVEIRA *et al.*, 2006). De um modo mais específico, a experimentação foi a principal ferramenta utilizada pelos agricultores para a adesão a novos componentes tecnológicos. Tal adesão não foi imediata, mas gradual, como subsídio à resolução dos novos problemas que surgiam. Alguns dos agricultores, no entanto, executaram suas atividades de piscicultura de forma mais prescritiva aos conceitos discutidos e frisados pelos atores técnico-científicos. Associamos tal ocorrência aos agricultores que vivenciaram sucessivas perdas de lotes de peixes e, assim, de recursos. Em alguns casos (A3 e A5), a intenção fora a de exatamente experimentar as proposições dos atores técnico-científicos. Segundo Mota *et al.* (2007), esta situação é favorecida quando há uma estrutura minimamente organizada e viabilidade em termos econômicos e de mão-de-obra.

A piscicultura em si não constituiu o objetivo de todos os agricultores envolvidos na experiência. Neste sentido, alguns dos agricultores (A2 e A4) tidos pelos atores técnico-científicos como “menos exitosos” em relação à produção de peixes exerceram outras funções além da produção, relacionadas à mediação social. Para Furtado (2005), a mediação social é o processo de construção de ações compartilhadas entre os indivíduos e as organizações, desenvolvendo a capacidade dos comunitários de

[...] influenciar as políticas e analisar suas práticas do conhecimento necessário para apoiar, informar e influenciar as pessoas envolvidas na formulação de políticas.

Similarmente, esses agricultores apresentaram predisposição à animação das redes

locais de inovação relacionadas à piscicultura, exercendo função similar a “braços” destas comunidades que fazem a interlocução com outros setores da sociedade.

Por fim, para os agricultores, as atividades combinadas em conjunto com os atores técnico-científicos se “confundem” com outras do cotidiano, dando a entender a existência de uma outra escala de tempo e o surgimento constante de novos projetos pessoais. Pela análise, transpareceu a ideia de que a sistemática da ciência hegemônica – e seu itinerário técnico associado – aparece como sendo monótona ao agricultor, que se relaciona com as experimentações de forma mais criativa.

3 Os meios para o diálogo

A ação, aqui designada como construção de saberes, esbarrou em inúmeras limitações, dentre as quais procuramos dar ênfase àquelas inerentes ao diálogo entre os atores. A presença de uma equipe interdisciplinar favoreceu o diálogo, no sentido de, a certa altura, se dispor de múltiplas interpretações dos problemas da produção e da família. Assim, diferentes hipóteses que emergiram durante o processo foram confrontadas. Aspectos técnicos, na medida do possível, puderam ser acrescidos de uma visão do sistema de produção, tornando a experiência mais dinâmica, com sentido para todos os atores. Os problemas discutidos passaram a assumir maior complexidade à medida que ocorreu a apreensão da interface entre o biológico, o produtivo e o social para aporte de outros conhecimentos.

É pressuposto da interdisciplinaridade a refutação do pensamento simplificador ou unidimensional, dando espaço à contextualização dos saberes, integrando-os e articulando-os (MEIRELES; ERDMANN, 2005). No nosso caso particular, a interdisciplinaridade atuou como elemento que, primeiramente, permitiu a apreensão da complexidade contextual e, num segundo momento, possibilitou que um novo saber, interdisciplinar, fosse forjado. Para Minayo, “atualmente do ponto de vista prático, a experiência tem mostrado que, frente a problemas complexos impossíveis de serem tratados isoladamente, os êxitos dependem da reunião de pessoas

capazes de dialogar e dispostas a isso” (MINAYO, 1994, p.

[...] é ao nível da ação concreta que a relação de diálogo pode avançar e que os verdadeiros problemas se manifestam, permitindo assim chegarmos em temas de compreensão mútua, sendo que são estes temas que passa a mediatizar a relação entre os atores implicados na ação. Eles permitem o estabelecimento de um diálogo, e assim, a emergência de novas questões. (SIMÕES, 2005, p. 209)

De outra forma, pode-se inferir que a continuidade na interação favoreceu a confiança e os laços de amizade entre os atores e propiciou finalmente um ambiente favorável à compreensão de aspectos pessoais e de relações interpessoais nos vários lotes e nas comunidades, tais como os projetos de vida, predileções e divisão do trabalho.

Um aspecto importante, direta e coincidentemente associado à constância de frequência nas interações, são as relações de poder que se instauram no primeiro contato entre agricultores e atores técnico-científicos. Retomando o que colocou Veiga,

[...] o diálogo implica em conhecer os saberes em jogo, bem como em se ter consciência e superar relações de dominação e de violência simbólica entre indivíduos. (VEIGA, 2002, p. 16)

Tal reflexão, no decorrer das interações, foi imbuída de sentido, revelando que, à medida que tais relações de poder puderam ser “desconstruídas”, o diálogo foi estabelecido, facilitando a compreensão e a real aceitação de critérios formulados pelos agricultores, bem como de suas proposições técnicas.

No caso particular aqui analisado, ocorreu a entrada de novos conteúdos, oriundos da ciência hegemônica, tais como manejo da qualidade da água, nutrição e alimentação de peixes, entre outros. Mais especificamente, esta particularidade refere-se ao fato da situação exigir um mecanismo propriamente pedagógico. Neste sentido, dados da FAO apontam que

[...] qualquer projeto que subestime a capacitação dos agricultores estará condenado ao fracasso, como de fato fracassaram por este mesmo motivo muitos projetos de alto custo. (FAO, 1992 *apud* GASTAL *et al.*, 2002, p. 18)

No entanto, no bojo desta discussão, cabe a pergunta: que tipo de capacitação é esta e como ela foi inserida no contexto?

Considerando o processo em análise, além dos contatos informais, apontamos sim para a necessidade de interações formais periódicas para apresentação desses conteúdos, mas pautadas em sua recontextualização e no debate baseado no “fazer” dos agricultores, ou seja, utilizando-se os dados das experiências compartilhadas. A periodicidade deste tipo de debate atenuou as dificuldades de entendimento entre atores, comuns neste tipo de processo. Já o contexto dessas interações é aquele de múltiplos sistemas de valores, forças e intenções, no qual se faz necessário

[...] valorizar o reconhecimento das hierarquizadas posições ou das distâncias sociais entre os agentes partícipes do processo de mudança social (NEVES, 2005, p. 190).

Tal reconhecimento favorece que o dito processo pedagógico não se configure como um fim, mas como um meio pelo qual busca-se a contextualização de novos componentes, num processo que deve objetivar, sobretudo, a comunicação ou, de uma forma mais ampla como colocou Neves, “incorporar referências de outros múltiplos domínios de vida social e a se comunicar com outros diferenciados discursos” (p. 190).

Na medida em que ocorreram os contatos nos lotes e também as interações decorrentes da ida dos diferentes atores a encontros em outros locais (reuniões periódicas na sede da prestadora de ATER, intercâmbios com outros agricultores não formalmente integrados à rede, etc.), novos conceitos técnicos foram inseridos no debate. Simplificações e adaptações foram feitas por parte dos atores técnico-científicos e favoreceram a contextualização destes novos conteúdos. Alguns agricultores também se valeram deste mecanismo, por exemplo, adotando o termo “espécie” (de peixe) para referirem-se ao que eles conhecem como “marca”. Entretanto, tais artifícios, por si só, não foram suficientes para a tradução destes novos conceitos em um diferente sistema de valores; isso somente foi possível quando tais conceitos emergiram de uma discussão para a resolução de problemas reais. Entendemos que o esforço deve ocorrer com o intuito de buscar mecanismos que facilitem que conceitos advindos da ciência hegemônica possam fazer sentido dentro de um sistema de pensamento que tende ao indutivo.

De modo geral, as experimentações foram acrescidas do registro sistemático das informações produtivas (ex. crescimento, conversão alimentar e mortalidade dos peixes; indicadores de qualidade da água; receitas e despesas; etc.). Tais registros também serviram de base ao diálogo, pois seus significados atuaram como elemento comum aos atores, propiciando um espaço de intersubjetividade. Com a experiência, então, dois “núcleos” de saber foram modificados – dos agricultores e dos atores técnico-científicos – e outro, comum a todos, foi constituído: um saber contextualizado.

4 Um novo discurso produzido – os novos saberes de quem é de “lá”

No início da interação, foi feito um esforço no sentido de entender as práticas relacionadas à piscicultura vigentes no contexto, bem como de registrar conteúdos do discurso dos agricultores que subsidiassem o aprofundamento desse entendimento. Vários elementos foram percebidos e sistematizados, no início, revelando aprendizados e inovações anteriores afetos à temática de piscicultura (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais inovações relacionadas à piscicultura presentes nos discursos* de agricultores familiares do Nordeste Paraense.

Ocorrência	Síntese da inovação
Peixes apresentando baixo crescimento e alta mortalidade	É preciso alimentar os peixes; a água somente não é capaz de fazê-los crescer e sobreviver
Muitos peixes pequenos no início da criação e poucos peixes grandes no final	É comum a ocorrência de roubos; a vigilância dos peixes é necessária e faz com que seu desaparecimento diminua
Mortalidade sucessiva de alevinos	A prévia adubação da água do tanque de criação com esterco faz com que a mortalidade dos alevinos diminua
Desaparecimento de alevinos	A utilização de tanques protegidos, como os tanques-rede, evita a predação de alevinos e assim seu desaparecimento
Mortalidade súbita dos alevinos ao serem colocados nos tanques de criação	A soltura de alevinos no tanque de criação deve ser precedida de um período de aclimação, para que a temperatura da água onde estão contidos os alevinos se iguale à da água do tanque
Mortalidade dos peixes	A alimentação dos peixes com massa de mandioca fresca pode causar sua mortalidade
Peixes (tambaquis) não conseguindo se alimentar	O oferecimento de alimentos que afundam dificulta sua alimentação e assim seu crescimento (estabelecimento de relação com o hábito alimentar dos peixes na natureza)
Doença e morte súbita de peixes	Nos sistemas abertos, após enxurradas, os peixes podem adquirir doenças ou ocorrer mortalidade em função da mudança das características da água
Peixes crescendo melhor	Em comparação às condições de falta completa de ração, a utilização de ingredientes do próprio lote para a alimentação dos peixes faz com que eles continuem crescendo, embora menos que com a ração comercial
Dificuldade de despesca dos peixes e rompimento de barragens	Tanques escavados possibilitam despescas mais fáceis, pois seus fundos são nivelados e normalmente não estão sujeitos às enxurradas
Busca fracassada de determinados tipos e preços de ração no mercado local	As rações recomendadas por técnicos ou amigos, muitas vezes, não estão disponíveis no mercado local, bem como seus preços são mais altos que os anunciados
Peixes apresentando melhor sabor	Peixes alimentados com o fruto local chamado de taperebá apresentavam sabor diferente que os alimentados com rações comerciais

Conforme a Tabela 1, o saber local a respeito da piscicultura já era bastante diversificado e fora adquirido, salvo poucas exceções, com as experiências de insucesso do passado. Entretanto e de modo geral, as informações locais a respeito da piscicultura não constituía um conjunto coeso o suficiente para viabilizar a sobrevivência dos peixes e término dos ciclos produtivos sem prejuízos financeiros. Isto porque a piscicultura ainda

estava (e está) sendo incorporada ao saber-fazer e itinerários produtivos locais.

A partir do diálogo, por sua vez facilitado pelos meios acima expostos, novos elementos, conceitos e abordagens surgiram no discurso dos diferentes atores, dentre os quais aqui daremos ênfase aos agricultores. A partir do discurso, foram encontrados indicativos suficientes para se poder afirmar que o conjunto de saberes relacionado à piscicultura

havia se tornado localmente mais coeso, tanto no que se refere à atividade em si, quanto às suas formas de gestão, coletiva ou individual. De modo geral, alguns princípios passaram a compor o conjunto referencial que orienta as práticas dos agricultores, dos quais se destaca, inicialmente, a percepção dos limites da atividade. Esta afirmação pode ser exemplificada por uma das falas que a isto remete: “alguns pensam que criar peixe é jogar ele na água e só pegar o peixe de 5kg [...] a quantidade de peixe que coloca depende da capacidade de alimentação do espaço” (A6). Foram, então, frequentes as menções que aludiam ao fato de que o quantitativo desejado (de peixes) estava condicionado à disponibilidade de recursos, sobretudo físicos e financeiros, fato até então pouco considerado.

Outro indicativo foi o da limitação operacional de alguns tipos de sistema, especialmente os abertos, chamados localmente de “barramentos”. Em tais sistemas, é aproveitada a existência de um curso de água natural (nascente ou pequeno igarapé), fazendo com que estes, caracteristicamente, estejam vulneráveis às enxurradas, que por sua vez alteram repentinamente a qualidade da água do ambiente de criação. Entre outras limitações desse sistema, o comprometimento da despesa também passou a ser percebido: “o barramento é mais difícil porque não dá pra botá rede quando tá cheio, só despesa quando esvazia a água” (A4). Neste sentido, os agricultores tenderam também a declarar as vantagens dos sistemas fechados (tanques escavados, que funcionam independentemente do barramento de um curso d’água), tal como a de que “o manejo e a captura dos peixes fica mais fácil” (A6), bem como seus inconvenientes.

Integraram-se também ao discurso aspectos relacionados à necessidade de cuidados especiais com os alevinos. Da mesma forma, diversos aspectos relacionados à qualidade da água foram mencionados gradativamente ao longo do processo, de modo que a dinâmica de qualidade da água, cujo entendimento é de relativa complexidade e exige a compreensão de conceitos tais como pH, oxigênio dissolvido, luminosidade, etc., foi em grande parte incorporada ao discurso; da mesma forma a inter-relação entre estes conceitos, de maneira que, inclusive, resoluções

de problemas desta natureza puderam ser conduzidas pelos próprios agricultores, após o primeiro ano de interação.

Diversas menções referiram-se à necessidade de planejar os gastos destinados à compra de ração, bem como à administração deste alimento. Isto está associado aos relatos sobre a importância do emprego de taxas de alimentação diferenciadas, ao longo do ciclo. Neste sentido, foi diversamente expresso que o consumo de ração se dá em um processo de competição entre os peixes, “[...] uns come mais outros menos [...]” (A1), ao passo que passaram a relacionar tal fato, tanto na prática quanto no discurso, com o manejo da quantidade e da qualidade do alimento oferecido, que proporciona benefícios e, ao mesmo tempo, exige o planejamento do uso de recursos financeiros. Deve-se acrescentar a verbalização dos ganhos em se respeitar a densidade de estocagem (número de peixe/m²), tanto no sentido do crescimento dos peixes quanto naquele de evitar a ocorrência de doenças.

Referências também surgiram em relação à gestão coletiva da atividade (por intermédio das associações). Neste âmbito, foram frisadas as dificuldades de manutenção dos compromissos firmados, bem como a necessidade de mobilização e animação dos membros das associações no que se refere às responsabilidades a serem assumidas por cada sócio. Também, a “[...] dificuldade de tomar decisões coletivas” (A5) foi associada aos atrasos de planejamento que algumas vezes ocorreram nestes processos, em função da decisão coletiva. Por outro lado, o “companheirismo” e a confiança foram destacados pelos agricultores como componentes fundamentais, que atuam de forma simbiótica nestes processos.

Considerações finais

Consideramos que a criação de um espaço de construção de saberes foi favorecida (ou limitada pela falta) pelos elementos: interdisciplinaridade; continuidade e frequência de interações entre atores; valorização dos aspectos pessoais; reconhecimento das relações de poder; recontextualização com protagonismo do agricultor e uso do registro de dados produtivos. Na ação, tais elementos,

estiveram imbricados entre si e favoreceram a compreensão das estratégias produtivas utilizadas pelos agricultores e vice-versa.

De modo geral, foi possível identificar que os agricultores e atores técnicos científicos conectaram novos aspectos técnicos, sociais, econômicos, ambientais e legais aos seus conhecimentos e sistemas de valores, fato que foi representado pelo surgimento de um novo discurso comum. Atribuímos tal fato também à predisposição dos sujeitos em relação ao objeto, ou seja, à piscicultura e à interação. Neste sentido, Matos (2007) coloca que “o sujeito do processo deve ser a comunidade, a partir de suas próprias iniciativas”, haja vista que estas detêm capacidade. O embate entre as premissas locais e as técnico-científicas, então, deu-se em função da dificuldade de transposição da sistemática oriunda da ciência hegemônica para o meio local, onde figuram os valores dos agricultores, e vice-versa.

Referências

- CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.
- CUNHA, R. B.; PRADO, G. V. T. A produção de conhecimentos e saberes do/a professor/a-pesquisador/a. *Educar*, Curitiba, n. 30, p. 251-264. Editora UPPR. 2007.
- FURTADO, E. D. P. Educação popular: construindo autonomia com comunidades e populações tradicionais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 5., 19-22/set. 2005, Recife. *Anais...*, Recife, 2005.
- GASTAL, M. L. et al. *Método participativo de apoio ao desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002. 34 p. (Documentos / Embrapa Cerrados, 51).
- GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo da reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 89-122, 2007.
- JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia Social*, v. 16, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.
- MARANDINO, M. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, p. 95-108, maio-ago. 2004.
- MATOS, A. G. Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social. *Revista NEAD – Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural*, Brasília, Ministério de Desenvolvimento Agrário, out. 2002. Artigo do mês. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=15>>. Acesso em: 21 nov. 2007.
- MEIRELLES, B. H. S.; ERDMANN, A. L. A interdisciplinaridade como construção do conhecimento em saúde e enfermagem. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 14, n. 3, jul./set. 2005.
- MINAYO, M. C. S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? *Saúde e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 42-64, 1994.
- MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuições para o debate. *Raízes*, Campina Grande, v. 26, n. 1 e 2, p. 128-139, 2007.
- MOTA, E. A. D. *Saberes e conhecimentos docentes: experiências da formação e experiências da profissão*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.
- NEVES, D. P. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural. In: MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELOS, H. E. M. (Orgs.). *Agricultura familiar e abordagem sistêmica*. 1. ed. Aracajú: SBSP, 2005. 398 p.
- OLIVEIRA, C. D. S.; VEIGA, I.; KATO, M. S. A. Percepção de agricultores familiares sobre uma intervenção técnica: roça sem queima. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1., 2006, Niterói. *Anais...* Niterói: RER, 2006.
- RAPIMÁN, D. Q. Saberes y conocimientos indígenas en la formación de profesores de educación intercultural. *Educar*, Curitiba, n. 29, p. 223-239, 2007.
- RÖLLING, N. Facilitating Sustainable Agriculture: Turning Policy Models Upside Down. In: SCOONES, I., THOMPSON, J. (Orgs.). *Beyond Farmer First: Rural People's Knowledge, Agricultural Research and Extension Practices*. London: IT Publications, 1994. p. 245-248.
- SAGARPA (Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación). *Informe de Evaluación Nacional (Preliminar) – Subprograma de Investigación y Transferencia de Tecnología*. México: SAGARPA, FAO, 2004. 161 p.
- SARTRE, X. A et al. Identificação e avaliação da diversidade dos tipos de exploração do ambiente na Amazônia Oriental. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 207-220, jan./abr. 2005.
- SIMÕES, A. *Novas competências para a ATER: o desenvolvimento rural visto como diferentes regimes de ação*. In: MOTA, D. M. et al. (Orgs.). *Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica*. 1 ed. Aracajú: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 199-222.
- TAVARES, F. B.; VEIGA, I. Diversidade de saberes e práticas relacionadas à gestão das pastagens em uma localidade da fronteira agrária da Amazônia Oriental. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v. 2, n. 3, jul./dez., 2006.
- VEIGA, I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar da Amazônia. In: SIMPÓSIO LATINO AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS, 5. e ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 5., 2002, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: SBSP, 2002.
- WERNECK, V. R. Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 173-196, abr./jun. 2006.

Carne ovina, turismo e desenvolvimento local: potencialidades para o Mato Grosso do Sul*

Sheep meat, tourism and local development: potentialities for the Mato Grosso do Sul/Brazil

Viandes de mouton, du tourisme et développement local: potentiel pour le Mato Grosso do Sul/Brésil

Carne de ovino, turismo y desarrollo local: potencial para el Mato Grosso do Sul/Brasil

Milton Augusto Pasquotto Mariani**

Andre Sorio***

Dyego de Oliveira Arruda****

Recebido em 20/4/2010; revisado e aprovado em 9/7/2010; aceito em 18/10/2010

Resumo: O Mato Grosso do Sul é um importante destino do turismo brasileiro, sobretudo no que se refere aos seus recursos naturais e localização estratégica. Porém, aos turistas que visitam os atrativos locais são oferecidas poucas possibilidades de ampliar suas experiências de viagem. Assim, este trabalho tem como objetivo demonstrar a receptividade à criação de festivais gastronômicos com base na carne ovina nas principais cidades turísticas do estado, de modo a analisar a possibilidade de criação de produtos turísticos complementares aos já existentes, fomentando o desenvolvimento local. Foram aplicados 342 questionários nas principais cidades turísticas sul-mato-grossenses, de modo que se observou que, em linhas gerais, é alta a receptividade aos festivais gastronômicos com base em carne ovina.

Palavras-chave: Festivais Gastronômicos. Desenvolvimento Local. Gastronomia. Mato Grosso do Sul. Turismo.

Abstract: Mato Grosso do Sul is an important Brazilian tourism destination, especially with regard to its natural resources and strategic location. However, tourists who visit the local attractions are offered few opportunities to broaden their travel experiences. This work aims to demonstrate responsiveness to the creation of food festivals based on the lamb in major tourist cities in the state in order to examine the possibility of creating additional tourism products to existing foster local development. 342 questionnaires were applied in major tourist cities of Mato Grosso do Sul, so it was observed that, in general, is high receptivity to food festivals based on lamb meat.

Key-words: Gastronomic Festivals. Local Development. Gastronomy. Mato Grosso do Sul. Tourism.

Résumé: Mato Grosso do Sul est une destination touristique majeure brésilienne, en particulier en ce qui concerne ses ressources naturelles et son emplacement stratégique. Toutefois, les touristes qui visitent les attractions locales sont offerts peu d'occasions d'élargir leurs expériences Voyage. Ce travail vise à démontrer la réactivité à la création de festivals alimentaires à base de l'agneau dans les villes touristiques de l'État afin d'examiner la possibilité de créer des produits touristiques existants supplémentaires pour favoriser le développement local. 342 questionnaires ont été appliqués dans les villes touristiques du Mato Grosso do Sul, il a fait observer que, en général, est une réceptivité élevée aux festivals alimentaires à base de viande d'agneau.

Mots-clés: Gastronómicos Festivals. développement local. Gastronomía. Mato Grosso do Sul. Turismo.

Resumen: Mato Grosso do Sul es un importante destino turístico de Brasil, especialmente en lo que respecta a sus recursos naturales y ubicación estratégica. Sin embargo, los turistas que visitan las atracciones locales se ofrecen pocas oportunidades para ampliar sus experiencias de viaje. Este trabajo tiene como objetivo demostrar la capacidad de respuesta a la creación de festivales gastronómicos a base de cordero en las ciudades turísticas más importantes en el estado a fin de examinar la posibilidad de crear productos adicionales a los existentes el turismo fomentar el desarrollo local. 342 cuestionarios fueron aplicados en las ciudades turísticas del Mato Grosso do Sul, por lo que se observó que, en general, una alta receptividad a los festivales de comida a base de carne de cordero.

Palabras clave: Festivales Gastronómicos. Desarrollo Local. Gastronomía. Mato Grosso do Sul. Turismo.

* Este trabalho, fruto do projeto de pesquisa intitulado "A carne ovina como possibilidade de desenvolvimento do turismo com base regional e local", contou com o financiamento e apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Especiais agradecimentos devem ser dispensados a esta instituição, o que não invalida a responsabilidade dos autores por quaisquer erros e/ou omissões do trabalho.

** Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: miltmari@terra.com.br

*** Agrônomo. Especialista em Administração Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: andre@sistemavoisin.com.br

**** Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista do CNPq em projeto de pesquisa acerca da atividade turística. E-mail: dyego.arruda@gmail.com

Introdução

O estado de Mato Grosso do Sul é um relevante destino do turismo brasileiro, exercendo importância através de suas belezas naturais, sobretudo do Pantanal e da Serra da Bodoquena, onde estão localizados os municípios de Corumbá e Bonito, respectivamente. Não obstante, outras localidades, como Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, destaca-se como local de atração para o turismo de compras, ao passo que a capital Campo Grande e a cidade de Dourados não devem ser desprezadas como polo do turismo de eventos.

Porém, aos turistas que visitam as cidades sul-mato-grossenses são oferecidas poucas possibilidades de ampliar sua experiência de viagem, através do contato com o patrimônio cultural do estado e de suas distintas regiões. Por exemplo, a importância histórica de Corumbá ou de Porto Murtinho (ambas no Pantanal), via de regra, são desprezadas pelos roteiros turísticos, que se concentram na divulgação de atrativos ligados à natureza.

Gastal *apud* Castrogiovanni (2001) salienta que, mesmo aos destinos pautados pela paisagem natural, agreguem-se apelos culturais e artísticos, como gastronomias locais e étnicas, artesanato, manifestações folclóricas e populares. A cultura como produto está presente naqueles objetos em que os processos culturais ficam marcados, como obras de arte, arquitetura, artesanato e gastronomia.

A busca pelo típico está entre as muitas formas de diferenciação encontradas pelo turismo, em sua incessante necessidade de constituição de produtos que atraiam turistas. A gastronomia pode ser, nesse sentido, um subterfúgio para a particularização da atividade turística, pois conforme afirma Lobo (2008), a culinária brasileira é extremamente rica e variada, tanto em função da amplitude territorial do país quanto da miscigenação cultural.

Segundo Medeiros e Santos (2009), há diversas maneiras de se trabalhar a gastronomia, sendo que, pelas definições aventadas pelas autoras, ela pode ser considerada oferta técnica, oferta diferencial e/ou complementar ou até oferta principal dos roteiros turísticos. Uma das maneiras que mais têm sido exploradas,

nos dois últimos casos, é o uso de eventos e/ou festivais de cunho gastronômico.

Dadas as suas peculiaridades, os festivais gastronômicos são iniciativas que visam a promoção e incremento do destino turístico, sobretudo em períodos de baixo fluxo de turistas por questões sazonais, de modo que podem constituir a própria atração turística de uma localidade, ou exercer papel de complemento à atrações principais. Tipifica-se, no entender de Medeiros e Santos (2009), pelo aumento do tempo de permanência dos turistas nos destinos turísticos; pelo aumento de renda e consequente geração de empregos.

Assim sendo, os festivais de cunho gastronômico podem constituir-se elementos de promoção do desenvolvimento local, dadas as relações íntimas que nutrem com o processo de geração de renda nas comunidades locais, em concomitância com a preservação e disseminação das mais diversas culturas das regiões onde são empreendidos.

A carne ovina, dadas as suas propriedades organolépticas que lhe conferem cor, sabor e aroma diferenciados, tem a possibilidade de constituir o produto principal de festivais gastronômicos, agregando elementos na atividade turística desenvolvida no Mato Grosso do Sul. Assim sendo, pode-se propiciar o aumento do contato do turista com a cultura sul-mato-grossense, tendo como subterfúgio a promoção de festivais gastronômicos, fomentando assim o desenvolvimento local.

Em face da inexistência de um evento gastronômico à base de carne ovina que tenha se consolidado como produto turístico no Mato Grosso do Sul, duas questões são aventadas em qualquer iniciativa de fomento a tal atrativo: a disponibilidade de matéria-prima e a receptividade dos turistas e residentes locais acerca da possibilidade de criação de tal evento.

Segundo dados do IBGE para o ano de 2007, o estado de Mato Grosso do Sul conta com um rebanho ovino de pouco mais de 460 mil cabeças, número que vem crescendo desde os idos da década de 1990, consolidando-se como o 8º maior rebanho do país e o maior da região Centro-Oeste, de modo que as principais concentrações de animais e dos abates localizam-se próximos dos municípios turísticos.

Não obstante, quanto à receptividade dos turistas e das populações locais acerca da

criação de festivais gastronômicos com base na carne ovina, com suas devidas influências da cultura local nos métodos de preparo, são poucos ou quase inexistentes os estudos que tenham como premissa tal foco de análise nesses municípios. Ademais, levando-se ainda em conta o fragmentário teórico do desenvolvimento local, nota-se também que o estado da arte desta temática é escasso de análises acerca da gastronomia e do turismo.

Sendo assim, em virtude do exposto supracitado, o presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar a receptividade dos turistas e residentes locais das principais cidades turísticas de Mato Grosso do Sul acerca da criação de festivais gastronômicos com base na carne ovina, analisando como tais eventos podem ser promotores do desenvolvimento local dos municípios pesquisados.

O problema que norteou a realização das pesquisas foi o seguinte: quais as possibilidades de criação de festivais gastronômicos com base na carne ovina, e como tais eventos podem constituir-se produtos turísticos e, assim, fomentar iniciativas de desenvolvimento local?

As informações resultantes das análises realizadas são de interesse tanto do *trade* turístico quanto do sistema agroindustrial da carne ovina, além de, particularmente, dos agentes formuladores de políticas públicas do Estado, mormente no que se refere à promoção do turismo e planejamento dos destinos turísticos.

1 Turismo, gastronomia e desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul apresenta diversas características que o tornam destino turístico de interesse crescente, entre elas: grande quantidade e diversidade de atrativos naturais; expressivo número de empreendimentos que exploram o turismo; existência de projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); localização estratégica no centro da América do Sul e proximidade com São Paulo, o principal centro emissor, mas também com o Sul do país, que é importante origem de turistas para o Estado (BARBOSA; ZAMBONI, 2000; ALMEIDA, 2002).

A exploração turística do atual estado de Mato Grosso do Sul iniciou-se com a pesca

esportiva, na década de 1960. Paralelamente à atividade pesqueira, o estado vinha recebendo uma demanda turística interessada em observar as belezas naturais do Pantanal, o que se acelerou a partir da década de 1980. Posteriormente, ganhou importância o turismo na Serra da Bodoquena, especialmente no município de Bonito (ALMEIDA, 2002; MARIANI; SORIO, 2008). Em Ponta Porã, o turismo de compras se desenvolveu paralelo a esse movimento, atraindo pessoas de todo o estado e também do Mato Grosso, do Oeste paulista, do Triângulo Mineiro e do Sul de Goiás. Campo Grande é o principal entreposto do corredor logístico que liga a porção oeste à porção leste de Mato Grosso do Sul, e Dourados, por seu turno, é o ponto de parada daqueles que se dirigem de Campo Grande a Ponta Porã e, conseqüentemente, ao vizinho Paraguai.

O turismo tem efeito direto e indireto na economia de uma localidade ou região onde é empreendido. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e de apoio. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo. Trata-se de um dinheiro que foi trazido pelo turista, mas que será gasto por outrem. Numa terceira etapa de circulação do dinheiro do turista estão os efeitos induzidos, que são constituídos pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos prestadores dos serviços turísticos e similares (BARBOSA, 2005).

O turismo no estado hoje movimenta uma grande quantidade de recursos e desperta interesse por parte do investidor, devendo estar próxima uma transformação no mercado turístico de Mato Grosso do Sul, que irá gerar maiores investimentos e fluxo turístico. No entanto, os *resorts* e grandes hotéis, ao se implantarem, assumem parceria com o setor público e procuram tirar o máximo de vantagens dessa alocação, conseguindo incentivos fiscais e infraestrutura, sob o pretexto de colocar o novo e o exótico para o mercado nacional e internacional. Para os governos, isso é suficiente. Porém, as grandes empresas se esquecem de incluir os residentes em seus projetos e os governos não costumam exigir que

sejam feitas parcerias com as comunidades receptoras (ALMEIDA, 2002; CORIOLANO *apud* CORIOLANO, 2003).

Justamente uma das formas das comunidades se inserirem no contexto turístico é oferecer serviços como pousadas, restaurantes, bares, além de comidas típicas e produção de artesanato. A prestação de serviços relacionados à hospitalidade possibilita a agregação de valor pelas comunidades rurais, através da possibilidade de verticalizar a produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento dos produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições e outros (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003).

O aprofundamento do estudo sobre a gastronomia como manifestação cultural, e como patrimônio imaterial é cada vez mais necessário num mundo de costumes globais, onde o turismo cultural e gastronômico está em franca expansão. Há necessidade de investigar as cozinhas das diversas regiões brasileiras, assim como as cozinhas étnicas, por serem potencialmente grandes atrativos turísticos (CORNER, 2006).

A maioria dos consumidores busca a satisfação de necessidades quando se alimentam. Uns buscam alimentos mais corriqueiros – são aqueles que apenas querem comer, saciar sua fome; outros procuram pratos diferentes ou mesmo exóticos – são os que querem algo mais com a alimentação (AZAMBUJA *apud* CASTROGIOVANNI, 2001).

O turista cultural não se preocupa com o preço, mas com a qualidade dos alimentos e a fidelidade aos sabores típicos. Ele valoriza a cozinha regional e sempre retorna aos lugares que oferecem os pratos que aprecia ou, quando visita algum lugar pela primeira vez, não busca restaurantes preparados para os turistas, pois prefere ir a estabelecimentos que fazem parte da cozinha local para receber a marca do odor e sabor únicos (CORNER, 2006).

Os hábitos culinários de uma região são o melhor caminho para conhecer sua herança cultural. As preferências alimentares refletem as possibilidades naturais ou comerciais de uma região, as tradições do povo que a habita e suas técnicas de preparação. É importante valorizar o processo cultural que determinou a receita de cada alimento, de cada prato,

disseminar o respeito pela qualidade dos ingredientes e desenvolver nos consumidores a percepção de que cada ambiente deixa sua marca nos produtos alimentícios (AZAMBUJA *apud* CASTROGIOVANNI, 2001).

O Mato Grosso do Sul recebeu imigração de povos estrangeiros em sua formação étnica, como: paraguaios, portugueses, italianos, bolivianos e japoneses, que tiveram participação direta na constituição de sua vida urbana. Nesta região também aportaram muitos palestinos, árabes, sírios e libaneses, que se fixaram no início do século XX, principalmente em Corumbá e Campo Grande, tendo uma importante participação na formação da sociedade local (SOUZA, 2004; MIRANDA, 2006). Ainda hoje, Mato Grosso do Sul está entre os dez estados com maior população estrangeira com registro ativo no Brasil (SPRANDEL, 2005). Sendo assim, a confluência dos hábitos culturais de cada formação étnica do estado empresta, para a culinária, peculiaridades nos pratos, temperos e métodos de preparo, singularizando a cozinha sul-mato-grossense.

Os alimentos tradicionais da culinária cotidiana recebem inovações gastronômicas por meio de tecnologias, de misturas com sabores de outros locais e da popularização de novas receitas. A constância de determinados hábitos alimentares nas práticas da gastronomia acaba criando as “cozinhas regionais” e através das características utilizadas por elas no preparo são formados os “pratos típicos”, que se tornam símbolos locais (GIMENES, 2006).

Assim sendo, estes fatores, uma vez observados em conjunto, concorrem para a manutenção e perpetuação das culturas locais através da gastronomia. Por intermédio das cozinhas regionais e dos pratos típicos, e da conseqüente geração de renda decorrente da atividade turística, têm-se elementos de propulsão do desenvolvimento local das comunidades.

O desenvolvimento local se define como um processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, institucional e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso orienta-se para o desenvolvimento de pequenas empresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana (CORIOLANO *apud* CORIOLANO, 2003).

Conforme Coriolano (2003), o turismo é um dos mecanismos de viabilização do processo de desenvolvimento local. Sendo o turismo uma atividade de efeito multiplicador, oferece condições para o desenvolvimento de pequenas empresas, podendo beneficiar os mais pobres, como mostram algumas experiências bem-sucedidas em todo o território nacional, sobretudo no nordeste brasileiro.

O turista quer conhecer o cotidiano daquilo que é típico, não por ser diferente, mas por ser autêntico. As experiências de oferecer produtos regionais revelam-se de uma grande propriedade. Discorrer sobre cultura é referir-se a valores, crenças, costumes, tradição, artes, culinária. Revelar as expressões artísticas e as especificidades locais. Mas a cultura não é algo acabado, ela é dinâmica (BENEVIDES *apud* CORIOLANO, 2003).

Os gestores turísticos, uma vez sabedores dessa tendência da atividade turística, estão direcionando seus empreendimentos para que se tornem singulares, com a presença de manifestações e hábitos regionais, de modo a passar aos turistas impressões e percepções únicas, seja pela gastronomia, pelas manifestações artísticas ou pelos roteiros estipulados.

1.1 Festivais Gastronômicos

Os eventos e/ou festivais gastronômicos constituem iniciativas que visam a promover as cozinhas regionais. Dentro dos processos de particularização da atividade turística expressos por Gastal *apud* Castrogiovanni (2001), os festivais gastronômicos têm como característica a divulgação da cultura local, de modo que os turistas que se identificam com o sabor, o ambiente e com todo o contexto sob os quais os alimentos são servidos facilmente retornarão, nas próximas edições dos eventos. Desta feita, tem-se a efetiva promoção do turismo de base local, com os devidos efeitos multiplicadores da renda gasta pelos turistas.

Existe a intenção de transformar a culinária local não só em complemento, mas em fator desencadeante de um deslocamento. Seria a sistematização de um produto turístico a partir da culinária. Talvez tenha sido este um dos motivadores da organização de festivais gastronômicos (JAROCKI, 2009).

No entender de Medeiros & Santos (2009), não é somente o ato de provar os pratos que atraem os visitantes aos festivais gastronômicos, mas também a possibilidade de conhecer ritos e hábitos associados à gastronomia de um povo e a possibilidade de visitar atrações com essa mesma temática, como museus ou os próprios locais de procedência das matérias-primas.

Jarocki (2009, p. 335) enfatiza que:

No Brasil, para que se atingisse um número de participantes maior, os eventos gastronômicos começaram a tomar novos rumos agregando ao sabor dos pratos atrações culturais e artísticas. É o caso do festival internacional de cultura e gastronomia de Tiradentes em que famosos chefes internacionais promovem almoços e jantares, homenageiam personalidades da cultura brasileira e divulgam produtos e artesanato brasileiro. Outros festivais como os promovidos pela Associação dos Pratos da Boa Lembrança promovem um intercâmbio de chefes de uma região para outra, desafiando-os a trabalhar em cozinhas locais.

Segundo Carvalho (2008), os eventos gastronômicos constituem um negócio promissor, uma vez que se observa a existência de um público apreciador bastante vasto, o que amplia as possibilidades para os empresários que se aventuram no ramo. Além de economicamente vantajoso, os eventos de cunho gastronômico possuem um caráter social de grande relevância, dados os pressupostos de valorização cultural e fomento da localidade.

Em Mato Grosso do Sul, existem alguns festivais gastronômicos de cunho regional, relativamente conhecido, como a Festa da Linguíça de Maracaju, na cidade de Maracaju, a Festa do Porco no Rolete, na cidade de São Gabriel do Oeste, e as Festas do Peixe de Porto Murtinho e Coxim. Ambas têm como característica a iniciativa de mostrar o alimento como atrativo na captação de turistas e visitantes.

Outro exemplo, mais recente, de colocar o alimento como forma de atração turística é a Festa da Farinha de Anastácio, que dá destaque à farinha de mandioca em suas diversas formas e preparos. Até mesmo com a carne ovina, existem iniciativas incipientes de festivais culinários, em Ponta Porã, Sidrolândia e Rio Verde.

Na verdade, são diversas cidades em Mato Grosso do Sul que promovem alguns

eventos de alcance municipal, tendo a carne ovina como chamariz. No entanto, normalmente são apenas eventos com a intenção de arrecadar dinheiro para alguma entidade filantrópica, sem compromisso efetivo com a promoção e divulgação do produto em questão.

Possivelmente, o sabor, a aparência e aspectos físicos da carne ovina – maciez, textura, suculência – serão, em um futuro próximo, as principais características que poderão influenciar a demanda por carne ovina. Outras características como cor, teor de gordura e sabor também deverão influenciar a escolha do consumidor (HOLANDA JUNIOR; SÁ; ARAÚJO, 2003). Assim sendo, denota-se que os pratos à base de carne ovina podem ter condições específicas suficientes para promover um festival gastronômico capaz de atrair turistas, concorrendo para a tomada de importância do referido produto e para o desenvolvimento local dos municípios sul-mato-grossenses comprometidos com esse intento.

2 Procedimentos metodológicos

Devido à carência de informações a respeito da gastronomia como produto turístico, sobretudo no que se refere aos destinos sul-mato-grossenses, foi realizada uma pesquisa exploratória, prática utilizada quando um tema é pouco explorado ou quando as informações são muito pulverizadas, tornando-se difícil formular hipóteses precisas (DENCKER, 1998; VERGARA 2003). A pesquisa exploratória cumpre o fim de auxiliar na obtenção de respostas ao problema de pesquisa, bem como sugere a formulação de hipóteses para pesquisas posteriores.

Nos processos da pesquisa exploratória, foram aplicados 342 questionários entre os meses de dezembro de 2008 e julho de 2009, nos municípios de Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Corumbá e Bonito, que perfazem os principais destinos turísticos de Mato Grosso do Sul. Tais questionários, além de aferir a receptividade da carne ovina em possíveis festivais gastronômicos complementares aos recursos turísticos dos municípios pesquisados, também subsidiou outras informações acerca da percepção dos demandantes de carne ovina sobre o produto, fornecendo informações valiosas ao sistema agroindustrial da carne ovina, como um todo.

A escolha dos municípios onde seriam aplicados os questionários deveu-se a critérios práticos. Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Corumbá e Bonito são os principais destinos turísticos do estado, sendo que nestas cidades são numerosos os investimentos em infraestrutura turística. Todas contam com acesso pavimentado e aeroporto com pista asfaltada. Com exceção de Ponta Porã, todos os aeroportos recebem voos de carreira regulares. Os aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã são considerados internacionais, por poderem receber voos provenientes de outros países. Ademais, nestes municípios, estão localizados os maiores rebanhos de ovinos em território sul-mato-grossense.

A configuração dos questionários aplicados em cada município ficou da seguinte forma:

Tabela 1 - Divisão dos questionários aplicados, por município

Município	Questionários
Campo Grande	96
Dourados	66
Ponta Porã	68
Corumbá	50
Bonito	62
Total	342

Para aplicação dos questionários foram visitados 18 bares e restaurantes, conforme a seguinte configuração: três estabelecimentos em Campo Grande; seis estabelecimentos em Dourados; dois estabelecimentos em Ponta Porã; dois estabelecimentos em Corumbá; e cinco estabelecimentos em Bonito. A quantidade de locais escolhidos deveu-se à disponibilidade dos consumidores em responder aos questionários e também à permissão dos proprietários para a realização da pesquisa. Sendo assim, dadas essas especificidades, a pesquisa em questão classifica-se como não-probabilística por conveniência.

Em relação ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado o questionário estruturado com perguntas fechadas e qualitativas, o que confere mais agilidade à pesquisa (DENCKER, 1998). Entre outras questões, indagava-se aos indivíduos pesquisados

qual a sua receptividade acerca da criação de festivais gastronômicos à base de carne ovina – se alta, média ou baixa – e os motivos básicos que os levaram às conclusões explanadas. Assim sendo, em face do caráter dos questionários e do tratamento dos dados, a pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa.

Por fim, complementando a pesquisa de campo, foram utilizados dados secundários provenientes de extensa pesquisa bibliográfica acerca da gastronomia, turismo, ovinocultura e desenvolvimento local, de modo a corroborar ou refutar as constatações prévias obtidas com a análise dos questionários.

3 Receptividade aos festivais gastronômicos à base de carne ovina

Após o tratamento estatístico do total de questionários aplicados, chegou-se aos seguintes resultados percentuais, segmentados por município e categoria de análise, conforme se observa na tabela que segue:

Tabela 2 - Receptividade aos festivais gastronômicos com base na carne ovina por município pesquisado, em %

Município	Receptividade (em %)		
	Alta	Média	Baixa
Campo Grande	62	25	13
Dourados	70	21	9
Ponta Porã	57	21	22
Corumbá	66	26	8
Bonito	48	35	16
Mato Grosso do Sul	61	26	14

Em Campo Grande, conforme se observou na tabela, a grande maioria dos indivíduos pesquisados respondeu que teria alta receptividade a festivais gastronômicos de carne ovina. Entre aqueles que tiveram baixa ou média receptividade à ideia, um motivo recorrente constatado na pesquisa de campo foi o de que a carne ovina não teria demanda suficiente.

Analisando pesquisa semelhante, realizada em 2007, foi encontrada entre 70% dos consumidores de Campo Grande a disposição de consumir carne ovina se estivesse disponível nos cardápios; os principais motivos para não consumir foram o fato de não gostar da carne e preferir outras carnes; e o prato preferido por quase metade dos entrevistados seria iscas de carne ovina, enquanto pratos da culinária sírio-libanesa tiveram a preferência de 25% (SORIO; MARIANI, 2008).

No município de Dourados, mais de 2/3 dos pesquisados teriam receptividade alta aos festivais gastronômicos à base de ovinos, e parcela expressiva relatou que seria uma oportunidade de divulgação do município e

de incremento do consumo desta carne. Entre os que mostraram média e baixa receptividade à ideia, uma resposta frequente foi de que a carne ovina não é tradicional na região e que muitas pessoas têm aversão ao seu consumo. Fato interessante refere-se àqueles que têm baixa receptividade aos eventos em questão, que constituíram número pouco expressivo na pesquisa.

Já em Ponta Porã, mais da metade dos pesquisados tem receptividade alta aos festivais gastronômicos. Entre os que mostraram baixa receptividade à ideia, uma resposta frequente foi de que com a carne ovina não é possível realizar um evento de grande porte.

Em Corumbá, 2/3 dos sujeitos pesquisados mostraram alta receptividade à ideia. Observou-se que os costumes gastronômicos da região, que se ligam à cultura do homem pantaneiro, incluem nos cardápios altas porções de carne, de modo que, levando isso em conta, os indivíduos são pouco avessos aos festivais gastronômicos à base da carne ovina. Aqueles que relataram ter baixa receptividade aos festivais justificaram o sabor adocicado

e as características de procedência da carne como empecilhos ao sucesso de tais eventos.

Na cidade de Bonito quase metade dos sujeitos pesquisados respondeu que teria alta receptividade a festivais gastronômicos de carne ovina. Chama a atenção o fato de mais da metade das pessoas não apoiarem a ideia, alegando principalmente que a região já tem apelo turístico e a carne ovina não teria potencial de atrair pessoas para Bonito.

Por fim, agregados todos os dados para o estado de Mato Grosso do Sul, pôde-se fazer uma inferência geral, tomando-se como base as pesquisas nos municípios turísticos. Constatou-se, conforme notou-se na tabela 2, que quase 2/3 dos pesquisados teriam receptividade alta aos festivais gastronômicos, enquanto apenas 14% acham a ideia ruim, por diversos motivos, os principais ligados ao desconhecimento em relação à carne ovina.

Analisando as respostas das questões qualitativas dos questionários aplicados, constatou-se que a grande maioria dos indivíduos alegou que a produção e consumo de carne ovina podem gerar renda, empregos e divulgar as especificidades culturais das cidades onde foram realizadas as pesquisas. Assim sendo, os festivais gastronômicos com a carne ovina, uma vez sendo mecanismos que, entre outras coisas, alavancam o consumo e produção de ovinos, podem gerar os benefícios elencados.

Assim, denota-se um senso arraigado entre os indivíduos de que os festivais gastronômicos podem ser mecanismos de promoção do desenvolvimento local, dadas as especificidades destes eventos e os exemplos de sucesso que existem em vários cantos do país.

Fato interessante refere-se ao fato de que, mesmo os indivíduos que não apreciam os pratos à base de carne ovina alegaram que prestigiariam os festivais gastronômicos base de ovinos, uma vez que se interessam pelas manifestações culturais inerentes a esses eventos e pelos conhecimentos acerca da carne, história dos pratos e características de preparo. Então, para estes indivíduos, a degustação propriamente dita tem caráter secundário no motivo de visita aos festivais.

Considerações finais

Os principais destinos turísticos sul-mato-grossenses apresentam distintas peculiaridades, muitas vezes ligadas a fatores sazonais, de modo que os principais atrativos são aqueles atrelados aos recursos naturais. Ao turista, são oferecidas poucas possibilidades de ampliar suas experiências de viagem, o que reduz seu tempo de estada nos locais visitados e minimiza as possibilidades de que ele retorne.

Campo Grande e Dourados são destinos do turismo de negócios. Ponta Porã, do turismo de compras. Bonito é referência no ecoturismo nacional. Corumbá é conhecida pelo turismo de pesca, rural e histórico. O turismo em Bonito e Corumbá é marcado pela sazonalidade em função das férias, do calor e da temporada de pesca, enquanto em Ponta Porã a intensidade turística é influenciada pela cotação do dólar.

Assim, a criação de festivais gastronômicos utilizando a carne ovina como chamariz seria uma forma de se manter o fluxo turístico nas épocas que não são consideradas como sendo de alta temporada. Em linhas gerais, a ideia destes eventos encontrou alta receptividade pela população e turistas dos municípios de Mato Grosso do Sul pesquisados, sendo esta representada por quase 2/3 dos sujeitos.

Não obstante, nota-se alta rejeição aos festivais gastronômicos no município de Bonito, uma vez que os indivíduos consideram que a cidade já tem um apelo turístico consolidado, até mesmo no que tange à gastronomia, de modo que a carne ovina não teria oportunidade de inserir-se no circuito turístico local por intermédio da promoção de um festival. Ademais, em Ponta Porã, o percentual de rejeição é alto, de modo que os eventos em voga teriam maiores chances de insucesso nestas duas cidades.

Nos outros municípios que foram alvos da pesquisa, observou-se majoritariamente alta receptividade à ideia de criação de festivais gastronômicos com base na carne ovina, de modo que, nestes locais, tais eventos teriam maiores chances de sucesso e conseqüente consolidação nos circuitos turísticos locais.

Ao mesmo tempo, concomitantemente à aferição da receptividade aos festivais gastronômicos, é tarefa do *trade* turístico

organizar, junto com os estabelecimentos de alimentação, as ofertas gastronômicas que ajudem a manter os usos e costumes locais. Os procedimentos, os ingredientes indispensáveis e o tempo de preparo são de conhecimento da população local e não podem ser esquecidos e desaparecer. É importante que os pratos típicos sejam oferecidos e vendidos em todo lugar para facilitar o contato do turista com a história de Mato Grosso do Sul

A criação de uma rota gastronômica que possa unir os peixes do Pantanal e a carne ovina preparada da forma típica da região da Serra da Bodoquena poderia ser um produto turístico complementar para o Mato Grosso do Sul. Ou, então, uma rota gastronômica entre o sul do Estado – Dourados e Ponta Porã – e a Serra da Bodoquena, mostrando a importância da ovinocultura e da carne ovina para a cultura daquela região.

Assim, a inserção da carne ovina dentro dos roteiros turísticos de Mato Grosso do Sul pode trazer novas possibilidades de desenvolvimento para as localidades receptoras de turistas e as comunidades, em seu entorno.

Referências

- ALMEIDA, N. P. Segmentação do turismo no Pantanal sul-mato-grossense. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002. 143 p.
- AZAMBUJA, M. A gastronomia como produto turístico. In: CASTROGIOVANNI, A. C. *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 69-76.
- BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito (MS)*. Brasília: IPEA, 2000. 49 p.
- BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 10, n. 14, p. 107-114, fev/2005.
- BENEVIDES, I. P. O turismo e seu planejamento governamental. In: CORIOLANO, L. N. M. T. *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 41-51.
- CARVALHO, L. C. Avaliação qualitativa das preparações divulgadas no festival Brasil Sabor Brasília – Festival gastronômico de 2007. 2008. Monografia (Especialização em Gastronomia e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008, 57 p.
- CORIOLANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLANO, L. N. M. T. *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 13-28.
- CORNER, D. M. R. A gastronomia como atrativo do turismo cultural. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO NO MERCOSUL, 4., *Anais...* Caxias do Sul: UCS, 2006. 9 p.
- DENCKER, A. F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.
- GASTAL, S. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, p. 33-42, 2001.
- GIMENES, M. H. S. G. Patrimônio gastronômico, patrimônio turístico: uma reflexão introdutória sobre a valorização das comidas tradicionais pelo IPHAN e a atividade turística no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO NO MERCOSUL, 4., *Anais...* Caxias do Sul: UCS, 2006. 14 p.
- HOLANDA JUNIOR, E. V.; SÁ, J. L.; ARAÚJO, G. G. L. Articulação dos segmentos da cadeia produtiva de caprinos e ovinos – os fluxos alternativos de comercialização. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE OVINOS E CAPRINOS, 3., *Anais...* João Pessoa: EMEPA, 2003. p. 83-94.
- IBGE. *Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho*, 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=73&z=t&o=22&i=P>>. Acesso em: 8 out. 2009.
- JAROCKI, I. M. C. Circuito Delícias de Pernambuco: a gastronomia como potencial produto turístico. *Revista Turismo em Análise*, v. 20, n. 2, p. 321-344, ago. 2009.
- LOBO, H. A. S. Entre sabores e vivências: culinária típica local e ecoturismo no centro-sul do Brasil. *Revista Nordestina de Ecoturismo*, v. 1, n. 1, p. 34-50, set/2008.
- MARIANI, M.; SORIO, A. A produção de carne ovina em Mato Grosso do Sul e as potencialidades para o turismo e a gastronomia. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 46., *Anais...* Rio Branco: UFA, 2008, 17 p.
- SOUZA, J.C. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 48, p. 331-351, 2004.
- MEDEIROS, M.L.; SANTOS, E.M. Festivais Gastronômicos em Belo Horizonte – MG: Considerações sobre os reflexos gerados nos empreendimentos envolvidos. *Revista de Cultura e Turismo*, n. 2, p. 81-93, abr/2009.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. Brasília: MTUR, 2003.
- MIRANDA, L. C. A hospitalidade cuiabana e a imigração em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 29., *Anais...* Brasília: UNB, set/2006.
- SORIO, A., MARIANI, M. A carne ovina como possibilidade de desenvolvimento do turismo com base regional e local. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 5., *Anais...* Caxias do Sul: UCS, 2008.
- SPRANDER, M. Estrangeiros no Brasil: realidades e desafios. *Revista Universitas*, v. 3, n. 2, 2005.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2003.

Lutando e ressignificando o rural em campo – notas epistemológicas
The struggle for a new concept of rural space – epistemological considerations
La lutte pour un nouveau concept de l'espace rural – considérations épistémologiques
La lucha por un nuevo concepto de espacio rural – consideraciones epistemológicas

Walter Marschner*

Recebido em 22/8/2010; revisado e aprovado em 10/12/2010; aceito em 20/12/2010

Resumo: A educação do campo é caudatária de um amplo processo de ressignificação do *rural* – como espaço social historicamente subalternizado – em *campo*, como um espaço pedagógico. Também se reconfiguram, a partir deste espaço em disputa, matrizes epistemológicas. O presente artigo propõe-se, por um lado, entender como se reconstruiu sociologicamente o “espaço rural” em “campo”, tirando algumas consequências teóricas desse percurso e, por outro lado, elencar alguns aspectos que evidenciam essa reordenação epistêmica. A partir dessas evidências aponta-se para a necessidade da educação do campo assumir-se como uma construção de conhecimento na diversidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Diversidade. Educação do campo.

Abstract: The education of the country comes from an ample process of resignification of the concept “rural space” –historically understand as subaltern social space – to the concept “country”, as a pedagogical space. From the conceptual dispute about this space, there are also reconfigured epistemological matrices. The goal of this article is, on the one hand, to understand why the “rural space” was sociological reconstructed in a new concept “country”, taking off some theoretical consequences of this process and, on the other hand, to demonstrate some aspects that evidence this epistemical new ordination. From these evidences it is pointed about the necessity to affirm the education of the country as a construction of knowledge in the diversity.

Key-words: Rural Development. Diversity. Education of the Country.

Résumé: L'éducation de la campagne est caudataire d'un large processus de resignification de la ruralité – en tant qu'espace social historiquement subalterné – à la campagne comme un espace pédagogique. A partir de cet espace en discussion se voient aussi reconfigurées des matrices épistémologiques. Cet article prétend, d'une part, comprendre comment s'est sociologiquement reconstitué le concept d' « espace rural » en celui de « campagne » tout en tirant quelques conclusions théoriques, et d'autre part, indiquer quelques aspects qui mettent en évidence ce réalignement épistémique. C'est à partir de ces évidences que le besoin s'accroît pour l'éducation rurale de s'affirmer comme une construction de connaissance dans la diversité.

Mots-clés: Développement rural. Diversité. Education de la campagne.

Resumen: La educación del campo resulta de un amplio proceso de resignificación de lo rural – como espacio social históricamente subalternado – en el campo como un espacio pedagógico. A partir de este espacio en discusión, también se reconfiguran matrices epistemológicas. El presente artículo se propone, por un lado, entender como se reconstruye sociológicamente el concepto de “espacio rural” en un nuevo concepto “campo” sacando algunas conclusiones teóricas de este cambio y, por otro lado, indicar algunos aspectos que evidencian este reordenamiento epistémico. Desde esas evidencias se acentúa la necesidad, para la educación del campo, de asumirse como una construcción de conocimiento en la diversidad.

Palabras clave: Desarrollo rural. Diversidad. Educación del campo.

Introdução

Num encontro de formação o educador inicia com a pergunta: “Qual é a primeira imagem que você associa à palavra ‘rural’?”. “Uma camionete velha e dura de dirigir [...]”, foi a resposta. E mais: “[...] um ônibus sucateado transportando trabalhadores para o canal [..]” (Educandos da Pedagogia da Terra, PRONERA, Francisco Beltrão - PR).

Há cerca de 10 anos iniciou-se no Brasil, por iniciativa de sindicatos, ONGS e movimentos sociais camponeses, um conjunto de debates envolvendo desde os conceitos vigentes de desenvolvimento, políticas públicas,

até o conceito de escola para as populações rurais. Na medida em que esse debate ganhava contornos mais claros, começava a se falar de “Educação do Campo”. Nos sucessivos debates a Educação do Campo (E. do C.) passa a representar mais do que uma demanda por escolas nas comunidades rurais, assumindo uma ampla pauta de análise sobre um espaço específico da sociedade brasileira, com um elenco de ações e reivindicações visando a *ressignificação* e transformação do rural. Um sinal claro desse processo dá-se já no campo semântico: os discursos e representações sobre o espaço social passam a rejeitar a idéia do “rural” substituindo-a por “campo” como um conceito mais apropriado de espaço.

* Professor da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: walmars@ufgd.edu.br

Algumas análises apontam a E. do C. como um desdobramento das lutas por reforma agrária (MOLINA, 2005; CALDART, 2000; FERNANDES, 2004). A luta pela terra faz com que a sociedade seja literalmente reinventada, recriando o rural e resgatando “dimensões esquecidas”. Nela o campo ressurgiu como um espaço emancipatório, como território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, ao transformar-se no lugar não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à educação, à saúde, à organização da produção, pela soberania alimentar, pela preservação das águas, entre outros. A redescoberta se vincula em parte à crescente consciência das populações camponesas a respeito de sua identidade, seus direitos, e seu papel na sociedade.

As organizações governamentais e não governamentais, reunidas em torno da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, uma das protagonistas deste processo de debates, entendem que a E. do C. está numa fase de transição, necessita criar suas referências, para que a mesma não se limite a uma política de um dado governo, mas se consolide como novo paradigma de educação e desenvolvimento, baseada em uma nova base conceitual sobre o campo. Trata-se por isso de um contexto epistemológico muito rico. Conforme Caldart “o desafio teórico atual é o de construir o paradigma contra hegemônico da E. do C.: produzir teorias, construir, consolidar e disseminar nossas concepções, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as idéias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação” (2005, p. 16).

É nesse contexto profícuo de debates que situam-se as contribuições deste artigo. Propõe-se aqui uma melhor compreensão do conjunto de mudanças em curso a partir dois exercícios. Primeiro elencar elementos desde a teoria sociológica e da epistemologia para compreender as bases que fundamentam e legitimam um discurso sobre o rural, seus atores e o desenvolvimento. Segundo, partindo de uma breve sistematização de discursos e representações dos atores envolvidos nos debates da E. do C., entender como se dá uma nova leitura desse espaço chamado campo, apontando por último para novas perspectivas de análise.

O ponto de partida é a compreensão de que a luta pela terra – e o acesso a ela, seja pela conquista e assentamento seja pelas ocupações e posses – representa um processo de *reinvenção* do rural e da sociedade. Esta recriação não se restringe a uma simples justaposição social e cultural do arcaico e do moderno (em uma suposta desordem pós-moderna), mas se constitui em uma novidade. A reinvenção de rural em campo é aqui também chamada de ressignificação pois incide no contexto da linguagem e do imaginário, logrando inverter a hierarquização de espaços e de atores.

Ainda que a realidade analisada se apresente bastante complexa ao pesquisador, a perspectiva teórica deste ensaio centra-se em abordagens contemporâneas que podem ajudar a interpretar essa ressignificação do rural em campo. Teóricos da “modernização tardia” como Beck (1986) e Giddens (1995) ou da “modernidade flexível” como Baumann (2001) analisam o conjunto de mudanças do fim de século, seus impactos, como uma demanda interpretativa imposta aos sujeitos sociais, abrangendo mesmo aqueles localizados em comunidades supostamente isoladas e tradicionais. A globalização - aqui entendida como uma “técnica” que age sobre as categorias de orientação das pessoas (GIDDENS, 1999; SANTOS, 2002) - traz como uma consequência fundamental o desafio imposto aos atores sociais de reformular constantemente seus pontos de referência. Sobretudo lhes é exigido um alto nível de *reflexividade* no cotidiano. A perspectiva “pós-tradicional” de Giddens, Beck e em parte, Castells (2003) sustentam que não é possível apostar em sistemas de pertença duradouros, tais como tradição, classe, família ou religião para se formular identidades. Como sujeitos “deslocados” de suas tradições, se impõe cada vez mais sujeitos a necessidade de reflexividade como atitude cotidiana e existencial para fazer frente aos desafios do mundo global.

Como processo exemplar de reflexividade sobre um espaço socialmente constituído na tensão entre tradição e modernidade, entende-se a luta pela E. do C. como um ponto de inflexão. Por tornar-se um eixo aglutinador dos debates sobre o esse espaço social específico, a E. do C. tem sustentado uma análise social de amplo espectro que permite articular a discussão sobre o imaginário, produção de

conhecimento, conceito de desenvolvimento de sociedade num projeto coeso e integrador. O presente artigo pretende apenas dar visibilidade a alguns destes aspectos, trazendo algumas consequências teóricas.

O rural: da construção histórica de um espaço subalterno

O caráter subalterno que a sociedade ocidental atribuiu ao que chama de rural é, entre outros, fruto de um imaginário historicamente construído. O imaginário, como uma dinâmica que assumem conteúdos simbólicos numa dada sociedade, é capaz forjar juízos de valor, classificações, bem como dar vida a instituições. Laplantine, ao relacionar imaginário e ideologia aponta para as mitificações das relações reais entre os seres humanos com produtos ou instituições. O imaginário é a

[...] faculdade originária de por ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção [...] no imaginário o estímulo perceptual é transfigurado e deslocado, criando novas relações inexistentes no real. (LAPLANTINE e TRINDADE, 1997, p. 24)

Nessa perspectiva Lefebvre (2001, p. 39) sustenta que o capitalismo se construiu a partir do imaginário que conferia uma centralidade (inclusive a partir de noções e conceitos como a divisão social do trabalho, práxis, produção e reprodução, etc.) da noção de cidade e da oposição desta com o campo. Esta oposição dá-se, por exemplo, na divisão do trabalho social onde ocorre, primeiro, uma separação entre trabalho industrial e comercial (dentro do espaço urbano) e, segundo, destes com o trabalho agrícola, materializando a divisão e a oposição entre campo e cidade. Segundo Lefebvre,

O campo, em oposição à cidade, é a dispersão e o isolamento. A cidade, por outro lado, concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma sociedade. É assim porque “a existência da cidade implica simultaneamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunal, portanto, da política em geral” (2001, p. 49).

Maria Isaura de Queiroz, valendo-se das teses de Max Weber, explica que são construções históricas que distinguem o urbano do rural. Queirós (1979) aponta que tais classificações são, em última análise, produtos das mentalidades sociais baseadas em determinados modelos de organização. Em uma sociedade indígena essa distinção urbano-rural seria sem sentido, enquanto que para um membro de uma sociedade agrária a cidade seria entendida como um mero pólo administrativo a serviço das comunidades rurais¹. Assim uma sociedade que se urbanizou entende as suas cidades como autônomas observando o rural como seu subalterno. São, para a autora, tipificações ideais no sentido weberiano. O contraste cidade e campo é uma reificação.

Um campo da sociologia que contribuiu muito para essa tipificação foi a sociologia rural, especialmente a partir das referências estruturalistas da escola de Chicago. Segundo Schneider (1997), a sociologia rural norte-americana pode ser historicamente resumida em duas fases: estudos de comunidade baseados basicamente pela teoria de Ferdinand Tönnies “Gemeinschaft” (comunidade) und “Gesellschaft” (sociedade)² e que afirmavam a existência de um *continuum* entre o espaço rural e o urbano, sendo este primeiro fornecedor dos modelos de comportamento que seriam base de desenvolvimento da sociedade maior. A outra fase, a partir do final da segunda guerra mundial, se desenhava como “teoria do difusionismo” que propunha a superação da teoria do continuum, uma vez que a modernização tecnológica havia

¹ Essa foi, segundo Holanda, a realidade brasileira durante os três primeiros séculos do tempo colonial (2000, p. 89ss). A Casa Grande (FREYRE, 1996) com sua estrutura autárquica era naquele tempo centro do exercício de poder territorial enquanto que as cidades vazias destinavam-se para prestação de serviços específicos (comércio, base militar, e espaço de eventuais festas religiosas).

² Ferdinand Tönnies, na trilha de Max Weber, já apontava que o processo de modernização se desdobra necessariamente na passagem de “Gemeinschaft” (comunidade, no geral identificada com o espaço rural) para “Gesellschaft” (sociedade complexa, identificada com o meio urbano), sendo esta primeira base para constituição da segunda, uma vez que, segundo Tönnies, no processo de urbanização e complexificação das relações, os elementos da socialização básica tais como as relações horizontais de vizinhança, parentesco, relações pessoais marcadas pela confiança e reciprocidade, típicos da Gemeinschaft, são mantidos (TÖNNIES, 1991).

solapada uma base social e econômica da dicotomia "Gemeinschaft" und "Gesellschaft". Seguindo as tendências modernizantes, a sociologia passou ocupar-se da elaboração de estudos para a difusão de novas tecnologias.

Vale lembrar que no pós guerra se articula a assim chamada "revolução verde" que alterou profundamente a estrutura produtiva da de mudança através introdução da produção industrial, mecanização e o uso de insumos químicos e da escala. Segundo Duarte, (2003, p. 43) no início dos anos 1950 foram fechados diversos contratos de cooperação entre o ministério da agricultura brasileiro e norte americana Inter-American Educacion Foundation Inc. com a intenção de promover a formação técnica no campo no país. Foi criada então a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais que tinha a missão de trazer, por meio da formação técnica, desenvolvimento e segurança social (no sentido da diminuição dos conflitos sociais no campo). Esse foi a origem da EMATER que conhecemos hoje. Seus conceitos de formação partiam do premissa de que toda forma de produção baseada em métodos tradicionais representava uma barreira ao desenvolvimento industrial. Relatórios e análises deste tempo atestavam que a baixa produção poderia, com o tempo, levar os governos a problemas estruturais como inflação e insolvência. Era, portanto, urgente uma ampla mudança nas técnicas produtivas, com a introdução de um grande elenco de medidas modernizadoras para a agricultura, mecanização, fertilizantes químicos, melhoramento genético, técnicas de armazenamento, industrialização de matérias primas agrícolas, assim como o melhoramento da formação como medidas para a superação da "agricultura tradicional".

A "diffusion research" - projeto central da "rural sociology" norte americana - contribuiu muito para a relação distorcida entre cidade e campo. Baseada nas perspectivas funcionalistas de Talcott Parsons³, a "diffusion research" adotava um método behaviorista (BUTTEL *et al.* 1990, p. 43ss; SCHNEIDER,

³ O estudo de Parsons "The Structure of Social Action" teve grande impacto sobre a produção acadêmica da sociologia rural. O enfoque era de perspectiva behaviorista, visando mudança de comportamento, abrindo o mundo tradicional para a introdução de técnicas agrícolas.

1997, p. 229). Assim vigorava a compreensão de que as populações camponesas deveriam "responder a estímulos, tais como novas tecnologias agrícolas. comunicação de massa, oportunidades educativas e ocupacionais, entre outras" (BUTTEL *et al.* 1990, p. 44). Com isto estava lançada as bases para se propor o "continuum" entre centro e periferia, cidade e campo. Este segundo fadado a ser integrado ao primeiro na perspectiva do avanço da industrialização. Os agricultores eram vistos como o "atores de uma determinada propriedade ou comunidade local, que respondiam racionalmente os estímulos às novas técnicas agrícolas, da 'mass media' e da educação gerando novas oportunidades ocupacionais" (SCHNEIDER, 1997, p. 229). Ele aponta que fruto desta mentalidade é que surge conceito de extensionismo, que vai marcar profundamente os projetos de desenvolvimento rural no Brasil. Na abordagem difusionista o sociólogo é um misto de assistente social e extensionista.

Em "Extensão ou comunicação?" Paulo Freire analisa a palavra "extensão" e aponta para o universo de significações que essa palavra abarca, concluindo que o termo extensão "se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, invasão cultural, manipulação, etc." E vaticina: "Estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase 'coisa', o negam como um ser de transformação do mundo" (1983, p. 22).

A partir dos anos 60 teoria do difusionismo é colocada em xeque. Além da crise do padrão fordista de acumulação, a partir dos anos 60, a base desta crítica foi principalmente as discussões em torno da especificidade do espaço rural, em face das transformações sociais e econômicas sofridas no pós-guerra. Para Buttel e Newby (*apud* SCHNEIDER, p. 236) o que está em discussão é a idéia de que não poderia existir uma definição sociológica do rural⁴, também não poderia haver uma teoria da sociedade rural. Empiricamente o espaço

⁴ A tendência que se desenha nesta época era muito mais a elaboração de uma "sociologia da agricultura" com o estudo da estrutura da agricultura a partir de uma perspectiva crítica. A que se verifica uma forte influência da tradição marxista clássica (MARX, LÊNIN, KAUTSKY) e pelos Neomarxistas a que se destaca a obra de Chayanov, traduzida nesta época do Russo e que traz à tona um passo debate a respeito da natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura e as razões da persistência da forma familiar de produção.

rural se apresentava como uma expressão geográfica vazia de conteúdo conceitual.

Schneider (1997), ao analisar a crise da sociologia rural norte-americana dos anos 70, aponta que o conceito de rural não serve como categoria de análise, sendo, no máximo, uma noção espacial. Assim a sociologia que se ocupa com sociedades neste espaço precisam delimitar melhor o seu campo de estudo, e criar um arcabouço teórico conceitual mais amplo capaz de dar conta das transformações que se desenham (SCHNEIDER, 1997, p. 239ss).

Estas concepções levam a interpretações que afirmam a diluição das contradições e diferenças entre o rural e o urbano (IANNI, 1997), porque o tecido urbano passa a dominar toda a sociedade. Não há mais espaços geográficos e sociais para a existência de valores e modos de vida “tradicionais”, distintos, porque este tecido urbano consumiu todos os resíduos da vida agrária (LEFEBVRE, 1999). Conseqüentemente, segundo Octavio Ianni

[...] faz tempo que a cidade não só venceu como absorveu o campo, o agrário, a sociedade rural. Acabou a contradição cidade e campo, na medida em que o modo urbano de vida, a sociabilidade burguesa, a cultura do capitalismo, o capitalismo como processo civilizatório invadem, recobrem, absorvem ou recriam o campo com outros significados (1997, p. 60).

As atividades agrícolas – e, por extensão, o mundo rural – sofreram um processo de artificialização e de “desnaturalização” via uma homogeneização tecno-industrial porque “a agricultura – culturalmente distinta e identificada na superestrutura como o Outro da Natureza – torna-se agora uma indústria como qualquer outra, e os camponeses, simples operários cujo trabalho é classicamente mercantilizado em termos de equivalências de valor” (JAMESON, p. 40)⁵.

A separação e oposição entre cidade e campo – fruto da divisão social do trabalho – bloqueiam a totalidade social (LEFEBVRE, 2001, p. 49), relegando um “trabalho material

desprovido de inteligência” ao campo (idem, p. 49). Esta separação resulta na divisão de classes e na alienação e, conseqüentemente, deve ser superada. A superação (como fruto do processo histórico e da práxis da sociedade) desta oposição “[...] é uma das primeiras condições da comunidade” (idem, p. 50).

A luta pela Educação do Campo como ressignificação do rural em campo

Se considerarmos três os principais ativos estruturantes do desenvolvimento do campo - terra, crédito e educação - então veremos que este último sempre fora relegado a papel secundário pelas políticas públicas. Historicamente o espaço rural fora marcado pela ausência de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem a organização e funcionamento da escola neste espaço⁶. Como resultado da histórica ausência de políticas públicas para o campo evidencia-se hoje o problema estrutural da injusta⁷ escolarização no país.

⁶ Até a década de 40 a escola do campo estava ligada ao patronato, modelo centrado no financiamento privado, a partir da iniciativa dos grandes proprietários de terras (ABRAÃO, 1986). As iniciativas governamentais, como as “missões rurais” e a recém criada Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), primavam por uma prática de extensionismo, balizadas nas perspectivas desenvolvimentistas da época, segundo as quais o subdesenvolvimento se combatia pela “difusão” de matrizes tecnológicas concebidas no primeiro mundo. Com as Leis e Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61) a educação rural ficou ao encargo dos municípios, com a oferta de vagas escolares alcançando apenas as séries iniciais do Ensino Fundamental. Os municípios, por sua vez, passaram adotar a estratégia da nuclearização, pondo fim nas escolas existentes nas comunidades rurais. A idéia de estudar associava-se cada vez mais a necessidade de ir para a cidade. Salvo alguns movimentos de educação nas décadas de 60 e 70, organizados a partir da sociedade civil (como os Centros Populares de Cultura da UNE, da “formação sindical” pela CONTAG e Federações) e a partir do governo (como o MEB - Movimento de Educação de Base e os Círculos de Cultura Popular de Paulo Freire), o Campo só se tornou centro de atenção das políticas públicas a partir da década de 1990, com o lançamento de programas de desenvolvimento rurais sustentáveis, em parte articulados pelo movimento sindical, estes ainda bastante centrados no desenvolvimento econômico.

⁷ Segundo dados do IBGE (Censo de Demográfico de 2000), 29,8% da população adulta (15 anos ou mais) da zona rural é analfabeta, enquanto essa taxa no meio urbano é bem inferior: 10,3%. Nota-se que a capacidade de atendimento escolar próximo ao local de residência no meio rural é ideal no tocante ao ensino fundamental: 105%, ou seja, há uma sobre oferta de vagas, com taxa de 95% de crianças entre 10 a 14 anos na escola. A

⁵ Jameson afirma há um paradoxo na pós-modernidade porque a mercantilização global significa “evocar a obliteração da diferença em escala mundial e fornecer uma visão de triunfo irrevogável da homogeneidade espacial sobre quaisquer heterogeneidade que possam ainda ser imaginadas em termos de espaço global” (1997, p. 41).

Com a Constituição de 1988, a educação destaca-se como “direito de todos, dever do Estado”. Esse direito é definitivamente assegurado e regulamentado às populações do campo com a aprovação da LDB em 1996. Os artigos 23, 26 e 28 da LDB propõem uma escola específica as peculiaridades do campo, com “conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, adequação à natureza do trabalho na zona rural”. O artigo 28 é inovador por respeitar a diversidade sociocultural, fazendo a organização escolar para as peculiaridades do contexto escolar uma questão pedagógica central. Esta especificidade ganhou em 2002 legislação específica com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a educação Básica nas Escolas do Campo (resolução CNE/CEB n. 1 de 03 de Abril de 2002).

A partir deste marco legal e partindo das práticas dos Movimentos Sociais surgem no período de 1998 a 2000 as Articulações pela E. do C., nacional e estaduais. Seu papel tem sido criar, gestar, propor política pública para a E. do C. Organizada como um coletivo de educação, as organizações e movimentos da Articulação se desafiam a construir referências para a E. do C. a partir das experiências que cada uma das entidades vinha desenvolvendo. Assim as organizações passam a estruturar espaços e programas de formação.

Um novo olhar

A propósito da ressignificação de práticas e espaços Chauí (1970) entende que o mundo social produz cultura em conflito, na relação desigual de poder. No Capitalismo, o pedagógico da emancipação se dá a partir da rejeição da idéia de um campo cultural harmônico, produzido pelo consenso. A cultura é, portanto, o mundo transformado pelos

oferta de vagas para crianças de 4 a 6 anos (pré-escola) se limita contudo a apenas 24,9% e para faixa etária de 15 a 17 anos (ensino médio) não passa de 4,5%. Mas é no fator atraso escolar que se percebe claro o efeito das ausências de políticas públicas do passado: significativo: 72% dos alunos no campo contra 50% das crianças do meio urbano apresentam atraso escolar. Esse quadro estatístico reforça a imagem do campo como naturalmente atrasado, um espaço carente.

humanos a partir da sua intervenção consciente, aguçada por um movimento permanente de crítica aos valores instituídos. Nessa perspectiva um novo foco sobre o espaço rural considerando as demandas das populações camponesas baseia-se na proposição de que a modernidade e a globalização se realizam numa complexa mistura de fenômenos sociais, que não causam apenas rupturas e descontinuidades mas também trazem à tona novas formações sociais (SAUER, 2003, p. 87ss).

A E. do C., ao transcender o debate da escolarização, passa a focar o campo como um todo como espaço pedagógico, promovendo um amplo debate acerca do desenvolvimento. Dá-se assim uma ressignificação do espaço social e das práticas de seus atores.

Com intuito de dar mais visibilidade a esse processo é apresentado nos tópicos a seguir parte de um elenco de desafios que se a E. do C. tem pautado, organizado aqui na forma de 5 tópicos. Os conteúdos em boa parte são resultantes das sistematizações dos diversos encontros e debates ocorridos nos movimentos sociais, organizações não governamentais e fóruns populares. Foram analisadas atas e relatórios dos diversos momentos da constituição da Articulação Paranaense por uma E. do C., bem como oficinas de formação de planejamento territorial, promovidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) no Sudoeste do Paraná abrangendo o período de 2002 a 2007⁸.

Ressignificando o saber e o ser humano

Era do sistema assim como eu fui criado: ponhá primeiro o que era necessário para a sobrevivência. Porque tem hoje agricultor que vende tudo e depois tem que ir na venda comprar a semente. Eu tirava da colheita a semente guardava e também o que era do ano aquilo não existe para outro fim. A gente se criou com esse sistema. (Assentado, Francisco Beltrão - PR)

A E. do C. parte de uma visão de ser humano, que interage com os processos naturais pelo trabalho na terra. Nessa ativi-

⁸ Boa parte material não foi publicado. Material pesquisado nos arquivos da ONG ASSESOAR (Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural), em Francisco Beltrão, Paraná. Os fragmentos de falas e depoimentos são parte de material empírico do autor.

dade os camponeses elaboram um saber que o insere numa totalidade. Trata-se de um "saber-fazer". Com seu trabalho o camponês não apenas realiza a produção, mas se insere numa totalidade simbólica⁹. Esse saber não se restringe apenas ao mundo do trabalho no campo, mas também ao mundo das relações de sentido.

O saber do agricultor sobre solos e as plantas é visto aqui como um sistema cognitivo, onde a apreensão do real possibilita a sua constante adaptação ao meio, dando respostas a mudanças do ambiente natural e social. Como diz o poeta: "a gente cultiva a terra e ela cultiva a gente" (Zé Pinto). No trabalho da terra, cultivo e cultura se associam criativamente.

O avanço do capital agro-industrial impôs limites ao saber fazer dos povos do campo. Trata-se de um processo onde fazer é separado do saber, numa sistemática subordinação no trabalho, na escola, no trabalho, na vida. Aqui dão-se duas formas de subordinação do campo: não só a subordinação ao modo de produção capitalista, mas a uma forma de compreensão da realidade, agora hegemonizada pela cidade. Este é o grande embate de projetos de vida do campo, não raro marcados por uma enorme fragilidade da auto-estima, especialmente entre os jovens do campo, um sentimento de fracasso¹⁰ que por

vezes materializa-se em auto-exclusão. Se o trabalho da terra é a realização de ações simbólicas, então a produção de conhecimento a que a E. do C. se propõe deve vincular saber e fazer. Na perspectiva do conhecimento formulado a partir práxis dos movimentos sociais populares, representa uma oposição à concepção positivista de conhecimento, firma-se a unidade entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Há o princípio da unidade entre o que sabe e o que atua: só faz melhor quem melhor compreende e compreende não só no contexto da intervenção imediata, mas também do horizonte, sustentando projetos de longo prazo.

Centradas nas concepções pedagógicas de Paulo Freire, a E. do C. propõe assim superar a dimensão *propedêutica* da educação, encontrando alternativas ao saber instrumental, saber que é limitado ao ensinar habilidades para algum trabalho, mas que não potencializa sujeitos a uma leitura de seu contexto e ao pensar e construir um projeto estratégico de sociedade.

É neste contexto que o saber tradicional (do trabalho e das relações interpessoais e sociais imediatas) normalmente qualificado como inferior desde a ciência, pode transformar-se em conhecimento. Nesse sentido articula-se os princípios da Educação Popular com a E. do C., isto é, quando ambas perspectivas apostam na construção de conhecimento para transformação de sujeitos e estruturas.

Duarte (2003) acrescenta aqui que o campo se ressignifica como espaço pedagógico. Nesse sentido é que se entende que a E. do C. é maior que a escola. No capitalismo, o saber popular, assim como a ciência (diferentes formas de conhecimento), enquanto componentes da cultura humana, impactam toda a sociedade, na medida em que são produzidos e apropriados com condicionantes e condicionam as relações de poder inclusive no viver cotidiano, na dinâmica das classes sociais. É por isso que o conhecimento é fruto dos processos sociais, sendo dirigido a partir de intencionalidades manifestas, de classe ou não.

Por isso já não se fala apenas em formação para agricultores, mas em Educação do Campo, como uma ampliação dos horizontes do projeto. Para além de capacitações técnicas reflete-se sobre a amplitude do projeto,

⁹ Com a noção de totalidade simbólica reporto-me à Lewis Strauss, para o qual não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida. Essa apreensão se faz pelo trabalho no interior de um processo de relações sociais que transforma a natureza. Segundo Woortmann, ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p. 15).

¹⁰ O fracasso das políticas de educação do campo, a exemplo das escolas técnicas, é explicado majoritariamente pelo fato destas não formarem os educandos para a sua viabilização nas unidades produtivas, mas formarem mão-de-obra para as empresas agropecuárias. Nesse sentido elas cumprem o que reza o preconceito, de que "se estuda para não sofrer mais na roça". Além disso os programas formativos vinculam os educandos ao projeto do agronegócio, o que, a médio prazo, se mostra projeto inviável. Em segundo lugar explica-se a incompatibilidade entre formação e estrutura disponível (crédito, terra) para implantar o projeto. Como um elemento novo percebe-se um crescimento no mercado de trabalho por técnicos com uma formação mais ampla, absorvendo os egressos dos cursos pós-medio e terra solidária nas entidades sindicais e cooperativas.

dos campos de saberes que precisam ser articulados e do reconhecimento público, das conquistas políticas para os trabalhadores do campo.

Essa consciência não se constrói sem contradições. Os depoimentos coletados em parte apontam que predomina ainda o senso comum, de que E. do C. é um instrumento para fixação das pessoas, para *“mostrar a importância de ficar no campo”*. Mesmo assim a E. do C. figura como formação para uma nova relação com seu espaço, educação para a cidadania. Neste sentido ela deve extrapolar o âmbito das atividades agropecuárias. Partindo da ênfase aos saberes locais - *“voltado para as nossas raízes”* - deve buscar por uma formação ampla sobre o campo, condição para que se alcance uma vida digna. A E. do C. deve permitir que *“o campo se imagine, se pense”*, processo que é base de toda criatividade e autonomia.

Ressignificando o desenvolvimento

Sempre tivemos uma prática pautada em uma visão economicista onde o processo de desenvolvimento não passa pelo coletivo. Este processo coloca a margem as pessoas, a cultura. A monocultura é uma visão seguida pelas pessoas sem muita discussão. Por isso é preciso construir no território a idéia que os alimentos são mais importantes que o dinheiro.

Quando se fala em desenvolvimento se cria uma confusão. Como pensar em desenvolvimento sem crescimento econômico? Por outro lado, este crescimento não tem trazido desenvolvimento para todos. (Depoimentos de participantes da Oficina de Desenvolvimento Territorial de Francisco Beltrão promovidas pelo SDT/MDA)

A agricultura familiar e camponesa tem uma grande função social que é a autonomia de produzir alimento, restabelecer a biodiversidade. No contexto dos assentamentos de reforma agrária, bem como nas comunidades de agricultores familiares ainda se observa a predominância de relações sociais mais ou menos horizontais, não raro articuladas por laços de reciprocidade, familismo, vizinhança. Essa gama de relações ainda se distinguem da impessoalidade e do caráter abstrato das relações urbanas e é frequentemente a base subjetiva de iniciativas de cooperação.

No campo econômico a manutenção, ainda que cada vez menos representativa, de uma economia não monetarizada, centrada na subsistência articulada com a gestão de uma diversidade de iniciativas produtivas, faz de muitos atores sujeitos capazes de pensar a solução de seus problemas de forma global e integrada. O projeto de desenvolvimento:

[...] implica em repensar a posse e uso da terra; implica em revalorizar socialmente a produção de alimentos diante do contexto da fome; em equacionar a falta de moradia; a cultura e a recuperação da memória; em democratizar o conhecimento; implica, por fim, em acessar os bens sociais do transporte, da comunicação, da informática. (depoimentos em encontro de formação municipal)

Partindo da perspectiva das mudanças culturais, o espaço rural é redescoberto como lugar para a geração e manutenção de identidade. Já a partir da perspectiva política, o espaço rural é apresentado como lugar da ampliação de uma nova prática dos movimentos sociais com as lutas por terra e com a promoção de uma política local mais democrática e efetiva. Prima-se então pela abordagem territorial, multidimensional e de caráter endógeno, baseada no protagonismo dos sujeitos locais. Procura-se, dessa forma, evitar modelos de desenvolvimento descontínuos e marcados pela dependência, pelo clientelismo, traços típicos das políticas municipais sujeitas as constantes mudanças de mandatos.

Assim pensar uma E. do C. é pensar o campo para além da dimensão econômica, envolvendo culturas, meio ambiente, cidadania. O campo é entendido como o lugar para o exercício de uma dinâmica sócio-econômica e territorial, onde as pessoas, através de relações horizontais, criam diversas alternativas econômicas, exercitando uma espécie de governança a partir do local, oferecendo-lhes uma saída as pressões da globalização. Um território onde as dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais são consideradas de forma integrada, compondo a complexidade do desenvolvimento territorial, que se materializa na sustentabilidade e soberania alimentar, na utilização de práticas agroecológicas. Entendendo-se as relações

humanas mais horizontais e transparentes, a participação popular se dá tanto no processo de produção quanto na escolha de tecnologias agroecológicas e no desenvolvimento a partir das condições locais.

Ressignificando o meio ambiente

Bom, para quem sempre lá nos país tinha terra, e depois que casou a gente sempre viveu andando por aí a procura da terra, acho que valeu a pena. Porque ela produz, porque ela é a [...] vamos chamar ela de mãe, mãe terra, porque ela dá tudo, você sabendo aproveitar as coisas, [...] ela te dá as ervas medicinais, sabendo usar, você tem tudo. Acho que vale a pena lutar. Valeu a pena, até hoje estar lutando [...]. (Agricultora, assentada em Renascença - PR)

A experiência dos impactos da revolução verde sobre a agricultura familiar e camponesa, especialmente a exaustão dos recursos naturais, matas, água, mudanças climáticas, causados por sistemas produtivos intensivos, consolidou uma imagem nítida do que representa o desequilíbrio da natureza. Esse desequilíbrio se faz sentir pela imprevisibilidade que tem caracterizado os processos naturais e, por conseguinte, a produção agrícola. Temperaturas atípicas, estiagens prolongadas, inundações fazem da agricultura uma atividade cada vez mais sensível e carregada de riscos. O desequilíbrio - ainda que seja uma exteriorização de um desenvolvimento predatório, quase sempre associado a monocultura, concentração terra e de recursos naturais - não se deixa privatizar, não se limita a fronteiras nacionais ou de classe (BECK, 1986), mas afeta a todos sem distinção.

A partir dos debates da E. do C. percebe-se que os conceitos hegemônicos que há décadas tem construído o imaginário do agronegócio, tais como a noção de propriedade rural, terra mecanizável, unidade produtiva, empreendimento agrícola, produção de commodities, vão cedendo espaço para novas representações do espaço. Especialmente no contexto das experiências agroecológicas veicula-se cada vez mais a idéia de que a terra é “mãe generosa, capaz de nutrir seus filhos e os acolher na hora final”. A umidade

e fertilidade da mãe¹¹ devem ser objeto de uma outra lógica, baseada na espiritualidade (mística) e na lógica do cuidado.

“A terra guarda a raiz, da planta que gera o pão, da madeira que dá o cabo, da enxada e do violão” (ZÉ PINTO). Essa visão holística, que interrelaciona natureza e seres humanos de forma integradora, é caudatária de um saber - fazer agrícola também integrador. Tal visão opõe-se cada vez mais a racionalidade monológica, centrada no paradigma técnico-científico, base da revolução verde, que entende a natureza com um ativo econômico explorável. A visão agroecológica propõe o resgate da atividade agrícola como atividade humana em íntima cooperação com a natureza. A visão de agricultura sustentada pela E. do C. propõe o resgate e a reapropriação de antigas tradições de cultivo em harmonia com o meio ambiente que foram reprimidas e lançadas ao esquecimento com a implantação da agricultura industrial. Tal é o exemplo das festas das sementes, evento baseado na antiga tradição de seleção e conservação e partilha mútua de sementes para a próxima lavoura, hoje celebrada em vários estados, agora ampliada também como ato político em defesa da diversidade. Também os recentes debates e oficinas em torno da produção de energia renovável (biodigestores, captadores solares) tem promovido uma leitura do meio ambiente como intenso e delicado sistema de trocas de energia. A ressignificação do meio ambiente tem sido assim um eixo estruturador dos debates da E. do C.¹² construindo a noção de natureza e sociedade como uma relação de complexidade.

¹¹ Segundo Gedhini et al. (2000), “existe em muitas culturas uma conaturalidade entre a terra e o elemento feminino da vida. Em sua fertilidade, a terra se une à mulher, que foi a primeira a descobrir a possibilidade do seu cultivo, que foi a primeira a descobrir a possibilidade de seu cultivo, enquanto os homens saíam para caçar e pescar.” Para Eliade (1981, p. 250) “Divindades telúricas e agrárias aparecem em todas as religiões (Gaia, Pachamama, Demeter, Ceres, Papa, Luminuut, Oduna, Tamaiovit, Izanagi, Firgg, Gebb...) sempre em conexão com o tema da mãe e da mulher. [...] Mãe dos viventes, dos vegetais, guardiã das crianças e sepulcro dos mortos, não cessa de gerar vida, graças à sua fecundidade mítica”

¹² O movimento pela Educação do Campo escolheu o girassol como símbolo. Esta flor representa a atitude de “colher o sol”, promovendo a biodinâmica dos sistemas agroecológicos ao mesmo tempo que colhe a luz, metáfora do saber.

Ressignificando as relações cidade e campo

Quando a gente fala de organização, desenvolvimento, a gente não fala da cidade necessariamente. Estamos falando da distribuição injusta dos bens que a humanidade tem. A nossa reflexão tem mostrado que se você concentra [bens e serviços] na cidade, você racionaliza os recursos, mas de forma excludente. Porque o processo de exclusão não se resolve pela lógica só de organizar. Isso não resolve o problema do desenvolvimento. Por outro lado tem toda essa outra discussão que a reconciliação do espaço do campo tem relevância para o desenvolvimento da sociedade como um todo. E isso é como nadar contra a corrente. Estamos na contramão porque existem idéias que negam o campo como lugar possível. As pessoas pensam no máximo no cachoeira ou no lugar para passar o final de semana. Então de fato a gente tem trabalhado essa discussão do desenvolvimento que a gestão dos recursos pode ser descentrada, não precisa ser pulverizada. [...] A organização que falamos tem uma lógica que admitir que comunidade local tem uma organização, um acompanhamento, uma capacidade de reflexão, planejamento e, enfim coordenação do trabalho. (Assessor de Organização Não Governamental, Francisco Beltrão, PR)

O contraste entre cidade e campo, formulado nos discursos das organizações camponesas, respondem, num primeiro momento, ao processo de formação da identidade. São discursos e representações que buscam construir uma especificidade, uma distinção. Como formula Castells, trata-se de uma

[...] identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistências e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. (2002, p. 24)

Como “*lugar alternativo à cidade*”, aqui o espaço “*roça*” se diferencia claramente da cidade. As relações entre esses dois espaços são determinadas reflexivamente. O conceito “qualidade de vida e trabalho” como o objetivo geral de diversos projetos de desenvolvimento locais¹³ aponta para uma nova con-

cepção de desenvolvimento, para além da produção agropecuária, com a inclusão de aspectos até então só disponíveis na cidade como cultura e tempo de lazer, por exemplo. A “*roça*” não é lugar de trabalho penoso, nem espaço de produção cada vez intensa, a *roça* é, antes sim, um lugar alternativo a cidade, lugar de outro estilo de vida mais saudável e pode incluir também outras formas de geração de renda, abrigar alternativas de lazer e de promoção da cultura camponesa.

Contudo, essa identidade por oposição é dinâmica e pode desenvolver-se em discursos e representações que apontem para projetos convergentes entre cidade e campo. Este é sem dúvida um dos impactos que a E. Do C. traz para a discussão do desenvolvimento local, a saber, que a construção de conhecimento traz consigo, necessariamente a diferenciação social e trabalha projetos de vida, para além dos marcos da tradição familiar. Assim a E. Do C. impulsiona os sujeitos a ampliar seu marcos temporais e espaciais pensando o desenvolvimento “da porteira para fora”, ou seja na busca de alternativas que se traduzem, não raro, em vincular atividades externas que, além de viabilizar o lote familiar a longo prazo, são entendidas como atividades vinculadas ao mundo de relações da agricultura familiar. “Um projeto de vida ligado à agricultura, no sindicato, nas cooperativas de crédito solidário e de comercialização por ex”. “Precisamos, por um período, contribuir também para as nossas organizações”. Desenvolvimento “*da porteira da fora*” aponta assim para o conjunto de redes de informação e cooperação possíveis numa relação solidária com o meio urbano, revelando um aspecto fundamental do desenvolvimento territorial. Iniciativas no contexto da comercialização direta, feiras livres, cooperativa de crédito solidário, cooperativa de consumo cidade e campo, iniciativas dentro dos princípios da economia solidária, são algumas destas iniciativas que abrigam a ampliação do território da agricultura familiar e camponesa. O sucesso dessas estratégias e o vínculo duradouro dos jovens nas unidades produtivas dependerá, entre outros fatores, do diálogo na família sobre em torno de um projeto comum que englobe também estratégias campo-cidade.

¹³ Destaque aqui para o assim chamado “Projeto Vida na Roça”, coordenado pela ONG ASSESOAR.

Resultados, perspectivas

Para Ciências Sociais coloca-se um desafio, tendo em vista a necessidade de um conceito amplo de reforma agrária, de entender a sociedade camponesa e seu espaço social como objeto de uma análise multidisciplinar. Trata-se de desenvolver novos instrumentos de análise, capazes de interpretar as reviravoltas da modernidade sobre o campo. Aqui o campo não será mais um objeto de uma análise sociológica, que só pergunte pelas condições para ampliação de modernas relações de produção. Muito pelo contrário, outros aspectos da constituição do espaço devem ser considerados. O campo deve ser entendido, neste sentido, como o lugar onde surgem novas perspectivas de socialização. Epistemologicamente a E. do C. traz o desafio de um conhecimento construído na senda da diversidade. Isso implica em entender o campo, ainda que construído em relação à cidade, como um “outro”, como uma alteridade. Aponta-se assim para a riqueza do social, composto de diversas epistemes, formas de produzir conhecimento, que coexistem dinamicamente.

O campo nada mais é que “uma forma específica de constituir a vida social”, segundo Wanderley (2000, p. 130), que se defende da expansão do mundo urbano. Luta-se para que este espaço não se torne uma relíquia social. O campo não representa nenhuma ficção ou mistificação, mas é produto de uma forma social necessária e possível em meio as relações capitalistas. Por isso é que se pleiteia olhar o campo como uma *categoria de sociabilização*, que nos pode auxiliar a entender as maneiras como são classificadas, divididas e representadas as coisas sociais, grupos sociais e espaços.

A diferenciação entre cidade e campo parte então da necessidade dos atores sociais se diferenciarem entre si, como uma resposta a homogeneização dos espaços que se dá na forma do continuum cidade-campo. Essa diferenciação pode ter conteúdos positivos: trata-se da demanda de cada grupo social, de participar das benesses, a que os moradores da cidade há muito tem acesso. Trata-se de acentuar uma identidade que pode, em última instância, ser valiosa para as trocas entre cidade e campo (REMY, 1998, p. 193).

Numa sociedade onde os espaços são constantemente redefinidos, o dualismo cidade-campo precisa ser questionado. Para entender essa constante reconstrução do espaço é necessário captar as nuances que existem entre homogeneidade e heterogeneidade, igualdade e diferença, continuidade e descontinuidade. A determinação do espaço dá-se por isso tanto no contexto das características naturais de cada lugar como também na memória de cada indivíduo que determina a percepção do lugar em que vive.

Referências

- ABRAÃO, José Carlos. *O educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural*. Campo Grande: Imprensa Universitária, 1986.
- ARROYO, e FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo*. Articulação nacional por uma educação básica do campo. São Paulo, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BECK, Ulrich. *Risikogesellschaft*. Auf dem Weg in eine andere Moderne. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1986.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF/CONDRAF. *Referências para um programa territorial de desenvolvimento sustentável*. Brasília: DGF, Junho, 2003.
- BÜTTEL, Frederick et al. *The sociologist of the agriculture*. London: Greenwood Press, 1990.
- CALDART, Roseli S. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA M. e AZEVEDO DE JESUS, Sônia M. S. *Contribuições para construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, Articulação Nacional Ed. Campo, 2005.
- _____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. (Org.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: EMBRAPA e UNICAMP, 2000. (v.1)
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da Informação: economia, sociedade e cultura. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (v. 2.)
- DUARTE, Valdir. *Escolas públicas no campo: problemática e perspectivas*. Francisco Beltrão: Ed. Grafite, 2003.
- ELIADE, Mircea. *Das Heilige und das Profane*. Vom Wesen des Religiösen. Hamburg: Rowohlt, 1981
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Editora Cortês, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 73ss.
- GEDHINI, Cecilia M. *et al.* *A mística do girassol*. Porto Barreiro: Grafit, 2000.
- HEREDIA, Beatriz *et al.* Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Brasília, n. 15, 2002.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997
- LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- MARSCHNER, Walter. *Die Kämpfe um MutterErde. Eine empirisch-qualitative Untersuchung über soziale Konflikte landloser Campesinos in Südbrasilien unter besonderer Berücksichtigung raum- und Handlungssoziologischer Kategorien*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Hamburgo. Hamburgo, 2006. Disponível em: <http://www.sub_hamburg.de/opus/volltexte/2005/2606/>.
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: O impossível diálogo sobre a historia possível. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, 2000.
- MOLINA, Mônica; FERNANDES, Bernardo M. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA M.; AZEVEDO DE JESUS, Sônia M. S. *Contribuições para construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: Articulação Nacional; Ed. Campo, 2005.
- MUNARIM, Antônio. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo. In: MOLINA. Mônica C. (Org). *Educação do campo e pesquisa*. Questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.
- QUEIROZ, Maria I. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- REMY, Jean. *Sociologie urbaine et rurale: l'espace et l'agir*. Paris, L'Harmattan, 1998.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 9. ed., Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- SARACENO, Elena. *O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia*. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos>>. Acesso em: fev. 2005. SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra*. 2002. Tese (Doutorado em sociologia) - Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2002.
- _____. A luta pela terra e a construção de heterotopias. *Caminhos: Revista do Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Goiás, Goiânia: Editora da UCG*, v. 1, n. 1, 2003, p. 87ss.
- SCHNEIDER, Sérgio. Da Crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: Reflexões a partir da sociologia norte-americana. *Cadernos de ciência e tecnologia*, Brasília, UNB, v. 14, n. 2, 1997.
- SEPULVEDA, Sérgio. *Desenvolvimento sustentável microregional. Métodos para planejamento local*. Brasília, IICA, 2005.
- SIQUEIRA, Deis; OSORIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACA, Norma (Org.): *Una nueva ruralidad en américa latina?* Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/es_panol/html/libros/rural/rural_html>. Acesso em: Fev. 2005.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez. 1986.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und gesellschaft: grundbegriffe der reinen Soziologie*. 3. ed., Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1991.
- VEIGA, José Eli. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Revista Estudos Avançados*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 15, n. 43, p. 101ss, 2001.
- _____. *Cidades imaginárias*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2002.
- VON ONÇAY, Solange T.; ALBA, Rogéria P. DRS. *Disciplina de desenvolvimento rural sustentável*. Para além da disciplina e do rural. Francisco Beltrão: Grafit, 2007.
- WANDERLEY, Maria N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Pernambuco: UFPB, 2000.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

Proposta de classificação de Arranjos Produtivos Locais por indicadores de identificação: um estudo multivariado

Proposed classification of industrial Clusters by indicators of identification: a multivariate study

Classification proposée des Clusters par des indicateurs d'identification: une étude multivariée

Clasificación propuesta de Clusters por los indicadores de identificación: un estudio multivariante

Geraldo Alemandro Leite Filho*
Luiz Marcelo Antonialli**

Recebido em 16/4/2010; revisado e aprovado em 21/8/2010; aceito em 1/12/2010

Resumo: O objetivo principal deste trabalho foi classificar os arranjos produtivos locais – APLs com base em indicadores de identificação em três níveis, a saber: 1) APLs iniciantes, 2) APLs em Desenvolvimento e 3) APLs consolidados ou desenvolvidos. Concluiu-se que os APLs iniciais e em desenvolvimento teriam uma participação significativa no desenvolvimento local e que a tipificação proposta se mostrou mais eficaz do que a identificação tradicional.

Palavras-chave: APLs. Análise multivariada. Indicadores de identificação.

Abstract: The main objective of this study was to classify industrial Clusters based on indicators of identification at three levels, namely: 1) Beginners industrial Clusters, 2) Developing industrial Clusters, consolidated or developed industrial Clusters. It was concluded that the initial and development clusters would have a meaningful participation in local development and proposed that the characterization was more effective than the traditional identification.

Key-words: Industrial Clusters. Multivariate analysis. Identification of indicators.

Résumé: L'objectif principal de cette étude était de classer Clusters basée sur des indicateurs de l'identification à trois niveaux, à savoir: 1) les débutants Clusters, 2) Clusters Développement et 3) consolidés ou développés Clusters. Il a été conclu que les groupes initiaux et le développement aurait une participation significative dans le développement local et a proposé que la qualification était plus efficace que l'identification traditionnelle des Clusters.

Mots-clés: Clusters. L'analyse multivariée. L'identification d'indicateurs.

Resumen: El objetivo principal de este estudio fue el de clasificar Clusters - basado en indicadores de identificación en tres niveles, a saber: 1) los principiantes Clusters, 2) Desarrollo Clusters 3) Clusters consolidados. Se concluyó que los grupos iniciales y el desarrollo tendría una participación significativa en el desarrollo local y propuso que la calificación fue más eficaz que la tradicional identificación de Clusters.

Palabras clave: Clusters. El análisis multivariado. La identificación de indicadores.

Introdução

A discussão acerca do desenvolvimento local e regional tem sido vinculada aos estudos que envolvem as questões locacionais e de fatores aglomerativos das atividades econômicas. Destas, destacam-se os arranjos produtivos locais (APLs) como ponto determinante para geração de renda, emprego, competitividade e inovação visando compensar as desigualdades econômicas, sociais e regionais.

Contudo, uma questão que tem sido discutida em meios acadêmicos e governamentais é se a aglomeração das atividades econômicas industriais pode influenciar as

condições sociais e econômicas da população de uma determinada região e como medi-la. Uma possível resposta para esta questão seria a possibilidade de agrupamento dos APLs pelos indicadores de identificação e por níveis de indicadores de desenvolvimento setorial e local.

Supõe-se que o desenvolvimento setorial e local pode, em grande parte, ser influenciado pela existência de aglomerados industriais relevantes. Estes, juntamente com o apoio de instituições públicas e privadas, podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida, além de exercer influência sobre as habilidades produtivas dos indivíduos, favorecendo, portanto, a elevação da

* Doutorando em Administração pela UFLA, Professor da UNIMONTES. E-mail: geraldo.alejandro@unimontes.br.

** Doutor em Administração pela USP, Professor do Programa de Pós Graduação em Administração PPGA da UFLA. E-mail: lmantonialli@uol.com.br.

produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o crescimento e o desenvolvimento econômico das diversas bases produtivas locais (RODRIGUES; SIMÕES, 2004).

Observou-se que ainda são incipientes os estudos sobre arranjos produtivos e desenvolvimento no Brasil. Estudos mais focados têm direcionado esforços para criar indicadores de identificação e categorizar APLs com base nestes indicadores. Contudo, apenas parte dos indicadores de identificação é usada para classificar os APLs e seus níveis de desenvolvimento ou estado de maturação, em específico indicadores de participação de emprego e indicadores de concentração espacial. Assim, observa-se uma lacuna nos estudos, pois informações relevantes identificadas em banco de dados, tais como indicadores locais, quantidade de empresas, indústrias, empregos têm ficado de fora desta classificação e análise.

Diante do contexto apresentado, o presente trabalho tem o objetivo principal de tipificar e agrupar os Arranjos produtivos locais – APLs por meio dos indicadores de identificação.

Além disso, de forma específica, pretendem-se verificar quais destes indicadores melhor discriminam o agrupamento proposto, comparar a classificação tradicional de APLs com a proposta, relacionar os agrupamentos com indicadores de desenvolvimento municipal e ainda verificar a eficácia das duas classificações (tradicional e proposta).

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: O próximo item apresenta a teoria de base usada para fundamentação, o terceiro item a abordagem metodológica utilizada, o quarto item os resultados e discussão, o quinto item as conclusões, considerações e sugestões e por fim as referências utilizadas.

1 Referencial teórico

Os APLs podem ser definidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos,

prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento (BECATTINNI, 1991; RABELLOTTI, 1995; SCHMITZ, 1995; LASTRES *et al.*, 2006; CASSIOLATO *et al.*, 2003).

A proposta de abordagens com base nos APLs oferece uma importante chave para uma nova compreensão sobre o significado do desenvolvimento, em que a análise do conhecimento e da tecnologia deixam de privilegiar as grandes empresas para enfocar, também, as pequenas e médias. Aliás, os APLs são basicamente formados por pequenas e médias empresas que juntas formam uma rede para criar vantagem competitiva (CASSIOLATO *et al.*, 2003). Estas abordagens permitem ainda o estudo de formas cooperativas que fogem aos padrões comuns, cuja ênfase volta-se para um associativismo que extrapola as causas econômicas para incorporar preocupações sociais (SACHS, 1999).

Lemos *et al.* (2007), em estudo relacionando indicadores coletados dos APLs e indicadores de desenvolvimento humano em uma determinada região do Brasil, observaram modificações introduzidas na modelagem produtiva da prática empresarial cotidiana, bem como melhora dos indicadores de desenvolvimento humano no município hospedeiro do cluster. Tomando como comparação os índices de outros municípios no estado, concluíram por meio de dados empíricos que o cluster foi fator de estímulo para o desenvolvimento local.

Outros estudos e trabalhos foram feitos para desenvolver indicadores para identificação dos APLs. Suzigan (2006) desenvolveu metodologia de identificação, caracterização estrutural e mapeamento de APLs com base na aplicação de índices de concentração regional e de especialização às estatísticas distribuídas por classes de atividade econômica e por microrregiões. Os principais indicadores utilizados foram o grau de concentração espacial e o de especialização da atividade.

Para verificar quais atividades são regionalmente mais concentradas espacialmente,

utiliza-se o coeficiente de Gini Locacional (GL), baseado nos estudos de Krugman (1991), Audretsch e Feldman (1996), Diniz e Crocco (1996), Crocco et al. (2001), Albuquerque et al. (2002), Britto e Albuquerque (2001), Sabóia (2001) que indica o grau de concentração espacial de uma determinada classe de indústria em certa base geográfica – um estado, uma região, ou mesmo todo o país. O coeficiente varia de zero a um sendo que quanto mais espacialmente concentrada for a indústria, mais próximo da unidade estará o índice; e se a indústria for uniformemente distribuída, o índice será igual a zero. Nesse sentido, as classes em que se verifica elevado coeficiente de Gini apresentam maior concentração geográfica da atividade econômica, indicando maiores possibilidades de que nelas sejam encontrados arranjos ou sistemas produtivos locais.

No que se refere ao indicador de especialização das atividades, usado geralmente para determinar em quais microrregiões essas atividades estão localizadas, é o Quociente Locacional (QL) que mostra a especialização produtiva da região em cada uma das classes de atividades (PIEKARSKI; TORKOMIAN, 2005; HADDAD, 1989; SUZIGAN *et al.*, 2003). Portanto, o indicador de localização ou de especialização indica a concentração relativa

de uma determinada classe numa microrregião, comparativamente à participação dessa mesma classe no espaço definido como base, como, no caso deste trabalho, o Estado. A verificação de um QL elevado em determinada atividade em uma região indica a especialização da estrutura de produção local naquela atividade.

Suzigan et al (2003) propuseram uma tipologia de classificação de identificadores para os APLs, levando em consideração a sua importância para a região na qual estão inseridos, conforme descrição no Quadro 1. Com base em diversas experiências de APLs no Brasil, usando metodologia estatística e critérios de corte, criaram uma sistematização de proposição de uma tipologia de APLs que apresentou quatro tipos básicos de sistemas locais numa matriz que relaciona os aglomerados de acordo com a sua importância para o desenvolvimento local e sua participação no total do emprego do setor, a partir da sua classe de atividade econômica. Na tipologia, a importância da atividade econômica em questão para a região analisada foi mensurada pelo índice de especialização das atividades (QL) e a importância da região para o setor como um todo foi mensurada pela participação da microrregião no total do emprego naquela classe no estado.

		Importância para o setor de atuação	
		Reduzida	Elevada
Importância Local	Elevada	<u>Vetor</u> de desenvolvimento local	<u>Núcleos</u> de desenvolvimento setorial-regional
	Reduzida	<u>Embrião</u> de arranjo produtivo	<u>Vetores avançados</u> de desenvolvimento

Quadro 01 – Tipologia de APLs de acordo com importância regional – classificação tradicional
Fonte: Suzigan *et al.* (2003).

Os autores consideram Núcleos de desenvolvimento setorial-regional aqueles APL's que se destacam regional e setorialmente: pela sua grande importância tanto para o desenvolvimento local ou regional como para o respectivo setor ou classe de indústria.

Os Vetores avançados de desenvolvimento englobam aqueles que possuem grande importância para o setor (traduzida na sua participação na produção e no emprego), mas que, por estarem diluídos num tecido econômico muito maior e mais diversificado,

têm pouca relevância para o desenvolvimento econômico local ou regional. Em outros termos, a região é importante para o setor, mas o setor é pouco importante para a região. De forma característica, esta ocorrência está associada às grandes cidades industrializadas e, sobretudo, às regiões metropolitanas. Pelas características desta produção e pelo desenvolvimento de suas funções empresariais complementares à produção, estes APLs podem ser considerados muito desenvolvidos, inclusive por disporem, na região, de recursos

complementares muito significativos, e por isso foram designados pela expressão “vetores avançados”.

Os vetores de desenvolvimento local são APLs importantes para uma região, embora não possuam uma contribuição decisiva para o setor principal a que estão vinculados. Este terceiro tipo corresponde aos sistemas que são importantes para uma região, mas não têm participação expressiva no setor principal a que estão vinculados. Trata-se, em geral, de pólos regionais em atividades cuja produção é geograficamente bastante dispersa. Essa configuração representa, sobretudo, um “vetor de desenvolvimento local”.

O Embrião de arranjo produtivo como aquele APL que possui pouca importância para o seu setor e convive, na região, com outras atividades econômicas. Ele constitui, por assim dizer, um embrião de arranjo produtivo. Exatamente por serem embrionários, são mais difíceis de identificar estatisticamente.

2 Abordagem metodológica

Caracteriza-se esta pesquisa como descritiva, pois visa descrever características obtidas de dados secundários das APLs. Os dados foram tratados com dois métodos diferentes de estatística multivariada: 1) a análise de *Aglomerados* para agrupar os Arranjos produtivos locais – APLs, pelos indicadores de identificação (Gini, QL, Quantidade de empregos, Coeficiente de participação e Número de estabelecimentos) e 2) a análise discriminante múltipla para verificar quais indicadores melhor discriminam o agrupamento proposto, testar a acurácia da tipologia teórica e verificar também qual a eficácia das duas classificações.

O universo da pesquisa foi determinado como todo o estado de Minas Gerais. A amostra foi composta por todos os APLs identificados e localizados nos municípios mineiros conforme critérios do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2007) sendo identificados 215 APLs localizados em 32 municípios de Minas Gerais. No total, estes APLs são formados por 8.422 estabelecimentos industriais gerando 147.187 empregos formais.

Com relação à coleta de dados, foi feita pesquisa documental com dados secundários do IPEA e do IBGE. O documento utilizado

foi o mapa dos arranjos produtivos locais do estado de Minas Gerais, com dados do ano de 2006, divulgado no site www.ipea.gov.br, sendo classificados por APL, onde é descrita a classificação por micro região, nome do município, descrição da atividade do cluster, Índice de Gini Locacional (GL), índice de quociente locacional (QL), quantidade de empregos diretos (QE), coeficiente de participação na atividade, e quantidade de estabelecimentos no APL (QI).

Os dados foram coletados, organizados e classificados no *software MS Excel*[®] e, posteriormente, exportados para o *software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS*[®].

Antes de processar a análise multivariada, com o objetivo de validar as variáveis tratadas na amostra, foi aplicada a técnica do *Alfa de Cronbach*, que permite ao analista obter uma informação qualitativa relevante em termos de grau de validade das referidas variáveis perante o total da amostra. Nesse sentido, foi obtido o grau 0,72 (quanto mais se aproxima de 1,0 melhor), o que é considerado significativo quando se trata de uma pesquisa descritiva. (HAIR *et al.*, 2005). Significa, de acordo com Pereira (2001), que o indicador representa 72 % do universo dos possíveis indicadores de impacto constituído pelo mesmo número de itens. A seguir, apresentam-se os resultados e discussão. Segundo Malhotra (2006), o coeficiente *alfa de Cronbach* varia entre 0 e 1, sendo que acima de 0,6 a confiabilidade da escala pode ser considerada satisfatória. A seguir, apresentam-se os resultados e discussão.

3 Resultados e discussão

Conforme objetivos do trabalho, o primeiro tratamento dos dados foi feito com base na análise de *Agrupamentos*, pois se buscou agregar os APLs com base nas características homogêneas que eles possuíam. Segundo Malhotra (2006), a análise de *Agrupamentos* é uma técnica usada para classificar objetos ou casos em grupos relativamente homogêneos e se adequou aos objetivos do trabalho.

Optou-se, na análise, por usar o método de *Agrupamento Hierárquico*. Segundo Prearo (2008), este tipo é mais apropriado para amostras inferiores a 250 casos, sendo o pesquisador quem define como a semelhança ou distância será estabelecida, como se

agregam os agrupamentos e quantos agrupamentos é necessário. Assim, os critérios para agregação foram as variáveis GINI, QL, coeficiente de participação e quantidade de empregos, que conforme Suzigan et al (2003) são variáveis que definem diretamente a identificação e tipologia dos APLs. A quantidade de Agrupamentos foi definida com base na distância euclidiana ao quadrado. Com base nos resultados do dendograma gerado pelo SPSS®, usou-se uma distância euclidiana ao quadrado entre 8 e 10, da qual foram identificados quatro *Agrupamentos* com características heterogêneas entre si. Optou-se ainda pelo método de processamento *Ward Cluster's* que combina os indivíduos dentro dos agrupamentos de acordo com o critério do menor incremento de soma total da distância euclidiana ao quadrado dentro do *Agrupamento*. A seguir apresentam-se as principais características de cada um:

O Agrupamento 1 foi o mais abrangente em termos de quantidade de APLs. Formado por 113 APL's com 3.747 estabelecimentos industriais e gerando 62.027 postos de empregos formais. Com relação a tipologia dos APLs proposto por Suzigan *et al.* (2003), é formado predominantemente por APLs considerados como Embrião de Arranjo Produtivo (50 %) dos casos, e classificados como Vetor de Desenvolvimento Local (50 %) dos casos. A característica deste Agrupamento é contemplar APLs que têm reduzida importância para o setor específico da indústria a qual estão vinculados. Apresentou-se com destaque APLs que podem ser caracterizados como de pequena importância para o setor além de conviver, na região onde está situado, com outras atividades econômicas mais expressivas que aquele. Além disso, existem APLs com significativa importância para o setor, mas pouca importância para a região uma vez que o desenvolvimento econômico regional não depende deles de uma forma tão representativa.

A característica dos APLs componentes do Agrupamento 1 é de terem as atividades menos concentradas do que os demais *Agrupamentos* gerados, pois apresentou o menor GINI médio (0,5993), evidenciando uma maior distribuição das atividades industriais.

Com relação à especialização das atividades, também demonstrou as menores

médias se comparado com os demais *Agrupamentos*, com um QL médio (4,0159) denotando que há especialização das atividades no município com relação ao país (QL >1), contudo, apresenta as menores taxas de especialização se comparado aos demais agrupamentos.

Quanto aos indicadores de desenvolvimento, os municípios hospedeiros dos APLs deste *Agrupamento*, apresentaram uma evolução relativa de IDH-M no período de 1991 a 2000 de 10,16 %, maiores do que a média das taxas de evolução do IDH-M dos municípios brasileiros.

Percebeu-se ainda que os APLs estão distribuídos de forma heterogênea entre os diversos municípios e atividades, não se concentrando em regiões ou setores. Estes resultados corroboram os resultados do baixo indicador do Gini, não se podendo afirmar que há concentração.

Este *Agrupamento* é o menos especializado, menos concentrado, onde se destaca a predominância de Núcleos Embrionários e Vetores de Desenvolvimento de APLs, pode-se supor que a significativa variação do IDH-M nos municípios hospedeiros dos mesmos não se deve apenas a influência destes APLs mas, sim que tem dependência de outros setores da economia, não contemplados neste trabalho.

O Agrupamento 2 foi formado por 8 APLs com 48 estabelecimentos industriais e 2.223 postos de empregos formais. É o agrupamento com o menor número de observações. Quanto a tipologia de APL, é formado predominantemente por APLs considerados como Núcleos de Desenvolvimento Setorial-Regional (63 %) e por Vetores de Desenvolvimento Local (37 %) dos casos, apresentando-se com destaque com elevada importância tanto para o desenvolvimento regional bem como para o desenvolvimento setorial das atividades específicas (SUZIGAN *et al.*, 2003). O destaque para desenvolvimento setorial e local pode ser confirmado pelo índice de concentração, pois este Agrupamento apresentou um GINI médio de 0,7701 com uma variação de 18,48 %, sendo o segundo mais concentrado de todos os agrupamentos. Assim, podem-se ter indícios de concentração das atividades.

Uma característica de destaque deste agrupamento é a especialização das

atividades. Apresentou o mais alto QL médio (52,8496) com uma variação de 47,23% denotando alta especialização relativa das atividades industriais numa região ou município comparativamente a participação desta mesma indústria no espaço definido como base, no caso, o país. Pode-se supor que os altos indicadores médios de especialização e concentração dos APLs componentes deste aglomerado confirmam teoria de que a predominância de APLs núcleos de desenvolvimento regional estariam em municípios com maiores indicadores de desenvolvimento econômico. Tal suposição foi confirmada, pois este Agrupamento foi formado por APLs localizados em municípios que apresentaram a maior evolução relativa de IDH-M no período (11,74 %).

Contudo, não se pode ainda destacar nenhum setor, município ou região, pois foi constatado heterogeneidade das atividades industriais, dos municípios e dos setores, não se destacando nenhum desses atributos de forma isolada.

O **Agrupamento 3** foi formado por 46 APLs com 811 indústrias e 8.087 postos de empregos formais. Com relação aos demais, é o agrupamento menos homogêneo, constituído por 29 % de APLs classificados como Embrião de APL, 35 % como Núcleos de Desenvolvimento Setorial-regional, 26 % como Vetor de Desenvolvimento Local e 10 % como Vetores Avançados. Em função desta heterogeneidade, não se pode categorizar os níveis de importância em função da tipificação de APL proposta por Suzigam et al (2003). Apesar disso, este Agrupamento apresentou o mais alto GINI médio (0,8761) com uma variação de 6,73 %, denotando que as atividades industriais que fazem parte deste agrupamento são as mais concentradas.

Com relação a especialização, apresentou um quociente locacional médio de 6,8162, maior apenas que o Agrupamento 4, denotando que a especialização nos municípios hospedeiros dos APLs é maior do que a especialização do conjunto das atividades do setor no Brasil. Apresenta assim característica de ser um dos agrupamentos menos especializados. Com relação aos indicadores de desenvolvimento, o IDH-M médio dos municípios hospedeiros destas cadeias produtivas de APLs evoluiu 10,06 %. O que se destaca neste

Agrupamento é a forte heterogeneidade da classificação das tipologias. Os outros indicadores não se destacaram sobre os demais Agrupamentos.

O **Agrupamento 4** foi formado por 48 APLs, com 474 estabelecimentos e 5.630 postos de empregos formais. Sua característica é a elevada concentração das atividades e baixa especialização. Com relação a tipologia de APLs proposta por Suzigam et al (2003), é o mais homogêneo de todos pois é composto totalmente por APLs consideradas como Vetores Avançados de desenvolvimento, tendo elevada importância para os setores específicos de atuação e reduzida importância local, denotando que o desenvolvimento econômico regional não depende deles de uma forma tão representativa (SUZIGAN *et al.*, 2003). Tal informação é confirmada, pois evidenciou uma concentração de cadeias produtivas ou APLs em municípios considerados altamente industrializados, sendo 80 % localizados no município de Belo Horizonte e 20 % em Juiz de Fora. Contudo, não há destaque em setores, pois as atividades se apresentaram muito diversificadas.

Com relação à concentração espacial, apresentou um GINI médio de 0,6612, sendo menos concentrado apenas que o *Agrupamento 1*. Apesar da concentração em dois municípios, o quociente locacional apresentou o menor valor entre todos os agrupamentos, sendo de 2,63, denotando menor especialização das atividades, mas denotando a especialização no município é maior do que a especialização do conjunto das atividades do setor no Brasil, pois o QL é maior do que um. Por estarem localizados em municípios muito industrializados e por terem relevante importância para o setor e pouca ou nenhuma importância local, era de se esperar que o indicador de especialização tivesse o menor desempenho se comparado com os outros agrupamentos gerados, pois supõe-se que o conjunto das grandes empresas, comércio e serviços contribua de forma mais significativa para o desenvolvimento econômico local.

Outro aspecto que destaca este agrupamento dos demais é a participação dos empregos dos APLs com relação ao total dos empregos na região. Com relação ao indicador coeficiente de participação, foi identificado a

maior média dentre todos os agrupamentos (0,5628) revelando que uma das características deste tipos de APLs (núcleos avançados) já é a consolidação e agregação de maior força de trabalho relativa.

Com relação aos indicadores de desenvolvimento, confirma-se a característica do Agrupamento, pois, sendo vetor avançado contribui muito para o desenvolvimento do setor (apesar da heterogeneidade e menor especialização) confirma-se que contribuiu pouco para o desenvolvimento local, pois os indicadores médios de variação de IDH-M apresentaram as menores médias de evolução (6,38 %) entre os municípios analisados.

A análise de agrupamentos serviu de base para se classificar os APLs segundo os indicadores de identificação e ter uma idéia

das características comuns entre os mesmos. Verificou-se que a descrição teórica aderiu-se aos dados empíricos, principalmente com relação à questão da especialização das atividades, concentração e indicadores de desenvolvimento. Supõe-se assim que a separação em agrupamentos heterogêneos entre si pode ser uma alternativa para tipificação e definição de políticas direcionadas para os APLs, bem como verificação da interferência dos APLs nos indicadores de desenvolvimento econômico, locais e nos setores específicos.

Assim, com base na análise de agrupamentos, montou-se um quadro resumo com as principais características e proposições de nomenclaturas dos APLs, bem como a evolução dos indicadores médios de desenvolvimento, sendo explanados no quadro a seguir:

Agrupamento 01 113 APLs	APLs Iniciais 3º mais especializado Menos concentrado Atividades heterogêneas	APLs localizados em pequenos municípios IDH médio nos municípios variou 10,16 % - 2ª maior variação
Agrupamento 02 8 APLs	APLs em desenvolvimento 2º mais concentrado Mais especializado Atividades heterogêneas	APLs localizados em pequenos e médios municípios IDH médio nos municípios variou 11,74% - maior variação
Agrupamento 03 46 APLs	APLs em desenvolvimento 2º mais especializado Mais concentrado Atividades heterogêneas	APLs localizados em pequenos e médios municípios IDH médio nos municípios variou 10,06 % - 3ª maior variação
Agrupamento 04 48 APLs	APLs consolidados ou desenvolvidos 3º mais concentrado Menos especializado Atividades heterogêneas	APLs localizados em grandes municípios IDH médio nos municípios variou 6,38 % - menor variação.

Quadro 01 – Resultados da classificação da análise de agrupamentos com as respectivas nomenclaturas e características – classificação proposta.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se que a classificação proposta não descarta a classificação tradicional, complementa-a utilizando todos os indicadores de identificação dos APLs. Destaca-se ainda que os resultados evidenciaram que os APLs consolidados são mais concentrados, e não exerceriam grande influência nos indicadores de desenvolvimento locais, por estarem em municípios grandes dependentes de várias atividades econômicas. Por outro lado, há indícios que os APLs iniciais e em desenvolvimento (principalmente) teriam uma participação significativa no desenvolvimento local, observado pelas variações

do IDH médio dos municípios hospedeiros dos mesmos, que foram pequenos e médios. Chama-se atenção para que não foi objetivo deste trabalho relacionar os indicadores de identificação ou classificações de APLs com indicadores de desenvolvimento. Por outro lado, a pesquisa gerou suposições de haver relações que devem ser investigadas em estudos posteriores.

Observou-se ainda que a classificação proposta gerada pela análise de agrupamentos relacionou-se fortemente com a classificação tradicional proposta por Suzigan *et al.* Contudo, engloba outros indicadores,

podendo fornecer mais informações e maior acurácia na segmentação ou tipificação dos arranjos produtivos em categorias. Como forma de se ter uma comparação, o quadro 02 destaca a comparação da classificação tradicional com a classificação proposta.

No quadro 02, procurou usar os mesmos filtros (QL maior ou igual a 5 ou a 2 e percentual de participação de empregos maior ou igual a 1 e 10 %) para se ter o mesmo critério de comparação. Na classificação proposta pela análise de agrupamentos os APLs iniciantes

estariam relacionados com os APLs classificados como vetores de desenvolvimento e embrionários da classificação tradicional, os APLs em desenvolvimento com os APLs classificados como núcleos de desenvolvimento regional e os APLs consolidados com os vetores avançados da classificação tradicional. Apesar da proximidade são considerados critérios de classificação distintos que guardam relação entre si por utilizarem alguns dos mesmos indicadores e mesmos filtros.

		Participação do emprego da micro região em relação ao total do emprego para a mesma classe (Coeficiente de participação dos empregos)	
Classificação	QL	Maior ou igual a 1 %	Maior ou igual a 10 %
Tradicional		46 APLs (21,40 %) - Vetores de desenvolvimento local	40 APLs (18,60 %) - Núcleo de desenvolvimento regional
Proposta	Maior ou igual a 5	Predominância do Agrupamento 01 113 APLs - Iniciantes	Predominância dos Agrupamentos 02 e 03 - 54 APLs - em desenvolvimento
Tradicional		71 APLs (33,02 %) - Embrião de APL	58 APLs (26,98 %) - Vetor avançado
Proposta	Maior ou igual a 2	Predominância do Agrupamento 01 113 APLs - Iniciantes	Predominância do Agrupamento 04 48 APLs consolidados

Quadro 02 - Comparações dos critérios de classificação dos APLs: Critérios tradicionais x análise de agrupamentos.

Fonte: Dados do IPEA (2006), adaptado de Suzigan et al (2003), resultados da pesquisa.

Um dos objetivos específicos do trabalho foi de testar a acurácia da classificação tradicional proposta por Suzigan *et al.* nos dados do IPEA bem como a classificação feita pela análise dos agrupamentos, verificando também quais variáveis (indicadores) poderiam, de forma mais eficaz, discriminar os APLs pelas categorias apresentadas de desenvolvimento.

Desta forma, utilizou-se como segundo tratamento a análise discriminante, que objetivou verificar quais indicadores melhor discriminariam o agrupamento proposto e a tipologia tradicional de APL e qual a eficácia das duas classificações. Segundo Maroco (2005), a análise discriminante visa a identificação das variáveis que melhor diferenciam entre dois ou mais grupos de indivíduos

estruturalmente diferentes e mutuamente exclusivos, gerando uma função discriminante que represente as diferenças entre os grupos.

Procedeu-se à análise discriminante utilizando-se o método Stepwise (por etapas). Foram feitas duas análises: primeiro com base nos grupos formados pela análise de aglomerados e segundo com base na tipologia teórica de APLs com importância para a região. De acordo com Hair Jr. *et al.* (2008), a finalidade da análise discriminante é identificar quais variáveis causam maior divergência ou discriminam mais os grupos de indivíduos.

Pela análise da discriminante com base nos grupos formados pela análise de agrupamentos, a variável dependente os agrupamentos gerados, verificou-se que todas as variáveis usadas no modelo discriminam

de maneira significativa ($p < 0,0001$) os agrupamentos, não sugerindo a exclusão de nenhuma. Assim, pode-se supor que todas as variáveis usadas contribuem de forma significativa para que os aglomerados fossem diferentes. Além disso, o coeficiente de correlação canônica gerado apresentou-se em 0,720, que elevado ao quadrado equivale a 51,84 % de variação da classificação dos aglomerados que é explicado ($F < 0,0001$) pelas variáveis do modelo (Gini, QL, Coeficiente de participação e Número de estabelecimentos).

Na análise discriminante gerada com base na tipologia tradicional de APLs, a variável dependente foi a classificação dos APLs em Embrião, vetor, núcleo e vetor avançado de desenvolvimento. Verificou-se que duas variáveis discriminaram de maneira significativa os APLs, ($p < 0,0001$), sendo o coeficiente de participação e QL. Observa-se este resul-

tado da análise discriminante corrobora os método de classificação de Suzigan et al, ao usarem filtros nestas duas variáveis. Os outros indicadores não discriminaram a classificação de maneira significativa. A análise do coeficiente de correlação canônica apresentou-se como 0,086, ou seja, elevando-se ao quadrado tem-se que 0,74 % da variação da tipologia de identificação é explicada pelas variáveis do modelo.

Assim, pelos resultados da correlação canônica, verificou-se que a tipificação pela análise de *aglomerados* apresentou-se mais eficaz do que a tipologia tradicional de identificação de APLs, o que era de se esperar, por usar mais variáveis no modelo. Este argumento pode ser confirmado pela classificação dos resultados gerais da análise discriminante gerado pelo SPSS, evidenciado nas figuras a seguir:

Classification Results^a

		Clusters gerados pelo SPSS	Predicted Group Membership				Total
			Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4	
Original	Count	Cluster 1	112	0	1	0	113
		Cluster 2	1	7	0	0	8
		Cluster 3	0	0	45	1	46
		Cluster 4	5	0	6	37	48
	%	Cluster 1	99,1	,0	,9	,0	100,0
		Cluster 2	12,5	87,5	,0	,0	100,0
		Cluster 3	,0	,0	97,8	2,2	100,0
		Cluster 4	10,4	,0	12,5	77,1	100,0

^a 93,5% of original grouped cases correctly classified.

Figura 1 - Classificação dos resultados discriminados pela análise de agrupamentos.

Observou-se que 93,5 % dos casos na análise de *Agrupamentos* foram classificados de forma correta, sendo que no Agrupamento 1, um APL deveria estar classificado no Agrupamento 3, no Agrupamento 2 um APL deveria estar no Agrupamento 1 e no

Agrupamento 4, seis APLs deveriam estar no Agrupamento 3 e cinco no Agrupamento 1. A seguir, apresenta-se a classificação de resultados da análise discriminante gerada com a tipologia tradicional de classificação de APLs:

Classification Results^a

		Tipologia de APL conforme importância para a região	Predicted Group Membership				Total
Original	Count		Embriões de APLs	Núcleo de desenvolvimento regional	Vetores de desenvolvimento local	Vetores avançados de desenvolvimento	
		Embriões de APLs	49	5	17	0	71
		Núcleo de desenvolvimento regional	10	20	4	6	40
		Vetores de desenvolvimento local	24	4	18	0	46
		Vetores avançados de desenvolvimento	12	7	0	39	58
	%	Embriões de APLs	69,0	7,0	23,9	,0	100,0
		Núcleo de desenvolvimento regional	25,0	50,0	10,0	15,0	100,0
		Vetores de desenvolvimento local	52,2	8,7	39,1	,0	100,0
		Vetores avançados de desenvolvimento	20,7	12,1	,0	67,2	100,0

^a. 58,6% of original grouped cases correctly classified.

Figura 2 – Classificação teórica dos resultados

Nesta classificação da análise discriminante, tomando como variável dependente as tipificações teóricas de APLs, verificou-se que 58,6 % dos casos foram classificados de forma correta. Como exemplo na análise, de 71 embriões de APLs identificados, 49 foram classificados de forma correta, 5 deveriam ser classificados como Núcleos de Desenvolvimento, 17 como vetores de desenvolvimento.

Conforme exposto nos resultados da análise discriminante, percebeu-se que a classificação por análise de Agrupamento foi mais eficiente, apresenta maior poder de explicação e maior número de variáveis discriminantes significativas e que poderia ajudar na identificação de tipificações de APLs.

Conclusões

O presente trabalho teve o objetivo principal de tipificar e agrupar os Arranjos produtivos locais através dos indicadores de identificação. A utilização de análise de agrupamentos permitiu tal classificação, caracterizando de forma empírica os APLs em quatro aglomerados heterogêneos, a seguir:

O *Agrupamento 01, denominado de APLs Iniciantes* com maior número de observações

(113 casos) foi formado predominantemente por APLs considerados como Embrião de Arranjo Produtivo (50 %) dos casos, e classificados como Vetor de Desenvolvimento Local (50 %) dos casos, foi um dos menos especializados, menos concentrado; os Agrupamentos 02 e 03, denominados APLs em Desenvolvimento, foram formados por APLs localizados em municípios pequenos e médias que apresentaram a maior evolução relativa de IDH no período; e o Agrupamento 04, denominado de APLs Desenvolvidos foi o mais homogêneo de todos pois foi composto totalmente por APLs consideradas como Vetores Avançados de desenvolvimento, gerando elevada importância para os setores e reduzida importância local, denotando que o desenvolvimento econômico regional não depende deles de uma forma tão representativa.

Observa-se que a classificação proposta não descarta a classificação tradicional, complementa-a utilizando todos os indicadores de identificação dos APLs. Destaca-se ainda que os resultados evidenciaram que os APLs consolidados são mais concentrados, e não exerceriam grande influência nos indicadores de desenvolvimento locais, por estarem em municípios grandes dependentes de várias

atividades econômicas. Por outro lado, há indícios que os APLs iniciais e em desenvolvimento (principalmente) teriam uma participação significativa no desenvolvimento local, observado pelas variações do IDH médio dos municípios hospedeiros dos mesmos, que foram pequenos e médios. Chama-se atenção para que não foi objetivo deste trabalho relacionar os indicadores de identificação ou classificações de APLs com indicadores de desenvolvimento. Por outro lado, a pesquisa gerou suposições de haver relações que devem ser investigadas em estudos posteriores.

Observou-se ainda que a classificação proposta gerada pela análise de agrupamentos relacionou-se fortemente com a classificação tradicional. Por englobar outros indicadores, a classificação proposta poderia fornecer mais informações e maior precisão na tipificação dos arranjos produtivos em categorias.

Outro objetivo da pesquisa foi verificar quais dos indicadores melhor discriminam o agrupamento proposto, verificando sua eficácia, bem como comparar a classificação tradicional de APLs com a proposta. Para atingir estes objetivos usou-se a análise discriminante. Os resultados da análise discriminante evidenciaram ainda que a classificação por análise de *Agglomerados* foi mais eficiente, pois apresentou maior poder de explicação e maior número de variáveis discriminantes significativas e que poderia ajudar na identificação de tipificações de APLs.

Aponta-se que uma das limitações do presente trabalho é de utilizar dados secundários apenas do estado de Minas Gerais e não fazer uma análise por setor. Assim, sugere-se que pesquisas sejam feitas nesta temática, em outros estados ou com dados secundários agregados, de forma que permita avaliar a relação existente entre as cadeias produtivas de APLs e sua eficácia no desenvolvimento setorial e local, nos municípios e regiões onde estão inseridos.

Sugere-se ainda utilizar outras ferramentas multivariadas para classificação das cadeias produtivas de APLs, e relacionar indicadores de avaliação de APLs com indicadores de desenvolvimento.

Referências

- ALBUQUERQUE, E. *et al.* distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira: uma descrição de estatísticas de produção local de patentes e artigos científicos. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2002.
- AUDRESCHT, D.; FELDMAN, M. R&D spillovers and the geography of innovation and production. *The American Economic Review*, v. 86, n. 3, jun. 1996.
- BECATTINI, G. Italian Industrial Districts: Problems and Perspectives. *International Studies of Management and Organization*, v. 21, n. 1, 1991, p. 83-90.
- BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. Estrutura e dinamismo de *clusters* industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir dos dados da RAIS. In: TIRONI, L. F. *Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais*. Brasília: IPEA, 2001. (Cap. 1).
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.). *Systems of Innovation and Development*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- CROCCO, M. A. *et al.* Indicadores para identificação de arranjos produtivos locais. Disponível em: <www.redisist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 7/1/2007.
- CROCCO, M.; SANTOS, F.; SIMÕES, R.; HORÁCIO, F. O arranjo produtivo calçadista de Nova Serrana. In: TIRONI, L. F. (Coord.). *Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais*. Brasília: IPEA, 2001. (Cap. 7).
- DINIZ, C.; CROCCO, M. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jul. 1996.
- HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, P. R. *et al.* (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989.
- HAIR JR, J. F. *et al.* *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30/5/2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA - Boletim, março/2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Mapa dos Arranjos Produtivos de Minas Gerais - 2007*. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/51/54>. Acesso em: 24 mar. 2009.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MAROCO, J. *Análise estatística utilizando SPSS*. 3.ed. Lisboa: Silabo, 2005.
- KRUGMAN, P. *Geography and trade*. Cambridge: MIT Press, 1991.
- LASTRES, H. M. M. *et al.* *Design para a competitividade: recomendações para a política...* Rio de Janeiro: E-Papers, 2006. 288 p.
- LEMOS, I. S.; FREGA, J. R.; SOUZA, A. Um framework para a avaliação da estratégia do arranjo produtivo local

para o turismo: o caso de Treze Tílias. *Turismo - Visão e Ação*, v. 9, n.1, p. 37-53, jan. /abr. 2007.

PEREIRA, J. C. R. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. São Paulo: EDUSP, 2001.

PIEKARSKI, A.; TORKOMIAN, A. Identificação de clusters industriais: uma análise de métodos quantitativos. *GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, América do Norte, v. 1, nov. 2005.

PREARO, L. C. *O uso de técnicas estatísticas multivariadas em dissertações e teses sobre o comportamento do consumidor: um estudo exploratório*. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RABELLOTTI, R. Is There an 'Industrial District Model? Footwear Districts in Italy and Mexico Compared, *World Development*, v. 23, n. 1, Janeiro 1995, p. 29- 42.

RODRIGUES, C.; SIMÕES, R. Aglomerados industriais e desenvolvimento socioeconômico: uma análise multivariada para Minas Gerais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 203-232, abr. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2057/2439>>.

SABOIA, J. Desconcentração industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado

regionalmente. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, dez. 2001.

SACHS, I. Social Sustainability and whole development: exploring the dimensions of sustainable development. In: BECKER, Egon; JAHN, Thomas (Ed.). *Sustainability and the social sciences: a cross-disciplinary approach to interating environmental considerations into theoretical reorientation*. London; New York: Zed Books; Paris: UNESCO, 1999. p. 25-36.

SCHMITZ, H. Collective Efficiency: Growth path for small-scale industry. *The Journal of Development Studies*. v. 31, n. 4, p. 529-566, 1995.

SUZIGAN, W. *Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil*. Relatório Consolidado. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

SUZGAN *et al.* Coeficientes de Gini Locacionais - GL: aplicação à indústria de calçados do estado de São Paulo. *Nova Economia*. v. 13, n. 2, p. 39-60, julho-dezembro/2003.

REDESIST. *Arranjos produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro: REDESIST, 2005. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 26 de junho de 2009.

<<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 30/6/2009.

Propuesta de refuncionalización del sector industrial abandonado de la localidad de General Daniel Cerri (partido de Bahía Blanca, provincia de Buenos Aires) para dinamizar su inserción en el contexto regional*

Proposta refuncionalização abandonado setor industrial da cidade de General Daniel Cerri (em Bahía Blanca, Buenos Aires) para impulsionar a sua integração no contexto regional

Offer of refuncionalization of the left industrial sector of the locality of General Daniel Cerri (region of Bahía Blanca, province of Buenos Aires) to stir into action its insertion in the regional context

Une proposition de refuncionalización du secteur industriel abandonné de la localité de Général Daniel Cerri (un divisé de Baie Blanche, une province du Buenos Aires) pour dynamiser son insertion dans le contexte regional

María Amalia Lorda**

María Belén Krasner***

Recebido em 17/3/2010; revisado e aprovado em 18/8/2010; aceito em 18/10/2010

Resumen: La evolución de General Daniel Cerri se caracteriza por la importancia de su complejo industrial. En los últimos años del pasado siglo la localidad vivenció una profunda crisis y la paralización definitiva de la actividad con el cierre de las fábricas. Debido al deterioro del sector, el objetivo del presente trabajo es presentar una propuesta de desarrollo local para dinamizar a la localidad de General Daniel Cerri a través de la refuncionalización del sector industrial abandonado.

Palabras clave: Patrimonio local. Propuesta turística. Actores locales.

Resumo: General Daniel Cerri evolução caracteriza-se pela importância do seu complexo industrial. Nos últimos anos do século passado, a cidade vive uma crise profunda e cessação definitiva da atividade com o fechamento de fábricas. Devido à deterioração do setor, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta para impulsionar o desenvolvimento local da cidade de General Daniel Cerri através refuncionalización abandonado setor industrial.

Palavras-chave: Patrimônio Local. Sugestões Turismo. Agentes Locais.

Abstract: The evolution of General Daniel Cerri is characterized for the importance of its industrial complex. In the last years of the past century the locality lived a deep crisis and the paralyzation of the activity with the closing of the factories. Due to the deterioration of the sector, the aim of this paper is to present a offer of local development for to stir into action the locality of General Daniel Cerri by means of the refuncionalization of the left industrial sector.

Key-words: Local heritage. Tourist offer. Local actors.

Résumé: L'évolution de Général Daniel Cerri se caractérise par l'importance de son complexe industriel. Durant les dernières années du siècle passé la localité a vécu une crise profonde et la paralysie définitive de l'activité avec la fermeture des usines. Étant donné la détérioration du secteur, l'objectif du présent travail est de présenter une proposition de développement local pour dynamiser à la localité de Général Daniel Cerri à travers la refuncionalización du secteur industriel abandonné.

Mots-clés: Patrimoine local. Proposition touristique. Acteurs locaux.

Introducción

En similitud con otras espacialidades de la provincia de Buenos Aires, el partido de Bahía Blanca (en el Sudoeste de la provincia de Buenos Aires), es producto de las

características políticas y económicas de la Argentina agroexportadora. La actividad agrícola ganadera y sus eslabones productivos imprimieron en el espacio su configuración, organizando el territorio a través del surgimiento de pueblos que nacieron a la

* El presente trabajo se enmarca en el PGI "Estrategias de gestión y formación para el desarrollo local en espacios urbanos, periurbanos y rurales del Suroeste Bonaerense". Directora: Dra. María Amalia Lorda y Co-Directora: María Patricia Rosell. Departamento de Geografía y Turismo. Secretaría de Ciencia y Tecnología de la Universidad Nacional del Sur. Bahía Blanca (2009-2012).

** Profesora e Investigadora del Departamento de Geografía y Turismo de la Universidad Nacional del Sur (Bahía Blanca, Provincia de Buenos Aires, Argentina). E-mail: malorda@criba.edu.ar

*** Doctoranda de Geografía del Departamento de Geografía y Turismo de la Universidad Nacional del Sur (Bahía Blanca, Provincia de Buenos Aires, Argentina). Becaria del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la Presidencia de la Nación. E-mail:mbkraser@hotmail.com

vera de los entramados ferroviarios. Los mataderos e industrias cárnicas, así como los medios de transportes férreos y portuarios, constituyeron durante décadas los componentes principales de las dinámicas regionales. Sin embargo, producto de la lógica impuesta por la globalización, los cambios en la demanda como también así la obsolescencia que vuelve a ciertos espacios incapaces de competir bajo las nuevas reglas de juego, se plasma en el paisaje una distribución de fragmentos espaciales insertos en dicha lógica y espacios no incorporados a la misma.

El surgimiento y evolución de la localidad de estudio, General Daniel Cerri (situada a 15km de la ciudad de Bahía Blanca en el Sudoeste de la provincia de Buenos Aires, Argentina) ha estado estrechamente vinculado al devenir político-económico del país en su acontecer temporal. Es este vínculo el que transformó el espacio, en pocos años a comienzos de siglo XX, para pasar de ser un fortín de vigilancia como avance de la frontera, con escasos habitantes que subsistían mediante la práctica hortícola, a un pujante núcleo industrial de carácter internacional. No obstante, acompañado por las vicisitudes de la transición de los últimos veinte años del pasado siglo, la localidad vivenció una profunda crisis industrial y la paralización definitiva de la actividad con el cierre de sus plantas fabriles.

En la primera década de la pasada centuria la localidad se convirtió en el primer pueblo industrial de la región. La inversión de la Compañía Sansinena de Carnes Congeladas que instala en la localidad un matadero y frigorífico (posteriormente CAP Cuatrerros) y la radicación del lavadero y peladero de pieles Soulas et Fils (luego Lanera Argentina) constituyen un núcleo industrial que vinculó a la localidad con el mundo, en un contexto nacional e internacional que lo permitía.

Las causas de la decadencia fabril son numerosas: decisiones político-económicas nacionales, escasa posibilidad de acción frente a nuevos competidores, manejos inadecuados en las políticas internas de los establecimientos, cambios en la demanda mundial, entre otros. La localización privilegiada del emplazamiento industrial que marcó el progreso de la localidad, se tornó inadecuada impidiendo la posibilidad de competencia con otro frigorífico instalado en proximidades con

amplia disponibilidad de tierras por encontrarse fuera del núcleo urbano y con acceso descentralizado a la ruta nacional n. 3 Sur.

Sin embargo, el caso de General Cerri se diferencia de otros pueblos bonaerenses de alrededor de 5.000 habitantes, en los que en las últimas décadas su comportamiento ha sido recesivo vinculado a que las actividades que les dieron origen perdieron rentabilidad causando el desempleo. Pese a que como en otros espacios las actividades que impulsaron su crecimiento han desaparecido, el incremento de pobladores se ha mantenido. En este comportamiento no puede ser obviado como factor positivo su cercanía a la ciudad de Bahía Blanca, la cual posibilita residir en Cerri por distintos motivos personales y ocuparse laboralmente en la ciudad próxima.

No obstante la localidad se convirtió en un suburbio de la ciudad cabecera del partido (Bahía Blanca), debido a la esperanza ilusoria que los emprendimientos fabriles locales vuelvan a gozar del esplendor de años anteriores. El anhelo alentado por promesas políticas incumplidas ha provocado un estancamiento en la búsqueda de alternativas laborales y, en la recuperación de los espacios que por la falta de mantenimiento y vandalismo presentan un notable aspecto de deterioro. El centro urbano perdió peso en el contexto micro-regional, convirtiéndose en parte integrante del periurbano de Bahía Blanca. Para lograr una política de desarrollo local será imprescindible una toma de conciencia por parte del municipio de los problemas de la localidad e incentivar áreas con potencial.

El presente trabajo tiene como objetivo presentar una propuesta de desarrollo local para dinamizar la espacialidad, a través de la refuncionalización del sector industrial abandonado, rescatando del olvido el patrimonio histórico-cultural edificado en la localidad de General Daniel Cerri. La propuesta surge de un estudio que ha tenido continuidad a través de distintas etapas de análisis las cuales han incluido el tratamiento de los elementos que han contribuido a la transformación del espacio, la caracterización general del área de estudio, y el análisis de la evolución en la ocupación de la espacialidad para lograr el análisis territorial.

Con los procesos de cambios y transformación algunas actividades se vuelven

recesivas pero los espacios resguardan potencialidades. Por ello es necesaria la búsqueda de alternativas para la recuperación y refuncionalización de los mismos, utilizando los recursos naturales, económicos y humanos, entre otros. Recursos a los que es preciso incorporar la posibilidad de rescatar el patrimonio histórico y cultural local, valorado en la actualidad mundialmente en una renovada visión del turismo y la conservación. Aprovechando el proceso de transformación en los gustos de la demanda mundial y potenciando las aptitudes, es posible la implementación de actividades no tradicionales que refuncionalicen el espacio, a la vez que revitalicen a General Cerri a través de fuentes laborales y encadenamiento de actividades complementarias; manteniendo su vinculación al sistema de Bahía Blanca e incrementando su dinamismo.

La metodología empleada de carácter cualitativo permite el predominio del trabajo de campo, mediante la recopilación de información por medio de observaciones y

entrevistas semiestructuradas a informantes claves. La búsqueda, interpretación y análisis de bibliografía pertinente permiten establecer el marco de referencia y encuadre teórico del trabajo.

Delimitación del área de estudio

La Delegación de General Daniel Cerri se localiza al Oeste de la ciudad de Bahía Blanca en el partido homónimo, al Sudoeste de la provincia de Buenos Aires. La misma constituye una de las nueve delegaciones que administra el municipio de Bahía Blanca. El área de estudio, la localidad de General Daniel Cerri (que comanda dicha Delegación), se sitúa fuera del ejido urbano a 15 km al Oeste de la ciudad y es parte del área comprendida por el Gran Bahía Blanca. Cerri es el único núcleo urbano de la delegación, siendo los restantes asentamientos de carácter rural: Alférez San Martín, Sauce Chico, Paraje La Hormiga, Don Ramiro, Villa Bordeu y Los Chañares (Figura 1).

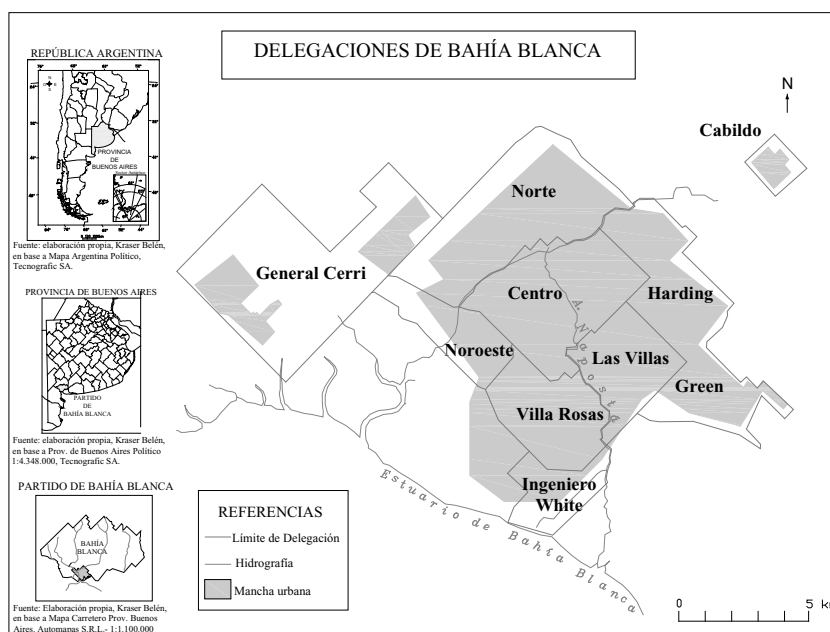


Figura 1 - Ubicación de la Localidad de General Daniel Cerri - Área de Estudio.

Fuente: Elaboración propia, Kraser Ma. Belén (2010), sobre mapa base Sistema de Información Territorial Mapas Bahía Blanca- Departamento de Sistematización de Datos Departamento de Catastro (2005), Municipalidad de Bahía Blanca.

Marco Teórico

Los acontecimientos políticos y económicos imperantes en distintos períodos históricos imprimen en el espacio local su dinámica organizadora, a través de la ocupación y distribución de usos del suelo. Los patrones de distribución de usos del suelo configuran el paisaje de la ciudad en el cual perviven relictos de prácticas y acciones pasadas de antiguos pobladores, rugosidades al decir de Milton Santos (1990). En el espacio geográfico y concretamente en su aspecto visible - el paisaje - aquellas manifestaciones, tanto materiales como inmateriales, que una sociedad carga de valor y significado conformando su cultura local, se transforman en su patrimonio y la toma de conciencia de ello conforma su identidad. El patrimonio representa, por lo tanto, el conjunto de elementos o recursos presentes o recibidos de un tiempo pasado posibles de conservar en un futuro porque podrían ser utilizados (MONTGOLFIER; NATALI, 1987, en LORDA, 1998).

Para el área de estudio, con el abandono de espacios anteriormente dinámicos, comenzó un proceso de deterioro de los componentes materiales que signaron la evolución de General Cerri, componentes que por la valoración que revisten conforman el patrimonio local, hoy en decaimiento y proceso de desaparición. La importancia de la preservación del patrimonio surge de su valor como testimonio de distintos fenómenos culturales y procesos históricos. En la literatura especialidad y en las transformaciones de las ciudades se ha planteado el interrogante del destino del patrimonio o la forma de utilizarlo una vez salvaguardado o restaurado; si bien se ha enfatizado en mantener el uso que originalmente los definió, también se ha visto en muchos casos que han sido adecuados a nuevos usos en lo que se ha dado en llamar reciclaje, adecuación y hasta reutilización (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 2005).

No se puede pretender detener el proceso de transformación de la ciudad sino orientarlo, encontrando un equilibrio con las necesidades y expectativas reales de la población y de la vida actual. Por otro lado,

incorporar a la vida contemporánea inmuebles pertenecientes al patrimonio archi-

tectónico urbano, áreas significativas, conlleva además de la racionalización que significa, la continuación en servicio de un recurso material, el valor agregado en la consideración como bien patrimonial (como fuente de recursos turísticos por sus características propias, por ejemplo). (GARRÉ, 2001, p.17)

Desde inicios de los 80's a partir de las transformaciones que aparecen en las ciudades como respuesta al proceso de globalización económica se observa que determinados objetos urbanos cambian de funciones, transitando el proceso que se ha denominado refuncionalización. La misma es entendida como una mutación, una acción de reconquistar, recuperar y cambiar el uso de antiguos edificios (fábricas obsoletas, extensas áreas portuarias o ferroviarias, entre otros) generalmente en estado de abandono por obsolescencia y falta de funcionalidad, pero con ubicación privilegiada que aporta potenciales usos (GIORIA, 2003).

En todas éstas transformaciones, si bien responden a tendencias globalizantes, están presentes también nuevas sensibilidades colectivas como son los temas referidos al medio ambiente, la calidad de vida y la afirmación de identidades locales, como forma de resaltar aquello que le otorgará singularidad al lugar para que no se pierda la memoria en la mutación de la ciudad. No se trata de un enfoque conservador, con el objeto de mantener construcciones y elementos históricos solamente, sino recobrar la importancia de un área céntrica, con un importante capital edificado, que constituya la recuperación de edificios para mejorar la calidad de vida del área y reconstruir las relaciones entre la población y las actividades, desde una perspectiva adecuada a las nuevas funciones presentes en la ciudad y en la organización de centralidades diversas (GIORIA, 2003).

Algunas referencias de la evolución del área-estudio

La evolución de la localidad de estudio está caracterizada por ser uno de los pocos poblados de la región en cuya historia son identificables dos fundaciones. La primera, de carácter histórico- administrativo, es la que legalmente se indica en los archivos históricos del Municipio de Bahía Blanca. Esta

fundación del año 1876 fue sustentada en una decisión política debido al contexto histórico nacional, la misma remite a la instalación de un fortín de vigilancia para controlar la frontera suroeste de la provincia de Buenos Aires y así frenar los reiterados saqueos producto de la incursión de grupos nativos que se desplazaban desde la Patagonia argentina y chilena.

Consideramos apropiado centrarnos en la segunda fundación de General Daniel Cerri, la de carácter industrial y que efectivamente contribuyó al despegue socio-económico local. La misma se produce cuando en 1903 la Compañía Sansinena de carnes congeladas, con casa central en Buenos Aires, decide instalar un frigorífico en terrenos de Ernesto Tornquist presidente de la empresa. Algunos años antes, en 1883, el francés Simón Gastón Sansinena radicado en Montevideo instaló en la margen Sur del Riachuelo de Buenos Aires (en Avellaneda) un matadero y grasería que en 1885 fue remodelado por la familia transformándolo en el frigorífico La Negra. En 1890, luego de la crisis económica de 1889 durante la presidencia de Juárez Celman, el frigorífico presentó la quiebra (CARBONE y otros, 2007).

En 1891 Ernesto Tornquist, quien se había desempeñado como banquero, estanciero e industrial, con su compañía económica rehabilita la firma Sansinena y, el frigorífico La Negra se transformó en la Compañía Sansinena de Carnes Congeladas. Su directorio estaba integrado por industriales, banqueros y políticos, entre ellos Carlos Pellegrini presidente de la Nación (CARBONE y otros, 2007).

Distintas sucursales de la firma fueron distribuyéndose en la provincia de Buenos Aires hacia principios del siglo XX. La Compañía Sansinena adquirió una extensión de aproximadamente 2.000has en General Cerri, en terrenos de Ernesto Tornquist en ese momento presidente de la empresa. Años atrás, la Expedición al Desierto había dejado libres miles de hectáreas fértiles o aptas para pastoreo; las tierras se pusieron en venta o se dieron de recompensa a militares y proveedores del ejército. La mayoría no quiso o no pudo conservarlas y las vendió; entre quienes creían en el porvenir del campo argentino Tornquist fue uno de ellos y entre 1880-1884

fue su oportunidad de adquirir a bajos precios cantidades de hectáreas distribuidas en la región pampeana.

Varios factores concurren a la elección del lugar para la instalación del emplazamiento fabril: propiedad de las tierras, disponibilidad de agua del curso fluvial Sauce Chico, acceso al mar con la posibilidad de la construcción de un puerto para la llegada de buques hasta el que se accedería desde el establecimiento por una línea férrea de trocha angosta, intermediación de ramales ferroviarios y, cercanía a un pujante núcleo urbano (Bahía Blanca nombrada ciudad en 1895).

El 1 de octubre de 1903 es inaugurado el emprendimiento industrial. Debido a que los caminos eran intransitables los obreros ocupados en la fábrica debían residir en la localidad y es el mismo Tornquist quien lotea y vende los terrenos próximos a los obreros. También es construida la Colonia Sansinena, siendo uno de los primeros ejemplos de vivienda colectiva en la región destinada a los empleados solteros. Con el inicio de la actividad y la contratación de 400 operarios permanentes que al poco tiempo ascenderían a 850, cifra superada posteriormente, se contabiliza la llegada de numerosas familias. Esto traería aparejado un crecimiento demográfico sostenido.

Desde 1890 fue creciendo en el país una red económico-financiera en la que se observa el avance y la concentración de empresas en personajes como Tornquist, hombre de negocios que gradualmente fue apropiándose de las industrias situadas sobre el Riachuelo de Buenos Aires entre las que se incluían frigoríficos y textiles. La evidencia de esta red es la vinculación de Tornquist con otros grupos que operaron en las márgenes del Riachuelo de Buenos Aires como Bunge y Born, Bemberg, Sansinena y Soulas et Fils (casa matriz de la Textil del Riachuelo y Campomar). La mayoría de las firmas importantes de dicho espacio tuvieron vinculaciones semejantes y, constituyeron una red cuyo poder residía no sólo en los recursos económico-financieros, sino también en su estrecha vinculación con los representantes del ámbito político del momento.

En Abril de 1905 se inaugura junto al frigorífico de General Cerri el lavadero y peladero de pieles Soulas et Fils (luego Lanera

Argentina) y con este hecho la localidad se convierte en el primer pueblo industrial de la región (Fascículos Coleccionables La Nueva Provincia, 2004). La instalación de ambos emprendimientos vincula al poblado con el mundo, en un contexto económico-político nacional que lo permite debido a que la exportación era el pilar fundamental de las actividades.

Los capitales que en principio crean la planta fabril para el lavadero y peladero de pieles fueron de origen francés y pertenecían a la firma JSF, iniciales con las que se denominaba Joseph Soulas et Fils, un grupo económico radicado en Montevideo que luego instaló un lavadero de pieles en Avellaneda (Buenos Aires) siendo proveedor de insumos para la fábrica textil nacional de mayor importancia del país en ese momento, la perteneciente al grupo Campomar. Con el avance de la integración de capitales con los grupos financieros de mayor poderío, como es el caso del grupo Tornquist, la firma Soulas decide la instalación de un lavadero de pieles en Cuatros que aprovecharía la materia prima proveniente del frigorífico. Esta iniciativa era una estrategia que reproducía el funcionamiento de ambas fábricas de manera conjunta en otra espacialidad, como sucediera en las márgenes del Riachuelo en Avellaneda y Barracas Sur (Buenos Aires). Los miembros integrantes del cuerpo directivo, quienes eran los poseedores de capital, eran accionistas mayoritarios en ambas firmas y por lo tanto influían en las decisiones de ambos establecimientos.

Con la instalación del mismo la mayoría de los obreros para el inicio de las actividades fueron traídos desde la sede en Buenos Aires; los operarios y sus familias complementan el incremento demográfico local de inicios del pasado siglo. El aumento de residentes en el espacio industrial requeriría servicios que hacen a una mejor calidad de vida; al respecto, el 18 de febrero de 1906 se crea la escuela de enseñanza inicial n. 14. La idea de entidad social que sustentaban las firmas permite que sean las creadoras de los primeros espacios recreativos y clubes deportivos de la localidad. Además dieron respuesta a las distintas necesidades de la vida urbana, incluso en el aspecto espiritual, ya que fueron las promotoras de la creación de la Parroquia San Miguel Arcángel.

El progreso que marcó el inicio de las actividades de ambos emprendimientos fabriles posicionó a la localidad como un núcleo de importancia regional. Al aumento de población por la radicación de los obreros se suma la instalación de variados locales que satisfacen a la demanda de la creciente población, como también así la elección de vivir en la localidad por parte de comerciantes, a causa de las posibilidades económicas que brindaba una población en constante aumento.

El proceso de decadencia del frigorífico en General Daniel Cerri

Con personal permanente de 800 empleados, e incluso superior en épocas de mayor actividad, la vinculación durante años que mantenían los empleados con la fábrica, dependencia que permaneció por décadas, permitió que distintas generaciones familiares fueran ocupadas en dichas labores. La actividad fabril imponía su dinámica propia en la localidad, marcando tiempos de actividad y descanso, que actuaban en cierta medida como organizadores del día a día. Las instalaciones originales del frigorífico fueron mejoradas tidas oportunidades hasta el cese definitivo de la producción en el año 2000. Con la incorporación de actividades la cantidad de operarios aumentaba y, el establecimiento plasmó en la localidad un dinamismo que la vinculaba a gran parte del país e internacionalmente.

En 1952 el patrimonio de la empresa Sansinena es transferido a la Corporación Argentina de Productores de Carne (CAP). Bajo la nueva administración es habilitado en 1956 el pozo surgente para agua potable y usos industriales y, se descubre el importante acuífero con aguas termales. En el año 1973 se produce la primera intervención del Gobierno Nacional al establecimiento; dichas intervenciones serán sucesivas hasta el año 1989 cuando las actividades cesan por completo.

Comienzan en ese momento a ser implementadas distintas estrategias como alternativas para evitar el cierre de la fábrica. En el año 1990 las instalaciones son alquiladas durante dos años al frigorífico Ramallo que luego en 1992 cesará sus actividades. En el año 1996 la firma paraguaya Translink S.A. adquiere el establecimiento y lo mantiene

en funcionamiento hasta el año 1999 cuando se inician nuevos conflictos, hasta que finalmente en el año 2000 es intervenido por la justicia y se lo decreta en quiebra procediendo al cierre definitivo. Durante el 2005 se llevó a cabo un intento de remate sin éxito. En el año 2007 nuevamente es llevado a remate y en esa oportunidad es adquirido por Manuel Smiriglia (representante de un círculo empresario radicado en la capital del país). En el remate son adquiridas las dependencias inmuebles del frigorífico, pero quedan pendientes de compra por deudas impositivas el predio de 2.000 has en el que se sitúa.

Desde su remate el establecimiento ha permanecido bajo vigilancia, con seguridad privada. Si bien la vigilancia ha frenado el saqueo y vandalismo en las instalaciones, no existe ninguna medida para detener el progresivo deterioro provocado por la falta de mantenimiento. En Diciembre de 2007, luego de varios incendios menores, por las elevadas temperaturas y altos pastizales un incendio provocó importantes daños en las dependencias del ex frigorífico. Pese a que los daños fueron importantes no alcanzó las instalaciones de los edificios principales.

Propuesta de desarrollo turístico en el sector industrial abandonado: Refuncionalización del Ex frigorífico CAP Cuatros

El proyecto tiene como objetivo la reactivación económica local mediante una iniciativa de aprovechamiento del patrimonio edificado del ex frigorífico, su entorno y la abundancia del recurso hídrico subterráneo desaprovechado en los pozos surgentes existentes. Con el fin de la actividad del establecimiento el espacio (edificado y su área circundante) se ha visto sumergido en un progresivo estado de deterioro en el que la escasa vigilancia poco puede hacer para frenar este proceso. Con el cierre del establecimiento fabril, la localidad quedó a la espera de su reapertura, sin plantear las posibilidades de la reutilización del espacio para usos distintos al original. Aprovechando el proceso de transformación actual, mejorando el equipamiento local y estimulando las potencialidades, Cerri puede convertirse en receptora de actividades no tradicionales que sirvan de complemento y apoyo a la ciudad de Bahía Blanca.

Descripción

Luego del remate del inmueble en el año 2007, el carácter privado limitaba la posibilidad de acción en el mismo, ya que sin interés por parte de sus propietarios de iniciar alguna actividad y sin intenciones de venta, convirtió al espacio en ocioso y sin medio alguno para adquirirlo. En el mes de Agosto de 2009 (y hasta la actualidad) la inmobiliaria Nordheimer Negocios Inmobiliarios- Campos y Estancias S. R. L. de Capital Federal anuncia su venta realizando una detallada caracterización del lugar (Figura 2).



Figura 2 - Edificio y predio del ex frigorífico
Fuente: NORDHEIMER S.R.L. Disponible en: <www.nordheimer.com>

Al complejo se ingresa por camino de acceso interno pavimentado en el que se sitúa la casilla de vigilancia. La superficie edilicia cubierta totaliza 55.000m², distribuidos en seis edificios de tres pisos y entresijos, separados por calles internas pavimentadas. Las estructuras en general son construcciones de hierro y hormigón, revestimiento de paredes con azulejos y techos de chapa galvanizada, de hormigón o vidriados. Los pisos son de cemento estampados, refractarios o cerámicos. Se encuentra en las instalaciones vestuarios (capacidad original para 720 hombres y 490 mujeres), laboratorio, oficinas, depósito general, lavaderos de vehículos, garage, unidades sanitarias, guardería, taller mecánico, corrales, entre otros. Además rampas de acceso a los edificios, puentes de unión, cinta transportadora entre pisos y pista de aterrizaje para helicópteros.

El área de servicios se compone de: sistemas de abastecimiento de agua proveniente de pozo surgente de 750m de profundidad

con un caudal de 50 m³/hora, con agua potable a 58°C de temperatura y pozo semisurgente de 240m de profundidad con un caudal de 45 m³/hora. Para proceder al enfriamiento del agua proveniente del surgente se dispone de dos cisternas de 1000m³ de capacidad cada una. Sistema de generación de frío, generador diesel, transformadores eléctricos y sistema de generación de vapor (calderas). Finalmente el complejo cuenta con iluminación exterior.

La totalidad de la superficie se encuentra dividida en 10 potreros alambrados, se distribuyen 4 molinos con tanque para obtener agua de napa. La superficie disponible corresponde a 800has para pasturas o verdes y el resto constituye bajos anegables y conformación de lagunas. También se contabiliza la casa para personal de supervisión (100m²) y la casa para personal de dirección (construcción de estilo inglés de 2 plantas, con 6 habitaciones, 3 baños completos, cocina, comedor y amplio living con hogar) con parque diseñado por el arquitecto paisajista Carlos Thays y cancha de tenis.

Propuesta

Con el objetivo de la utilización del antiguo sector industrial abandono, el uso del recurso acuífero desaprovechado y la posibilidad de convertirse en fuente laboral para la localidad, se propone la creación de un complejo SPA- termal. El consumo global de tratamientos de belleza y terapias de agua es una modalidad que se ha ido consolidando en el imaginario colectivo. Vinculado a los parámetros actuales de salud asociada a relajación y, la práctica de reuniones o negocios empresariales en espacios de distensión en la tipología de trabajo - placer, se convierten en los móviles idóneos para la reactivación económica local (en relación a los recursos existentes) y, fortalecidos por la carencia de estos espacios (y servicios) en la ciudad de Bahía Blanca. General Cerri se convertirá así en un complemento de Bahía Blanca, a través de su propio dinamismo.

La variedad de servicios a ser ofrecidos en un spa encuentra como uno de los principales limitantes la disponibilidad del espacio físico. La extensa superficie cubierta de la que disponen las instalaciones del antiguo frigorífico posibilita la implementación de

la modalidad de Spa de Destino (Resort Spa: provee de manera integral un programa para mejorar la calidad del cliente, incluyendo servicios como: hospedaje, alimentación sana, corporales, faciales, hidroterapia, conexión mente - cuerpo y acondicionamiento físico) y Spa de Día (Day Spa: brinda servicios de un solo día en el que no se ofrece alojamiento) (Secretaría de Salud de la República Mexicana, 2004).

En este caso, la diferenciación permite atraer a dos tipos de clientela, aquella que efectúa gastos más moderados con tratamientos seleccionados en sesiones que realiza en un día y, aquella que pernocta y permanece en el establecimiento, que a la vez se comporta como clientela cautiva y por tal motivo demanda y se convierte en consumidora de otros servicios y productos (en este caso no sólo en el complejo, sino también fuera de él en la localidad). Disponiendo de espacio las posibilidades aumentan: gimnasio, piscina interior y exterior, canchas (padle, tenis, entre otros), área para correr y parque. Otras posibilidades que pueden ser incorporadas con otros fines son: espacio para eventos al aire libre (una modalidad que actualmente se va consolidando en la ciudad son los casamientos al aire libre), restaurante, centro de convenciones, salón de fiestas, SUM (salón usos múltiples).

El entorno en el que se sitúa permite, por su cercanía a la costa, brindar algunos de los tratamientos de Spa con Termalismo Marino (Secretaría de Salud de la República Mexicana, 2004). Este comprende instalaciones donde es posible la utilización del medio marino natural mediante servicios con agua de mar, arenas, limos marinos y algas; la implementación de tal modalidad requiere de los estudios necesarios para determinar la calidad y propiedades de los recursos marinos presentes en la costa. Respecto a la clasificación de los centros de termalismo- spa empleada por los agentes de turismo de argentina sustentada en el criterio del ambiente en el que se localiza, para el caso propuesto por situarse en un entorno no urbano se lo consideraría Spa de Campo. En ellos, además de los servicios tradicionales es posible realizar actividades campestres, en contacto con animales, cabalgatas, etc.

El emprendimiento actuaría como fuente laboral para los pobladores y fuente

de ingreso a través de servicios agregados y elaboración de mercancías necesarias para el desarrollo de la actividad. La generación de empleos se concreta a través del propio proyecto como así también de su capacidad de compra de insumos. Asimismo, el entorno genera un valor agregado vinculado a fines turísticos de distinto tipo (histórico, industrial, religioso, cultural, natural) y práctica deportiva. El proyecto pretende articularse con alternativas turísticas locales que puedan vincularse a escala regional. Centrándonos en el ámbito local, es posible mencionar algunos circuitos de atractivo turístico viables:

- a) Valoración de la costa y espacios no antropizados: avistaje de aves, paseos costeros, navegaciones e interpretación ambiental del ecosistema de humedales.
- b) Turismo cinegético (particularmente pesca): existe un tramo férreo de trocha angosta que comunicaba al antiguo frigorífico con el muelle; si bien ha sido levantado en algún sector podría reacondicionarse para su utilización. Por medio de este transporte turistas que permanezcan en el spa o en el hotel podrían ser trasladados hasta el área costera, donde en el muelle podrían realizar distintas actividades diagramadas en el sector del Club de Pesca y Náutica Cerri.
- c) Reactivación del antiguo proyecto turístico denominado La Trochita: mediante transporte férreo podrían visitarse los lugares históricos de la localidad: Estación Férrea Aguará, zona industrial con sus colonias de obreros, antiguas casonas, parroquia San Miguel Arcángel, Fortín Cuatrerros y pulpería. Este recorrido histórico y cultural puede realizarse en caminatas ya que la extensión no supera los 2km.
- d) Sector del núcleo fundacional: se encuentra el museo local en el Fortín Cuatrerros y la posibilidad de realizar paseos en carruajes antiguos. El espacio se convierte en un escenario apropiado para representaciones y puestas en escenas de la historia local y nacional de los fortines. La posibilidad de espectáculos al aire libre con danzas típicas y destrezas criollas es otra alternativa, como también lo son los espectáculos nocturnos de luz y sonido relatando pasajes de hechos históricos nacionales y el acondicionamiento de lugares de comida

para la realización de cenas shows con espectáculos folklóricos.

- e) Caminatas al aire libre por la costa del río Sauce Chico (que transcurre en inmediaciones del ex frigorífico) siguiendo el antiguo camino que transitaban los reseros de ganado; un ambiente de campo, río, fauna y flora características, como también así tranquilidad y silencio, torna a la propuesta agradable para aquellos visitantes que busquen el contacto con la naturaleza.
- f) Otra propuesta: Club Sansinena (opción de entretenimiento por su cancha de fútbol donde se juegan partidos de las distintas categorías de la Liga del Sur).

Fundamentación

Paralelamente con la concentración del fenómeno global se produce una fragmentación vinculada con espacios que se vuelven obsoletos, a los que se los abandona por su falta de rentabilidad, posicionamiento no favorable o simplemente cambios en la demanda por el gusto de los consumidores. Con el decaimiento de ciertas actividades se posiciona la valoración de recursos empleados con fines comerciales que hasta el momento no habían sido demasiado aprovechados; uno de los casos es lo ocurrido con el agua (GIORIA, 2003).

La valoración del agua supera el mero aspecto físico, paisajístico, involucrando otros usos y potencialidades. Los servicios derivados de la misma para tratamientos de estética y belleza, uso milenario, se consolidan en tiempos actuales como sinónimo de calidad en el año 1989, cuando la Organización Mundial de la Salud (OMS) la incorporó como recurso en el tratamiento de afecciones. Actualmente el concepto de calidad excede a la salud física, ligándose a la salud mental y relajación (como alternativa para contrarrestar el mal del stress, característico de la vida actual) ofrecida en centros especializados, pero también afín a una alternativa turística que se posiciona como indicadora de estatus socio-económico.

Localmente la importancia del proyecto se sustenta en la reutilización de un importante patrimonio edilicio abandonado; deteriorado por la falta de mantenimiento. Por otra parte, alentado por la situación actual

de respeto del medio y cuidado del recurso hídrico, la alternativa se plantea como una posibilidad rentable para el aprovechamiento del abundante caudal líquido. Además de la cercanía a la ciudad de Bahía Blanca, con su importante concentración poblacional (284.776 según datos del año 2001 del Censo Nacional de Población y Vivienda del Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC-), uno de los factores que posiciona como viable la iniciativa es que no se localizan centros de tratamientos de salud con agua a una distancia menor de 50km.

La accesibilidad es otro componente relevante en el análisis de la viabilidad del proyecto; la cercanía a Bahía Blanca y la llegada de transporte de pasajeros facilitan el arribo. A nivel nacional el acceso a la ruta nacional n°3 Sur y en cercanías el empalme con rutas provinciales y nacionales, la conformación de un corredor termal en la región, el aeropuerto de Bahía Blanca y helipuerto local son aspectos positivos.

La reciente difusión de las limitaciones por las que no se ha concretado un emprendimiento de estas características, de interés municipal, en la ciudad de Bahía Blanca pone en evidencia la necesidad de este servicio, como también así la existencia en Cerri de un recurso y equipamiento desaprovechado. Tanto la falta de tierras para la instalación del complejo, como el costo de las perforaciones (existentes en Cerri) obstaculizan la concreción del proyecto en Bahía Blanca (La Nueva Provincia, 16 de Agosto de 2009).

La existencia de recursos y equipamiento, la necesidad de fuentes laborales y búsqueda de un perfil local a través de actividades no tradicionales y usos alternativos, como también así la valoración global de la conservación de patrimonio industrial mediante su refuncionalización, nuevas tipologías turísticas, consolidación de las demandas de consumo en tratamientos de estética y salud, posibilidad de publicidad a cualquier parte del mundo por medio del marketing internacional y los modernos medios de telecomuni-

cación, propician un contexto adecuado para el accionar del proyecto.

Como responsables, en este proyecto el promotor para la adquisición del espacio y el inicio de las actividades puede ser el municipio o bien un inversor privado. Como antecedente puede mencionarse la localidad de Villa Elisa en la provincia de Entre Ríos (Argentina), en la que desde hace una década por iniciativa municipal y participación privada funciona un reconocido spa- termal. El municipio como único gestor del proyecto se asegura la obtención total de la renta. Sin embargo, el monto de la inversión inicial limita la posibilidad del dominio del emprendimiento por parte de la comuna. Al respecto es posible una alternativa mixta, público-privada, definiendo las líneas de acción precisas. La ejecución privada de la propuesta puede ser la opción más viable, aunque es preciso que el municipio defina requisitos necesarios para el funcionamiento y su posterior control, impidiendo así que el proyecto se convierta en un enclave ajeno al entorno.

En cuanto a la evaluación económica, la carencia de este tipo de emprendimientos en la ciudad de Bahía Blanca y en una distancia inferior a 50km, la disponibilidad de instalaciones y terrenos aledaños amplios, la posibilidad de adherirse a más de un tipo de spa y brindar variados servicios, contribuyen a una valoración positiva del emprendimiento. En referencia a los beneficios económicos, a causa de la generación de empleo directo e indirecto, es importante la población que podría ser beneficiaria, como también así el municipio si se optara por una vía de acción pública o mixta.

Matriz DAFO de la propuesta

La evaluación de la propuesta se sintetiza en la identificación de las debilidades, amenazas, fortalezas y oportunidades del proyecto mediante criterios de carácter cualitativo (Figura 3).

Componentes	Debilidades	Amenazas	Fortalezas	Oportunidades
Marco Legal	Tenencia privada que mantiene el espacio ocioso			Instalaciones en venta por inmobiliaria Nordheimer
Accesibilidad			Proximidad a ruta nacional, con conexiones regionales Acceso terrestre, aéreo y marítimo	Demanda de espacios verdes para trabajo y descanso (business and resort) de perfil empresarial internacional
Localización			Presencia de surgente y perforaciones. Aislamiento que brinda silencio. Presencia de vegetación abundante. Cercanía a la costa y muelle de pesca. Cercanía a espacios históricos locales. Recuperación del espacio para evitar su deterioro. Instalaciones amplias para distintos usos.	Cercanía a un centro urbano mayor. Interacción con Bahía Blanca como núcleo urbano dinámico.
Agentes	Falta de proyecto desde el municipio. Inmovilidad de cambio en la proyección de la imagen local. Escasa grado de conciencia ciudadana para la defensa y refuncionalización del espacio. Ausencia de ámbitos conjuntos para elaboración de propuestas	Reducida financiación para iniciativa pública		Existencia de Inversores privados interesados en desarrollar proyectos de termalismo en la ciudad.
Socio-económico	Capacitación	Cambios en la demanda	Generación de empleo directo e indirecto Recursos humanos para brindar servicios Centro de formación	Demanda mundial de tratamientos spa. Tendencia del Turismo Industrial.

Figura 3 - Matriz DAFO de la propuesta de creación de un complejo spa-termal para la refuncionalización del sector industrial abandonado de General Daniel Cerri.

Fuente: Elaboración propia, Kraser Ma. Belén.

Reflexiones finales

Con el paso del tiempo los espacios son transformados y las ciudades evolucionan a través del uso del suelo acompañado de la presencia de elementos materiales, construcciones y edificaciones. Sin embargo, las lógicas socio- económicas como así también las decisiones políticas que alientan ciertas inversiones y actividades no perduran en el tiempo, provocando el abandono de espacios cuyos usos fueron privilegiados en épocas pasadas. La importancia de la protección de estos espacios, además de tener como objetivo evitar la desaparición de los mismos, se alienta en el resguardo de la cultura y el patrimonio de una comunidad. No obstante, no alcanza con la intención de cuidarlos, tampoco es suficiente el cuerpo legal por el que son incorporados en el listado del patrimonio; son necesarias acciones concretas que eviten el deterioro causado por el vandalismo, prácticas destructivas o el paso del tiempo.

Como nuevo paradigma en la protección de viejos inmuebles, componentes del patrimonio local, se impone el uso de los mismos. Concretamente para el proyecto propuesto, la refuncionalización es entendida como clave para la revitalización del núcleo poblacional, actuando como medio de inserción económico en la escala regional y como complemento espacial a la ciudad de Bahía Blanca (cabecera del partido homónimo) para la práctica turística, de tratamientos estéticos y eventos, entre otros. En la lógica global con la homogeneización de los lugares y la pérdida de arraigo existe en paralelo una pugna de fuerzas centrípetas que tienden a defender la especificidad de los lugares, valorando y recuperando aquellos elementos únicos

y distintivos, para el caso propuesto con el valor agregado de una historia particular y un entorno privilegiado.

Referencias

- CAPEL, Horacio. La rehabilitación y el uso del patrimonio histórico industrial. En: *Documentos Anales Geográficos*, v. 29, p. 19-50, 1996.
- CARBONE, Cecilia y Otros. Carrefour Avellaneda, símbolo de batallas, testimonio de contradicciones. En: *ISFD*, 2007.
- GARRÉ, Fabián. Patrimonio arquitectónico urbano, preservación y rescate: bases conceptuales e instrumentos de salvaguarda. En: *Conserva*, v. 5, p. 5-21, 2001.
- GIORIA, Blanca María Isabel. Refuncionalización de terrenos del puerto y ferrocarril en la ciudad de Santa Fe, Argentina. En: *Biblio3W Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, VIII, n. 448, 2003.
- LA NUEVA PROVINCIA. General Daniel Cerri. Villa Bordeu, Don Ramiro y Los Chañares. En: *Fascículos Coleccionables Barrios Bahienses*, v. 24, 2004.
- LA NUEVA PROVINCIA. Alternativa turística. El termalismo busca un lugar entre los bahienses. *La Nueva Provincia*, 16 ago. 2009.
- LORDA, María Amalia. *Revalorización del patrimonio cultural y natural en la gestión ambiental urbana*. Experiencia en el área costera de Bahía Blanca y General Daniel Cerri. Bahía Blanca: Departamento de Geografía, Universidad Nacional del Sur, 1998.
- MARENCO, Silvia. Revitalización del núcleo urbano de General Cerri y su área rural circundante. En: *SIGEO*, v. 5, 1994.
- NORDHEIMER. Negocios Inmobiliarios Campos y Estancias. Disponible en: <www.nordheimer.com>.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Andrés. *Los retos de la conservación del patrimonio edificado en el siglo XXI*. 2005. Disponible en: <<http://www.rafaellopezrangel.com>>.
- SANTOS, Milton. *Por una geografía nueva*. Madrid: Espasa-Calpe S.A, 1990.
- SECRETARÍA DE SALUD DE LA REPÚBLICA MEXICANA. Norma NMX-TT-009-IMNC-2004. Disponible en: <www.macroestetica.com, 2004>.

Efeitos Sociais e Econômicos para o Desenvolvimento Local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT no período de 2004 a 2009

Social and Economic effects for local development through the contributions of the family allowance program in the city of Sinop-MT in the period 2004 to 2009

Effets économiques et sociaux pour le développement local grâce à la contribution du Programme d'allocations familiales dans la ville de Sinop-MT dans la période 2004 à 2009

Efectos sociales y económicos para el Desarrollo local através de las contribuciones Del programa de Asignación Familiar em la ciudad de Sinop-MT em el período 2004 a 2009

João Germano Rosinke*

Cláudia Regina Heck**

Wylmor Constantino Tives Dalfovo***

Aloisio Ruscheinsky****

Recebido em 22/3/2010; revisado e aprovado em 19/7/2010; aceito em 22/10/2010

Resumo: O artigo busca identificar o perfil social e econômico dos beneficiados pelo programa bolsa família no município de Sinop-MT, no que diz respeito à quantidade de residentes por domicílio, à renda familiar e os gastos mensais, demonstrando o impacto que a renda do programa tem sobre a organização familiar e seu nível de bem-estar. Busca também demonstrar o potencial econômico que o programa oferece à economia local, quanto à renda e uso do benefício no acesso ao crédito para maior conforto à população de baixa renda.

Palavras-chave: Renda. Redistribuição. Programa Bolsa Família.

Abstract: The article aims to identify the social and economic profile of beneficiaries of the Bolsa Familia program at Sinop-MT, with respect to the number of residents per household, family income and monthly expenditures, demonstrating the impact that the program has income on family organization and their level of wellness. It also seeks to demonstrate the economic potential offered by the program to the local economy, while income and use the benefit of access to credit for comfort to low-income population.

Key-words: Income. Redistribution. Bolsa Familia Program.

Résumé: L'article cherche identifier le profil social et économique des bénéficiaires créés par le programme « bourse famille » dans la ville de Sinop-MT, en ce qui concerne le nombre de personnes par ménage, le revenu et les dépenses par ménage, la démonstration de l'impact créé par le revenu du programme sur l'organisation familiale et son niveau de bien-être. L'article cherche aussi démontrer le potentiel économique que le programme offre à l'économie locale, par rapport au revenu et l'utilisation de l'aide à l'accès au crédit pour fournir plus de confort à la population de faible revenu.

Mots-clés: Revenu. Redistribution. Programme Bourse Famille.

Resumen: El artículo busca identificar el perfil social y económico de los beneficiados por el programa bolsa familia en el municipio de Sinop-MT, en lo referente a la cantidad de residentes por domicilio, la renta familiar y los gastos mensuales, demostrando el impacto que la renta del programa tiene sobre la organización familiar y su nivel de bienestar. Busca también demostrar el potencial económico que el programa ofrece a la economía local, cuando la renta y el uso del beneficio son usados en el acceso al crédito para mayor comodidad de la población de baja renta.

Palabras clave: Income. Redistribution. Program Bolsa Família.

* Economista, Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. Email: joão_rosinke@hotmail.com

** Economista, Mestre em Desenvolvimento, Professora do Departamento de Economia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. Email: clauheck@hotmail.com

*** Economista, Mestre em Desenvolvimento, Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop. Email: Wylmor.dalfovo@hotmail.com

**** Cientista Social, Professor do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Email: aloisior@unisinobr

Introdução

Ao crescimento econômico estão relacionadas as expectativas da sociedade, e a distribuição da renda de forma equilibrada traduz os anseios da maioria da população brasileira. Ao analisarmos historicamente as economias mundiais, vimos que grande parte dos países já enfrentaram ou enfrentam problemas para obter a equidade na distribuição da renda nacional.

A estabilidade econômica conquistada com o plano real e a garantia de direitos através da constituição de 1988, são fatores responsáveis por avanços na diminuição da pobreza e da evolução da renda entre os mais pobres, segundo dados apontados pela PNAD, conforme exposto pelo IBGE (2010). A dinâmica excludente do sistema capitalista faz milhões de famílias viverem na situação de miséria. No caso brasileiro esta situação é facilmente identificada em qualquer região periférica de quase todas suas cidades. Portanto através do Estado busca-se soluções para promover uma redução nas desigualdades sociais, entre estas está a redistribuição da renda através dos Programas de Garantia de Renda Mínima, entre estes, o Programa Bolsa Família que norteia o estudo a seguir.

O Programa Bolsa Família criado pelo Governo Federal como política de distribuição de renda tem sido responsável pelo auxílio a muitas famílias que estão abaixo da linha de pobreza, levando-os a participar do mercado de bens e serviços e melhorar a sua qualidade de vida. As condicionalidades impostas pelo programa visam garantir o resultado de longo prazo para a política.

O Município de Sinop-MT, apesar de apresentar uma economia dinâmica e em expansão possui um grande número de famílias beneficiárias, o que demonstra que o crescimento econômico não é condição única para o desenvolvimento social. É por estes motivos que o presente estudo visa analisar, por meio da temática que apresenta, o programa bolsa família no município de Sinop-MT, entre 2004-2009 e os impactos que este programa produz na economia do município.

1 Visão geral sobre a renda e distribuição

Historicamente, o sistema econômico se desenvolve à medida que as atividades de produção começam a gerar excedente. Inicialmente, as trocas permitiram à sociedade elevar o seu nível de consumo e satisfação, em função do aumento da disponibilidade de bens. Com o desenvolvimento da produção e das atividades de comércio, este excedente passou a representar a renda do agente econômico e determinar a sua capacidade de consumo. Desta forma, renda é denominada como fluxo de unidade monetária, por unidade de tempo, e representa o excedente de uma atividade econômica.

Blanchard (2001, p. 67) afirma que a “renda é o que você ganha – seja como remuneração do trabalho, renda de aluguéis ou de recebimento de juros ou dividendos”. Complementando esta ideia Gastaldi (2005, p. 344) destaca que

[...] a renda representa riquezas periódicas em dinheiro ou utilidades, provenientes de terras arrendadas ou imóveis alugados; explorações industriais ou comerciais; aplicação de capitais, títulos ou empréstimos; salários, vencimentos, ordenados, gratificações, etc.

Para Sen, (2000) o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades individuais. Essa liberdade pode ser política, econômica, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Garantindo esses direitos chegar-se-ia a uma sociedade desenvolvida. Ainda, o autor afirma que a privação das capacidades individuais está fortemente ligada a um baixo nível de renda, porém, demonstra que somente a melhoria na renda não garante a liberdade individual.

De acordo com Furtado (2000, p. 155) se o aumento da produção “fosse sempre absorvido pelo consumo, melhorariam momentaneamente as condições de vida da população, sem que nenhuma alteração sofresse a capacidade produtiva”. No entanto, forma-se na sociedade pequenos grupos que conseguem apropriar-se de excedente de produção, permanente ou ocasional, e este fato é a base do processo de desenvolvimento.

A partir da segunda metade do século XX, o Estado passa a ser mais participa-

tivo seguindo os princípios das políticas Keynesianas e corrigindo as distorções do liberalismo econômico até então reinante nas principais economias mundiais. Para tanto, o Estado deve cumprir com algumas funções próprias de sua estrutura, dentre as quais merecem destaque neste artigo as funções alocativas e distributivas. De acordo com Musgrave (1974) a função alocativa que trata da provisão dos bens públicos (fornecimento de bens e serviços indispensáveis à sociedade) e a função distributiva que se refere à organização da distribuição renda.

Para Cruz e Pessali (2009), as funções econômicas do Estado e as políticas públicas vêm do reconhecimento das falhas do sistema de mercado quanto à satisfação social no que se refere à alocação de recursos eficiente e “justa”, em seu caráter distributivo e visam compensar a exclusão gerada por mecanismos sócio-econômicos de alocação de recursos.

Os programas de redistribuição da renda no Brasil surgem no começo da década de 1990 e com o Plano Real se expandem. Por meio do controle inflacionário, de programas específicos de redistribuição da renda e também de reajustes salariais, que a partir de 2004 passam a ser corrigidos pela taxa de inflação mais a variação no PIB, verifica-se esforços em redistribuir renda no Brasil. Segundo Lavinias (1997) para ampliar os efeitos de longo prazo destes programas de redistribuição de renda eles vinculam o benefício a frequência escolar e cuidados com a saúde reduzindo a probabilidade de reprodução da pobreza em gerações futuras.

Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA demonstram que a desigualdade de renda apresenta declínio acentuado no país desde 2001. De acordo com Medeiros *et al.* (2007), em 2005, o gasto total com as transferências de renda no Brasil por meio do Benefício de Prestação Continuada - BPC, salientando-se que o BPC é um programa de transferência de renda mensal a pessoas com deficiência severa, de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos, em ambos os casos com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo e do Programa Bolsa Família que foi de aproximadamente 0,8% do PIB, beneficiando treze milhões de famílias de baixa renda. Ainda para Medeiros *et al.* (2007, p.

24)“ estes programas estão cumprindo, em boa medida, seus propósitos e sendo efetivamente direcionados para a população mais pobre”. Apesar da recente queda a desigualdade no país continua elevada, segundo o PNUD (2010) a desigualdade de renda é a que mais pesa sobre o IDH-D brasileiro.

No entanto, desde a sua concepção esses projetos recebem inúmeras críticas. Segundo Lavinias (1997) um dos objetivos dos Programas de Garantia de Renda Mínima é proporcionar condições dignas à população carente, no que se inclui segurança pública, defesa civil, além de acesso à saúde e educação, e essas condições não são atendidas em sua integralidade. Além de críticas de que as transferências desestimulam o beneficiário ao trabalho e a instabilidade quanto à oferta do benefício a sociedade.

Segundo Medeiros *et al.* (2007) não há evidências empíricas que as transferências desestimulem ao trabalho, uma vez que

[...] dados do IBGE mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que outras pessoas com renda familiar *per capita* similar.

A seguir apresenta-se o Programa Bolsa Família, enquanto Programa de Garantia de Renda Mínima do Governo brasileiro e os resultados econômicos obtidos através do Programa no Município de Sinop-MT. Apesar de permear as discussões sociais, este artigo não pretende se aprofundar nos aspectos sociais, mas sim nos benefícios econômicos para os beneficiários do Programa e para a sociedade.

2 Programa de Garantia de Renda Mínima - Bolsa Família

Atualmente, o principal programa de redistribuição da renda no Brasil é o Programa Bolsa Família, que foi criado no ano de 2003 e formalizado com a Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004. É um programa social do Governo Federal que está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), de transferência direta de renda e que em contrapartida exige o cumprimento de condicionais por parte das famílias integrantes do programa.

De acordo com Weissheimer (2006, p. 36), o programa foi criado a partir de

[...] programas sociais de transferência de renda espalhado por vários ministérios, com diferentes listas de beneficiários e critérios para recebimentos de benefícios. Esse sistema “espalhado” foi submetido a um processo de unificação, decisão que exigiu, entre outras coisas, o recadastramento e a unificação dessas listas e a redefinição de critérios.

O objetivo é beneficiar famílias em situação de pobreza que possuem renda mensal por pessoa de até R\$ 140,00 e que estejam devidamente cadastradas no Cadastro Único. Este cadastro é de responsabilidade das prefeituras municipais, e seu preenchimento não implica que o benefício seja pago automaticamente, o Ministério que irá fazer de forma automatizada a liberação do benefício. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS, 2009), a preocupação do programa está centrada em três dimensões:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades;
- Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do programa consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos. Para que haja um melhor entendimento dos valores repassados às famílias serão apresentadas duas tabelas de cálculo de benefício do Programa Bolsa Família, a primeira é aplicada para famílias com renda familiar de até R\$ 70,00.

Tabela 1 – Formação dos Benefícios do PBF.

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	68,00
1	0	Básico+1 variável	90,00
2	0	Básico+2 variáveis	112,00
3	0	Básico+3 variáveis	134,00
0	1	Básico+1 BVJ*	101,00
1	1	Básico+1 variável+1 BVJ	123,00
2	1	Básico+2 variáveis+1 BVJ	145,00
3	1	Básico+3 variáveis+1 BVJ	167,00
0	2	Básico+2 BVJ	134,00
1	2	Básico+1 variável+2 BVJ	156,00
2	2	Básico+2 variáveis+2 BVJ	178,00
3	2	Básico+3 variáveis+2 BVJ	200,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009).

Nota: *Benefício Variável por Jovem.

Para aquelas famílias cuja renda mensal por integrante não passe de R\$ 70,00 é pago o benefício básico no valor de R\$ 68,00 mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. Além do valor básico poderá completar a renda tendo um acréscimo por criança

ou adolescente de até 15 anos e/ou jovem entre 16 e 17 anos, que cumpram as condicionalidades, podendo chegar até o valor de R\$ 200,00. A seguir a tabela de cálculo para as famílias que possuem renda mensal por integrante de até R\$ 140,00.

Tabela 2 – Formação dos Benefícios do PBF.

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	22,00
2	0	2 variáveis	44,00
3	0	3 variáveis	66,00
0	1	1 BVJ*	33,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	55,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	77,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	99,00
0	2	2 BVJ	66,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	88,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	110,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	132,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009).

*Benefício Variável por Jovem.

Nesta parcela de beneficiários somente recebem benefícios as famílias que possuem crianças e adolescentes de até 15 anos e/ou jovens entre 16 a 17 anos que cumpram as condicionalidades impostas pelo programa. Podendo neste caso receber até três benefícios variáveis que poderá somar valores entre R\$ 22,00 a R\$ 132,00.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família dividem-se em três setores: na educação é exigida frequência mínima de 85% para crianças e adolescentes e 75% para jovens entre 16 e 17 anos. Na saúde está o acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de sete anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das gestantes na faixa etária de 14 a 44 anos. Por fim quanto à assistência social é exigida frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços sócios educativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Desde o início da vigência do PBF pode-se notar um aumento nos totais de recursos destinados ao programa. Isto ocorre devido ao planejamento das políticas macroeconômicas da gestão do atual governo, que busca a diminuição da miséria e a segurança alimentar das famílias brasileiras. Além disto, o PBF passou por alguns reajustes nos valores transferidos e aumentou a margem da renda por integrante familiar para que se possa receber o benefício, que no ano de 2006 era de no máximo R\$ 120,00, atualmente é de R\$

140,00; fazendo com que o total repassado no último semestre de 2008 chegasse a mais de 5 bilhões de reais.

De acordo com o Jornal *The Economist* *apud* Weissheimer (2006, p. 50) o volume de recurso empregado é relativamente modesto:

[...] o Bolsa Família do Brasil custa ao governo federal 0,36% do PIB, muito menos do que o sistema de previdência social. A transferência não se limita a dar dinheiro para os pobres, mas também serve como incentivo ao uso dos serviços governamentais.

No Estado de Mato Grosso o Programa Bolsa Família, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em relatório divulgado no mês de Julho de 2009 atende a 142,2 mil famílias somando R\$ 11,4 milhões repassados a cada mês. Recursos que abrangem 469 mil pessoas e que por ano acrescenta R\$ 136,8 milhões na economia estadual.

2.1 O Programa Bolsa Família no município de Sinop-MT

A cidade de Sinop está situada na região norte do Estado de Mato Grosso e sua emancipação política ocorreu no ano de 1979. Atualmente, conta com uma população estimada em 105 mil habitantes distribuída em uma área total de 3.985,52 km², sendo o comércio e a prestação de serviços as principais atividades econômicas. O Produto Interno Bruto a preço de mercado (PIBpm) de cerca de R\$ 1,09 bilhões por ano e um PIB *per capita* de R\$ 10.565,00 (IBGE, 2009).

O Programa Bolsa Família beneficiou no mês de Julho de 2009, 1.638 famílias no município, conforme dados do MDS, correspondente a 1,56% de sua população. Este percentual é relativamente reduzido quando comparado com outros municípios do Estado. No município de Cáceres, por exemplo, que possui população de 86.805 habitantes no ano de 2006, e com PIB a preço de mercado de R\$ 616,8 milhões e renda *per capita* de R\$ 7.106,00 por ano (IBGE, 2009), o número de beneficiários atinge um total de 4.935 famílias; que correspondem a 5,69% da população total. Desta forma, pode-se concluir que o município de Sinop, que representa a quarta maior receita orçamentária do Estado (SEPLAN, 2009) e possui uma renda *per capita* superior à média estadual, apresenta uma demanda menor por programas sociais, como o Bolsa Família.

A gestão e a fiscalização do programa ocorrem através do Conselho Municipal, formados por representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Uma vez feito o cadastro, o beneficiário do Programa só deixa de receber o benefício se descumprir as condicionalidades – frequência escolar e acompanhamento da saúde – ou se for denunciado e

receber a visita dos conselheiros municipais. Isso faz com que algumas pessoas, mesmo tendo mudado sua condição de renda, possam permanecer no programa.

Estudo realizado no segundo semestre de 2009, com uma amostragem aleatória simples de 57 famílias beneficiadas, buscou identificar as características das famílias beneficiadas no Município de Sinop-MT. A investigação abrange um total de 277 pessoas sendo 133 menores cadastrados no programa.

Em média a entrevista apontou a composição dos domicílios com 4,8 pessoas, sendo 2,3 menores cadastrados para cada lar. Segundo os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2007), a composição média familiar no Brasil encontra-se em 3,2 pessoas por domicílio particular. Já na região Centro-Oeste esse número é de 3,1 pessoas em cada residência. A composição de domicílios cujas famílias encontram-se em situações de pobreza e miséria é superior à média nacional. A seguir apresentam-se dados coletados pela pesquisa no que se refere à aplicação da renda, a situação do domicílio e a participação no programa:

Tabela 3 – Tempo de participação no PBF, condição de ocupação do domicílio e despesas mensais com habitação, água e energia dos beneficiários.

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
1 ano	31,58%
2 anos	19,30%
3 anos	19,30%
4 anos ou mais	29,86%
CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO	
Alugado	24,56%
Próprio em Aquisição	7,02%
Próprio já Pago	56,14%
Cedido/ Outra Forma de Ocupação	12,28%
VALOR GASTO COM HABITAÇÃO NO ÚLTIMO MÊS	
Nenhum	68,42%
Até R\$ 100,00	12,28%
Entre R\$ 101,00 e R\$ 200,00	15,79%
Mais de R\$ 201,00	3,51%
DESPESA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ÚLTIMO MÊS	
Nenhum	19,30%
Até R\$ 10,00	1,75%
Entre R\$ 11,00 e R\$ 30,00	61,40%
Mais de R\$ 31,00	17,54%
DESPESA COM ENERGIA ELÉTRICA NO ÚLTIMO MÊS	
Nenhum	0,00%
Até R\$ 20,00	14,04%
Entre R\$ 21,00 e R\$ 50,00	36,84%
Mais de R\$ 51,00	49,12%

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

Observa-se na tabela acima, que a maior parte das famílias entrevistadas está no seu primeiro ano de participação no PBF. A frequente atualização do cadastro único por parte do município e a análise dos dados pelo MDS aponta que famílias que antes necessitavam do auxílio do programa não têm mais o perfil que o programa exige. Principalmente na renda *per capita* da família. Por este fato, ocorre a renovação do cadastro apontada pela pesquisa. Outro fator que tem influência direta, porém com participação menos significativa na renovação dos cadastros, é o acompanhamento das condicionalidades. Cada vez que uma família não cumpre com as condições impostas pelo programa, e esta é observada pelo órgão responsável, a família recebe uma advertência. Se continuar descumprindo as condicionalidades pode ter o benefício bloqueado e persistindo na situação terá o benefício cancelado.

Pela localização das moradias das famílias entrevistadas estarem situadas em regiões periféricas da cidade de Sinop, a pesquisa constatou que mais de 50% dos entrevistados responderam que residem em casa própria totalmente paga. Somente 12,28% das famílias afirmam morar em imóvel cedido e 24,56% dos entrevistados diz morar em imóvel alugado. Neste sentido, o estudo traz um resultado importante, pois à medida que a família não tem gastos com habitação ela dispõe desta renda para o gasto com seu bem-estar, principalmente como veremos a seguir para o gasto com alimentação.

Outro indicador de qualidade de vida é a presença de água tratada nas residências. O estudo verificou esta situação e mensurou os gastos das famílias com o abastecimento de água no domicílio. Mais de 60 % das famílias entrevistadas apresenta gastos com abastecimento de água que variam entre R\$ 11,00 e R\$ 30,00 por mês. Isto ocorre pelo fato de a tarifa básica exercida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop para

quem consome até 15 m³ de água por mês é de R\$ 14,30. Também nota-se que cerca de 20% dos entrevistados não possuem gastos com abastecimento de água devido principalmente à presença de poços semi-artesianos em suas residências, o que não significa menos gastos, pois a presença destes poços requer bomba de sucção que consome energia, aumentando o valor mensal despendido para o pagamento da conta de energia elétrica.

A despesa com energia elétrica possui um peso significativo no orçamento familiar, ainda maior em famílias com renda baixa como as atendidas pelo PBF, aponta-se a seguir os gastos mensais com energia elétrica. Através da tabela acima se verifica que todas as famílias entrevistadas possuem gastos com energia elétrica. Sabe-se que esta é uma condição que proporciona conforto para as famílias e acaba onerando o orçamento familiar. Para 49,12%, quase a metade dos entrevistados, o dispêndio com energia ultrapassa o valor de R\$ 51,00. Considerando uma família com renda de R\$ 465,00 a energia elétrica representa 10,97% da renda total.

Somando-se as despesas fixas mensais, de acordo com os dados da pesquisa, podemos projetar que uma família com renda de um salário mínimo e que gasta mensalmente cerca de R\$ 100,00 em aluguel; R\$ 14,30 em água e R\$ 51,00 em energia elétrica, ela tem comprometida 35,48% da sua renda total em gastos fixos mensais. Restando aproximadamente R\$ 300,00 para o consumo. Como a maioria não possui a despesa com aluguel, as despesas mensais com água e energia comprometem 14,04% do orçamento familiar.

A análise da renda das famílias beneficiadas é importante para o presente estudo, pois é condição principal para o ingresso no programa do governo. Desta forma, buscou-se identificar a renda total das famílias sem o benefício e qual o valor recebido através do PBF, sendo que o resultado se apresenta da seguinte forma:

Tabela 4 - Renda Familiar e Valor Recebido Através do PBF pelo Número de Famílias.

Renda/Valor do Benefício	Até R\$ 300,00	Entre R\$ 301,00 e 465,00	Entre R\$ 466,00 e 600,00	Acima de R\$ 601,00	Total recebido
R\$ 22,00	1	-	2	2	110,00
R\$ 33,00	-	1	-	1	66,00
R\$ 44,00	-	5	4	-	396,00
R\$ 55,00	1	2	1	1	275,00
R\$ 66,00	1	3	4	2	660,00
R\$ 68,00	1	4	3	-	544,00
R\$ 77,00	-	-	-	1	77,00
R\$ 88,00	-	2	1	1	352,00
R\$ 90,00	3	2	1	-	540,00
R\$ 101,00	1	-	-	-	101,00
R\$ 110,00	1	-	-	-	110,00
R\$ 112,00	3	-	-	-	336,00
R\$ 123,00	1	-	-	-	123,00
R\$ 132,00	-	-	1	-	132,00
TOTAL	13	19	17	8	3.822,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

Consegue-se identificar a faixa de renda de cada uma das famílias entrevistadas. Nota-se que 22,8% das famílias entrevistadas vivem em seus domicílios com renda média na faixa até R\$ 300,00 e o valor recebido por 70% dessas famílias ultrapassa o valor de R\$ 90,00 mensais, o que comprova a necessidade de estarem participando do PBF. De outro lado, 68,2% das famílias recebem benefício de R\$ 22,00 a R\$ 68,00 mensais, sendo que a maioria destas possui renda superior a R\$ 301,00. Isto se dá em função de que os benefícios abaixo de R\$ 68,00 são pagos a famílias com renda *per capita* de até R\$ 140,00 e que possuem menores dependentes.

Por meio da identificação do número de famílias, da renda familiar de cada uma delas e do valor do benefício de cada entrevistado pode-se calcular o valor total recebido pelas famílias entrevistadas. Constata-se que as 57 famílias recebem a soma de R\$ 3.822,00 mensais, sendo o valor médio pago pelo programa entre as famílias entrevistadas é de R\$ 67,05.

Cabe ressaltar que a média fica estabelecida abaixo do mínimo fixo repassado pelo programa em função do grande número de famílias com renda *per capita* de até R\$ 140,00 mensais que recebem somente o valor variável por dependente. Considerando que o município de Sinop possui um total de 1.638 beneficiados, no mês de Julho de 2009, estima-se que o montante médio de recursos repassados pelo PBF é de R\$ 109.827,90 por mês e R\$ 1.317.934,80 por ano. Se todas as

famílias receberem o valor mínimo pago pelo programa de R\$ 22,00 o total repassado por ano seria de R\$ 432.432,00 em transferência direta de recursos para a economia local.

No que se refere à aplicação do recurso recebido pelas famílias, através do Programa Bolsa Família, verifica-se que todo o recurso é gasto na economia local e que beneficia exclusivamente os comerciantes e prestadores de serviços do município. Neste sentido o estudo aponta que 100% das pessoas entrevistadas afirmam gastar a renda no município. Este montante é distribuído nas seguintes áreas:

Tabela 5 - Como é Gasta a Renda Recebida do Programa Bolsa-Família.

Item	%
Alimentação	68,42
Saúde	7,02
Educação	14,04
Lazer	3,51
Outra Forma	7,02

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

Dos entrevistados 68,42% afirmam gastar a renda recebida através do PBF com a alimentação das pessoas residentes no domicílio. Um dos objetivos do PBF é a segurança alimentar destas famílias, para que se consiga um bom desempenho escolar e um desenvolvimento da saúde das crianças adequado. Este gasto da renda com a alimentação aponta que os objetivos do programa estão sendo alcançados. Com a educação, afirmam gastar

a renda do programa 14,04% das famílias. Em seguida, aparecem os gastos em saúde com 7,02% e lazer com 3,51%; com outra forma não disponibilizada no questionário 7,02% dos entrevistados dizem gastar o benefício.

Diante das informações apresentadas, buscou-se identificar a opinião das famílias atendidas pelo PBF quanto à satisfação com o programa do governo federal. Constatou-se que 54,39% dos entrevistados consideram o programa bom, 36,84% consideram o programa ótimo e apenas 8,77% consideram o programa regular. É esperado que, por ser uma redistribuição de maneira direta em moeda, que o programa tivesse esta avaliação. Por fim, nenhum dos entrevistados afirmou que o PBF é um programa ruim. Isto pode ser explicado pelo impacto que a renda transferida pelo governo federal provoca no orçamento familiar.

Verificou-se também, se a renda redistribuída pelo Estado melhora ou não a situação financeira familiar, 54,39% dos entrevistados disseram que a sua situação financeira melhorou após ingressarem no PBF, 26,32% afirmam que é muito melhor a sua situação financeira após o programa e 19,30% dizem que a situação financeira de sua família con-

tinua a mesma após a participação no PBF. É evidente que a transferência de um recurso de forma direta impacta na situação financeira de uma família. Porém, deve-se ter o cuidado de identificar que estas famílias continuam auferindo os proventos com seu trabalho antes e após participarem do programa.

Segundo informações do Ministério do trabalho e Emprego entre os meses de janeiro e julho de 2009 foram criados 543 postos de trabalho no município, um acréscimo de 2,58% no número de vagas. As informações do cadastro único do PBF são atualizadas anualmente e são fiscalizadas pelos conselhos municipais, pela confrontação da RAIZ. Portanto uma família pode continuar recebendo auxílio do programa mesmo com renda incompatível com a exigida para a participação no programa pelo período de até um ano.

Além da satisfação das necessidades básicas a pesquisa buscou-se identificar outras melhorias proporcionadas pela participação no programa. Desta forma, foram perguntadas principalmente por equipamentos eletrodomésticos que a casa possui e se teria sido adquirido antes ou depois da participação no programa. A seguir tem-se a análise:

Tabela 6 - Itens Presentes no Domicílio.

DESCRIÇÃO	POSSUI		
	ANTES	SIM DEPOIS	NÃO
Fogão a gás	89,4%	3,5%	7,10%
Freezer	0%	3,5%	96,5%
Geladeira	94,7%	5,3%	0,00%
Microondas	1,7%	3,5%	94,7%
Liquidificador	22,8%	26,3%	50,9%
Ferro elétrico	19,3%	10,5%	70,2%
Maquina de lavar	57,8%	22,8%	19,4%
Televisão	89,4%	3,5%	7,00%
Rádio	26,3%	19,3%	54,4%
Aparelho de som	7,0%	1,8%	91,2%
Aparelho de DVD	7,0%	26,3%	66,7%
Ventilador	33,3%	31,6%	35,1%
Chuveiro elétrico	1,7%	1,8%	96,5%
Micro computador	0%	3,5%	96,5%
Bicicleta	68,4%	12,3%	19,3%
Motocicleta	8,7%	5,3%	86,0%
Automóvel	3,5%	3,5%	93,0%
Celular	28,0%	50,9%	21,1%

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

Pode-se notar que eletrodomésticos de uso indispensável para as famílias estão presentes na maioria dos lares entrevistados, como é o caso da geladeira, do fogão a gás e da máquina de lavar. Também que sua aquisição em grande parte ocorreu antes da participação no programa devido ao alto grau de essencialidade que ele possui. No item fogão a gás ele está presente em 92,98% dos lares entrevistados. A máquina de lavar está em 80,70% das casas e a geladeira encontra-se em todas as residências abrangidas pela pesquisa.

O ventilador por ser seu uso essencial em períodos quentes e por ter preço relativamente baixo está presente em 64,91% das residências. Já os eletrodomésticos que não possuem uso essencial como liquidificador (49,12%) e ferro elétrico (29,82%), estão presentes em menos da metade das residências. Dentre os itens que menos constaram nas residências dos entrevistados estão o freezer e o chuveiro elétrico, aparecendo somente em 3,51% das residências, por se tratarem de equipamentos de alto consumo de energia elétrica e por não serem de uso essencial. O micro-ondas aparece presente em 5,26% das residências.

Dentre os eletroeletrônicos, a televisão, segundo os entrevistados, está em 92,98% das casas abrangidas pela pesquisa, 45,61% possuem rádios, e 33,33% aparelhos de DVD. Dentre os itens avaliados o aparelho de telefone celular é o que merece destaque e maior atenção, estando presente em 78,95% das residências pesquisadas. Este constitui um novo gasto no orçamento familiar, porém muito difícil de mensurar, pois se trata de linhas pré-pagas e que não requerem gastos fixos mensais de seus usuários. Ainda, 80,70% dos entrevistados afirmaram ter bicicleta, 14,04% possuir motocicleta e 7,02% ter automóveis. O micro-computador e o aparelho de som estão em menos de 10% das casas.

Quando se analisa os objetos que foram adquiridos com maior frequência após a participação da família no programa, vê-se que o freezer com 100%, o microondas com 66,66%, o aparelho de DVD com 78,94%, o microcomputador com 100% e o telefone celular com 64,44% foram os itens com maior aquisição. Estes equipamentos têm sua essencialidade menor, por isto são comprados visando proporcionar maior conforto para a família.

Ocorre que ao participar do programa estas famílias passam a ter uma renda fixa mensal, que é aceita pelo comércio local como forma de comprovação de renda, que antes não existia, pois a maioria destas pessoas atua no mercado informal. Então passam a ter acesso ao crédito, conseguindo adquirirem eletrodomésticos e eletroeletrônicos, os quais não tinham acesso.

2.2 Impacto do Programa Bolsa Família sobre a atividade de Comércio em Sinop/MT

Para a economia do Município de Sinop, o setor de comércio é responsável pela geração de grande número de empregos, distribuição de renda e influência no tempo de circulação do dinheiro na economia. Desta forma, torna-se importante, do ponto de vista econômico, identificar o impacto que o programa tem sobre o desenvolvimento do comércio local, uma vez que, conforme visto anteriormente, o volume médio de recursos transferidos anualmente pelo Programa é elevado.

Segundo Secretaria de Estado de Planejamento (2007) o setor do comércio corresponde a 46,2% da economia do município. Nas três últimas décadas Sinop, tornou-se a cidade pólo da região norte do Estado de Mato Grosso, influenciando o desenvolvimento dos municípios próximos. Tornou-se grande fornecedora de mercadorias e serviços principalmente voltada ao fomento da atividade extrativista da madeira no princípio, e nos dias atuais atua no suporte a atividade agrícola.

De acordo com o Senso Econômico desenvolvido pelo Governo do Estado (SEPLAN, 2007), o setor de comércio destacou-se na geração de postos de trabalho no município com 44,4% do total das vagas, seguido pelos serviços com 42,3% e a indústria com 13,3%.

Para avaliar o impacto do PBF na economia local realizou-se estudo qualitativo no comércio do Município de Sinop, no segundo semestre de 2009, através de entrevistas com gerentes e proprietários de alguns estabelecimentos comerciais mais citados pelas famílias que recebem o benefício. O objetivo principal é a comprovação sobre o uso do benefício

como forma de comprovação de renda para o acesso ao crédito no comércio local; e para isto foram entrevistadas três empresas do ramo de alimentos e uma empresa do segmento de eletrodomésticos.

As empresas entrevistadas estão a mais de oito anos no comércio local, portanto trata-se de empresas consolidadas na economia de Sinop e que observaram a implementação do PBF no ano de 2004. Tem-se ainda uma empresa que está no município desde a sua fundação há 32 anos, que acompanhou todo o processo de crescimento da cidade e de sua economia.

Quando questionadas as empresas sobre a identificação da clientela que participa do PBF, 75% das empresas afirmam não ser possível identificar os clientes que recebem o auxílio, devido ao grande volume de clientes que compram nestas lojas e pela frequência com que estas compras ocorrem, ainda por se tratar de 75% das empresas do ramo de alimentos, não é possível identificar as famílias.

Verificou-se que todos comerciantes perceberam um incremento nas vendas após a implantação do PBF, que teve início em 2004, fato já comprovado por estudos de redução da pobreza. Das empresas entrevistadas, 25% afirmaram identificar os produtos demandados pelos integrantes do programa, que por ser do ramo alimentício afirma que entre os produtos mais consumidos estão o arroz, feijão, farinha de trigo e alguns tipos de carne. Alimentos básicos na mesa de todas as famílias brasileiras, que o programa assegurou através do repasse de recursos diretamente para os atendidos pelo programa bolsa família.

Em relação à venda a crédito destaca-se entre os entrevistados a modalidade de cheque pré-datado presente em todos os estabelecimentos pesquisados. Pelo rápido e eficiente sistema de consulta de cheques e informações do cliente este tipo de venda segue entre as que estão mais presentes nos estabelecimentos comerciais. O convênio entre comércios, o carnê e o cartão de crédito estão em 50% dos estabelecimentos comerciais pesquisados, destacando-se o cartão como forma de pagamento posterior à compra, em grande ascensão no município. Por fim o cartão próprio onde a empresa fomenta a venda como maneira de atrair o cliente e obter

lucro que antes ficaria para a operadora do cartão, esta modalidade está presente em 25% das empresas entrevistadas.

Um elemento importante é que todos os estabelecimentos entrevistados aceitam o cadastro no PBF como maneira para se comprovar a renda, seja como complemento de outra renda, seja como comprovação de forma integral da renda familiar. É visto que a competitividade entre o comércio e a disputa pela manutenção e arrecadação de novos clientes está por vez muito acirrada. Por outro lado, a comprovação da renda é fator determinante para que se consiga o parcelamento da compra de produtos que proporcionam incremento no bem-estar das famílias e que possuem muitas vezes um valor adicionado maior, que não estaria adequado ao orçamento familiar, se não fossem adquiridos de maneira parcelada. Desta forma, observa-se que o programa contribui para a economia local não somente pela transferência direta de recursos, mas também pelo aumento do crédito das famílias.

Considerações Finais

Políticas públicas de redistribuição da renda auxiliam no desenvolvimento econômico e social do país. Conforme demonstrado no referencial teórico essas ações auxiliam a economia em períodos de crise e servem como ferramentas para a manutenção do nível de consumo. Para a economia de alguns municípios, o Programa Bolsa Família significa uma parcela importante da economia local.

Este estudo permitiu a visualização dos resultados obtidos com o Programa Bolsa Família no Município de Sinop-MT, tanto para as famílias beneficiadas quanto para a economia do município como um todo. Também ressaltou a importância do programa como política de enfrentamento à pobreza ao verificar a situação financeira das famílias atendidas e a importância comprovada na complementação da renda desprendida com a alimentação das pessoas cadastradas no programa. Portanto, constata-se que os recursos destinados à população de baixa renda, por meio do Programa Bolsa Família, contribuem para o desenvolvimento da economia local e para o bem-estar das famílias atendidas. Destacam-se os resultados comprobatórios

de que o Programa melhora, mesmo que temporariamente, a renda das famílias assistidas. Pois esta renda complementa o orçamento familiar, contribuindo para o aumento na qualidade de vida das famílias.

As famílias atendidas passaram a ter além de maior qualidade na alimentação, acesso a equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos que proporcionam um acréscimo na qualidade de vida das famílias. Isto ocorre, pois ao fazer parte do PBF a maioria destas pessoas passa a ter uma renda fixa mensal que pode ser comprovada. Antes isso não era possível, pois grande parte trabalha na informalidade. Garantida esta comprovação da renda as famílias têm acesso ao microcrédito, conforme apontamento, o que permite a aquisição, de forma parcelada, de equipamentos que melhoram o conforto e a qualidade de vida das famílias assistidas. Outro elemento identificado é que esta renda circula na região periférica da cidade, favorecendo pequenos comerciantes.

As principais críticas ao programa dizem respeito ao fato do mesmo não conseguir cumprir suas condicionalidades. Este estudo não verificou o seu cumprimento ou não. No entanto, do ponto de vista econômico, os resultados são positivos, haja vista que aumentou a propensão a consumir da sociedade brasileira e contribuiu para redução da desigualdade de renda entre as famílias.

A pesquisa desenvolvida é bastante peculiar por tratar especificamente da economia de Sinop-MT e poderá nortear novos estudos que ainda serão elaborados. Sabe-se que a discussão a cerca do PBF é objeto de estudos de grandes especialistas na área econômica, social e política. Portanto, o presente estudo pode ser aplicado pelo executivo municipal para o acompanhamento social e econômico das famílias carentes, norteados políticas setoriais que possam complementar os esforços do governo federal na busca por distribuição de renda de maneira equilibrada.

Referências

BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BRASIL. *Lei N° 10.836, de 09 de Janeiro de 2004*. Disponível em: <[\[superior/legislacao_e_instrucoes/leis-1\]\(http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/leis-1\)>. Acesso em: 22 ago. 2009.](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_</p>
</div>
<div data-bbox=)

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. *Benefícios Sociais*. 2009. Disponível em: <https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp>. Acesso em: 5 set. 2009.

CRUZ, M. J. V. da; PESSALI, H. F. *As implicações da racionalidade limitada na elaboração de políticas compensatórias de combate à pobreza: uma análise do Programa Bolsa Família*. Disponível em: <www.economia.ufpr.br/publica/textos/2007/Cruz%20e%20Pessali-06062007.pdf>. Acesso em: 24 maio 2009.

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10.ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000. 355 p.

GASTALDI, J. P. *Elementos de Economia Política*. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, 2007*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 set. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Concentração da Renda no Brasil, 2008*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 12 set. 2009.

LAVINAS, L.; VARSANO, R. (Coord.). *Programas de Garantia de Renda Mínima e Ação Coordenada de Combate a Pobreza*. Texto para Discussão n. 534. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 1997.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. *Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: Contribuições para o debate*. Texto para Discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, junho de 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. *Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2009*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 10 set. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/consulta>>. Acesso em: 8 maio 2009. MUSGRAVE, R. A. *Teoria das finanças públicas*. São Paulo: Atlas, 1974.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO ESTADO DE MATO-GROSSO. *Censo econômico de Sinop, 2007*. Disponível em: <<http://www.indicador.seplan.mt.gov.br/censo/>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SOARES, D. S. D. *O Ritmo de queda na desigualdade no Brasil é adequado? Evidências do contexto histórico e internacional*. Texto para discussão n. 1339. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2005.

WEISSHEIMER, M. A. *Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

Contribuição da religião para com o desenvolvimento local: estudo de caso da organização "Dando as Mãos"*

Contribution of the religion for local development: a case study of the organization "Dando as Mãos"

Contribución de la religión al desarrollo local: el caso de la organización "Dando as Mãos"

Contribution de la religion au developpement local: une etude de cas de l'organisation "Dando as Mãos"

Elizabete Maria da Silva**

Marney Pascoli Cereda***

Recebido em 21/6/2010; revisado e aprovado em 23/4/2010; aceito em 17/10/2010

Resumo: O instável tecido social do meio rural brasileiro mostra que a posse da terra por si não tem conseguido desenvolvimento. Das instituições com que entraram em contato antes e após a posse da terra, as organizações religiosas são as mais lembradas. O artigo analisou o papel da religião na organização social do assentamento por entrevistas com assentados. A confiança destacou-se como a atitude determinante do restabelecimento das frágeis ligações na comunidade estudada.

Palavras-chave: Religião. Desenvolvimento local. Confiança.

Abstract: The unstable social tissues of rural Brazilian area shows that ownership of the land itself has failed to develop. Of the institutions that came into contact with before and after land ownership, religious organizations are most remembered. The article analyzed the role of religion in the social organization of the settlement by interviews with settlers. The trust has stood as the decisive action of restoring the fragile bonds in the studied community.

Key-words: Religion Institutions. Sustainable development. Trust, informal institutions.

Résumé: Le tissu social instable du Brésil rural Cela montre la propriété de la terre elle-même n'a pas réussi à se développer. Que les institutions de la came en contact avec des avant et après la propriété foncière, les organisations religieuses sont les plus mémorables. L'article analyse le rôle de la religion dans l'organisation sociale de la colonie par des entretiens avec les colons. La confiance a résisté à l'action décisive de la restauration des liens fragiles étudié dans la communauté.

Mots-clés: Religion. Developpement sustentable. Confiance.

Resumen: Los inestables tejidos sociales de las zonas rurales de Brasil muestrma que la propiedad de la tierra ella misma no ha logrado el desarrollo. De las instituciones que los campesinos tuvieron contacto antes y después de la propiedad de la tierra, las organizaciones religiosas son las más recordados. El artículo analiza el papel de la religión en la organización social del assentamento por medio de entrevistas con los productores. La confianza se ha mantenido como la actitud determinante de la restauración de los frágiles lazos de la comunidad estudiada.

Palabras clave: Religión. Desarrollo Local. Confianza.

Introdução

No Brasil, é notória a participação da Igreja Católica nas conquistas populares. A luta pela terra sempre foi uma das preocupações de alguns setores da Igreja, com suporte nas comunidades de base, onde é gestado o movimento dos trabalhadores sem terra, o MST.

Neste contexto a Província Santa Tereza do Menino Jesus, da Congregação das Irmãs

Catequistas Franciscanas, com sede no município de Rondonópolis, Mato Grosso, assumiu como prioridade o trabalho com grupos considerados excluídos, na preocupação com as lutas políticas e compromisso com a transformação social. Entre os grupos selecionados, a entidade atua junto a organizações sociais camponesas da região. Dessa atuação surgiu a "Dando as mãos", Organização Solidária dos Assentados e Empreendedores em geral, que

* Artigo produzido durante o período em que a autora principal era mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, Mestrado Acadêmico - UCDB, Campo Grande, MS, 2009.

** Irmã Catequista Franciscana, província Santa Teresa do Menino Jesus, Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. E-mail: dasilvabete@yahoo.com.br

*** Mestrado em Desenvolvimento Local Centro de Tecnologia e Análise do Agronegócio, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: cereda@ucdb.br

evoluiu do “Grupo dando as Mãos”, fundado no município de São José do Povo/MT, no ano de 2005. A motivação para sua organização foi a reflexão suscitada pela Campanha da Fraternidade, cujo tema era “Solidariedade e Paz”, tendo como objetivo organizar os empreendedores do município pelos princípios da economia solidária.

Para compreender a ação da Associação “Dando as mãos” é necessário lembrar que os assentamentos surgem como medida do governo para viabilizar a Reforma Agrária, que conforme o estatuto da terra “visa a melhor distribuição das terras mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade” (LEI 4.504, 1964). A posse da terra foi argumento importante quando havia problemas de insegurança alimentar, o que motivou as migrações. Estas por sua vez deveriam gerar desenvolvimento (SILVA; CEREDA, 2007). Entretanto, conflitos frequentes são observados nos assentamentos, levando ao abandono ou a venda do lote, e conseqüentemente, novas migrações, caracterizando a falência do sonho ligado à solução dos problemas apenas pela posse da terra (MELLO, 2006).

O fato suscita a seguinte dúvida, se a terra era o fator mais importante, então o que falta?

Buscando uma resposta a essa situação, muitas dioceses apostam no trabalho de organização das comunidades eclesiais como forma de unir, criar laços entre os moradores, dar esperanças, ou seja, manter a utopia. Mas é percebido certo descrédito por parte dos moradores dos assentamentos frente a essa proposta, principalmente pela atuação recente da Igreja, mais restrita a missas e celebrações do que propriamente às ações políticas. Com uma consciência política profundamente marcada pelo marxismo, muitos assentados desconfiam e se mantêm a distancia, alguns pelo medo de que a religião seja mero instrumento de reprodução da ordem social estabelecida, outros por não conseguir ver nenhuma proposta concreta em tal engajamento. A falta de perspectivas na produção, desagregação familiar causada por conflitos de interesses, desunião entre moradores e de degradação da condição humana são sintomas já diagnosticados (MELLO, 2006; GIULIANE; CASTRO,

1996). Situação que gera uma preocupação constante nos diversos setores da sociedade, inclusive na Igreja.

Por esse motivo a pesquisa se propôs a um estudo de caso da atuação da Organização “Dando as Mãos”, dos assentados e empreendedores em geral, gestada e orientada por religiosas da Província Santa Tereza do menino Jesus, da Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, com sede na Diocese de Rondonópolis, Mato Grosso.

Considerou-se a hipótese de que, nessa realidade, a presença das “Irmãs” é fator agregador, unificador, por ter a confiança dos assentados e demais moradores da região, fiéis ou não fiéis. Isso mobiliza a formação da comunidade, ou seja, a união em torno do que é comum, a coesão solidária, que possibilita o despertar do protagonismo pessoal, o compromisso com o destino próprio e da comunidade. Essas são condições essenciais para que ocorra o Desenvolvimento Local, cuja essência é a participação efetiva da comunidade pela valoração humana, individual e do lugar.

1 Revisão bibliográfica

A Religião desde os primórdios dos tempos ocupa certamente um lugar de destaque na história da humanidade e especificamente do Brasil. Em muitos períodos da história foi utilizada como instrumento de dominação e coerção, mas em outros, fez a opção pelo dominado, defendendo a dignidade e a vida humana (CARVALHO, 2008). Contrariamente a visão histórica de resolver problemas da realidade local, como o famoso caso da catequização indígena pelas primeiras congregações religiosas que vieram para o Brasil como missionários da Coroa de Portugal, a visão mais atual procura ajudar a comunidade em uma forma mais integradora, para que a mesma tenha condições de assumir o seu próprio desenvolvimento, desenvolvimento que tem como centro a pessoa humana, em que encontra eco em Ávila (2000, p. 23)

[...] não se obtém desenvolvimento sem que se visualize o homem, à luz da hierarquia de valores, em sua integridade como pessoa humana, membro construtivo de sua comunidade e agente de equilíbrio em seu meio geofísico.

Não existe registro de qualquer estudo em qualquer parte da história, de algum agrupamento humano em qualquer época que não tenha professado uma religião, portanto, pode-se afirmar que a religião é um fenômeno inerente à cultura humana, apesar de todo avanço científico (CARVALHO, 2008).

Para Alves (1993) a religião, por meio de seus elementos constitutivos gera elementos que despertam esperança nas mudanças sociais, na criação da "nova terra". Segundo o autor, os sonhos religiosos das pessoas se transformam em fragmentos utópicos da construção de uma nova ordem. Muitos estudiosos dos movimentos sociais no Brasil concordam com essa teoria de Rubens Alves (LEMOS, 2008).

Historicamente a missão da Igreja, tem sua ação condicionada a força carismática de seus pastores. Em certos momentos da história a atuação da Igreja popular é mais progressiva, em outras ocorre uma retração nessa atuação. Sua influência é grande na sociedade brasileira, pois o país está inserido em uma cultura fortemente marcada pelo pensamento cristão. Alguns setores da Igreja, especialmente da Igreja Católica, estão profundamente envolvidas com o trabalho de formação da consciência política da população, influenciado, segundo Lowy, pelo cristianismo da libertação (LOWY, 1996, p. 77). Esses setores da Igreja estão presente na luta camponesa de forma notória. Petras (1997) atribui à Igreja Católica, entre outros, a formação ideológica do movimento dos trabalhadores sem terra - MST, através da Comissão da Pastoral da Terra - CPT. Para o autor a presença dos diversos seguimentos da Igreja, ligados ao movimento, contribuiu para atrair o apoio de classes não ligadas ao trabalho rural, tais como os progressistas e favelados urbanos, setores da Igreja e sindicalistas. Essa união gerou uma grande contribuição política, unindo leigos e religiosos, realizando uma síntese dinâmica nos conceitos de solidariedade e comunidade, reflexão crítica e fé, na libertação humana.

A Igreja popular sofre hoje, uma grande retração, sob pressão de uma política centralizadora e conservadora (MENEZES, 2006). Mas muitos setores continuam defendendo suas convicções éticas, fortemente enraizadas. Há muitas Dioceses, paróquias e

Congregações religiosas, comprometidas com a luta popular, marcando presença entre os pobres e excluídos, de seu tempo, buscando ser resposta em situações de conflitos, e assim contribuir com o desenvolvimento local, como nos diz Stülp (2008, p. 271), transcrevendo o relato do texto trabalhado por lideranças das 44 paróquias, organizadas em 10 regiões pastorais, das prioridades do atual plano pastoral, página 17, da Diocese de Chapecó/SC onde é assumido, num dos serviços de pastoral prioritário, a pastoral social, reorganizar

[...] a CPT - Conselho Pastoral da Terra, sendo assim uma Igreja evangelizadora e libertadora, comprometida com a vida, com as lutas populares, com as políticas públicas, com a reforma agrária, com as questões indígenas, orientando e organizando os pequenos agricultores na luta pela terra.

Portanto, apesar da retração na atuação da igreja nas causas sociais, percebe-se uma íntima relação entre religião e práticas sociais de enfrentamento da pobreza, segundo Buryti (2008, p. 03),

[...] o movimento da reforma do Estado e os ajustes macro-estruturais impuseram ao segmento organizado da sociedade civil o ônus de se redefinir para assumir funções de provisão e proteção social deixadas pelo Estado.

Muitas Congregações surgiram para preencher essas lacunas deixadas pelo Estado. Foram criadas com um determinado objetivo (educação, saúde, assistência social, menores carentes, indígenas, operários, mulheres...), buscando responder a necessidade do local e do momento histórico. Uma delas foi a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, que tem como data de sua fundação 14 de janeiro de 1915, e surgiu devido à necessidade de professoras e catequistas para os filhos de migrantes italianos de Rodeio, Santa Catarina (VALANDRO, 1990).

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, fundada, portanto, para prover o interior de uma paróquia rural do interior do Estado de Santa Catarina, cresceu e em 2010 está presente na maioria dos estados brasileiros, países da América Latina e em um país do continente africano, Angola. É organizada em seis grupos denominados províncias e durante seus noventa e quatro anos de fundação muito contribuiu e contribui para o desenvolvimento local, em vários

lugares onde esteve e esta inserida. Esse fator pode ser comprovado pela preocupação em colaborar na formação humana através da educação ou na formação das comunidades eclesiais, ajudando as mesmas, através dos valores evangélicos, a assumirem como base a “conquista da dignidade da pessoa, o crescimento comunitário, e a participação do povo na construção da nova sociedade” (CCGG 32)¹. Usando uma pedagogia libertadora, conhecendo, respeitando e valorizando as diferentes culturas, através de um diálogo de mutuo aprendizado e recíproca evangelização, favorecendo o ecumenismo e o diálogo religioso, em atitude de discernimento, assumindo as tarefas que melhor atendam a realidade (CCGG 34 e 35). Assim, é que um grupo de mulheres que se sentem enviadas a “colocar-se a serviço da vida, para que as pessoas possam reconquistar a própria dignidade” (CCGG 37). Colaboram, dessa forma, para que as pessoas se empoderem de seu desenvolvimento pessoal, grupal, formando o que é comum, construído em conjunto com o povo “uma coesão solidária que deve ser constantemente educável” (AVILA, 2003, p. 35).

Nas Linhas Inspiradoras assumidas para o sexênio vigente (2007 a 2012), encontra-se como destaque a ampliação em projetos de educação popular, economia solidária, incentivando a prática do consumo ético e solidário, aprofundar o compromisso com a justiça, a paz e a ecologia e ainda a capacitação própria e das comunidades para atuação em espaços onde são definidas as políticas públicas (LINHAS INSPIRADORAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS, 2007).

Percebe-se, pelo exposto, citando Ávila (2000, p. 68), na Congregação das irmãs catequistas franciscanas um trabalho voltado para o desenvolvimento local, através do “efetivo desabrochamento- a partir do rompimento das amarras que prendam as pessoas em seus *status quo* de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’.

Para Martins (2005) o desenvolvimento local se dá através da participação. A participação envolve primordialmente o compromisso, não meramente a presença, mas o envolvimento dos atores com os problemas e a busca de soluções para esses. Sem essa

participação e sentido de pertença, não é possível promover o desenvolvimento local. As Irmãs Catequistas Franciscanas trazem, também, em suas Constituições Gerais 29, 30 e 35, como forma de vida, viver no meio do povo, se identificando com suas lutas e necessidades e com esses buscar caminhos alternativos de inserção na sociedade.

As irmãs Catequistas Franciscanas vieram para o Mato Grosso em 1947, atendendo ao pedido da Igreja local, que necessitava de professores e catequistas para os filhos dos “sertanejos” do sul do Estado, região compreendida ao norte do município de Rondonópolis (VALANDRO, 1990). Com uma forma de vida flexível, que lhes permitia viver nas regiões mais isoladas, serviram o povo e indicaram novos caminhos durante seus 61 anos de atuação na região (DEMARCHI, 1997). Em 2010 a província abrange Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Bolívia.

A Província Santa Tereza do Menino Jesus, com base nas Linhas Inspiradoras assumidas no sexênio pela congregação, assume como prioridade, entre outras, continuar o trabalho com assentados, buscando uma forma diferenciada, visto ser esse um desafio constante para alguns setores da Igreja, como nos diz Meneses Neto,

[...] Focalizando mais especificamente as lutas dos trabalhadores rurais e suas relações com as igrejas, especificamente a Igreja Católica, observa-se que existe uma questão histórica envolvendo estes atores sociais. Nas conhecidas lutas de Canudos e Contestado, o viés religioso messiânico e fanático é bastante presente na tentativa de construção de sociedades locais, com regras próprias, rústicas e questionadoras do poder central. No período pré-64, tem-se a organização das Ligas camponesas no Nordeste brasileiro e a disputa pelo controle de organizações camponesas por parte da Igreja e dos comunistas. (MENESES NETO, 2006, p.07)

Do ponto de vista deste grupo, não interessa apenas a inserção dos assentados

¹ FORMA DE VIDA DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS. CCGG- *Constituições gerais*: sobre a Vida Apostólica, n. 29, 30, 32, 34, 35 e 37. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas. Joenville, 25 de março de 1998.

no mercado, mas a relação familiar e com o transcendente, na perspectiva de revigoração da luta e da esperança; a coesão solidária, que deve nascer da união em torno do que é comum, ou seja, da comunidade; o cultivo dos valores individuais e coletivos, a convivência fraterna entre familiares, vizinhança e com a natureza, a confiança que nasce do conhecimento recíproco, a consciência do potencial transformador que cada um possui e o necessário protagonismo pessoal e grupal na transformação da sociedade em uma sociedade mais justa e solidária. Para tanto, as Irmãs, após o último capítulo da congregação (assembleia eletiva), assumem, em todos os seus trabalhos, o compromisso com a economia solidária, visto a profunda relação entre os princípios que regem tal economia, com o sonhado e almejado para a nova sociedade com relações mais justas, fraternas, e que passa também pelo econômico (PRIORIDADES, 2006)².

A Economia Solidária é entendida como uma das mais características formas de cooperativismo, capaz de gerar novas oportunidades de inserção social, permeada pelos valores éticos da honestidade, transparência e *responsabilidade social*. Segundo Gaiger (2004) os empreendimentos solidários são enraizados na comunidade e por isso promovem a participação local, dinamizam redes e fomentam a democracia política. Possibilitam, portanto, que se cruze o espaço territorial e social, do micro ao macro, do local ao mundial. Tais empreendimentos estão ligados ao trabalho, às pessoas que vivem, residem e se relacionam vinculados a um território e a um sentimento de pertença. Pela prática de autogestão, formam um espaço de proximidade, onde é permitido aos que dele participam tomar a palavra, debater, decidir, e construir projetos econômicos em resposta aos problemas sociais que encontram no local, contribuindo para o empoderamento local e seu consecutivo desenvolvimento.

A Economia Solidária ganhou espaço, nas últimas décadas, junto aos movimentos sociais e instituições religiosas ou não, pela proposta em promover o desenvolvimento social com sustentabilidade e geração de renda. A Rede Amazônia Solidária (2005) destaca o surgimento da economia solidária como uma opção ao desemprego corrente das

últimas décadas. Assim como nos países europeus, a economia solidária ressurgiu no Brasil como defesa da classe trabalhadora, fazendo-a se organizar em seus próprios negócios, inserindo-os no mercado e conseqüentemente na sociedade. A inserção social, na Economia Solidária, se dá

[...] por meio do trabalho, ajuda mútua, responsabilidade, equidade e solidariedade, domínio do "know-how" produtivo, distribuição eqüitativa da renda obtida e fortalecimento do desenvolvimento local de forma auto-sustentável. Baseia-se na autogestão dos empreendimentos. (CALDEIRA, 2008, p. 143).

É um processo lento, onde a educação é um fator preponderante.

Uma das iniciativas para fomentar a produção local, dentro da Economia Solidária, é o microcrédito ou crédito solidário. Criado como alternativa para suprir a burocracia do sistema financeiro formal, que exige formas de garantia de devolução do que se tomou emprestado, muitas vezes inexistente entre os que estão desempregados ou possuem uma baixa renda. Essa experiência, de microcrédito, teve início em Bangladesh, na Ásia, onde o economista Muhammad Yunus criou o banco Grammeen, voltado para atender a população de baixa renda, que tinha dificuldade de conseguir empréstimos pelas instituições tradicionais. A experiência de Yunus provou que o microcrédito pode constituir numa estratégia eficaz de promoção da produção, sem grandes riscos para o financiador e com grandes benefícios para os grupos envolvidos. O sucesso foi tão grande que em poucos anos a iniciativa se expandiu para outros países e atualmente favorece milhões de pessoas do planeta (ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008).

Portanto, por sua base profundamente evangélica, a Economia Solidária foi adotada como forma de trabalho pelas irmãs Catequistas Franciscanas, na sua missão de promoção e defesa da vida.

² PRIORIDADES, PROVINCIA SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, adotadas para o quadriênio (elaborado para um período de quatro anos), 2007 a 2010. Texto de uso interno, elaborado pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, da Província Santa Tereza do Menino Jesus.

2 Metodologia

A pesquisa pode ser qualificada como de natureza exploratória. A pesquisa exploratória é adequada ao trabalho em questão, pois não foram encontrados relatos de literatura focada sobre o tema em questão, religião e desenvolvimento local, assim como sobre a ação da “organização dos assentados e empreendedores em geral ‘Dando as Mãos’”.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa se baseou em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo. Buscaram-se informações em literaturas sobre o tema. Foram coletados, selecionados e analisados documentos locais, com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliou no estabelecimento das variáveis e estruturação da pesquisa.

A coleta de dados primários utilizou a observação e entrevistas com grupos selecionados como de suma importância para a pesquisa, como poder público local, estadual e federal, organizações ligadas à proposta de reforma agrária, assentados, empreendedores, religiosas e outros que a pesquisadora julgou necessário.

Quanto ao tipo de método, a pesquisa utilizou uma abordagem do tipo indutiva, isto é, buscou-se a realidade dos fatos pertinentes, que envolvem a vida dos integrantes da organização, especificamente dos assentados, empreendedores e religiosas, no que tange aos fatores que impulsionaram a sua ação, anseios e perspectivas.

A pesquisa de campo, nos assentamentos e empreendimentos envolvidos, foi estruturada de modo a, além de permitir conhecer e avaliar a ação, avaliar também as dificuldades enfrentadas por estes para buscar se apropriar das bases do desenvolvimento local.

3 Desenvolvimento

O levantamento histórico feito junto aos membros da organização “Dando as mãos”, assentados e empreendedores em geral e as Irmãs que acompanham o projeto, deixou claro que suas ações de longa data começam a apresentar resultados. O ponto de partida da ação sistemática das Irmãs junto aos assentados da região foi o Projeto “Férias Diferentes”. O Projeto “Dando as mãos”,

portanto, é resultado desse sonho, que teve início oficial nos dias 06 e 11 de outubro de 1999 na celebração do Décimo Capítulo Provincial, das Irmãs Catequistas Franciscanas da Província Santa Tereza do Menino Jesus, com a manifestação de grande preocupação com a situação dos assentados e acampados na região. Encontra-se documentado que um sentimento profundo tomou conta de cada irmã, tornando claro que era preciso avançar, gestar uma ação mais concreta e radical junto a esse setor tão excluído e marginalizado. Após momentos fortes de oração, de reflexão sobre a mística da Irmã Catequista Franciscana como educadora nesse contexto, nasceu a idéia de realizar uma peregrinação ao encontro desse grupo, através de alianças e parcerias. Assim, nasceu o Projeto “Férias Diferentes”. Como ponto de partida para concretizar o projeto foi enviada uma carta circular incentivando as fraternidades para tal proposta, acompanhada de uma ficha destinada a fazer um levantamento das voluntárias. Com muitas voluntárias inscritas, 24 ao todo, entre irmãs e formandas, o Projeto “Férias Diferentes” tomou corpo na dinâmica do discipulado de Jesus Cristo, armando tenda junto às famílias dos sete assentamentos contemplados, em dezembro de 1999, janeiro e julho de 2000. O trabalho realizado especificamente nesse período teve o objetivo de conhecer a realidade, as dificuldades e expectativas dos assentados. Os municípios e assentamentos foram: Pe Antonino (município de Pedra Preta), Zumbi dos Palmares (município de Dom Aquino), Dom Osório e Carimã (Município de Rondonópolis) e Pe. Josimo, São José do Povo, Carlos Mariguella, Poxoréu e Geraldo Pereira de Andrade (Município de Juscimeira) (Projeto Férias Diferentes, 2000).

Após essa etapa, foi feita uma avaliação em conjunto, Irmãs e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, onde surgiu a necessidade de avançar mais concretamente em virtude da situação observada nos assentamentos, o nível de escolaridade muito baixo, um motivo é a faixa etária dos entrevistados e sua origem, pois migrantes provenientes da zona rural de regiões que, nas décadas anteriores apresentavam menores índices de desenvolvimento, tais como o interior de Minas Gerais (SILVA e CEREDA, 2007). O nível de confiança entre

os moradores e inadequado para a necessária organização social, conforme verificado também por Silva e Cereda (2007) em um estudo de caso em um assentamento da região, o Padre Josimo Tavares. A presença do poder público local também é insatisfatório, fato diagnosticado pelas autoras citadas, Silva e Cereda (2007). Assim, em 2001, as Irmãs assumiram, em parceria com a Diocese de Rondonópolis, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST e paróquia São José do Povo, um projeto junto aos assentados e acampados. Em relatórios fornecidos pela equipe que assumiu esse trabalho, buscaram-se conhecer primeiramente a realidade vivida pelas pessoas já assentadas, por meio de visitas às famílias, num total de 483. Ouviram-se as suas histórias de vida, suas lutas, medos, sonhos e conquistas. Com o desenvolvimento do trabalho das irmãs, foram incluídos também, nas visitas, outros assentamentos do município de São José do Povo, quais sejam, Marcio Pereira, Primavera, Sandrini e de Guiratinga, o assentamento Salet Strosak. Nestas visitas foi refletido ainda sobre a preservação do meio ambiente, dos animais e o cultivo de plantas alimentícias, medicinais e hortaliças. Também foram realizados encontros com o objetivo de unir a comunidade em torno da Palavra de Deus, unindo fé e vida e despertando para a conscientização e formação para a cidadania. O projeto consistia em um acompanhamento sistemático a esses grupos, com cursos para formação de lideranças para as comunidades eclesiais, presença nas lutas reivindicatórias, colaboração na reflexão política, etc. Com estas ações, as Irmãs conquistaram a confiança dos assentados e simpatizantes, por ser uma presença concreta no meio destes. Assim, segundo o registro de abertura da casa das Irmãs no município de São José do Povo em maio de 2002, um dos objetivos foi desenvolver o Projeto Missionário em Parceria com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra-MST e a Diocese de Rondonópolis. No histórico de abertura da casa é relatado o início do projeto e a necessidade de uma presença ainda mais sistemática, favorecida pela localização estratégica do município, pela proximidade com a maioria dos assentamentos atendidos então.

Percebe-se que a reflexão continua, e a inquietação persiste com a questão de como

oferecer uma resposta mais concreta nessa realidade. Surge, em 2005, como alternativa, a "Dando as Mãos" Organização Solidária dos Assentados e Empreendedores em geral, cuja finalidade inicial seria uma tentativa de responder a uma realidade de falta de perspectiva para o trabalhador do município de São José do Povo. Começou como um pequeno grupo, composto de 5 famílias da sede do município, um grupo de artesanato e um de costura. A relevância do trabalho logo atraiu moradores dos assentamentos Marcio Pereira e uma família do assentamento Padre Josimo Tavares e gradativamente foi ganhando espaço em outras localidades.

As atividades da Organização Solidária dos Assentados e Empreendedores em geral "Dando as Mãos" tiveram como motivação inicial a Campanha da Fraternidade de 2005, cujo tema era Solidariedade e Paz. Surgiram da reflexão entre a fraternidade local, paróquia e comunidade, para tentar responder aos apelos daquela realidade. A Organização reúne os pequenos empreendedores da cidade e dos assentamentos, na reflexão e na prática, de forma solidária, buscando encontrar alternativas para escoar a produção, comercializar o que se produz, de forma a gerar renda e sustentar com dignidade a família e promover o desenvolvimento local. Essa proposta encontrou eco nos participantes, que logo se sentiram parte, assumindo com confiança o desenvolvimento do novo projeto.

O projeto assume como forma de trabalho a economia solidária, que possui como princípios a autogestão, democracia, cooperação, centralidade no ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente. São identificados nesses princípios os valores evangélicos, com uma profunda relação com o sonhado e almejado para a nova sociedade, com relações mais justas e fraternas, que passam também pelo econômico. O projeto é gestado na caminhada, partindo da idéia de que não há um caminho pronto e o processo está em construção continua. A organização é composta de famílias que se dedicam ao artesanato, confecções, suinocultura, criação de aves, fabricação de melado e rapaduras, derivados do leite, farinhas, plantadores de lavoura, piscicultura, etc. Con-

ta com uma coordenação que integra Irmãs e representantes de cada assentamento e/ou grupos empreendedores.

A princípio o projeto é financiado por valores recebidos de herança por uma das irmãs, investimentos da província e projeto da MZF - Missão Central Franciscana, com sede na Alemanha. Estes recursos funcionam como capital de giro para o microcrédito, uma iniciativa do grupo para ajudar os empreendedores, que diante da realidade sócio-econômica, encontram dificuldades financeiras para adquirir material para a realização da produção de forma satisfatória. O objetivo principal da produção é o consumo familiar (segurança alimentar) e de demais moradores do próprio assentamento, buscando a auto sustentabilidade local. Somente o excedente é comercializado em outros locais. O valor é cedido aquele que o requer, sem burocracias, pois o que importa é o valor educativo desenvolvido pela responsabilidade em quitar o empréstimo, não por medo de alguma penalidade, mas pela preocupação com os companheiros que estão na fila de espera pelo financiamento. Cada família pode solicitar uma média de mil a dois mil reais, a cada empréstimo, valor limitado, pois os investimentos, até o momento são feitos em construção de pocilgas, pequenas granjas, chocadeiras, estrutura para fabricação de rapaduras, plantio de cana, construção de açudes para criação de peixes, etc. O juro total cobrado é de 5% do montante emprestado, para a manutenção do capital, sendo que o interesse da organização não é o lucro. Cada família, após reflexão com a equipe de coordenação, decide o valor das parcelas a serem devolvidas, sendo o prazo médio das devoluções do capital emprestado, de 18 meses. As famílias têm um período de carência até começar a devolução, em média de seis meses, dependendo de cada projeto. O importante é que tenham um período suficiente para que comecem a ter retorno do capital investido. O valor devolvido é utilizado para novos empréstimos, podendo ser para a mesma família ou outras que estejam na fila de espera. São atendidas pessoas de baixa renda, moradores dos assentamentos e da sede do município, que tenham interesse em melhorar as condições de vida da família e contribuir no desenvolvimento local. As famílias que pedem financiamento são

acompanhadas pela equipe de coordenação, através de visitas bimestrais aos projetos e reuniões bimestrais nos assentamentos ou grupos empreendedores. Nas reuniões gerais, onde se encontram todos os participantes, que também são bimestrais, acontece a formação humana, e a mutua ajuda na partilha das dificuldades, pois a formação técnica é buscada junto a prefeitura local.

As famílias interessadas elaboram um pequeno projeto, onde consta o que pretende produzir, e o resultado de uma pesquisa de mercado sobre os preços dos bens necessários para realizar essa produção. Também constam no projeto a relevância social do mesmo e os benefícios que trará para a comunidade.

Os agricultores da região poderiam recorrer ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que oferece mais vantagens financeiras, que o microcrédito criado pela "Dando as Mãos", mas muitas vezes ocorre uma rejeição ao programa, desde a implantação do assentamento, fator já detectado em outras regiões (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999). Muitos agricultores se encontram endividados, por despreparo próprio, ou dos técnicos responsáveis em elaborar os projetos, o que os exclui automaticamente de tal programa. Há ainda as exigências de garantia para acesso ao crédito, e toda a burocracia necessária, o que faz com que o agricultor desanime. Há também o mito de que o banco vai "tomar" seus bens, caso tenha algum imprevisto e não consiga acertar a dívida.

O diferencial do microcrédito fornecido pela "Dando as Mãos", portanto, esta na relação de proximidade com os assentados e da confiança gerada pela Igreja e, em especial pelas Irmãs Catequistas Franciscanas da Província Santa Tereza do Menino Jesus, sendo que os coordenadores/as são todos/as dos assentamentos da região. Há, também, os princípios humanistas, que envolvem as práticas da Economia Solidária.

Os assentados, maioria ex-militantes do MST, possuem uma consciência política aguçada, confiam nas irmãs e conhecem a necessidade de estarem organizados para um desenvolvimento das bases econômicas e sociais. Assim, se sentiram atraídos pela proposta da economia solidária, que ensaja a necessária organização social, para um

desenvolvimento de bases materiais. Essa economia trás, ainda, a proposta de proteção ambiental, o que é contemplada no grupo com o incentivo a produção agro ecológica.

O objetivo da organização, portanto, é facilitar o surgimento de novos empreendedores/as, através da concessão de micro-créditos, investindo no coletivo para inserir esses grupos considerados desprivilegiados no mercado e na sociedade, criando perspectivas, através da educação/formação, de uma nova humanidade com novas relações, uns com os outros, na produção, na comercialização, no consumo, na proteção do meio ambiente, na vida. Também proporciona espaço e condições de participação para todas as pessoas que sonham e acreditam em "Um novo mundo possível" independente de ideologias partidárias e outras. Outra ação concreta é a preocupação dos integrantes do grupo em estabelecer metas, resolver os problemas em conjunto, buscando soluções através da reflexão em equipe. Como exemplo cita-se a preocupação com a comercialização, pois com 35 famílias produzindo, entre projetos familiares e grupos empreendedores, surge a necessidade de colocar o excedente no mercado. As exigências pelos órgãos fiscalizadores são imensas e burocráticas e ninguém conhece a legislação vigente. É necessário o estudo na busca de soluções alternativas para resolver o problema e escoar a produção de forma solidária. Em um projeto ao Instituto Marista de Solidariedade, o grupo realizou, em 2009, a Primeira Feira de Economia Solidária da Região Sul do Estado de Mato Grosso, no município de Rondonópolis, contando com uma média de 100 expositores que vieram comercializar a sua produção. A luta é contínua, a cada novo desafio resolvido, surge outro, o que parece dar garra e animo aos membros do grupo para continuar a construção do novo.

O projeto possui um importante cunho educativo, pela necessária confiança estabelecida entre os seus membros, no sentido de co-responsabilidade com o destino próprio e dos companheiros, na auto-ajuda na resolução dos problemas. Se o companheiro não devolve o valor solicitado, todos perdem, visto todos serem sócios do montante da organização. Através do projeto a MZF - Missão Central Franciscana, a organização recebeu 10.000,00 euros a serem utilizados, também,

na formação. Segundo a coordenação da organização, este é o objetivo principal desse trabalho, no qual o diferencial em relação a tantas organizações já conhecidas é a "formação humana, que ensina a SER, ajuda a que cada um seja mais, mais trabalhador, mais solidário, mais maduro, mais responsável. Em uma palavra, MAIS HUMANO, desenvolvendo ao máximo possível em cada pessoa as capacidades humanas que recebeu em sua natureza" (CARDENAL, 1994, p. 04). Em depoimentos junto a assentados e empreendedores atuantes no projeto, o grande destaque, portanto, é para esse espaço de formação humana conquistado na organização, assumem que se tornaram mais solidários uns com os outros, se visitam mais e a entre - ajuda é uma constante. Há uma preocupação maior de uns para com os outros, não só membros da organização, mas da região no geral, portanto reconhecem que há um estreitamento nas relações de forma geral. Os resultados são percebidos na identificação dos membros com a organização, se sentindo parte, não apenas participe, se preocupando mais uns com os outros. Nesses encontros de formação são trabalhados também outros temas, tais como: agro ecologia, economia solidária, políticas publicas, etc.

Analisando o empenho dos membros da organização, percebe-se que um importante fator é a presença da Igreja Católica. Esta possui, ainda, muita credibilidade junto à população, mesmo entre os não fiéis, atraindo a confiança, ainda que não a participação. As Irmãs, enquanto presença da Igreja são elos de união para um gestar contínuo da esperança cristã, dando força na caminhada e incentivo nas adversidades e reflexão. Contam, também, com a confiança, dos fiéis e não fiéis, confiança esse conquistada pelo longo período de atuação junto a estes. A ação dessas é direcionada para a compreensão do trabalho remunerado ou não, na cidade ou no campo, como centro, tanto na vida de cada pessoa, de cada família, como na organização e funcionamento de toda a sociedade. Como, então tornar o trabalho dignificante, de forma que através dele cada pessoa possa crescer ser mais pessoa? Segundo depoimento das irmãs, esta é uma questão colocada a todos os cristãos e cristãs, que não se acomodem diante das injustiças geradas pelo capital. Refletir em

conjunto, buscar alternativa é uma exigência do tempo presente.

Observando a organização, percebe-se que esse desempenho ainda é ténue, visto a grande rotatividade de alguns membros do projeto e a dificuldade de adesão de outros à proposta, pois é muito difícil mudar uma cultura do “eu” já estabelecida. A abrangência também é pequena, pela amplitude dos assentamentos (são mais de 50 na região), e seus problemas, mas o que encanta é a força e a motivação dos membros dessa organização, de percebê-los a caminho, conscientes de estarem contribuindo com a construção do novo, vivendo e transmitindo a certeza e a esperança de que realmente “aqui um novo mundo é possível, se a gente quiser”.

Conclusões

Os resultados obtidos na pesquisa permitiram identificar a presença das “Irmãs” como um importante agregador junto aos assentados, contribuindo na organização social para chegar a sustentabilidade, por garantir o fator confiança das comunidades sob sua atuação. A organização “Dando as Mãos”, gestada e acompanhada pelas “irmãs”, na preocupação com as lutas políticas e compromisso com a transformação social, mostra a importância do “agente de desenvolvimento”, aqui identificados com as Irmãs Catequistas franciscanas, para se aproximar da comunidade, entender seus problemas e colaborar na organização. Para isso é necessário contar com a confiança da comunidade em uma ambiente de desestabilidade social das comunidades rurais, uma vez esgotada a ligação existente no início da luta pela terra. As ações das irmãs foram identificadas como capazes de gerar confiança entre os participantes do projeto, o que se traduz em mais sustentabilidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 1999. In: GUEDES, Vicente G. F.; SILVEIRA, Miguel Ângelo. *A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável*. Jaguariúna-SP: EMBRAPA/CNPMA.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

_____. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2.ed. Campo Grande: UCDB, 2000.

ALVES, Rubens. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 4.ed., 1983.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e Promoção da Política Agrícola.

BBURITY, Joanildo A. *Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado*. Biblioteca virtual, consejo latino Americano de ciência sociales - CLACSO. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan5.rtf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

CALDEIRA, Álvaro da C. *Cooperativismo e economia solidária*. Disponível em: <http://www2.oabsp.org.br/asp/comissoes/resp_social/artigos/COOPERATIVISMO_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2008.

CARDENAL, Fernando. La renovación necesaria: desarrollo humano. *ENVIO - Revista (Digital) Mensual de Análisis de Nicaragua y Centroamérica*. Managua-NI: Universidad Centroamericana, octubre/1994. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/891>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

CARVALHO, César Moisés. A humanidade e o fenômeno religioso. *Mensageiro da Paz*, Ano 79, n. 1480, p. 25, Rio de Janeiro: CPAD, Setembro de 2008.

DEMARCHI, Irma. Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, 50 anos em Mato Grosso a serviço da vida e da esperança. *A Tribuna*, Rondonópolis-MT, março de 1997.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Entrevista com Poul Singer*. *Estud. av.* [online]. 2008, v. 22, n. 62 [cited 2010-01-09], p. 289-314. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142008000100020.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados* [online]. 2004, v. 47, n. 4, p. 799-834. ISSN 0011-5258.

GUÉRIN, Isabelle. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GIULIANE, G. M. e CASTRO, E. G. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 6, jul. 1996.

LEMOS, Carolina Teles. *O sagrado na vida e na sociedade*, p. 43s. Função social das religiões nas sociedades socialistas e comunista. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3jJpmScTahcJ:professor.ucg.br/siteDo-cente/admin/arquivosUpload/4069/material/Caroltexo%2520COMUM%2520final.doc+LEMOS,+Carolina+Teles.+Fun%C3%A7%C3%A3o+social+das+religi%C3%B5es+nas+sociedades+socialistas+e+comunistas.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

LOWY, Michael. A teologia da Libertação acabou? *Teoria e Debate*. São Paulo: Perseu Abramo, ano 9, n. 31, Abr/MARTINS, R. O. Desenvolvimento Local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 06, n. 10, p. 109-118, março de 2005.

MELLO, Paulo Freire. Rotatividade em assentamentos rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 25, n. 1 e 2, p. 55-64, jan./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_173.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

MENEZES NETO, Antônio Julio de. *As relações da igreja católica com os movimentos sociais do campo: a ética da teologia da libertação e o espírito do socialismo no MST*. UFMG Brasil, 2006, p. 7 disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/10%20GT%20Antonio%20Julio%20de%20Menezes%20Neto.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2009.

PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In: STEDILE, João Pedro (Org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRIORIDADES - *Estratégia do Mercado Interno - Plano Plurianual, 2006-2009*, Recife.

PROJETO "FÉRIAS DIFERENTES". Província Santa Tereza do Menino Jesus. Relatório de uso interno das atividades realizadas no ano de 2000, junto a assentados e acampados da região da Diocese de Rondonópolis.

REDE AMAZÔNIA SOLIDÁRIA. *Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário*. Novos laços desenvolvendo a Amazônia, 2006. Disponível em: <<http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo1economiasolidaria/historicodaeconomiasolidaria.doc>>. Acesso em: 18 nov. 2006.

SILVA, M. E.; CEREDA P. M. *O povoamento do município de São José do Povo, MT, no contexto da segurança alimentar: um estudo de caso*. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2., 2007, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, 2007.

STÜLP, Cleto João. *José Gomes: Terceiro Bispo de Chapecó*. In: CÂNDICO, Edinei da Rosa (Org.) Proposta para uma Patrologia local: personalidades da história da igreja de Santa Catarina. *Cadernos Patrísticos*, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 270, maio 2008.

VALANDRO, Ede Maria. Em resposta ao clamor do povo... a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas. Joinville, 02 de agosto de 1990.

Expansão urbana e turismo no litoral de Santa Catarina: o caso das microrregiões de Itajaí e Florianópolis*

Urban expansion and tourism in the coast of Santa Catarina: the case of the micro-regions of Itajaí and Florianópolis

L'expansion urbaine et le tourisme dans la côte de Santa Catarina: le cas des micro-régions d'Itajaí et Florianópolis

La expansión urbana y el turismo en el litoral de Santa Catarina: el caso de las microrregiones de Itajaí y de Florianópolis

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira**

Recebido em 19/2/2010; revisado e aprovado em 11/6/2010; aceito em 13/9/2010

Resumo: Os núcleos urbanos do litoral de Santa Catarina e, em particular, da denominada microrregião de Itajaí, onde se destacam as cidades de Itajaí e Balneário Camboriú e da microrregião de Florianópolis, na qual despontam, além da capital, São José, Biguaçu e Palhoça, vem apresentando, nas últimas décadas, um dinamismo econômico e demográfico, que somado ao expressivo fluxo de turistas, deram a estas duas áreas litorâneas uma posição de destaque no cenário estadual e regional. Fundamentado no paradigma de formação sócio-espacial, o artigo compara as microrregiões, buscando analisar os elementos responsáveis por esta nova dinâmica.

Palavras-chave: Formação Sócio-Espacial. Litoral Catarinense. Expansão Urbana e Turismo.

Abstract: The unstable social tissues of rural Brazilian area shows that ownership of the land itself has failed to develop. Of the institutions that came into contact with before and after land ownership, religious organizations are most remembered. The article analyzed the role of religion in the social organization of the settlement by interviews with settlers. The trust has stood as the decisive action of restoring the fragile bonds in the studied community.

Key-words: Socio-Spatial Formation, Santa Catarina Coastline, Urban Expansion and Tourism.

Résumé: Les noyaux urbains de la côte de Santa Catarina et, en particulier, la micro-région appelée de Itajaí, où se mettent en évidence les villes de Itajaí et Balneário Camboriú, et la micro-région de Florianópolis, dans laquelle émerge, au-delà de la capitale, les villes de São José, Biguaçu et Palhoça; montrent dans les dernières décennies un dynamisme économique et démographique, lequel, ajouté à l'afflux considérable de touristes, ont donné à ces deux zones côtières une place marquante dans le scénario de l'état et des régions. Basé sur le paradigme de la formation socio-spatiale, l'article compare les micro-régions, en analysant les facteurs responsables de cette nouvelle dynamique.

Mots-clés: Formation socio-spatiale. Côte de Santa Catarina. Expansion Urbaine et Tourisme.

Resumen: Los núcleos urbanos del litoral de Santa Catarina y, en particular, de la denominada microrregión de la desembocadura del río Itajaí, donde se destacan las ciudades de Itajaí y Balneário Camboriú y de la microrregión de Florianópolis; y en la cual surgen, además de la capital, São José, Biguaçu y Palhoça, presentan, en las últimas décadas, un dinamismo económico y demográfico, que sumado al expresivo flujo de turistas, dieron a estas dos áreas litorales una posición de destaque en el escenario estadual y regional. Fundamentado en el paradigma de la formación socioespacial, el artículo compara las microrregiones de la desembocadura del río Itajaí y de Florianópolis, buscando analizar los elementos responsables por esta nueva dinámica.

Palabras clave: Formación Socioespacial. Litoral Catarinense. Expansión Urbana y Turismo.

Introdução

A faixa costeira de Santa Catarina, povoada originalmente por vicentistas e açorianos, é cortada pelos inúmeros vales atlânticos onde se instalaram, no século XIX, imigrantes europeus. Nela se localizam as microrregiões de Itajaí e de Florianópolis, frutos de uma formação histórica cujas deter-

minações extrapolam os limites físicos dos espaços que as contém e que sobressaem no contexto catarinense, nas últimas décadas, por apresentarem um novo dinamismo econômico e demográfico, somado ao crescente fluxo de turistas.

O século XX imprimiu novas características à formação litorânea catarinense, aprofundando a crise das comunidades

* Esse artigo resulta da ampliação e do aprofundamento dos resultados de um trabalho de Iniciação Científica realizado pelo acadêmico Douglas Eigi Sawaki, do Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria da UNIVALI, na condição de bolsista do CNPq.

** Doutora em Geografia pela USP; professora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da UNIVALI e integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC; bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

açorianas, herdeiras de um modelo econômico centrado na pequena produção mercantil¹. A pequena propriedade familiar destas áreas litorâneas ocupadas por açorianos favoreceu a prática de uma policultura de subsistência que, associada à produção pesqueira, gerou excedentes para a ampliação das relações que fizeram crescer o movimento das principais praças comerciais (Florianópolis e Itajaí). O advento da fase depressiva do terceiro ciclo de Kondratieff (1920-1945), entretanto, deu origem a um novo pacto de poder no interior da formação social brasileira, expresso pela aliança entre a burguesia industrial – dissidência dos comerciantes – e os latifundiários feudais (RANGEL, 1985), fazendo os núcleos urbanos do litoral catarinense mergulhar numa letargia que começou a ser superada apenas a partir dos anos de 1960 por uma nova dinâmica sócio-econômica. Nas últimas

décadas, sobretudo, este dinamismo se manifestou na crescente expansão urbana da área situada junto à foz do rio Itajaí-Açu, cujo pólo é Itajaí, importante cidade portuária a qual se junta o Balneário Camboriú, bem como do aglomerado urbano da porção central do litoral catarinense onde se destacam Florianópolis e as cidades do seu entorno.

As microrregiões de Itajaí e de Florianópolis

Dividido em 293 municípios, o território catarinense apresenta, segundo o IBGE, seis mesorregiões e vinte microrregiões, dentre as quais se destacam as microrregiões de Itajaí e de Florianópolis situadas, respectivamente, nas porções do litoral designadas por centro-norte e centro, como pode ser observado na figura 1.



Figura 1 - Localização das microrregiões de Itajaí e de Florianópolis.

Fonte: Adaptado de IBGE/2005

¹ Conforme Bastos (2000), a permanência das relações pré-capitalistas nas áreas de colonização açoriana pode ser atribuída a uma série de fatores. Dentre eles merece destaque o papel concentrador e aristocratizante dos capitais comerciais de Desterro e do Rio de Janeiro que permitiram que apenas uma pequena parte do excedente ficasse nas mãos dos pequenos produtores,

bem como à existência de um artesanato muito diversificado que impedia a especialização do artesão. Cabe lembrar ainda a fragmentação excessiva das pequenas propriedades por ocasião da sucessão da posse da terra, o esgotamento do solo arenoso pelo uso da coivara e o recrutamento dos açorianos para as tropas portuguesas, o que desfalcava a família de mão-de-obra produtiva.

A microrregião de Itajaí, localizada na porção centro-norte do litoral catarinense, é formada pela planície costeira e pelas elevações das Serras do Leste Catarinense, terminando, a oeste, na Serra Geral. Nesta área, destaca-se a bacia do rio Itajaí-Açu que nasce nas encostas da serra e deságua no oceano, integrando juntamente com outros rios de menor extensão, a denominada vertente Atlântica. Formada por municípios que apresentam altos índices de crescimento demográfico, essa microrregião possui dois portos - Itajaí e Navegantes - com elevada movimentação de mercadorias. Já a microrregião de Florianópolis localiza-se na parte central do litoral catarinense e se caracteriza pela presença de rochas cristalinas pré-cambrianas que interrompem a continuidade da planície costeira. É nela que se encontra a Ilha de Santa Catarina, onde se localiza a cidade de Florianópolis, capital do estado cujo porto desempenhou um importante papel para a economia regional até meados do século passado.

As características sócio-espaciais imprimiram também uma singularidade à rede urbana catarinense, na qual chama atenção a ausência de grandes cidades. A inexistência de unidade espacial acabou gerando várias sub-regiões urbanas independentes que precisam ser analisadas a partir do processo de implantação das atividades primárias e secundárias em Santa Catarina (MAMIGONIAN, 1966)². Por outro lado, essa característica que tem suas origens profundamente relacionadas ao quadro natural, deu ao estado um desenvolvimento urbano mais equilibrado, contrário ao que ocorreu com os seus vizinhos, onde Porto Alegre e Curitiba, as duas metrópoles do Brasil meridional, unificam a vida sócio-econômica do Rio Grande do Sul e do Paraná, integrando as diferentes regiões que os compõem. Deve-se acrescentar ainda que as duas principais rodovias federais do estado, as atuais BR-116 e BR-101 percorrem o território catarinense no sentido Norte-Sul³, cortando-o, pois, longitudinalmente sem convergir para a capital, diferentemente do que ocorreu em outras unidades da federação brasileira, cujas capitais constituíram-se em importantes centros de produção e distribuição, herança dos períodos históricos anteriores. O traçado das rodovias tornou mais visível ainda a compartimentação do

território estadual, limitando as relações econômicas das diferentes regiões entre si e com a própria capital, quadro este que se modificou nas últimas décadas, conforme atesta a publicação sobre Regiões de Influência das Cidades do IBGE (2008, p. 18) ao destacar que na atualidade Florianópolis “assume o controle de quase todo o Estado de Santa Catarina (excetuando-se a rede de Joinville, no norte, que continua diretamente ligada a Curitiba)”.

A microrregião de Itajaí é integrada pelos municípios de Balneário Camboriú, Barra Velha, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras, Porto Belo e São João do Itaperiú, os quais juntos abrigam uma população estimada de 526.375 habitantes (IBGE, 2009). Dentre eles, apenas os municípios de São João do Itaperiú, Ilhota e Camboriú não são balneários, embora o território deste último município esteja integrado ao de Balneário Camboriú, que apresenta a maior densidade

² Em Santa Catarina, além da separação entre o planalto e o litoral, marcada pelos contrafortes das serras do Mar e Geral, inibidores das relações entre estas macrorregiões, agravada pela precariedade das comunicações até muito recentemente, observa-se também uma ausência de unidade espacial. A compartimentação do espaço correspondente à fachada atlântica do território catarinense (litoral e encostas) decorre da presença de numerosos vales, ao longo dos quais surgiram várias sub-regiões urbanas. Também no planalto percebe-se uma subdivisão territorial com destaque para o planalto serrano, planalto norte, meio oeste e extremo oeste. O geógrafo A. Mamigonian, já nos anos de 1960, apontava a existência em Santa Catarina de oito regiões urbanas pequenas, independentes umas das outras, ligadas em primeira instância às duas metrópoles do Brasil meridional, Porto Alegre e Curitiba, quanto ao consumo de bens e serviços e às metrópoles maiores (São Paulo principalmente) quanto ao escoamento da produção (MAMIGONIAN, 1966).

³ O governo federal, na década de 40 do século passado, tomou iniciativas no sentido de buscar a integração do mercado nacional. Neste sentido, viabilizou a elaboração do Plano Rodoviário Nacional (1944), adotando critérios principalmente econômicos para a implantação das rodovias federais. A construção da BR-116 e da BR-101 que atravessam longitudinalmente o território catarinense agravou a falta de integração do Estado, dificultando relações econômicas entre as suas diferentes regiões e com a própria capital, situação esta contornada em parte pela construção da BR 470 ligando o planalto e o vale do Itajaí ao litoral, facilitando o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias para o porto de Itajaí e para o litoral centro-norte do estado onde se localizam alguns dos mais importantes balneários catarinenses. Só muito recentemente é que a conclusão da rodovia BR 282, ao cortar o estado no sentido leste-oeste, ligou finalmente a região Oeste ao Litoral catarinense.

demográfica (2.219,1 hab/km²) do estado de Santa Catarina (IBGE, 2009). A análise dos dados estatísticos acerca do crescimento da população dos 12 municípios que integram a microrregião de Itajaí (Tabela 1) permite constatar que apenas 2 deles (São João do Itaperiú e Ilhota) tiveram uma taxa de crescimento no período de 1991 a 2000 inferior a média do estado que é de 1,87%. Por outro lado, os municípios de Itapema (8,82%), Bombinhas (7,09%), Balneário Camboriú (6,96%), todos litorâneos, apresentaram um crescimento muito superior a média estadual, revelando a relação entre as atividades voltadas para o setor turístico e a grande expansão demográfica registrada.

Itajaí, com 172.081 habitantes, é o 7º município mais populoso do estado (IBGE, 2009) e cidade-pólo da microrregião da foz do Rio Itajaí-Açu, apresentando setores econômicos diversificados e importantes para a região, com destaque para a atividade portuária. O porto de Itajaí passou por várias transformações, desde a sua fase "natural", quando servia de escoadouro para a pequena produção

mercantil agroindustrial colonial dos vales do Rio Itajaí-Açu e Itajaí - Mirim, a partir de meados do século XIX. No período situado entre 1930 e 1970, as atividades portuárias estavam representadas em sua quase totalidade pelo comércio e exportação de madeira procedente do planalto catarinense. A decadência do ciclo da madeira afetou a economia e o desenvolvimento urbano do município. Após uma fase de desenvolvimento da indústria pesqueira, o porto reorientou-se para a movimentação de cargas containerizadas, tornando-se, atualmente, um dos principais canais de exportação do Estado de Santa Catarina, destacando-se no cenário nacional como o primeiro terminal brasileiro em exportação de produtos congelados e frigorificados. Na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, entrou em funcionamento recentemente o porto de Navegantes, no município de mesmo nome que abriga também o segundo aeroporto mais movimentado do estado, perdendo apenas para o Aeroporto Internacional Hercílio Luz de Florianópolis.

Tabela 1 - Evolução da População da Microrregião de Itajaí

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ITAJAÍ											
Municípios	1970	1980	Taxa de Crescimento	1980	1991	Taxa de Crescimento	1991	2000	Taxa de Crescimento	2007 - Contagem POP	2009 Estimativa
			1970 - 1980 (%)			1980 - 1991 (%)			1991 - 2000 (%)		
Balneário Camboriú	10,839	21,854	7.28	21,854	40,308	5.70	40,308	73,455	6.96	94,334	102,081
Camboriú	9,862	14,038	3.76	14,038	25,806	5.66	25,806	41,445	5.46	53,388	57,793
Itajaí	63,139	86,456	3.19	86,456	119,631	2.99	119,631	147,494	2.38	163,218	172,081
Navegantes	10,050	13,532	3.05	13,532	23,662	5.19	23,662	39,317	5.86	52,638	57,324
Penha	7,502	9,961	2.89	9,961	13,108	2.53	13,108	17,678	3.41	20,868	22,263
Bombinhas	***	***	***	***	4,734	***	4,734	8,176	7.09	12,456	13,695
Itapema	3,492	6,585	6.43	6,585	12,176	5.71	12,176	25,869	8.82	33,766	36,629
Balneário Piçarras	4,416	5,593	2.38	5,593	7,935	3.22	7,935	10,911	3.64	13,760	14,845
Porto Belo	7,298	8,419	1.44	8,419	6,955	2.97	6,955	10,704	4.95	13,232	14,228
Barra Velha	11,118	11,721	0.49	11,721	10,531	1.10	10,531	15,530	4.45	18,575	19,861
São João do Itaperiú	***	***	***	***	2,700	***	2,700	3,161	1.78	3,289	3,426
Ilhota	8,535	8,053	-0.58	8,053	9,448	1.45	9,448	10,574	1.27	11,552	12,149
Total	136,251	186,212		186,212	276,994		276,994	404,314		491,076	526,375

Fonte: IBGE

A microrregião de Florianópolis engloba os municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara (Tabela 2), que juntos apresentam, conforme

o IBGE (2009), uma população estimada de 848.224 habitantes. A análise dos dados estatísticos acerca do crescimento da população desses 9 (nove) municípios demonstra que 4 deles, Santo Amaro da Imperatriz (1,81%), Antônio Carlos (1,54%), São Pedro

de Alcântara (1,28%) e Paulo Lopes (0,77%) tiveram uma taxa de crescimento, no período de 1991 a 2000, inferior a média do estado. Já os municípios de Palhoça e de Biguaçu foram os que apresentaram maior crescimento demográfico, cabendo salientar ainda que dos 10 (dez) municípios mais populosos de Santa Catarina, 3 (três) deles estão localizados nesta microrregião (Florianópolis, São José e

Palhoça). A peculiaridade do sítio urbano de Florianópolis – cuja área central está situada na Ilha de Santa Catarina – e a sua expansão demográfica nas últimas décadas geraram uma mancha urbana praticamente contínua que se estende da capital aos municípios circunvizinhos localizados no continente próximo, acompanhando o eixo representado pela BR 101, inaugurada no início da década de 1970.

Tabela 2: Evolução da População da Microrregião de Florianópolis

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS											
Municípios	1970	1980	Taxa de Crescimento	1980	1991	Taxa de Crescimento	1991	2000	Taxa de Crescimento	2007 - Contagem	2009 - estimativa
			1970 - 1980 (%)			1980 - 1991 (%)			1991 - 2000 (%)		
Florianópolis	138,337	187,880	3.09	187,880	255,390	2.81	255,390	342,315	3.34	396,723	408,161
São José	42,535	87,822	7.54	87,822	136,293	4.27	136,293	173,559	2.75	196,887	201,746
Palhoça	20,652	38,023	6.28	38,023	68,430	5.46	68,430	102,742	4.66	122,471	130,878
Biguaçu	15,337	21,441	3.39	21,441	34,063	4.29	34,063	48,077	3.94	53,499	56,395
Santo Amaro da Imperatriz	10,362	11,316	0.89	11,316	13,392	1.49	13,392	15,708	1.81	17,602	18,436
Governador Celso Ramos	7,521	7,814	0.37	7,814	9,629	1.92	9,629	11,598	2.11	12,175	12,704
Antônio Carlos	5,624	5,412	-0.30	5,412	5,613	0.34	5,613	6,434	1.54	7,087	7,466
São Pedro de Alcântara	***	***	***	***	3,200	***	3,200	3,584	1.28	4,751	5,183
Paulo Lopes	5,711	5,490	-0.39	5,490	5,530	0.08	5,530	5,924	0.77	6,830	7,255
Total	246,079	365,198		365,198	531,540		531,540	709,941		818,025	848,224

Fonte: IBGE

Expansão urbana e turismo nas microrregiões de Itajaí e Florianópolis

Analisando o processo de urbanização no Brasil, Milton Santos (1988, p. 85), destaca que a população brasileira em 1940 correspondia a 41.326 mil habitantes e que em 1980 era constituída por 119.099 mil, fato que demonstra o crescimento “de 77.773 mil habitantes num período de 40 anos, o que nos dá um crescimento de 188,19% se quisermos colocá-lo em termos relativos”, enquanto a população urbana no mesmo período, “passa de 10.891 mil para 82.013 mil, o que perfaz um crescimento de 71.122 mil habitantes vivendo em aglomerações ou um aumento de 653,03%”. Isto significa dizer que ao longo destas 4 décadas (1940 a 1980) “a população total do Brasil triplica, enquanto a população urbana multiplica-se por sete vezes e meia”. Registra-se, pois, uma inversão entre a população urbana e rural, já que em 1940 a população que vivia nas áreas rurais do país

correspondia a 28.356 mil habitantes, ou seja, 68,77% do total de brasileiros. A população urbana brasileira ultrapassou a população rural em 1970, ano em que os moradores das áreas agrícolas somavam 41.054 mil de pessoas, correspondendo a aproximadamente 44,2% do total da população do país e em 1980, a população rural correspondia a 38.566 mil habitantes correspondendo a 32,40% da população brasileira. Esta acelerada diminuição da população rural resulta do processo de industrialização do Brasil que acarretou uma verdadeira revolução urbana, visto que o último censo realizado pelo IBGE (2000) comprovou que apenas 19% dos brasileiros vivem no campo, enquanto 81% do total da população vivem nas áreas urbanas. Seguindo a tendência nacional, em Santa Catarina, segundo dados do IBGE, 78,75% da população é urbana.

Esta verdadeira revolução urbana trouxe problemas de várias ordens para as cidades

e seus habitantes. A maneira como se deu a organização do espaço e o crescimento da população no século XX, somada à tendência mundial de esvaziamento do campo (devido à mecanização da agricultura e uma nova divisão do trabalho) e de expansão do espaço urbano sem a infra-estrutura correspondente, influenciaram no aumento da pobreza, da degradação ambiental e da violência.

Assim, pois, a urbanização e a expansão demográfica de uma infinidade de localidades estão diretamente ligadas ao processo de industrialização e desenvolvimento regional, que pode estar relacionado a diferentes atividades econômicas e até culturais. Segundo Bastos (2007), dentre os elementos que podem ser elencados como responsáveis pela expansão urbana e demográfica das duas áreas aqui enfocadas, estão principalmente “[a soma dos] fatores de atração (geração de empregos pela indústria nos grandes centros urbanos) e de repulsão (impossibilidade do trabalhador rural tornar-se pequeno proprietário)”. Tais fatores estão relacionados ao extraordinário desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo após a década de 1930 e à ampliação da infra-estrutura regional, que gerou fluxos migratórios, do interior do estado de Santa Catarina e de estados próximos para as cidades situadas na faixa litorânea catarinense, nas quais o crescimento industrial desde a década de 1940 é superior à média nacional. Bastos ressalta que no ano de 1940, a produção catarinense correspondia a 1,9% do montante industrial brasileiro, em 1970, a 2,6%, em 1980, a 3,9% e que em 2000, saltou para 4,4%. Estes dados expressam o extraordinário salto da produção industrial de Santa Catarina, considerando-se especialmente que a participação da população absoluta do estado, frente ao total da população do país, permaneceu de 1940 a 2000 em torno de 3%.

Por outro lado, há que se considerar que os descendentes de imigrantes europeus estabelecidos no interior do estado a partir da metade do século XIX, impossibilitados de continuar suas atividades agrícolas passaram a migrar para as áreas urbanas, especialmente a partir da década de 1950, em busca de melhores condições de vida. Dentre outros fatores, nas áreas coloniais marcadas pela pequena produção mercantil, a crise agrária decorre do parcelamento das propriedades entre herdeiros.

Tabela 3: Evolução da população urbana e rural em Santa Catarina*

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1940	253.717	924.623	1.178.340
1950	362.717	1.197.785	1.560.502
1960	695.347	1.451.562	2.146.909
1970	1.247.158	1.654.502	2.901.660
1980	2.154.250	1.474.042	3.628.292
1991	3.208.537	1.333.457	4.541.994
1996	3.565.130	1.310.114	4.875.244
2000	4.217.931	1.138.429	5.356.360

Fonte: IBGE, 2009.

*Em 1920, a população urbana e a rural não eram apresentadas separadamente. Em 1930, o Censo não foi realizado devido à Revolução.

A análise atenta dos dados acima (tabela 3) permite constatar que a população urbana de Santa Catarina, que em 1940 representava 21,53% do total da população do estado, saltou de 253.717 habitantes naquele ano para 4.217.931 em 2000, passando a corresponder a mais de 78% da população catarinense. O crescimento absoluto de 3.964.214 habitantes vivendo nas aglomerações urbanas indica que a população residente nas cidades teve um aumento de 1562%, ou seja, enquanto a população geral do estado cresceu 4 vezes e meia, a população urbana de Santa Catarina multiplicou-se 16 vezes e meia.

Diante dos números apresentados constata-se, como já foi destacado, que a dinâmica populacional catarinense reflete a brasileira, pois o crescimento absoluto da população residente nas cidades foi acompanhado por uma redução relativa da população rural. No decênio de 1970 para 1980, por exemplo, enquanto a população urbana cresceu de 1.247.158 para 2.154.250 (72%), a população rural caiu de 1.654.502 para 1.474.042 (11%). É preciso considerar ainda que em Santa Catarina o processo de urbanização das últimas décadas vem induzindo a conurbação dos núcleos urbanos, particularmente os do litoral centro-norte, situação esta intensificada pelos crescentes fluxos turísticos que contribuem para a aceleração das transformações na organização socioespacial das cidades localizadas na fachada atlântica. Esse movimento demográfico é explicado por Santos (1988) quando afirma que a melhoria da rede viária reduz o tempo de viagem de um lugar a outro, favorecendo a acessibilidade.

Os municípios de Santa Catarina com taxa de crescimento populacional acima da

média estadual localizam-se principalmente ao longo da rodovia BR 101, que corta o território catarinense no sentido norte-sul, acompanhando a linha costeira. Entre a capital, Florianópolis, e Joinville, o município mais populoso situado no litoral norte do estado, passando pela região da foz do rio Itajaí-Açu, estão localizados alguns dos núcleos urbanos catarinenses mais industrializados, como é o caso de Blumenau, Brusque e Jaraguá do Sul, assim como alguns dos que mais recebem turistas, como ocorre, por exemplo, com Balneário Camboriú e Itapema. A expansão dos núcleos urbanos situados na faixa litorânea catarinense tem como principal agente o crescimento econômico dessas localidades baseado na industrialização, na prestação de

serviços e/ou nas atividades decorrentes do turismo.

No caso específico de Florianópolis, destaca-se, sobretudo a partir da década de 1960, uma acelerada expansão de vários setores ligados à prestação de serviços, com a criação de inúmeros órgãos e repartições estaduais e federais, como foi, por exemplo, o caso da Universidade Federal de Santa Catarina e da sede da ELETROSUL, transferida para a capital catarinense. Somado a esses fatores, há que se considerar a expansão, nas últimas décadas, das atividades ligadas ao turismo, que tem contribuído para a aceleração das transformações na organização sócio-espacial não apenas da capital como também de outras cidades localizadas no litoral catarinense.

Tabela 4 - Os 10 municípios mais populosos de Santa Catarina.

Posição	Municípios	1991	2000	Taxa de crescimento (1991-2000) %	Estimativa 2009 (posição)
1°	Joinville	353.070	429.604	2,22	497.331
2°	Florianópolis	255.390	342.315	3,34	408.161
3°	Blumenau	212.025	261.808	2,39	299.416
4°	São José	136.293	173.559	2,75	201.746
5°	Criciúma	146.320	170.420	1,72	188.557
6°	Chapecó	111.390	146.967	3,16	174.187
7°	Itajaí	119.631	147.494	2,38	172.081
8°	Lages	142.999	157.682	1,1	167.805
9°	Jaraguá do Sul	76.968	108.489	3,92	139.017
10°	Palhoça	68.430	102.742	4,66	130.878
	População de Santa Catarina	4.541.994	5.356.360	1,87	6.118.743

Fonte: IBGE, 2009.

Apenas dois dos dez maiores municípios do estado em população, Lages e Chapecó, não estão situados na zona litorânea. Conforme a tabela 4, dentre eles o que mais cresceu, no período de 1991 a 2000, foi Palhoça (4,66% ao ano), localizado na microrregião de Florianópolis, enquanto Lages, situada no planalto serrano, registrou o menor índice, crescendo, no mesmo período, apenas 1,10% ao ano. Os municípios com as mais elevadas taxas de crescimento demográfico anual no período citado, localizam-se nas áreas costeiras, como é o caso de Itapoá (9,28%), Itapema (8,82%), Araquari (7,37%), Bombinhas (7,09%)

e Balneário Camboriú (6,96%). É preciso ressaltar, porém, que a elevada concentração da população na fachada atlântica é um fato já registrado no passado, visto que em 1856 Santa Catarina possuía 111.109 habitantes, dos quais 104.317 viviam no litoral (PEREIRA, 1943, p. 43). Diante destes dados, constata-se que o “fenômeno da litoralização” da população, apontado como uma realidade demográfica recente, constitui uma meia verdade, visto que esta concentração demográfica no litoral catarinense não é um dado recente.

Por outro lado, dados econômicos e demográficos atestam na atualidade o acelerado

crescimento, na faixa costeira, de um eixo de urbanização situado ao longo da BR 101, especialmente entre a capital do estado e Joinville. Neste trecho concentram-se sete dos dez municípios catarinenses mais populosos do estado. Estão entre eles, como pode ser observado na tabela 4, além de Joinville e Florianópolis, respectivamente o primeiro e o segundo mais populosos, Blumenau, São José, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul e Palhoça, todos localizados em áreas de pequena produção mercantil⁴.

É sabido que o adensamento da população no litoral de grande parte dos estados brasileiros possui raízes históricas, em consequência do próprio processo de colonização. Entretanto, dentre os estados que compõem a Região Sul – aos quais se poderia também juntar o de São Paulo – apenas Santa Catarina apresenta esta característica, visto que tanto o Rio Grande do Sul como o Paraná têm as suas maiores cidades localizadas fora da zona litorânea. Some-se a isso o fato de que o quadro geográfico conferiu ao espaço litorâneo catarinense certas peculiaridades (PEREIRA, 2007) que, somadas ao processo de colonização, o tornaram singular frente aos outros estados que integram a Região Sul do Brasil: enquanto a faixa costeira do estado do Paraná é extremamente reduzida, a do Rio Grande do Sul, sem elevações além das dunas, apresenta uma grande extensão quase retilínea de mar aberto. Deve-se acrescentar ainda que até meados do século passado, Santa Catarina estava à mercê de uma rede rodoviária deficiente, o que contribuía para agravar ainda mais a sua fragmentação em duas macrorregiões geoeconômicas que mantinham pouquíssima ligação entre si (o litoral e o planalto).

Em 1950, Florianópolis, embora contasse com 58.264 habitantes, não se colocava como o município mais ativo economicamente, se comparado com outras cidades coloniais como Joinville e Blumenau, tanto que a BR 101 foi asfaltada primeiramente entre Joinville e Curitiba e entre Criciúma e Porto Alegre, sendo asfaltada no trecho de Florianópolis apenas no final da década de 1960 (RIZZO, 2005). “A cidade de Florianópolis só polarizava economicamente uma área que podia ser balizada por Tijucas ao norte, Paulo Lopes ao sul e Angelina a oeste” (MONTEIRO, 2005, p. 12). No final da década de 1960, ainda

segundo Monteiro (2005), o turismo era incipiente e ocasional, visto que a cidade não tomara consciência de sua vocação turística. Apenas no final da década de 1980, passa-se a defender a vocação do município para o turismo e a indústria da alta tecnologia, entendidas como duas indústrias não poluentes e adequadas ao riquíssimo ambiente natural da Ilha de Santa Catarina (RIZZO, 2005).

Por conta da valorização das terras em Florianópolis, os municípios vizinhos à capital também passam por um incremento na ocupação territorial devido à oferta de terras mais baratas, fato que culminou na suplantação da taxa de crescimento demográfico dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu em relação à própria capital.

Na microrregião de Itajaí, o processo de ocupação da orla da então chamada praia de Camboriú teve início no final da década de 1920. Em 1926, surgiram as primeiras casas de veraneio, no centro da praia, pertencentes a moradores de Blumenau⁵. Em 1928, foi inaugurado o primeiro hotel e, seis anos depois, o segundo empreendimento hoteleiro. Os alemães do Vale de Itajaí trouxeram para a praia de Camboriú, o hábito de veraneio, ou seja, de utilizar a praia como lazer, já que o banho de mar, até então, só era recomendado como forma de tratamento e, para os pescadores, o mar representava o espaço do trabalho. Esse hábito contribuiu com o aumento do número de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, mas o município cresceu de forma mais acentuada a partir de 1950. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os alemães deixaram de frequentar o local por

⁴ Os vales fluviais florestados integrantes da bacia do rio Uruguai, tal como os vales atlânticos constituem também áreas de pequena produção mercantil em que se desenvolveu uma rede urbana da qual fazem parte, dentre outros, o município de Chapecó, o 6º em população no estado, e os municípios de Caçador, Concórdia e Içara, todos com mais de 50.000 habitantes, colocados entre os vinte maiores de Santa Catarina. Lages, o 8º município do estado em população, é o único representante da área latifundiária do planalto serrano que integra a lista dos mais povoados.

⁵ A origem e o crescimento do Balneário Camboriú, o mais famoso do litoral de Santa Catarina, não se explicam sem o reconhecimento da influência das colônias alemães do Vale do Itajaí cuja expansão, na primeira metade do século XX, até a desprezada faixa costeira do então município de Camboriú, do qual se emancipou em 1964, foi marcada pelo caráter empreendedor dos descendentes desses imigrantes.

medo de serem hostilizados, já que o exército brasileiro passou a utilizar os hotéis e moradias como postos de observação da costa brasileira. A partir de 1964, com a emancipação de Balneário Camboriú que originalmente fora um distrito do município de Camboriú, seu crescimento explodiu, sobretudo após a inauguração da BR 101, em 1971. A integração do município à rede urbana regional, aumentou o fluxo de pessoas e consolidou a sua vocação turística, o que pode ser constatado através da sua evolução demográfica que, entre 1970 e 2009, fez a sua população saltar de 10.810 para 102.081 habitantes. O expressivo crescimento registrado nas últimas décadas colocou o Balneário Camboriú como um dos principais centros urbanos do litoral de Santa Catarina e, conseqüentemente, da microrregião de Itajaí. Elemento decisivo para essa expansão foi, sem dúvida, a melhoria do sistema rodoviário, com destaque para a construção da BR-101, inaugurada no início da década de 1970, e duplicada na porção norte do estado, em 2000. Há que se considerar também na conurbação entre Itajaí e Balneário Camboriú o destacado papel desempenhado pela duplicação da rodovia Osvaldo Reis (SC, em 1994. Ao longo desta via, registra-se um acelerado adensamento da ocupação do espaço, em conseqüência da construção de residências e estabelecimentos comerciais responsáveis por um fluxo ininterrupto de veículos, demonstrando a interdependência entre as duas cidades, no que se refere ao trabalho e ao lazer.

O mesmo fenômeno de supervalorização das terras em Florianópolis também ocorreu em Balneário Camboriú contribuindo para a expansão da área urbana a oeste da BR 101 (onde se fixou a população de baixa renda, que constitui a mão-de-obra de sustentação das atividades turísticas), além da verticalização acentuada no centro da cidade. Segundo SKALEE (2008), "com fins turísticos, ou para atender a demanda habitacional, a estrutura urbana de Balneário Camboriú sofreu rápidas transformações nas últimas 4 décadas: alterações na malha viária, infra-estrutura, novas concentrações de moradia e hospedagem e centros de comércio, saúde e lazer que visam dar suporte ao crescente número de usuários". O investimento em imóveis⁶ também foi fundamental no crescimento urbano

e no fortalecimento do setor de construção civil, fato que gerou milhares de empregos, atraindo um fluxo migratório para atuar neste setor. Provenientes de municípios do interior e até mesmo de outras regiões do país, estes migrantes chegam ao litoral catarinense em busca de alternativas de emprego e renda. Uma parcela significativa dessa mão-de-obra é absorvida pelo setor da construção civil e de serviços, porém devido à sazonalidade do turismo, a oferta de trabalho no setor de serviços assume um caráter temporário. Em razão do alto valor dos imóveis nas regiões centrais, os migrantes instalam-se na periferia das cidades, contribuindo para o processo de expansão da área urbana.

Além da migração rural-urbana, que o avanço do capitalismo no campo acentuou com a modernização da agropecuária, há também que se considerar a migração urbano-urbano, influenciada pela difusão por meio da mídia brasileira acerca da qualidade de vida nas microrregiões de Florianópolis e de Itajaí. Moradores principalmente de Blumenau, Joinville, Curitiba, Porto Alegre e até mesmo da Argentina e São Paulo procuram as cidades pertencentes à área metropolitana de Florianópolis e Itajaí para residir, construir residências de veraneio (segunda moradia) ou investir em imóveis. Balneário Camboriú tem se tornado também um centro receptor de pessoas aposentadas que ali fixam residência. Além deste fluxo urbano-urbano regional, é notável também a migração de famílias de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, atraídas pela qualidade de vida das microrregiões de Itajaí e Florianópolis, somada a fatores de repulsão dos locais de origem, tais como violência, trânsito caótico, poluição do ar e outros aspectos que afetam visivelmente a qualidade de vida dos grandes centros. Pode-se citar também como fator de atração o IDH do estado de Santa Catarina que, segundo o PNUD (2000), é de 0,822, o que corresponde

⁶ É importante destacar que a especulação imobiliária nas áreas de grande potencial turístico do estado decorre, em parte, da forte crise que teve início nos anos de 1990 quando os investimentos produtivos passaram a obter taxas de lucro muito baixas, provocando, conseqüentemente, a aplicação de expressivos capitais no setor da construção civil e na aquisição de imóveis, como uma possibilidade de reserva de valor.

ao segundo maior dentre os estados do Brasil (o IDH nacional é de 0,766). Além disso, dos 12 municípios pertencentes à microrregião de Itajaí, 5 deles possuem IDH alto (acima de 0,800), sendo o município de Balneário Camboriú o detentor de um IDH de 0,867, o segundo maior do estado. Dos 9 municípios da microrregião de Florianópolis, 6 possuem IDH alto – dentre eles a própria cidade de Florianópolis que ocupa a primeira posição no ranking estadual de IDH, com o índice de 0,875.

Na comparação entre as duas microrregiões cabe ainda destacar que a acelerada expansão urbana dos municípios localizados junto à foz do rio Itajaí, pode ser atribuída nos últimos anos, genericamente, às atividades portuárias, às indústrias pesqueira e naval, ao desenvolvimento do comércio (atacadista e varejista), ao incremento do setor de serviços, à popularização do veraneio e à dinamização das práticas de lazer e turismo. Estas últimas promoveram formas diferenciadas de ocupação e crescimento populacional, transformando precocemente algumas localidades em centros de atração de veranistas e turistas, como foi o caso de Balneário Camboriú e Itapema, enquanto outras, como Bombinhas e Penha, foram afetadas mais recentemente. Do ponto de vista demográfico, essa microrregião de Itajaí é a que apresenta o maior dinamismo no Estado, apesar da taxa de crescimento populacional da própria cidade de Itajaí não ser das mais expressivas (2,41%). Se até mais da metade do século passado, a expressão de Florianópolis no contexto catarinense restringia-se basicamente às suas funções político-administrativas como capital do estado, percebe-se hoje uma complexificação responsável pela ampliação de sua importância regional baseada, sobretudo, no setor terciário. Segundo dados da SANTUR (2010), a partir do ano de 2007, Florianópolis se tornou o primeiro pólo receptor de turistas no estado de Santa Catarina. Neste ano de 2007, ela recebeu na alta temporada (janeiro e fevereiro) um total de 780.583 visitantes, dos quais 143.095 estrangeiros e na alta temporada de 2008, 776.374 entre os quais 146.996 turistas eram estrangeiros. Já em 2009, a capital catarinense recebeu 798.441 turistas, dos quais 652.055 nacionais e 146.386 estrangeiros. Balneário Camboriú, o segundo pólo

turístico, recebeu em 2007 (alta temporada) 748.456 turistas e em 2008, 685.946 e em 2009 770.355 visitantes.

Por outro lado, é preciso lembrar que o período de estagnação vivido pela cidade de Florianópolis após a Revolução de 1930, foi superado pela modernização do sistema rodoviário e pela instalação de várias instituições prestadoras de serviços a partir da década de 1960, apesar de sua função portuária ter entrado em decadência. A cidade ganhou um novo dinamismo diretamente relacionado às novas funções que passou a exercer em virtude do desenvolvimento industrial do país e do estado. A capital catarinense recebeu maciços investimentos dos governos estadual e federal que modificaram radicalmente o seu perfil, aceleraram a urbanização, modernizaram e reforçaram o setor terciário, atribuindo novas funções administrativas de âmbito estadual e federal e dinamizando os serviços, rompendo o longo período de estagnação econômica e social em que mergulhara a partir de 1930.

Considerações finais

A comparação entre as duas microrregiões enfocadas permite concluir que a acelerada expansão urbana na Foz do rio Itajaí-Açu, pode ser atribuída, nos últimos anos, às atividades portuárias, às indústrias pesqueira e naval, ao desenvolvimento do comércio (atacadista e varejista), ao incremento do setor de serviços, à popularização do veraneio e à dinamização das práticas de lazer e turismo. Estas últimas promoveram formas diferenciadas de ocupação e crescimento populacional, transformando precocemente algumas localidades em centros de atração de veranistas e turistas, como foi o caso de Balneário Camboriú e Itapema. Do ponto de vista demográfico, essa microrregião é a que apresenta o maior dinamismo no estado, muito embora a cidade de Itajaí não seja a que apresenta a maior taxa de crescimento populacional. Balneário Camboriú transformou-se, em algumas décadas, num centro regional de lazer, cuja influência ultrapassa os limites do estado de Santa Catarina, indo mesmo além de Curitiba e Porto Alegre, atraindo também um expressivo fluxo de turistas estrangeiros. Não se trata de uma mera disputa entre as duas cidades mais importantes cidades dessa

microrregião, visto que a supremacia no campo turístico é inquestionavelmente de Balneário Camboriú. Itajaí, entretanto, não pode permitir-se perder os próprios elementos de centralidade e vivência urbana, sob pena de, num breve espaço de tempo, se tornar um aglomerado de quarteirões sem forma, sem centro urbano, destituído de identidade própria, praticamente um bairro de Balneário Camboriú.

No caso da microrregião de Florianópolis, o crescimento demográfico, somado ao das atividades ligadas ao turismo, levou à expansão de uma mancha urbana praticamente contínua da parte insular da capital às terras circunvizinhas do continente, em virtude da espalhamento do espaço urbano de Florianópolis na direção dos municípios vizinhos. Se até mais da metade do século passado a sua expressão no contexto catarinense restringia-se basicamente às suas funções político-administrativas como capital do estado, percebe-se hoje um quadro diverso em que não apenas ampliou-se a sua importância regional como, dependendo da distância e do acesso, foi minimizada a influência das capitais dos estados vizinhos sobre Santa Catarina, além de ter se transformado num importante pólo receptor de turistas nacionais e estrangeiros.

A infra-estrutura viária teve importância fundamental para o desenvolvimento urbano e para o crescimento dos fluxos turísticos destas duas importantes microrregiões do litoral de Santa Catarina, tendo a BR-101 desempenhado um papel fundamental, ligando o estado à região Sudeste e aos demais estados da região Sul, ao mesmo tempo em que favoreceu também a chegada de turistas estrangeiros. A ampliação do sistema rodoviário muito mais flexível do que o transporte ferroviário, o qual além da inércia espacial exige investimentos muito mais elevados para a sua implantação, possibilitou o acesso quase irrestrito às diferentes localidades, provocando um forte impacto na redefinição dos espaços na faixa litorânea de Santa Catarina.

Referências

- BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In: LINS, Hoyêdo Nunes *et al.* (Orgs.). *Ensaio sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- _____. Considerações sobre a urbanização do litoral catarinense. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, X., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: SIMPURB, 2007. p. 01-08.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *IBGE Cities - População Estimada 2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 dez 2009.
- _____. *Rede de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. *Censo Demográfico do Estado de Santa Catarina 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 19 dez 2009..
- MAMIGONIAN, Armen. Vida Regional em Santa Catarina. In: *Revista Orientação*. IG-USP, n. 2, 1966.
- _____. Indústria. In: *Atlas de Santa Catarina*. Florianópolis: GAPLAN, 1986.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Florianópolis: o direito e o avesso. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (Org.). *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: Editora da UFCS, 2005. p. 7-34.
- PEREIRA, Carlos da Costa. A região das Araucárias. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 2^o sem., 1943.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. A particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do sul do Brasil. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, X, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: SIMPURB, 2007. p. 01-17.
- RANGEL, Ignácio. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.
- RIZZO, Paulo Marcos Borges. A natimorta Tecnópolis do Campeche em Florianópolis. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (Org.). *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: Editora da UFCS, 2005. p. 61-84.
- SANTOS, Milton. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. *GEOSUL*, Florianópolis, n. 5, p. 85-100, 1988.
- SANTUR. Disponível em: <<http://www.santur.sc.gov.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2010.
- SKALEE, Milena; REIS, Almir Francisco. Crescimento urbano-turístico: traçado e permanências urbanas em Balneário Camboriú. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, X. *Anais...* Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/184.htm>> Acesso em: 10 ago 2009.

Teoria e prática

Projeto Rondon



Projeto Rondon: extensão universitária e Agenda 21 na Amazônia
Rondon Project: university extension and Agenda 21 in the Amazonia
Proyecto Rondon: extensión universitaria y agenda 21 en Amazonia
Projet Rondon: extension de l'université et Agenda 21 Local

Jader Tadeu Fantin*

Recebido em 17/9/2009; revisado e aprovado em 16/2/2010; aceito em 15/10/2010

Resumo: Este texto faz uma reflexão da participação de uma equipe acadêmica no Projeto Rondon, no ano de 2008, em Mocajuba-PA. As atividades realizadas se pautaram em estratégias de concepção e de gestão dos processos e das políticas de desenvolvimento, tendo como referenciais os princípios da Agenda 21 Local. Apoiado nos componentes epistêmicos do campo do Desenvolvimento Sustentável, busca enfatizar a abordagem político-pedagógica feita junto à comunidade local e suas perspectivas transformadoras.

Palavras-chave: Agenda 21 Local. Projeto Rondon. Extensão Universitária.

Abstract: This paper is referred to the results of the activities developed by an academic team in the Rondon Project, in 2008, in the Mocajuba-PA. The activities carried out were grounded on strategies of conception and management of development processes and policies, having as reference the principles of the Local Agenda 21. Supported by the epistemic components of the Sustainable Development, the paper focuses on the political-pedagogical approach worked with the local community and the main transforming proposals.

Key-words: Local Agenda 21. Rondon Project. University Extension.

Résumé: Cet article contient une réflexion sur la participation d'une équipe d'universitaires dans le Projet Rondon, en 2008, en Mocajuba-PA. Les activités menées ont été guidées dans la conception des stratégies et des processus de gestion et les politiques de développement, en prenant comme référence les principes de l'Agenda 21 local. Pris en charge dans les composants épistémiques du champ du développement durable, vise à concentrer la démarche politique et pédagogique à la communauté locale et de ses changements sociaux.

Mots-clés: Agenda 21 Local. Projet Rondon. Extension de l'université.

Resumen: Este texto contiene una reflexión apoyada en los resultados de la participación de un equipo académico en el Proyecto Rondón, en 2008, en Mocajuba-PA. Las actividades realizadas tuvieron como referenciales los campos relacionados a las estrategias y procesos de gestión y las políticas de desarrollo, apoyados en los principios de la Agenda Local 21. Teniendo como perspectiva el enfoque del desarrollo sostenible, se apuntan los efectos de las actividades de enseñanza política junto a la comunidad local sobretodo en lo que dice respecto a las perspectivas de cambios sociales sostenibles.

Palabras clave: Agenda Local 21. Proyecto Rondon. extensión universitaria.

Introdução

São oferecidas, neste artigo, algumas contribuições para a reflexão acadêmica em torno de questões relativas à Agenda 21 Local, à cooperação universidade-governo-sociedade, à extensão universitária e, em última instância, à importância da adequada gestão de políticas públicas – planejadas, implementadas e avaliadas por redes de agentes localmente articulados – para a promoção do desenvolvimento local, pautado nas cinco dimensões da sustentabilidade, a social, a ambiental, a econômica, a cultural e a político-organizativa.

Para respaldar empiricamente essa reflexão, apresenta-se o relato de uma experiência de campo, ocorrida no mês de janeiro de 2008 no Estado do Pará, no contexto de uma

operação do Projeto Rondon do Ministério da Defesa. Trata-se de um trabalho elaborado com base na metodologia de pesquisa-ação.

O referencial adotado como suporte para a condução das ações de campo, no município de Mocajuba, foi o da Agenda 21 Local, que desvenda a clara opção pelos princípios do desenvolvimento sustentável. Essa opção encontra respaldo nas profundas mudanças em curso, em plano internacional, desde o último quartil do século XX, quando ganharam projeção pública os alertas a respeito da intensificação da degradação ambiental em todo o planeta. Tais mudanças passaram a colocar em xeque a ideologia hegemônica ao longo do século, que considerava o crescimento como o único motor do desenvolvimento. Trata-se de uma ideologia que atribui menos importância aos efeitos perversos do crescimento: as

* Licenciado em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais pela UNESP. É bolsista FAPESP do mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Teoria e História do Urbanismo - pela USP - São Carlos - SP.

diferenças sociais exacerbadas, o não respeito às culturas diversas e a intensa degradação ambiental.

As atividades realizadas no município de Mocajuba, por uma equipe acadêmica composta por seis estudantes de graduação e dois docentes coordenadores, durante as duas semanas da operação do Projeto Rondon, suscitaram na equipe a necessidade de realizar uma reflexão a respeito dos dilemas, das barreiras, dos desafios e das possibilidades para a implantação dos princípios da Agenda 21 e, conseqüentemente, para a propagação da nova ideologia de desenvolvimento, em uma região incrustada no coração da floresta amazônica.

Algumas questões emanadas a partir da experiência vivenciada e dos estreitos contatos estabelecidos com a comunidade local, foram particularmente instigantes para pautarem as reflexões cujos resultados são aqui expostos. Tais questões podem ser sintetizadas nas formulações que seguem:

- Como desenvolver sustentavelmente uma comunidade ou sociedade com baixos indicadores sociais como educação, saneamento e saúde e com poucas atividades econômicas relevantes e aumentar seus índices sociais, desenvolvendo capital social e humano?
- A adoção dos princípios da Agenda 21 não condenaria as comunidades locais à miséria, perpetuando sua pobreza, na medida que parcela substancial da economia local é baseada na pesca, no extrativismo vegetal, na agricultura e pecuária extensivas, atividades essas potencialmente incompatíveis com a idéia da sustentabilidade?

Agenda 21 como ferramental participativo para o exercício da política

A Agenda 21 Local é uma nova forma de se pensar e de se fazer políticas de desenvolvimento, descentralizando decisões, estabelecendo parcerias e colocando a população como protagonista do processo. Nessa perspectiva, como lembra Moisés (2008), passa-se a encarar o desenvolvimento sustentável como apoiado em cinco pilares: social, político-organizativo, econômico, cultural e ambiental. Ademais desses pilares

constitutivos, o autor relaciona os seguintes princípios como imanentes à própria idéia de desenvolvimento sustentável: proatividade, precaução, prevenção, participação, compromisso com melhorias contínuas e poluidor-pagador.

Vislumbra-se a emergência de um novo processo político-pedagógico para a sociedade, na medida em que coloca os cidadãos como protagonistas das transformações locais. E ninguém melhor do que a própria população para saber pensar a realidade e elencar suas prioridades. Abrem-se, com isso, janelas de oportunidade para o crescimento do capital social, para o fortalecimento da cidadania e para o desenvolvimento de comunidades mais coesas e ativas, por estarem em constante movimentação política, criando solidariedade social, cooperação e associativismo. Esses atributos, segundo Putnam (2000), fluiriam com uma sociedade que se baseasse na confiança e na reciprocidade. A informação e a comunicação são fatores chave para o sucesso das realizações, pois, com ambas acessíveis, a sociedade se articula melhor e pode se organizar em fóruns, conselhos, associações, ONGs etc. Criam-se as condições para o surgimento de “uma sociedade civil forte, participativa, organizada, para enfrentar os atuais desafios de combate à pobreza e à exclusão social” (CALLOU; BRAGA, 2005, p. 5).

O papel do Estado não é descartado nesse cenário. Pelo contrário, ele deve agir no sentido de reforçar essas ações sociais. Trata-se, da passagem “de um modelo de regulação social e econômica assente no papel central do Estado para um outro, assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não governamentais, nas quais o aparelho de Estado tem apenas tarefas de coordenação enquanto *primus inter pares*” (SANTOS *apud* CALLOU; BRAGA, *op. cit.*, p. 5). O Estado deve intervir para deixar de intervir: é chegada uma hora em que sociedade, Estado e mercado devem se articular para decidirem, juntos, a construção futura.

É importante que ações já em prática sejam aproveitadas, mobilizando a sociedade e as tarefas dos atores que já estejam em curso rumo ao desenvolvimento sustentável. É importante também procurar experiências bem sucedidas em outras localidades e

aplicá-las na particularidade em discussão, para que assim se possa implementar um Plano da Agenda 21 Local, ou seja, um processo permanente de construção política, no qual se colocam em prática, projetos e planos formulados pela sociedade, que busca um desenvolvimento com vistas ao futuro, sendo necessário manter uma monitoração e avaliação dos projetos para verificação de sua sustentabilidade.

Mais do que reiterar os preceitos da Agenda 21 e do desenvolvimento sustentável, expor-se-á a experiência vivenciada em Mocajuba, situada no Estado do Pará na região do baixo Tocantins, brevemente confrontada com outras experiências de implantação da Agenda 21 Local em municípios de perfis equivalentes. Pretende-se contribuir para a compreensão dos processos locais e do processo geral de implantação da Agenda 21, para a identificação das dificuldades e barreiras encontradas e, fundamentalmente, para a proposição de alternativas de superação das mesmas.

Agenda 21 na teoria e na prática

A escolha da Agenda 21 apresenta-se como referencial prático e teórico, pelos seus fundamentos e posicionamentos histórico-políticos, oferecendo suporte para as ações desenvolvidas pela equipe do Rondon. É uma nova concepção de política pública. Seu surgimento se dá na Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro em 1992, com cerca de 170 países participantes, e visa um novo padrão de desenvolvimento, pautado na concepção de sustentabilidade consignada no Relatório Brundtland, de 1986.

O termo “agenda” se deve ao fato de que cada esfera, social e institucional, pública e privada, agindo separadamente, porém em sincronia, deve detalhar planos de ação e metas a serem atingidas. Na essência da Agenda 21 está o pressuposto da ampla participação dos agentes públicos e privados da sociedade e do Estado (em suas esferas municipal, estadual, e federal), buscando elaborar projetos e propostas em busca de um padrão de desenvolvimento saudável que abranja e proteja o meio ambiente (no qual estão inseridos o homem, a natureza, a sociedade e a economia). O documento da agenda está estruturado

em quatro seções: dimensões sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos principais grupos sociais e meios de implementação.

Ressalta-se que a Agenda 21 não é um compromisso apenas com o meio ambiente, mas sim com as gerações futuras, na medida em que uma das palavras de ordem seja a sustentabilidade, ou seja, o correto manejo dos recursos naturais que permitirão sua existência por tempo prolongado.

As iniciativas do governo brasileiro

O Governo Brasileiro tem se empenhado em incentivar e apoiar a implantação das Agendas 21 Locais disponibilizando em seus sítios na internet diversas publicações a respeito. Desenvolve ainda amplos projetos na Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável que visam a formação e a capacitação de agentes. Dados do Governo Federal nos mostram que entre 2003-2006 no PPA, constam projetos e convênios que formaram cerca de 11 mil agentes para atuarem como agentes multiplicadores da Agenda 21 Local (Brasil, 2006).

A Agenda 21 também integra o PPA do Governo Federal 2008/2011, fato esse que revela a sua força política e institucional. O desenvolvimento do programa fundamenta-se na execução de três ações: elaboração e implementação das Agendas 21 Locais; formação continuada em Agenda 21 Local; e fomento a projetos de Agendas 21 Locais por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Destacam-se ainda outros programas como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Programa Nacional de Educação Ambiental dentre outros. Um dos passos para a implementação do programa é a realização de encontros regionais e nacionais para discutir experiências e apontar sucessos e fracassos, com vistas a aprimorar e tornar eficaz os programas futuros, além de oferecer diretrizes para que novos municípios venham a aderir ao movimento, criando nos seus ambientes locais as condições propícias para a implantação de suas próprias Agendas.

Há ainda, no edital para participação no Projeto Rondon, um eixo temático de projetos e experiências em Gestão e Desenvolvimento

Sustentável, além de se ter conhecimento de mais de 500 Agendas Locais em execução¹, o que fornece uma dimensão das ações plurais do governo nesta área.

O passo a passo

O sucesso da implantação da Agenda 21 Local depende de um certo rigor quanto à sua estrutura, ou seja, é necessário ter uma divisão de tarefas e responsabilidades. O Ministério do Meio Ambiente sugere que seja criado um Fórum da Agenda 21 Local (institucionalizado pelo Poder Executivo Municipal), com regimento interno, incluindo: missão, objetivos, periodicidade de reuniões e metodologia de consultas populares; deve ser composto por diversos atores sociais, desde figuras públicas até homens de negócios, líderes comunitários etc. Esse grupo ficaria responsável pela mobilização da população, divulgação de informações e dos pressupostos da Agenda 21. Em seguida, recorre-se a consultas com a população para encontrar e elencar os problemas e as prioridades locais, buscando desenvolver soluções em conjunto. A sua principal função é a de desenhar um futuro desejado pela comunidade. É de fundamental importância para garantir a eficácia e agilidade das resoluções do Fórum, a criação de uma Secretaria Executiva que conte com recursos humanos e financeiros para a execução das tarefas.

Ao buscar no site do Governo Federal informações sobre este programa, pode-se encontrar uma cartilha (Brasil, 2005) detalhando os passos da construção da Agenda Local, que são:

- 1º Mobilizar para sensibilizar governo e sociedade;
- 2º Criar o Fórum da Agenda 21 Local;
- 3º Elaborar o diagnóstico participativo;
- 4º Elaborar Plano de Desenvolvimento Sustentável;
- 5º Implementar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável;
- 6º Monitorar e avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável².

Para exemplo dos passos relatados utiliza-se o município de Araucária-PR. Localizado na área de influência de Curitiba e possuindo aproximadamente 95 mil habitantes, o município, segundo Rosa (2009), começou

a se organizar em 2002 com a constituição de uma comissão provisória da Agenda 21, criada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. No mesmo ano duas leis foram criadas normalizando a construção da Agenda 21 no plano local.

Em seguida procederam-se aos seguintes passos: a elaboração de um diagnóstico institucional levantado a partir de informações obtidas junto aos órgãos do poder municipal; a realização de um diagnóstico sócio-econômico-ambiental e a organização de um seminário para traçar 21 metas prioritárias da Agenda 21. Na sequência foram criados grupos temáticos com o objetivo de se discutirem e formularem proposições para as questões diagnosticadas. A difusão de informações é imprescindível para o sucesso da Agenda 21 Local e para o envolvimento da comunidade.

Outro passo foi a criação do Fórum da Agenda 21 com a participação de membros da sociedade civil e do governo, tornando-se a principal ferramenta para a execução das ações e divulgação junto à população. O resultado desse processo foi a confecção de um documento proposta intitulado “Construindo a Araucária do Futuro”, onde constam as metas, as potencialidades, os problemas levantados pela população, e o mais importante, as diretrizes para as ações a serem desenvolvidas.

A triangularidade do Projeto Rondon e a extensão universitária

O enquadramento finalístico do Projeto Rondon obedece o sentido da perspectiva de abordagem, notadamente em virtude da concepção estrutural no formato triangular, no qual em cada vértice está situado um agente institucional tipificado, nominadamente: o governo federal, os governos locais e a universidade.

Para o Governo Federal o projeto assume um caráter essencialmente político, com um duplo propósito: o do fortalecimento político institucional do Estado e o da implementação de políticas, respectivamente *politics* e *policy* (FREY, 2000). O investimento no primeiro do rações são vistas como oportu-

¹ Ministério do Meio Ambiente (MMA) 2009.

² Cartilha disponível no site do Ministério do Meio Ambiente, acessada em fevereiro 2009.

nidades para o exercício da missão de extensão, integrando dois propósitos: o de associar teoria à prática, fortalecendo a produção acadêmica; o de atender a um conjunto de demandas sociais externas, latentes ou explícitas, com potencial de contribuição para a melhoria das condições sociais de vida da população.

Adotando como referencial a tipologia de atividades de extensão sugerida por Fonseca e Lorenzo (2004), é possível enquadrar as ações próprias do conjunto A dos editais das operações do Projeto Rondon (Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde) como mais próximas do perfil típico da categoria de Atividades Assistenciais. Já as ações previstas no conjunto B dos editais (Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável) seriam enquadráveis como mais próximas da categoria de "Transferência de Tecnologia e Conhecimento" (FONSECA; LORENZO, *op. cit.*, p. 117). É nesse último contexto que se inserem as atividades que são objeto de relato e de reflexão neste texto, realizadas em janeiro de 2008.

Caracterização do município de Mocajuba

O município de Mocajuba foi fundado em 1873, às margens do Rio Tocantins, a uma distância em linha reta de cerca de 180 km de Belém. Destacou-se, ao longo de praticamente todo o século XX, pela produção de pimenta do reino, atividade que chegou a atribuir ao município o título de maior produtor nacional. Foi também para abrir espaço ao cultivo dessa especiaria que o município ganhou destaque nos índices de comprometimento da cobertura vegetal nativa - superiores, hoje, a 60% da área total do município. A decadência da

produção a partir da última década do século XX teve como algumas de suas consequências o abandono de vastas áreas desmatadas, o recrudescimento do desemprego e o agravamento das condições sociais no município. Outros produtos que têm algum destaque na economia do município são o cacau e o açaí, ambos já ganhando, nesta primeira década do século, o status de produtos de cultivo, não mais puramente extrativos.

A situação sócio-econômica do município foi ainda mais agravada a partir de 1984, com o início das operações da barragem de Tucuruí. Embora o município não tenha sido territorialmente atingido pela barragem, os efeitos sócio-econômicos do represamento do rio foram altamente perversos: os estoques pesqueiros passaram a sofrer progressivas reduções, comprometendo de forma irreversível, tanto a atividade econômica artesanal de pesca de grande número de comunidades ribeirinhas, como também a própria subsistência dessas populações. Como consequência, o pescado, que era um produto com alguma representatividade no conjunto das atividades econômicas do município, praticamente desapareceu. Essas transformações tiveram como uma das suas consequências mais perversas a marginalização social de grandes parcelas da população, que passaram a depender das políticas sociais compensatórias dos governos federal e estadual.

Esses fatos ilustram o panorama das atividades econômicas do município, tal como encontrado pela equipe do Rondon ao iniciar as atividades da operação. O quadro 1 contém outros dados que contribuem para oferecer um retrato do município.

População ³	Analfabetos	Rede de Água	Esgotamento Sanitário	Empregados sem carteira assinada
23.258 hab.	15,18%	75,14%	30,40%	72,96%
10 a 19 anos -5.663 hab.	Incidência de Pobreza⁵	Grau de Urbanização⁶	PIB per capita⁷	Indústrias de transformação⁸
20 a 49 anos - 6.945 hab. ⁴	63,33%	70,88%	2.391 reais	2 unidades locais

QUADRO 1 – Dados sócio-econômicos e geográficos do município de Mocajuba.

Fonte: IBGE/2008

A pesquisa-ação como estratégia metodológica

As atividades relatadas a seguir foram as referentes ao eixo B do edital do Projeto Rondon, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável, e tem caráter descritivo, uma vez que relatam a participação no Projeto Rondon no Município de Mocajuba-PA. A definição da estratégia mais geral de intervenção foi feita antes mesmo do embarque da equipe, quando foi decidida uma abordagem das ações de campo em três estágios: o primeiro de diagnóstico, o segundo de sensibilização e o terceiro de proposição de medidas.

Embora reconhecendo as possibilidades – e a própria validade – da intervenção de um agente externo na realidade local (no caso o Projeto Rondon), a equipe partiu da premissa, intrínseca à Agenda 21 Local, de que os saberes locais deveriam ser considerados como os fundamentais para a determinação das ações transformadoras. O agente externo assumiria apenas o papel de catalisador, provocando e estimulando a consciência participativa da população local. O envolvimento direto com a comunidade foi considerado como essencial para que se descobrissem quais as demandas e os anseios sociais e o que deveria ser feito para o seu atendimento. Assim, como defendem Braga e Callou, (*op. cit.*) pôde-se identificar o produtor social (Governo Federal e poderes públicos Estadual e Municipal), o editor (equipe do Rondon) e o reeditor (lideranças comunitárias, professores, autoridades e representantes populares).

As atividades concebidas, para cada um dos três estágios de abordagem, tiveram como alvos tanto membros da sociedade civil e integrantes do governo, como lideranças comunitárias e a própria população. Além

das oficinas pedagógicas com a população, investiu-se na capacitação de lideranças comunitárias, no ensino de noções básicas de informática, e em um intenso trabalho de aproximação com jovens da comunidade. Os materiais de trabalho utilizados foram cartilhas impressas, encontradas no site do governo federal, jogos educativos sobre participação popular e cidadania, filmes e documentários sobre questões ambientais, culturais e políticas.

Componente fundamental da metodologia de trabalho foram as visitas às comunidades rurais e ribeirinhas – que representam mais de 30% da população do município e são responsáveis pela geração da maior parcela do PIB municipal.

As próximas seções são dedicadas aos diagnósticos realizados pela equipe e de algumas sugestões de políticas e medidas passíveis de serem implementadas no plano local, com potencial de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável em conformidade com os postulados da Agenda 21 Local.

O potencial turístico na Agenda 21 local de Mocajuba

Mocajuba é servida pelo Rio Tocantins que corta o território do município em praticamente toda a sua extensão. O município conta

³ Contagem da população – IBGE 2007.

⁴ Estimativa – IBGE 2004.

⁵ Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003 - IBGE.

⁶ Censo – IBGE 2000.

⁷ Pesquisa do PIB Municipal – IBGE 2006.

⁸ Dados IBGE 2006.

também com uma intensa rede de afluentes e igarapés. Essas características, aliadas à manutenção de manchas de floresta ainda intocadas, se mostraram, à equipe do Rondon, reveladoras de forte potencial turístico. Não se trata da promoção de atividades turísticas de qualquer natureza, mas, notadamente, daquelas que possibilitem a dinamização das dimensões econômica, ambiental, cultural e social do desenvolvimento sustentável, tais como: o turismo de pesca esportiva e rural junto às comunidades ribeirinhas que praticam o manejo sustentável da fruticultura e piscicultura; o turismo cultural, com destaque para as comunidades remanescentes de quilombolas e para a aldeia indígena; o turismo ecológico e de aventura, com passeios fluviais por igarapés, visitas às praias e a sítios que proporcionem a observação de animais e aves, além de banhos e trilhas em áreas de floresta.

As atividades do turismo podem contribuir para incrementar a renda das comunidades locais pela valorização do artesanato, por visitas à barragem de Tucuruí, por visitas aos viveiros de mudas de plantas típicas, pela degustação de frutos e pratos da região etc. Para que essas atividades sejam realizadas e beneficiem as comunidades, é necessário que se invista em treinamento de agentes de turismo, na rede hoteleira (hotéis e pousadas geridas pela população), em barcos e capacitação de navegadores, na reprodução do artesanato, nos meios de transporte, na infra-estrutura das comunidades ribeirinhas e quilombolas para a recepção de turistas e na manutenção correta de mecanismos de proteção do meio ambiente.

A conversão do município em estância turística representaria, por si só, um importante referencial de imagem para a atração de investimentos públicos e privados externos. Para que esse status possa ser alcançado é necessário o preenchimento de dois requisitos: uma forte vontade política por parte da administração pública local – impulsionada e apoiada por firme mobilização da população e das suas instâncias organizativas; o cumprimento e o preenchimento de exigências formais e legais, condicionadas pelas esferas estadual e federal.

O extrativismo vegetal e o pescado como atividades promotoras da sustentabilidade

Uma outra atividade que, se bem manejada, possui forte potencial de contribuição para o desenvolvimento local sustentável, é a de coleta de frutos. Se apoiada em manejo adequado, pode agregar valor significativo, por meio do processamento primário dos frutos – extração e congelamento das polpas. Implica investimentos reduzidos, processos produtivos simplificados, flexibilidade operacional – capacidade de processar grande variedade de frutos – baixa demanda energética e pequena ocupação de espaço físico.

A disseminação dessa iniciativa entre as comunidades rurais e ribeirinhas do município geraria um conjunto de benefícios sob a ótica do desenvolvimento sustentável: a retenção das populações em seus respectivos sítios de origem; o fomento à cooperação produtiva; o incentivo à diversificação de plantios, contribuindo para a recuperação da biodiversidade; a ampliação da geração de renda local; a redução da dependência das populações em relação a agentes intermediários em cadeias de comercialização; a preservação de recursos hídricos; o fortalecimento dos valores culturais locais. Para a Administração Pública local os benefícios seriam oriundos: da redução da dependência econômica do município em relação à hegemonia da pimenta do reino; das potenciais reduções de demandas por políticas sociais; da ampliação da geração de postos de trabalho e de renda nas próprias comunidades em que as populações residem; da potencial ampliação da carga tributária gerada pelo incentivo de mercado à formalização dos negócios; da oferta de grande variedade de produtos com alto potencial de aproveitamento para o atendimento às políticas públicas locais – notadamente escolas.

Outro benefício indireto seria a atração de capital privado. A comprovação do êxito da atividade pode despertar o interesse de empresários, locais ou externos, para a realização de investimentos em atividades produtivas similares, contribuindo para a geração de postos de trabalho e de renda e para a expansão dos plantios das espécies nativas. Entre as espécies existentes no município, com maiores potenciais de processamento,

destacam-se o açaí (caule e fruto), a manga, o cacau, a castanha e o cupuaçu.

Como já se afirmou anteriormente, o município já teve, na pesca, a sua segunda principal atividade econômica, anteriormente à construção da barragem de Tucuruí. Testemunha disso é a sobrevivência, até a atualidade, da Colônia de Pescadores local. Com o impedimento à circulação dos cardumes, no entanto, a redução dos estoques pesqueiros nativos foi drástica, reduzindo a pesca comercial praticamente à extinção. Subsistem esparsos pescadores profissionais, abastecendo quase que exclusivamente o mercado local, além da pesca de subsistência, notadamente nas comunidades ribeirinhas. Mesmo essas atividades vêm sendo sistematicamente ameaçadas por barcos pesqueiros clandestinos, provenientes de outras regiões e praticando pesca predatória.

Uma das alternativas encontradas pelos rondonistas, e que teve grande receptividade entre os pescadores das colônias ribeirinhas, foi a da introdução da piscicultura. As restrições apontadas foram de duas ordens: a debilidade da base técnica e o quadro de amedrontamento das comunidades diante do risco de terem o produto do seu trabalho roubado pelos invasores que atemorizam, em caráter permanente, as populações ribeirinhas. As medidas vislumbradas para a superação dessas limitações passam novamente pelo campo da vontade política, com investimentos públicos em duas frentes: na busca de parcerias com universidades e institutos de pesquisa, para a transferência da base técnica e o acompanhamento da produção; a busca de parcerias com os órgãos de segurança do Governo Estadual, para o encontro de medidas preventivas ou repressivas às ações dos grupos criminosos que agem na região.

Entre as espécies de pescados nativos com potencial de serem criados na região, destacam-se o pacu, o tambaqui, o pirarucu e o tucunaré.

O manejo de resíduos como atividade econômica

Outra atividade com potencial de geração de benefícios sociais e ambientais, é a referente à coleta e reciclagem de resíduos. Ficou evidenciada à equipe a grande precariedade

do sistema municipal de saneamento, seja sob a ótica dos efluentes líquidos, seja no que diz respeito aos resíduos sólidos. O resultado mais direto é a grande contaminação de igarapés e do próprio rio Tocantins. A implantação do sistema urbano de coleta dos materiais recicláveis é condição absolutamente necessária para que as comunidades ribeirinhas e rurais possam separar e destinar os seus próprios resíduos - detectado pela equipe do Rondon como uma demanda latente dessas comunidades. Trata-se de um processo aplicável aos resíduos orgânicos urbanos. Nas comunidades do interior, ribeirinhas ou rurais, a maior parte dos resíduos orgânicos já é utilizada para alimentação de animais e peixes ou para adubação.

Investimentos em educação como fator propulsor da Agenda 21 local

As atividades realizadas pela equipe do Rondon em Mocajuba constituíram-se em uma oportunidade para que um pressuposto pudesse ser testado: o de que a orientação dos processos educacionais representa fator propagador, ou não, dos princípios da Agenda 21. Esse pressuposto foi confirmado tão logo se iniciaram as atividades no município: ao término do primeiro encontro de trabalho realizado, quando a equipe se apresentou à comunidade de Mocajuba, um grupo de jovens logo se acercou manifestando vivo interesse em acompanhar de perto a totalidade das atividades previstas para as duas semanas que se seguiriam. E o resultado em curto prazo foi satisfatório.

A educação é um processo fundamental na construção da Agenda 21 Local e de sua execução. É através dela que se possibilita a difusão dos pressupostos da Agenda 21 como o da prevenção, um pilar fundamental neste processo. O dispêndio de forças com certeza será menor se os investimentos na capacitação de jovens e adultos for maciço.

A Semana Estudantil que se tornou um marco dos acontecimentos populares na cidade e vem sendo realizada desde 1975, tem grande potencial para se tornar referência na educação e cultura local. A semana contempla a realização de competições com diversas modalidades esportivas e pode representar fator dinamizador do envolvimento da po-

pulação nas questões relativas à educação. O evento foi organizado pela primeira vez por estudantes, conseguindo patrocínio da própria comunidade, e ganhando grande destaque nas suas edições posteriores. Mais do que apresentar competições esportivas, o evento poderia agregar apresentações culturais, projetos científicos escolares e concursos de redação; constituir-se em um momento de se avaliar e pensar ações educativas dos estudantes e professores, em conjunto com toda a comunidade. Um verdadeiro projeto de extensão escolar, podendo inclusive se tornar regional.

No período da operação do Projeto Rondon no município, um dos grupos da comunidade local que acompanhou mais de perto as atividades da equipe acadêmica foi o composto por jovens vinculados a uma pastoral católica. Com a exibição de filmes, a realização de *workshops* sobre os passos de construção da Agenda 21 Local e as atividades culturais, criou-se um ambiente favorável ao afloramento de demandas sociais contidas. Um dos resultados foi a elaboração de um documento, redigido pelos próprios jovens, que foi entregue às autoridades locais, sendo acompanhado pela mídia, contendo proposições afirmativas e demandas de apoios, para viabilizar a implantação da Agenda 21 Local.

No documento foram registradas ainda, como fatores restritivos para a implantação dos princípios da Agenda 21, as grandes deficiências do município relativas aos campos da educação, da cultura e do lazer. Constatou-se a clara necessidade da implantação de escolas profissionalizantes para que se tire das ruas um contingente considerável de jovens, entregue às mais variadas formas de violência, e lhes capacite para as atividades que possuem demanda no município e na região.

Outra barreira apontada, foi a relativa à educação básica: existem no município 11 escolas de ensino infantil e fundamental e apenas uma escola de ensino médio estadual, totalizando 32 docentes do segundo grau para um total de 1.673 matrículas⁹. É uma defasagem diagnosticada de antemão pelos jovens nas diversas reuniões ocorridas. Há outras questões que foram levantadas, como o precário transporte de jovens da área rural até as escolas situadas na área urbana, dificultando o processo de aprendizagem e de mobilização,

comprometendo o potencial de participação nas atividades da Agenda 21, mesmo nas comunidades em que moram.

O futuro desejado pelos jovens da cidade, expresso no documento entregue às autoridades políticas do município, conta com uma educação de qualidade para que se possa vislumbrar o desenvolvimento sustentável sem gargalos e construir a Agenda 21 Local com solidez. A educação é peça fundamental para o desenvolvimento de qualquer comunidade. Aponta-se para fechamento, o emprego dos jovens formados e capacitados para o turismo da cidade, assim como na gerência das ações locais, na cooperação de ações que beneficiem o meio ambiente e na criação de capital social desejável.

Considerações finais

Desde o final do século XIX a universidade deixou de focar apenas o ensino como sua função por excelência e passou a desenvolver também a pesquisa. Atualmente tem se pautado no ensino, pesquisa e extensão. Essas novas funções desempenhadas pela universidade permitem uma revolução no modo de gerir as nossas sociedades, pois, com todo o seu conhecimento e experiência acadêmicos podem fornecer situações relevantes como exemplo para toda a sociedade (LEYDESDORFF; ETZKOWITZ, 1996; 1998).

As atividades realizadas durante a operação do Projeto Rondon, relatadas neste texto, vieram a confirmar os pressupostos do modelo da Hélice Tripla, propugnado pelos dois autores acima citados. Embora a iniciativa do projeto seja do Governo Federal, ficou evidenciado que a universidade desempenha papel fundamental, quase que de protagonista, à medida que, mais do que aplicar seus conhecimentos técnicos, e colocando-os a serviço de uma comunidade distante, atuou proativamente, criando oportunidades, integrando agentes, tecendo redes, enfim, agindo como empreendedora social, tal como preconizam os citados autores; criou um aparato de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas para o desenvolvimento local de Mocajuba.

⁹ Síntese das informações do município - IBGE 2007.

Voltando os olhos para o Projeto Rondon, o que se revelou foi que, com vontade política e determinação de um conjunto de agentes públicos vinculados ao Governo Federal, é possível colocar a universidade em contato com os problemas e carências encontradas no país.

As grandes dificuldades constatadas, que passam a se constituir em desafios para as próximas edições do Rondon, visando superar obstáculos e criar as condições para o aprimoramento das ações, se apresentaram como: os trabalhos iniciais de convencimento das autoridades locais pela equipe do Ministério da Defesa quanto à importância e os benefícios potenciais da operação do Rondon; o desinteresse e o despreparo das autoridades locais no acompanhamento das atividades da equipe acadêmica; o ceticismo das comunidades locais quanto aos resultados das intervenções; a falta de comprometimento, não só das autoridades públicas locais como também das lideranças comunitárias, com a implantação das soluções sugeridas pela equipe da universidade, após o término da operação; a conseqüente falta de continuidade das atividades após o término da operação.

Esses constrangimentos não devem servir, no entanto, como argumentos ou subterfúgios para eventuais justificativas futuras pela descontinuidade do Projeto Rondon. Um dos objetivos deste texto foi precisamente o de contribuir para a reflexão em torno de medidas passíveis de serem implementadas com vistas ao permanente aprimoramento das futuras operações do Projeto Rondon.

Algumas constatações resultam, no entanto irrefutáveis, fornecendo fortes argumentos favoráveis à manutenção e ao fortalecimento do Rondon: o grande amadurecimento acadêmico dos estudantes que participaram da operação; o fortalecimento do braço extensionista da universidade; o reconhecimento, mesmo que por contingentes restritos – embora majoritariamente compostos por jovens – da importância da operação e das contribuições legadas pela equipe acadêmica; a oportunidade oferecida para que a pedagogia da Agenda 21 Local pudesse ser difundida.

Referências

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Passo a passo da Agenda 21 Local*. Brasília: MMA, 2005.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. *Política integrada para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: MMA, Relatório de gestão 2003-2006.
- _____. Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- _____. Ministério da Defesa. *Projeto Rondon*. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/projeto_rondon/index.php>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- CALLOU, A. B. F.; BRAGA, B. *Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil*. Disponível em: <[http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/article_8\(1\).pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/article_8(1).pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- FONSECA, S. A.; LORENZO, H. C. D. Breve perfil das atividades de extensão nas unidades da UNESP, campus de Araraquara: um enfoque na transferência de tecnologia e conhecimento. *Revista Ciência em Extensão*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 112-129, 2004. Disponível em: <http://www.unesp.br/proex/repositorio/revista/rev_cien_ext.htm>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- FREY, K. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas n. 21, jun. 2000. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – 2000 a 2007.
- LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. The Triple Helix as a model for innovation studies. *Science and Public Policy*, v. 25, n. 3, 195-203, 1998.
- _____. Emergence of a Triple Helix of University-Industry-Government Relations. *Science and Public Policy*, v. XXIII, 279-86, 1996.
- MOISÉS, H. *O Município-Rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade*. Disponível em: <http://www.lead.org.br/filemanager/download/85/municipio-rede_planejamento_desenvolvimento_politico_e_sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- PUTNAM, R. D. Capital Social e desempenho institucional. In: _____. *Comunidade e Democracia: a experiência na Itália Moderna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ROSA, A. *A Agenda 21 como instrumento de gestão pública democrática participativa: a experiência de Araucária/PR*. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_praticas/praticas_08.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2010.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4º - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- § 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- § 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- § 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- § 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
- II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
- III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
- IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
- título em português, inglês, espanhol e francês;
 - nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - referências.
- II - Os trabalhos devem ser encaminhados para maugusta@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:
- arquivo no padrão Microsoft Word;
 - autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares.
 - O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
- III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
- IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
- V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
- VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
- VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.
- Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no site do periódico).

Art. 8ª - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9ª - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 10 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

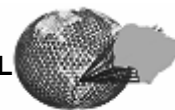
WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:
 Universidade Católica Dom Bosco
 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico
 INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local
 Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário
 CEP 79117-900 Campo Grande-MS
 Fone: (67) 3312-3594
 e-mail: maugusta@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO _____

CPF _____

ENDEREÇO _____ N. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

DATA DA ASSINATURA ____/____/____

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2010: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

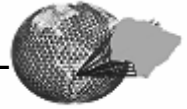
OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO).

Assinatura

Procedimentos:

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), na conta: **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax (67 3312-3373), digitalizado por e-mail (editora@ucdb.br), ou pelo correio para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117-900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: editora@ucdb.br.



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____

, bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar
o meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Mundial,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em maio de 2011.